

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

**Verlan Valle Gaspar Neto**

**A OUTRA FACE DO CRÂNIO:**  
Antropologia biológica no Brasil hoje

Niterói – Rio de Janeiro

2012

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

**A OUTRA FACE DO CRÂNIO: ANTROPOLOGIA BIOLÓGICA NO BRASIL HOJE**

**Verlan Valle Gaspar Neto**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em Antropologia.

Orientadora: Dra. Gláucia Oliveira da Silva

Niterói – Rio de Janeiro

2012

Gaspar Neto, Verlan Valle

A outra face do crânio: antropologia biológica no Brasil hoje / Verlan Valle Gaspar Neto. – Niterói: UFF / ICHF, 2012.

xxii, 330 f.: il.; 29,7 cm.

Orientadora: Gláucia Oliveira da Silva

Tese (doutorado) – UFF / Instituto de Ciências Humanas e Filosofia / Programa de Pós-Graduação em Antropologia, 2012.

Referências bibliográficas: f: 249-279.

1. História da antropologia. 2. Antropologia da ciência. 3. Antropologia biológica. 4. Antropologia sociocultural – tese. I. Silva, Gláucia Oliveira da. II. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Programa de Pós-Graduação em Antropologia. III. Título.

# A OUTRA FACE DO CRÂNIO: ANTROPOLOGIA BIOLÓGICA NO BRASIL HOJE

**Verlan Valle Gaspar Neto**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em Antropologia.

Niterói, 11 de outubro de 2012.

Banca Examinadora:

---

Orientadora –Dra. Gláucia Oliveira da Silva (PPGA/UFF)

---

Dra. Claudia Rodrigues-Carvalho (MN/UFRJ)

---

Dr. Ovídio de Abreu Filho (PPGA/UFF)

---

Dr. Peter Henry Fry (IFCS/UFRJ)

---

Dr. Ricardo Ventura Santos (ENSP/Fiocruz - MN/UFRJ)

---

Suplente: Dr. José Sávio Leopoldi (PPGA/UFF)

---

Suplente: Dra. Rosane Manhães Prado (PPCS/UERJ)

## AGRADECIMENTOS

Nos últimos quatro anos, período no qual tantas transformações se operaram na minha vida pessoal e acadêmica, duas raridades foram decisivas para a concretização do trabalho que por hora se apresenta. Uma delas atende pelo nome de Gláucia Oliveira da Silva, e ao longo de todo o doutorado ela esteve incondicional e carinhosamente ao meu lado. Mais do que uma orientadora, ela foi e tem sido uma mãe zelosa. E como tal, acompanhou-me passo a passo durante esta jornada, inclusive nos momentos em que me vi vacilante com relação à tese e a mim mesmo. Os momentos e experiências que partilhamos já se inscrevem nos meus dias idos e vividos como algo de que jamais me esquecerei. Para ela, portanto, um “obrigado” é pouco. Muito pouco.

A outra raridade atende pelo nome de Ricardo Ventura Santos, a quem também devo muito do meu crescimento intelectual. Situado entre os postos de “objeto”, professor, co-orientador não oficial e amigo, dele ganhei o meu primeiro livro dedicado exclusivamente aos estudos biológicos em Antropologia, com ele tive as minhas primeiras lições de Antropologia biológica, e foi por suas mãos que fui introduzido ao então misterioso universo da Bioantropologia brasileira. A esses dois entusiastas de mim, mesmo cientes das minhas numerosas limitações, é que este trabalho se apresenta como uma tentativa (não sei se bem sucedida) de fazer jus ao tamanho de seu investimento.

Agradecimento especial é dirigido aos quatro pesquisadores que, pronta e simpaticamente, receberam-me em seus ambientes de trabalho e me concederam a chance de registrar seus depoimentos acerca da situação da Antropologia biológica nacional. Maria Cátira Bortolini, em Porto Alegre; Walter Alves Neves, em São Paulo; Sheila Maria Ferraz Mendonça de Souza e Ricardo Ventura Santos (novamente), no Rio de Janeiro. Espero ter feito, de fato, um bom proveito dos preciosos momentos de interlocução que partilhamos.

Em um primeiro momento também foram recolhidos depoimentos em Belém do Pará e no Rio de Janeiro, mas por razões operacionais, esses não foram incluídos na tese. Ao generoso acolhimento dos professores Hilton Pereira da Silva, Andrea Kely Ribeiro dos Santos e Jane Felipe Beltrão, respondo com gratidão e votos de estima pelo repasse de informações concernentes ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará – PPGA/UFPA, e que figuram como parte importante de um dos capítulos desta tese. Ainda em Belém, agradeço à professora Ana Rita

Pereira Alves por ter aberto uma brecha em sua concorrida agenda no Instituto Mamirauá para me conceder um longo e interessante depoimento acerca da Antropologia na região amazônica. No Rio de Janeiro, agradeço imensamente à professora Claudia Rodrigues-Carvalho, do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – MN/UFRJ, posto ter-me concedido uma primeira entrevista quando eu ainda me preparava para prestar o concurso para o doutorado.

Estendo minha gratidão aos coordenadores, secretários e professores dos cursos de graduação e de pós-graduação em Antropologia e Arqueologia de diferentes partes do país com os quais entrei em contato em busca de informações específicas. Tendo sido prontamente atendido, tive acesso a documentos tais como ementários e projetos pedagógicos. O mesmo se aplica aos presidentes, secretários e demais membros das sociedades e associações antropológicas, e outras instituições, localizadas em diferentes países e continentes, com os quais entrei em contato. Em particular gostaria de agradecer ao professor Chen Hua, do Departamento de Antropologia da Sun Yat-sen University, China, pelo envio e pela permissão para usar artigo de sua autoria (“One hundred years of physical anthropology in China”), ainda não publicado, em meu trabalho na condição de comunicação pessoal.

Minha passagem como colaborador pelo projeto “Race, Genomics and Mestizaje (mixture) in Latin America: a Comparative Approach”, desenvolvido por uma equipe interdisciplinar e internacional liderada por Peter Wade (Universidade de Manchester, Inglaterra), entre os anos de 2010 e 2011, não só me colocou em contato com pesquisadores de diferentes partes do mundo como significou profundo treinamento profissional. Aos colegas que fiz ao longo dessa experiência, o meu muito obrigado pela acolhida em seus respectivos países durante os seminários do projeto e pelas valiosas interlocuções no âmbito da Antropologia da ciência. Endereço agradecimentos, ainda, a Sahra Gibbon, da Universidade de Londres, pelos convites para participar de eventos organizados por ela no Brasil e na Inglaterra, colaborando, também, para o meu crescimento profissional.

Sempre contando com o apoio da casa na qual eu dei os meus primeiros passos acadêmicos, o Museu de Arqueologia e Etnologia Americana da Universidade Federal de Juiz de Fora – MAEA/UFJF, foi nas suas dependências que encontrei abrigo durante o período de escrita da tese. À minha querida professora Ana Paula de Paula, agora na Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP, mas também parte integrante da história desse grupo de pesquisa, uma menção mais do que carinhosa por todo o apoio que ela

vem me dando desde quando fui estagiário sob sua supervisão em Arqueologia e Antropologia sociocultural. Agradecimentos também são endereçados às novas gerações de colaboradores e estagiários que tem contribuído para que o MAEA/UFJF perdure.

Quero agradecer aqui a gentileza dos professores que aceitaram fazer parte da banca examinadora desta tese – Claudia Rodrigues-Carvalho, Ovídio de Abreu Filho e Peter Henry Fry, além de Ricardo Ventura Santos. Sua participação e proposições chamram minha atenção para questões importantes, acrescentaram elementos interessantes ao trabalho desenvolvido e, por isso mesmo, foram incorporados.

Quando em Porto Alegre tive o contentamento de conhecer e partilhar alguns momentos com duas pessoas extraordinariamente simpáticas, Rodrigo Dornelles e Julia Drenkmann, que generosamente me receberam em sua casa sem nunca terem me visto antes em suas vidas. Sua simpatia e generosidade são a imagem dos gaúchos que trago comigo. E ainda em Porto Alegre, quero agradecer a Carlos Eduardo Guerra Amorim por ter, pacientemente, sanado todas as minhas dúvidas com relação a aspectos técnicos e teóricos em Genética de populações humanas. Se neste trabalho pude esboçar algum conhecimento sobre essa seara, certamente isso não teria sido possível sem a sua generosidade em me fornecer um curso de genética via *e-mail*.

Válido é mencionar, ainda, que a realização deste trabalho está intimamente associada ao apoio financeiro recebido da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior do Ministério da Educação – Capes/MEC, durante praticamente todo o meu doutorado, na forma de uma bolsa de estudos.

### **Para a mudança de estações**

Foram mais de dez anos, se contabilizado o meu ingresso na graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, em 2001, dedicados, com afinco e sem interrupções, à minha formação acadêmica dentro de uma área científica devotada à compreensão da espécie humana em todas as suas potencialidades. No meu caso, mais especificamente aos aspectos socioculturais dessas potencialidades. Nestes onze anos foram milhares e milhares de páginas lidas e algumas centenas redigidas. Cada leitura, cada escrita, um mergulho e um afastamento. Sendo tantas as leituras, e tantas as escritas, foram muitos os mergulhos e os afastamentos. Os anos se passaram e neles parece que estive o tempo todo submerso, por vezes em camadas tão

profundas de concentração e comprometimento para com os assuntos científicos e exigências acadêmicas, que não me dei conta do que se me ia ao redor.

Nos últimos meses eu voltei à tona, e os anos transcorridos materializam-se de modo a me mostrar que eu nunca estive lá. Onde estive enquanto minhas queridas mãe e avó envelheciam no corpo e no espírito? Onde estive enquanto meus irmãos chegavam à idade adulta? Onde estive que não apareço nas fotos com os amigos que, teimosamente, insistiram em ficar ao meu lado, mesmo a distância? Onde estive enquanto minha juventude se esvaia sem que eu me apercebesse, exceto agora, ao mirar a própria face ante o espelho do inominável?

Eu não estive lá. Eu não estive lá enquanto minha mãe, minha avó, e tantos outros familiares e entes queridos submetiam-se ao tempo inexorável. Eu não estive lá para os amores que jamais tive. Eu não estive lá para os meus irmãos enquanto eles cresciam e decisões eram tomadas. Eu não estive lá enquanto meus amigos partiam para ali e acolá, enquanto se casavam ou se separavam, ou quando a vida se lhes apertava n'alma. Eu não estive lá quando as novas gerações começaram a dar o ar de suas graças, como a primavera que se anuncia em botões florais. E mais que tudo, enquanto eu me nutria de um vasto conhecimento erudito sobre os homens através dos livros e dos artigos científicos, eu não estive lá nos instantes em que tantas pessoas que me eram amadas se iam para um destino cuja certeza é o não retorno. Quando me dei conta elas já não eram ou, quando muito, puderam apenas me dar um adeus no derradeiro momento de sua existência.

É a todas essas pessoas pelas quais o tempo passou sem que eu lá estivesse que eu endereço estas palavras como um agradecimento e um pedido de desculpas, porque se esta tese é o resultado de um esforço particular, orientada para um objetivo específico, ela também é a materialização, página por página, desta ausência da qual me fiz cúmplice por todos esses anos. Por isso eu a dedico a ninguém, muito menos *in memoriam* aos que se foram. Seria vergonhoso, da minha parte, fazê-lo. Apenas faço saber a todos a quem endereço estas palavras, que elas defluem sob a sombra de um espírito que, lamentavelmente, só agora se escandaliza. Já é tarde para a rapidez do ontem e para o amanhã inevitável, pois eis que algumas partidas são definitivas. E os dias... Os dias são para nunca mais.

Juiz de Fora, inverno de 2012.

Veja o sol desta manhã tão cinza:

A tempestade que chega é da cor dos teus olhos castanhos.

Renato Russo – *Tempo Perdido*

Há uma fresta em minha alma por onde a substância do que sou  
está sempre se escapando, mas não vejo onde nem por quê.

Fernando Sabino – *O Encontro Marcado*

Some of us are free / Some are bound  
Some will swim / Some will drown  
Some of us are saints / Some are clowns  
Just like me they're falling down

Some of us are green / Some are brown  
Some are lost / Some are found  
Sight unseen baby / Sound on sound  
And pray for me I'm falling down

Roland Orzabal – *Falling Down*

## RESUMO

Por meio de um amplo levantamento bibliográfico e histórico-documental, este trabalho pretende uma apreciação diagnóstica dos contornos institucionais atuais da Antropologia biológica no Brasil enquanto resultado de um processo histórico específico. Ao mesmo tempo são colocadas em destaque as perspectivas de quatro pesquisadores seniores acerca da situação atual da área no país e de como isso se articula com questões como captação de recursos, inserção no mercado, identidade profissional, entre outras. Trata-se de uma estratégia analítica que articula dados de ordem mais geral com outros caracteristicamente mais qualitativos - as entrevistas. Acrescenta-se a esta articulação uma pequena revisão da produção científica desses quatro pesquisadores. O intuito é oferecer ao leitor pouco familiarizado com a contraparte biológica da Antropologia uma introdução a uma fração das linhas investigativas desenvolvidas mais recentemente no país em Genética de populações humanas, Paleoantropologia, Bioarqueologia e Antropologia biomédica. Em termos gerais tem-se que os profissionais que se dizem atuantes em Bioantropologia nos últimos 20 a 30 anos têm sua formação, pesquisas e produção realizadas em contextos fora dos departamentos e programas de pós-graduação em Antropologia, salvo raras exceções. Ao mesmo tempo, embora diminuta, sobretudo se comparada ao contingente de antropólogos socioculturais, a comunidade a qual estes profissionais pertencem participa ativamente de redes internacionais, âmbito no qual divulgam boa parte da ciência que produzem.

**Palavras-chave:** Antropologia; Antropologia da ciência; História da Antropologia; Antropologia biológica

## ABSTRACT

As an outcome of a specific historical process, the Brazilian Biological Anthropology field contemporary institutional situation is analyzed on this work through a wide bibliographic, historic and documental survey. At the same time the four senior researchers' perspectives about the actual situation of the field in Brazil are highlighted and they talk about issues as funding, professional market, professional identity and so on. By and large it is an analytical strategy that links general data to qualitative data – the interviews. To this link is added a small revision of the scientific production of these four researchers. The intention is to offer a presentation of a part of the investigative lines recently developed in Brazil in Human Population Genetics, Paleoanthropology, Bioarcheology and Biomedical Anthropology to the readers not familiarized with the Anthropology's biological counterpart. By and large, except for little cases, the professionals who say have been active in Bioanthropology during last 20, 30 years have their academic formation, researches and scientific production carried out outside the Anthropology departments and post-graduate programs contexts. If compared to the social and cultural anthropologist's situation, the Biological Anthropology community in Brazil is tiny. For all that, they actively participate in an international network, where they circulate a part of their scientific production.

**Key-words:** Anthropology, Anthropology of science, History of Anthropology; Biological Anthropology

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIÇÕES

- AAA** – American Anthropological Association
- AABA** – Asociación de Antropología Biológica Argentina
- AAC/LMK** – Asociación de Antropología de Castilla Y León
- AAI** – Anthropological Association of Ireland
- AAPA** – American Association of Physical Anthropologists
- AAS** – Australian Anthropological Society
- ABA** – Associação Brasileira de Antropologia
- ABC** – Academia Brasileira de Ciências
- ABEP** – Associação Brasileira de Estudos Populacionais
- ABRASCO** – Associação Brasileira de Saúde Coletiva
- AFA** - Association Française des Anthropologues
- AFEA** - Association Française d'Ethnologie et d'Anthropologie
- ALAB** – Associação Latino Americana de Antropologia Biológica
- APA** – Associação Portuguesa de Antropologia
- ASN** – The Anthropological Society of Nippon (Japan)
- BABAO** - British Association for Biological Anthropology and Osteoarchaeology
- CAC** – Colegio de Antropólogos de Chile
- CAPA** – Canadian Association for Physical Anthropology
- CAPES** – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior
- CASCA** – Canadian Anthropology Society
- CGA** – Colegio de Graduados en Antropología de la República Argentina
- CNPq** – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- EAS** – Evolutionary Anthropology Society
- ENSP/FIOCRUZ** – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca /  
Fundação Oswaldo Cruz
- FGV** – Fundação Getúlio Vargas
- FUNAI** – Fundação Nacional do Índio.
- FUFSE** – Fundação Universidade Federal de Sergipe
- HKAS** – Hong Kong Anthropological Society
- IAA** – Indian Anthropological Association

**IAB** – Instituto de Arqueologia Brasileiro  
**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
**IBP** – International Biological Program  
**ICA** – Institut Catalá d’Antropologia  
**IESC** – Instituto de Estudos em Saúde Coletiva da UFRJ  
**IML** – Instituto Médico Legal  
**InASEA** – International Association of Southeast European Anthropology  
**INEP** - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira  
**IstIA** - Instituto Italiano di Antropologia  
**IUAES** – International Union of Anthropological and Ethnological Sciences  
**IUPAC** – International Union of Pure and Applied Chemistry  
**JASCA** – Japanese Society of Cultural Anthropology  
**JSPA** – Japan Society of Physical Anthropology  
**LEEH/USP** – Laboratório de Estudos Evolutivos Humanos da USP  
**MAE/USP** – Museu de Arqueologia e Etnologia da USP  
**MAEA/UFJF** – Museu de Arqueologia e Etnologia Americana da UFJF  
**MAX** – Museu de Arqueologia do Xingó  
**MEC** – Ministério da Educação  
**MPEG** – Museu Paraense Emílio Goeldi  
**NAR/FUFSE** - Núcleo de Arqueologia da FUFSE  
**OECD** – Organization for Economic Co-operation and Development  
**OMS** – Organização Mundial de Saúde  
**PAAA** – Pan African Anthropology Association  
**PCERJ** – Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro  
**PPG Geologia/UnB** – Programa de Pós-Graduação em Geologia da UnB  
**PPGA/UFF** – Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFF  
**PPGA/UFPA** – Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPA  
**PPGARq/MN/UFRJ** – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu Nacional/UFRJ.  
**PPGAS/MN/UFRJ** – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional / UFRJ  
**PPGBM/UFPA** – Programas de Pós-Graduação em Genética e Biologia Molecular da UFPA

**PPGSA/UFRJ** – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da  
UFRJ

**RAI** - Royal Anthropological Institute

**SAA** – Society for American Archaeology

**SAB** – Sociedade de Arqueologia Brasileira

**SBG** – Sociedade Brasileira de Genética

**SEAF** – Sociedad Española de Antropología Física

**TAA** – Tunisian Association of Anthropology

**TSAE** – Taiwan Society for Anthropology and Ethnology

**UERJ** – Universidade Estadual do Rio de Janeiro

**UFAM** – Universidade Federal do Amazonas

**UFBA** – Universidade Federal da Bahia

**UFF** – Universidade Federal Fluminense

**UFG** – Universidade Federal de Goiás

**UFGD** – Universidade Federal da Grande Dourados

**UFJF** – Universidade Federal de Juiz de Fora

**UFMG** – Universidade Federal de Minas Gerais

**UFPA** – Universidade Federal do Pará

**UFPB** – Universidade Federal da Paraíba

**UFPE** – Universidade Federal de Pernambuco

**UFPEL** – Universidade Federal de Pelotas

**UFPI** – Universidade Federal do Piauí

**UFPR** – Universidade Federal do Paraná

**UFRGS** – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

**UFRJ** – Universidade Federal do Rio de Janeiro

**UFRN** – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

**UFSC** – Universidade Federal de Santa Catarina

**UFSCAR** – Universidade Federal de São Carlos

**UnB** – Universidade de Brasília

**UNESA** – Universidade Estácio de Sá

**UNICAMP** – Universidade de Campinas

**UNILA** – Universidade Federal da Integração Latino Americana

**USP** – Universidade de São Paulo

**WCAA** – World Council of Anthropological Associations

**PROARQ/FUFSE** – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Fundação  
Universidade Federal de Sergipe

## LISTA DE FIGURAS

I.1	Desconhecimento em relação aos estudos biológicos em Antropologia: posturas (1) e (2)	32
2.1	Duplo desenvolvimento histórico-institucional da Bioantropologia brasileira a partir dos anos 1940/1950	89
3.1	Rede de colaboração de Maria Cátira Bortolini	128
3.2	Rede de colaboração de Ricardo Ventura Santos	136
3.3	Rede de colaboração de Sheila Maria Ferraz Mendonça de Souza	148
3.4	Rede de colaboração de Walter Alves Neves	160
5.1	Convite para o simpósio internacional “Antropologia em Foco”	208
5.2	Chamada para o segundo edital do PPGA/UFPA	212

## LISTA DE QUADROS E TABELAS

### Quadros

2.1	Profissionais com atuação em Antropologia Biológica no Brasil	95
2.2	Formação acadêmica dos profissionais com atuação em Antropologia Biológica no Brasil	98
2.3	Dissertações de mestrado dos profissionais com atuação em Antropologia Biológica no Brasil	101
2.4	Teses de doutorado dos profissionais com atuação em Antropologia Biológica no Brasil	103
2.5	Áreas e especialidades dos profissionais que se reconhecem como atuantes em Antropologia Biológica no Brasil	108
2.6	Congressos da ALAB (1990-2012)	110
2.7	Conselhos diretivos da ALAB (1988-2012)	111
AP. 1.1	Presença de Bioantropologia em bacharelados em Antropologia no Brasil	291
AP. 2.1	Programas de pós-graduação em Antropologia e/ou Arqueologia no Brasil – Região Norte	293
AP. 2.2	Programas de pós-graduação em Antropologia e/ou Arqueologia no Brasil – Região Nordeste	293
AP. 2.3	Programas de pós-graduação em Antropologia e/ou Arqueologia no Brasil – Região Centro-Oeste	294
AP. 2.4	Programas de pós-graduação em Antropologia e/ou Arqueologia no Brasil - Região Sudeste	294
AP. 2.5	Programas de pós-graduação em Antropologia e/ou Arqueologia no Brasil – Região Sul	295
AP.3.1	Associações e sociedades antropológicas de alcance mundial	298
AP. 3.2	Associações e sociedades antropológicas no continente africano	298
AP. 3.3	Associações e sociedades antropológicas no continente americano	299
AP. 3.4	Associações e sociedades antropológicas no continente asiático	299
AP. 3.5	Associações e sociedades antropológicas no continente europeu	300
AP. 3.6	Associações e sociedades antropológicas na Oceania	300
AP. 4. 1	Alguns pesquisadores e linhas investigativas em Bioantropologia no Brasil (1835-2010)	302
AP. 5.1	Projetos de pesquisa coordenados por profissionais atuantes em Antropologia Biológica no Brasil	304
AP. 6.1	Periódicos nacionais com publicações de profissionais que atuam em Bioantropologia no Brasil (2008-2012)	311
AP. 6.2	Periódicos estrangeiros com publicações de profissionais que atuam em Bioantropologia no Brasil (2008-2012)	313

## **Tabelas**

2.1	Obtenção de títulos de pós-graduação pelos profissionais com atuação em Bioantropologia no Brasil (1981 – presente)	100
2.2	Cruzamento entre “análises” (morfológicas e moleculares) e “objetos” (populações vivas e pretéritas) com base no quadro 2.3	100
2.3	Artigos completos publicados em periódicos nacionais e estrangeiros pelos profissionais atuantes em Bioantropologia no Brasil nos últimos 5 anos	113
2.4	Resumos publicados em anais de eventos nacionais e estrangeiros pelos profissionais atuantes em Bioantropologia no Brasil nos últimos 5 anos	114
5.1	Oferta de vagas para o PPGA/UFPA (2010-2013)	213
5.2	Distribuição do corpo discente do PPGA/UFPA por área e nível (2010-2012)	216

## SUMÁRIO

<b>NOTA PARA O MEU MELHOR LEITOR</b> .....	23
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	25
“Com a pulga atrás da orelha” .....	25
Uma Antropologia desconhecida, mas longe de estar extinta .....	30
Sobre o espírito e o corpo de um trabalho .....	35
A tese capítulo a capítulo .....	39
<b>1 BIOANTROPOLOGIA: ESPECIFICIDADES E DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO</b> .....	44
Afinal, de que Antropologia nós estamos falando? .....	44
Histórias e transformações na Antropologia Biológica .....	51
De uma Antropologia Física a uma Antropologia Biológica .....	51
Ponderações sobre o desenvolvimento histórico da Antropologia Biológica .....	57
Digressão: natureza versus cultura .....	61
Trajetória da Antropologia Biológica no Brasil .....	66
Uma periodização resumida da trajetória da Bioantropologia brasileira .....	73
<i>Primeiro momento (1835 – 1910)</i> .....	75
<i>Segundo momento (1910 – 1950)</i> .....	76
<i>Terceiro momento (1950 – 1970/1980)</i> .....	77
<i>Quarto momento (1970/1980 – 2010)</i> .....	78
<i>Quinto momento (2010 – presente)</i> .....	79
Frentes da Antropologia Biológica .....	80
<i>Paleoantropologia</i> .....	81
<i>Bioarqueologia</i> .....	82

<i>Paleopatologia</i> .....	83
<i>Antropologia Forense</i> .....	83
<i>Antropologia Biomédica</i> .....	85
<i>Primatologia</i> .....	85
<i>Genética de Populações Humanas</i> .....	86
<b>2 MAPEANDO A ANTROPOLOGIA BIOLÓGICA BRASILEIRA</b> .....	88
Quais são e onde estão os profissionais que se apresentam como atuantes em Antropologia Biológica no Brasil? .....	92
Formação acadêmica.....	96
Especialidades.....	105
Produção acadêmica e inserção internacional.....	106
Apontamentos finais .....	118
<b>3 QUATRO TRAJETÓRIAS E ALGUMAS LINHAS DE PESQUISA NA ANTROPOLOGIA BIOLÓGICA BRASILEIRA</b> .....	120
Sobre autores, dados e resenhas .....	120
Populações biológicas, marcadores genéticos e processos evolutivos .....	124
Transformações biológicas socialmente contextualizadas .....	134
Indícios biológicos e contextos socioculturais pretéritos .....	145
Um novo modelo de povoamento humano para as Américas.....	156
<b>4 OS ENTREVISTADOS E SUAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A BIOANTROPOLOGIA BRASILEIRA</b> .....	169
Relações entre filiação institucional e prática científica.....	175
A identidade do “bioantropólogo” brasileiro .....	180
Captação de recursos para o desenvolvimento de pesquisas .....	182
A visibilidade da Bioantropologia dentro e fora do país e a qualidade da sua produção .....	185

Interlocuções com a Antropologia Sociocultural e outras frentes disciplinares .....	191
Antecipando expectativas .....	202
<b>5 EXPECTATIVAS E POSSIBILIDADES DE DIÁLOGO .....</b>	<b>206</b>
Brasil, 2008 .....	207
Brasil, 2010 - 2012.....	211
Enquanto isso, nos Estados Unidos... ..	217
De volta ao Brasil - expectativas .....	225
Entre antropologias: é a interdisciplinaridade possível?.....	234
 <b>CONCLUSÃO: A OUTRA FACE DO CRÂNIO.....</b>	 <b>243</b>
 <b>REFERÊNCIAS .....</b>	 <b>249</b>
Bibliográficas (físicas e eletrônicas) .....	249
Documentos (físicos e eletrônicos).....	277
Notícias .....	278
 <b>BASES DE CONSULTA.....</b>	 <b>280</b>
Universidades que oferecem cursos de graduação em Antropologia no Brasil.....	280
Programas de pós-graduação em Antropologia e Arqueologia no Brasil.....	280
Associações e sociedades antropológicas ao redor do mundo.....	283
Currículos acadêmicos .....	286
Outras fontes eletrônicas.....	288
 <b>APÊNDICE 1 – Cursos de graduação em Antropologia no Brasil.....</b>	 <b>290</b>
<b>APÊNDICE 2 – Programas de pós-graduação em Antropologia e Arqueologia no Brasil.....</b>	<b>292</b>

<b>APÊNDICE 3 – Associações e sociedades antropológicas ao redor do mundo.....</b>	<b>296</b>
<b>APÊNDICE 4 – Alguns nomes associados a pesquisas bioantropológicas no Brasil .....</b>	<b>301</b>
<b>APÊNDICE 5 – Projetos de pesquisa envolvendo profissionais atuantes em Bioantropologia no Brasil .....</b>	<b>303</b>
<b>APÊNDICE 6 – Lista de periódicos nacionais e estrangeiros .....</b>	<b>310</b>
<b>APÊNDICE 7 – Documento informativo para participantes do estudo.....</b>	<b>315</b>
<b>APÊNDICE 8 – Termo de consentimento .....</b>	<b>318</b>
<b>ANEXO A – Carta da IUAES à OECD.....</b>	<b>320</b>
<b>ANEXO B – Convite para o seminário Antropologia em foco .....</b>	<b>321</b>
<b>ANEXO C – Bibliografias para ingresso no PPGA/UFPA (2010-2013).....</b>	<b>323</b>

## NOTA PARA O MEU MELHOR LEITOR\*

Finally, a brief word on term “anthropology” as it is used in this encyclopedia. (...) Unless otherwise qualified, “anthropology” refers to the study of human natural history – namely, physical anthropology (Spencer, 1997: IX).

**ANTROPOLOGIA**, *s.f.* História natural do homem; ciência que estuda o homem como indivíduo do reino animal; (*ret.*) figura que atribui a Deus ações ou qualidades humanas (Do gr. *anthropos+logos.*) (Fernandes; Luft; Guimarães, 1999)

**Antropologia**, *s.f.* **1.** Estudo ou reflexão acerca do ser humano, e do que lhe é característico. **2.** Designação comum a diferentes ciências ou disciplinas, cujas finalidades são descrever o ser humano e analisá-lo com base nas características biológicas e socioculturais dos diversos povos (povos, etnias etc.), dando ênfase às diferenças e variações entre eles. § **antropológico**, *adj.*; **antropólogo**, *s.m.* (Ferreira, 2008).

**Anthropology**, “the science of humanity,” which studies human beings in aspects ranging from the biology and evolutionary history of *Homo sapiens* to the features of society and culture that decisively distinguish humans from other animal species (Nicholas, 2012).

Nestas quatro citações percebe-se que o termo “antropologia” ora é atribuído somente aos estudos físicos e biológicos ora se estende aos estudos de ordem sociocultural referentes à espécie humana. Não querendo esgotar a questão em apenas uma nota introdutória, e ciente de que definições obedecem a contextos específicos, adianto, contudo, alguns posicionamentos, de modo a serem evitadas confusões durante a leitura deste trabalho. Adoto “Antropologia” como termo designativo de uma ciência, ou um conjunto de ciências, cujas pretensões investigativas colocam-na numa posição intermediária entre as ciências naturais e as ciências humanas. De fato e ao que parece, tal adoção encontra-se em consonância com a forma pela qual a “ciência do homem” é correntemente designada pela comunidade antropológica internacional, ao mesmo tempo em que sua gênese e trajetória histórica não são negligenciadas. Como consequência deste posicionamento, o termo “Antropologia” será adjetivado quando se referir exclusivamente à vertente biológica (Antropologia Física e Antropologia Biológica, ou ainda Bioantropologia) e/ou sociocultural (Antropologia Social, Antropologia Cultural, Antropologia Social e Cultural ou, ainda, Antropologia Sociocultural).

---

\* Referência ao texto de mesmo título, publicado por Domício da Gama em 1901.

Esta adoção, como assinalado anteriormente, não esgota a questão de como termos distintos podem designar estudos de natureza similar em diferentes lugares e momentos e vice-versa, o que, certamente, vincula-se às diferentes formas pelas quais aquilo que hoje é reconhecido internacionalmente como “Antropologia” desenvolveu-se institucionalmente nos diversos países pelos quais se disseminou.

Problemas terminológicos a parte, conceber a Antropologia como uma ciência situada entre as ciências humanas e as ciências naturais, ou dotada de duas grandes vertentes possuidoras de numerosas especialidades, não significa negar a importância e as especificidades dos estudos biológicos e socioculturais em seus próprios termos. Muito pelo contrário. Ao mesmo tempo em que essas especificidades são consideradas, são reconhecidas alianças disciplinares as mais diversas sem que este ou aquele modelo institucional ou “tradição nacional” sejam privilegiados. Nesse sentido, e a exemplo do que se observa hoje em outros domínios, como nas Ciências Biológicas, Ciências Matemáticas ou Ciências Físicas, talvez a expressão “Ciências Antropológicas” venha a ser, no futuro, adotada de modo a assinalar um conjunto de disciplinas que guardam intercâmbios entre si ao mesmo tempo em que se lhes é resguardado certo grau de autonomia. De toda sorte, tal adoção pressupõe mobilizações e reflexões em diferentes níveis, e tais movimentos não se constituem em objeto deste empreendimento.

Com relação ao título deste trabalho, trata-se de uma expressão que, embora jogue com a dubiedade, tem um propósito específico. Inspirado no título de um livro publicado por Abgar Renault em 1983, *A Outra Face da Lua*, ele pretende uma ultrapassagem da associação necessária por vezes feita entre a Antropologia Biológica e os estudos craniológicos, craniométricos e raciais nos moldes que a marcaram durante boa parte de sua história, quando ainda era reconhecida pela alcunha de Antropologia Física. Em tempos de uma Bioantropologia cada vez mais molecular e geneticamente informada, e em que os estudos morfológicos orientam-se por perspectivas teóricas e metodológicas renovadas, ou ainda de um crescente interesse pelo impacto da dimensão sociocultural por sobre as “biologias” de determinadas populações, falar de uma “outra face do crânio” significa reconhecer as transformações pelas quais a disciplina passou nos últimos 50, 60 anos, o que confere à Bioantropologia, hoje, afastando-se do determinismo biológico outrora advogado, no século XIX e em parte do século XX, ao mesmo tempo em que simboliza o movimento de familiarização de algo no mais das vezes desconhecido, distante ou por vezes visto como exótico dentro do cenário da Antropologia brasileira.

## INTRODUÇÃO

### “Com a pulga atrás da orelha”

Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, inverno de 2003. Chovia um pouco naquela noite em que eu saí do apartamento dos meus ainda não falecidos avós maternos, na praia de Botafogo, rumo à casa de uma tia, no mesmo bairro, para buscar um agasalho. Naquela primeira visita aos meus familiares cariocas desde o meu ingresso no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, em 2001, a pergunta que eu mais escutava era: “afinal, o que é Antropologia?”. Tal questionamento vinculava-se a duas coisas. Uma dizia respeito ao fato de, desde o primeiro período na faculdade, eu afirmar aos quatro cantos ser um estudante de Antropologia, e não de Ciências Sociais. Tal postura não significava, necessariamente, um desmerecimento da relevância da Sociologia e da Ciência Política dentro da grade curricular do curso de graduação que eu frequentava, mas a verdade é que já na primeira aula de Antropologia Cultural eu havia me identificado por completo com a disciplina ao ler o texto “Progresso da Antropologia”, de Paul Bohanan (1980). Nesse a Antropologia era apresentada como uma ciência social orientada por uma pretensão que eu não havia visto nas outras duas: o estudo da diversidade sociocultural da humanidade. Para um ingênuo jovem de 22 anos, àvido por toda sorte de conhecimento que a universidade pudesse oferecer, da Literatura à Química, dedicar-se à uma ciência capaz de inventariar os costumes de todos os povos do mundo era como ver concretizado, na prática, o jargão de uma série animada: “Cérebro, o que faremos amanhã a noite?” / “A mesma coisa que fazemos todas as noites, Pinky... Tentar conquistar o mundo!”<sup>1</sup>.

A outra coisa a fomentar a curiosidade dos meus familiares sobre “o quê, afinal, é Antropologia?” dizia respeito ao próprio nome desta ciência. Antropologia soava aos seus ouvidos algo no mínimo exdrúxulo, esquisito, de pronúncia difícil e, por isso mesmo, suscitava confusões. “Antro o quê?”. Seria a Antropologia o estudo dos ossos dos elefantes? Seria a Antropologia o estudo da saúde sexual do homem? Seria a Antropologia o estudo de alguma coisa relacionada aos planetas, ou ao solo, ou ao

---

<sup>1</sup> *Pinky e Cérebro* (*Pinky and the Brain*, no original em inglês), de Tom Ruegger. Série animada produzida pela Warner Bros Animation, Estados Unidos, e veiculada entre os anos de 1995 e 1998.

funcionamento da mente? Alguns até mencionavam os estudos com os povos indígenas, mas tratava-se apenas de palpites. Eu mesmo, anos antes, quando passei no vestibular e fui à universidade buscar o meu comprovante de matrícula, documento no qual encontravam-se dispostas as matérias que eu cursaria no primeiro período de faculdade, indaguei-me silenciosamente ao ler “Antropologia cultural I”: “Que diabos é isso?”. E como se não me bastasse estudar uma coisa de nome complicado, ainda tinha como leitura obrigatória um autor chamado Bronislaw Malinowski!

Em 2003 eu já estava suficientemente municiado de informações para desfazer certas confusões e explicar aos meus curiosos inquiridores que a Antropologia era uma ciência social ocupada do estudo comparativo da diversidade cultural humana e que, por isso mesmo, procurava compreender as diferentes sociedades, ou os diferentes grupos dentro de uma mesma sociedade, em seus próprios termos, sem hierarquizá-los. Tal postura era chamada pelos antropólogos de relativismo cultural, e uma das bases sobre as quais se assentava esse relativismo era a forma pela qual a noção de cultura, para a Antropologia, distanciava-se daquela empregada cotidianamente pelo senso comum, conforme mostrava DaMatta (1986a).

Mas um acontecimento aquela noite me surpreenderia e, que me seja perdoado o uso da expressão, “com a pulga atrás da orelha”. Ao chegar ao meu destino, onde fora apenas pegar um agasalho, fui recebido por um eufórico namorado de minha tia. Sua euforia tinha uma razão de ser. Naquele momento estava sendo televisionado um filme que contava a história de um antropólogo, um profissional daquela área na qual seu “sobrinho” futuramente iria se formar. Ao saber disso eu mais que depressa tomei assento na sala, ansioso por ver artisticamente retratado aquilo que eu estudava na vida real. E, então, veio a surpresa. À medida que a película avançava eu me questionava sobre o porquê de aquele personagem ser reconhecido como um antropólogo, afinal, antropólogos, conforme eu aprendera na faculdade, estudavam culturas humanas, e não macacos!

O filme em questão era *Instinct* (1999), dirigido por Jon Turteltaub, estrelado por Anthony Hopkins e Cuba Gooding Jr, e baseado no romance de Daniel Quinn, *Ishmael*. Nele é contada a história de um suposto famoso antropólogo norte-americano, Ethan Powell, especialista em evolução humana e comportamento de gorilas, que aparentemente enlouquece após viver uma misteriosa experiência no continente africano enquanto fazia trabalho de campo.

Após a “revelação” daquela noite eu me pus a investigar o assunto. Queria saber por que um filme apresentara um estudioso de macacos como antropólogo. O primeiro passo foi inquirir meus professores na universidade. Nenhum deles sabia me dizer algo a respeito. Insatisfeito fui atrás dos livros de introdução à Antropologia. Deveria haver algo lá. E havia. Livros como os de La Plantine, *Aprender Antropologia* (2005), Gonzaga Mello, *Antropologia cultural* (2003), ou de Roberto DaMatta, *Relativizando* (1987), entre outros, falavam, mesmo diminutamente, de estudos de ordem biológica em Antropologia. Ali a Antropologia não era mais uma ciência social somente. Ela era uma ciência situada entre as ciências naturais e as ciências humanas, e composta por várias especialidades. Quando dedicada aos estudos biológicos, era chamada Antropologia Física ou Biológica<sup>2</sup>. Mas se aquilo realmente existia, por que eu não fora apresentado até então, na graduação?

Ao longo dos anos que se seguiram a curiosidade pelo assunto permaneceu latente em meu espírito, sendo alimentada, em parte, pela leitura de veículos de divulgação científica geral, em que apareciam menções a pesquisas de ordem biológica envolvendo antropólogos no exterior. Mas para essa curiosidade latente contribuíram, também, direta ou indiretamente, outros eventos. A partir do sétimo período de faculdade fui aceito como estagiário no Museu de Arqueologia e Etnologia Americana da UFJF (MAEA/UFJF). Enveredar-me pelos temas da Arqueologia me levaram a uma aproximação com uma literatura antropológica um pouco distante daquela privilegiada no curso de Ciências Sociais, e mais uma vez fui surpreendido, porque a Antropologia e a Arqueologia partilhavam vários pontos em comum em termos de seu desenvolvimento histórico e teórico internacional.

Minha entrada como mestrando no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense – PPGA/UFF, alguns anos depois, em 2006, colocou-me em contato com minha atual orientadora, professora Gláucia Silva. Na primeira disciplina que fiz com ela, optativa, fui apresentado a textos envolvendo Ciências Biológicas e Ciências Sociais em torno do debate natureza *versus* cultura, o que de pronto me atraiu. Impulsionado por essas leituras, no ano seguinte eu dei início, concomitantemente ao mestrado, a uma nova graduação, dessa vez em Ciências Biológicas, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. No primeiro

---

<sup>2</sup> Voltarei mais detidamente a este ponto no próximo capítulo, quando tratar do desenvolvimento histórico dos estudos bioantropológicos, mostrando inclusive a quais momentos os termos Antropologia Física e Antropologia Biológica estão relacionados.

período, em uma disciplina introdutória aos estudos evolutivos gerais, as informações referentes à espécie humana eram apresentadas como sendo propostas por... Antropólogos! E mais uma vez eu me perguntei que “Antropologia” era aquela, em que antropólogos apareciam responsáveis por pesquisas sobre evolução biológica humana e temas afins. Existiria aquilo no Brasil?

A passagem de uma curiosidade latente para a concretização de um projeto investigativo sobre o tema só se deu na iminência da minha entrada no doutorado, em 2008, no mesmo PPGA/UFF. A princípio eu só sabia que queria estudar algum “tema verde”, o que significava, para mim, grosso modo, algum assunto que combinasse Ciências Biológicas e Ciências Sociais. Propus à professora Gláucia estudarmos a presença do darwinismo nas trajetórias da Arqueologia, da Antropologia e das Ciências Biológicas ao longo do século XX, a partir de uma perspectiva comparativa. Ela me alertou para o tamanho exagerado do empreendimento, e me ofereceu como contraproposta estudar a construção da ideia de Mata Atlântica dentro dos debates ecológicos, algo mais pontual. Eu já havia considerado essa sugestão quando, ao reler um artigo de Walter Alves Neves sobre o povoamento do continente americano (Neves *et al.*, 2007), voltou-me à mente o termo Antropologia Biológica. Teríamos mais alguém fazendo “aquilo” no Brasil, além do professor Neves? Sem falar com Gláucia, meu primeiro intuito foi o de escrever para a Associação Brasileira de Antropologia – ABA. Apenas muito mais tarde eu obtive resposta, quando eu já havia ingressado no doutorado. A Associação possuía nenhuma informação oficial a respeito, mas eu poderia entrar em contato com o professor Hilton Pereira da Silva, da Universidade Federal do Pará - UFPA, formado em Antropologia Biológica, e que havia atuado no Museu Nacional.

Enquanto aguardava alguma informação por parte da ABA, procurei saber se existiam pesquisadores ou núcleos dedicados a pesquisas biológicas em Antropologia no Brasil através de *websites* e comunidades antropológicas em redes sociais na internet. Nessa busca, afora Walter Neves apenas outro nome me foi sugerido, o de Ricardo Ventura Santos. “Onde existem dois podem existir mais”, pensei comigo, e sugeri o tema à minha futura orientadora que, prontamente, acolheu minha proposta e me acompanhou na visita ao recém descoberto (para mim somente) Setor de Antropologia Biológica do Museu Nacional da UFRJ – SAB/MN, para uma conversa com a professora Claudia Rodrigues-Carvalho, especialista em Bioarqueologia e Paleopatologia.

Saí empolgado daquele encontro, pois descobrira que antropólogos trabalhando temas biológicos no Brasil existiam concretamente. E eram mais do que dois, mais do que cinco até. Faltava-me, apenas, montar um pré-projeto para ser aplicado ao concurso para o doutorado no PPGA/UFF, o qual deveria ser entregue em menos de duas semanas. Ao procurar fontes para me embasar, dei-me conta de que a bibliografia sobre o assunto era escassa. De tudo o que eu havia conseguido reunir em tão pouco tempo, apenas um texto, “Da morfologia às moléculas, de raça à população” (Santos, 1996), versava sobre os aspectos gerais dos estudos biológicos em Antropologia no país para um período mais recente. Todos os demais haviam sido escritos há mais de meio século, e cobriam um período que se estendia do final do século XIX a, no máximo, meados do século passado.

Enquanto preparava o pré-projeto eu me indagava sobre aquela ausência de informações sobre os estudos biológicos em Antropologia no Brasil, especialmente para os períodos mais recentes. O texto de Santos (1996) falava de pesquisas praticadas por núcleos localizados em algumas universidades brasileiras, e eu havia visto, com os meus próprios olhos, um espaço físico onde estudos biológicos eram realizados dentro de um departamento de Antropologia. Contudo e ao mesmo tempo, quando conversava com meus colegas das Ciências Sociais em geral, e da Antropologia em particular, sobre o que eu me propunha estudar no doutorado, estes mostravam-se surpresos, pois a maioria jamais ouvira falar de pesquisas biológicas em Antropologia, e invariavelmente me questionavam: “desde quando antropólogo estuda biologia?”, posto que, para esses, ao mencionar “Antropologia Biológica” eu estava falando de uma “Antropologia da Biologia” (assim como existem estudos antropológicos socioculturais sobre esporte, religião, parentesco etc.), e não de antropólogos realizando estudos biológicos, ou ocupados da dimensão biológica da espécie humana. Já os que possuíam uma remota ideia a respeito do assunto me faziam perguntas como “isso ainda existe?”, “essa gente ainda existe?”, “isso não havia acabado?”, “eles ainda ficam analisando caveiras?”, entre outras. Seja como for, uma vez cientes da existência de uma Bioantropologia, inclusive no Brasil, algumas pessoas demonstravam interesse em saber um pouco mais a seu respeito. Elas haviam ficado com “a pulga atrás da orelha” assim como eu vinha “me coçando” desde 2003.

## Uma Antropologia desconhecida, mas longe de estar extinta

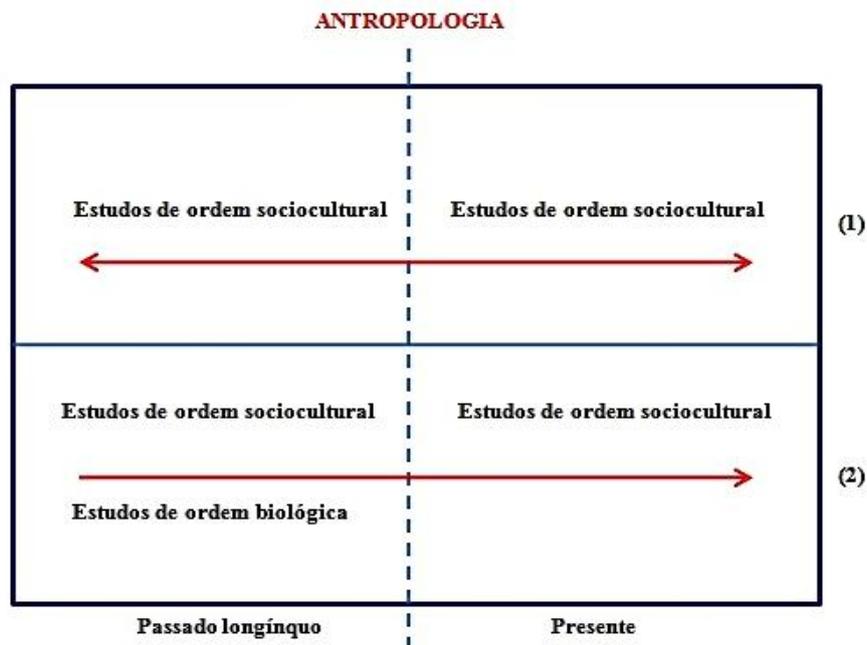
De um modo geral, a “pulga” havia realmente provocado alguma coceira, mas, se como afirma Geertz (1989), existem piscadelas e piscadelas, também é possível que haja coceiras e coceiras. Ora, se havia aqueles que jamais ouviram falar de uma Antropologia Biológica, ou aqueles possuidores de uma remota ideia acerca dela, também havia aqueles plenamente cômicos da existência de uma ramo de estudos, dentro da Antropologia, dedicado a fenômenos biológicos, mas ignoravam se esses eram ou não praticados no país no momento presente, ou se o eram, em que patamares estavam. Nos últimos quatro anos, ao publicizar os meus interesses de pesquisa para esses três tipos de interlocutores, percebi que eles reagiam, em termos gerais, de duas maneiras. Numa delas, o desconhecimento da existência de estudos biológicos em Antropologia, em um primeiro momento, transformava-se em curiosidade. Noutra, esse desconhecimento inicial desdobrava-se em uma negação como forma de circunscrever a aplicação do termo “Antropologia” a estudos de ordem social e cultural.

Em suma, durante essas interações eu observei que: (1) para uns eu falava de algo inexistente ou de outro planeta; (2) para outros eu estava transpondo para o presente algo que só existira em um passado muito longínquo; (3) para um terceiro grupo de interlocutores eu estava fazendo algo suspeito, porque aquilo que eu apontava como sendo pesquisas antropológicas eram qualquer coisa, menos pesquisas antropológicas. Diante de tal quadro, e também considerando as várias passagens contidas na narrativa pessoal e memorialística com que iniciei esta introdução, quero tecer alguns comentários focados nas reações (1) e (2) antes de apresentar as principais proposições deste trabalho.

Podemos reunir (1) e (2) em uma assunção comum: inexistem, *a priori*, estudos biológicos em Antropologia no país. Inexistem porque pressupõe-se ser a Antropologia uma ciência social, ponto. Concepção essa aplicável a toda e qualquer parte do mundo onde essa ciência se estabeleceu desde o século XIX. E inexistem porque se em algum momento a Antropologia deles se ocupou, ela o fez em um passado longínquo. Um exemplo dessa postura pode ser visto na seguinte passagem:

A Antropologia surgiu no início do século XIX como uma ciência biológica. A partir da sexta década do século foi se transformando em uma ciência social, graças ao trabalho dos evolucionistas britânicos. Foi somente no século XX, graças à teoria da cultura, que ela realmente se transforma em uma ciência social (Laraia, 2005: 321).

Adiante, mais especificamente no primeiro capítulo, veremos que tal concepção encerra em si algumas limitações. Ao apresentar a Antropologia apenas como uma ciência social, Laraia desconsidera, ou ignora que, em um âmbito internacional, na quase totalidade dos países nos quais essa ciência se encontra disseminada (praticamente em todos os continentes), a despeito de arranjos históricos e institucionais (e de muitas tensões, evidentemente), ela é concebida como uma ciência que se ocupa de estudos socioculturais e biológicos e que conta, na atualidade, com uma significativa rede de pesquisadores ocupados desses últimos, também chamados antropólogos. Além disso, ao asseverar que a Antropologia passou, paulatinamente, da condição de uma ciência biológica para a de uma ciência social, o autor dá a entender, implicitamente, que, em algum momento de sua trajetória histórica, ela deixou de se ocupar dos assuntos biológicos pertinentes à espécie humana. Tal colocação não se sustenta porque, como veremos ainda no primeiro capítulo, se é verdade que inicialmente o termo Antropologia era geralmente identificado como “o estudo da história natural do homem”, passando, mais tarde, a englobar aquelas investigações reconhecidas, principalmente na Europa, como etnológicas e etnográficas, também é verdade que os estudos biológicos dentro da Antropologia contam com uma trajetória histórica própria, que não se encerra na passagem do século XIX para o século XX. Mesmo assumindo variações relacionadas a contextos nacionais específicos, ela chega até o momento em que redijo este trabalho, inclusive no Brasil.



**FIGURA I.1 Desconhecimento com relação aos estudos biológicos em Antropologia: posturas (1) e (2)**

Daquilo que foi escrito até aqui, depreende-se, conforme demonstrado na Figura I.1, que a assunção resultante da interseção entre as duas reações mencionadas anteriormente, (1) e (2), opera com um movimento duplamente excludente. Ela ablega a possibilidade de estudos biológicos no âmbito da Antropologia em grau absoluto porque seus pronunciadores desconhecem essa dimensão do campo antropológico. E ela elide os estudos biológicos dentro da Antropologia em termos sincrônicos (presente) porque os relega diacronicamente a um pretérito aparentemente sem qualquer conexão com aquilo que hoje poderíamos nominar como estudos antropológicos.

Afirmar que a intersecção entre as posturas (1) e (2) acarreta uma assunção duplamente excludente com relação à possibilidade de a Antropologia se ocupar de estudos biológicos, principalmente no presente, não significa dizer que tais posturas reflitam, necessariamente, uma resistência *per se* à Antropologia Biológica, o que se aplicaria, a princípio, à postura (3), a qual nos remeteria a algumas das proposições centrais de Pierre Bourdieu sobre a “natureza” do campo científico enquanto uma arena de constantes disputas (Bourdieu, 1975, 1976 e 2004). Como eu havia mencionado, um desconhecimento inicial poderia ceder espaço a uma curiosidade sobre a Bioantropologia num segundo momento. O que se pode dizer sobre esta assunção é que, em boa medida, ela reflete um desconhecimento parcial (sincrônico) ou total com relação à Antropologia Biológica, sobretudo em se tratando das gerações mais novas de estudantes e pesquisadores brasileiros de Ciências Sociais e de Antropologia (e aqui eu me incluo), resultante de um processo histórico que acabou por se desdobrar no modo

pelo qual o ensino e a prática da Antropologia (leia-se, as suas possibilidades de reprodução) se consolidou no Brasil.

Com relação a esse aspecto, vale mencionar que o ensino de Antropologia nos últimos 50, 60 anos, no nível da graduação, salvo iniciativas mais recentes, deu-se dentro dos cursos de Ciências Sociais, dividindo espaço com a Ciência Política e a Sociologia. Nesse arranjo institucional, não só a Antropologia Social e Cultural acabou sendo privilegiada, como ela se viu “obrigada” a restringir suas possibilidades de interlocução com as duas outras disciplinas bases do curso, algo que, certamente, contribuiu para o empaldecimento das relações ou diálogos que ela mantinha com disciplinas outras, como a Arqueologia, a Linguística e mesmo a Antropologia Biológica (Maggie, 2006)<sup>3</sup>. Especificamente para essa última, Castro Faria (2000a) mostra como até os anos 1940, quando foram criadas as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, dentro das quais os cursos de Ciências Sociais passaram a funcionar, o Brasil só havia contado com três cursos públicos, mas sem vínculos com a estrutura universitária: o primeiro, em 1877, ministrado por João Baptista de Lacerda; o segundo, em 1936, ministrado por Edgard Roquette-Pinto; e o terceiro, em 1942, ministrado por José Bastos de Ávila. Todos no Museu Nacional, Rio de Janeiro. Ainda de acordo com Castro Faria (2000a), nos cursos de Ciências Sociais criados a partir dos anos 1940, a Antropologia Biológica (outrora Física) chegaria a gozar de uma cadeira obrigatória, mas além de ser oferecida apenas em caráter introdutório, e apenas por um semestre, o seu ensino padeceria de deficiências relacionadas às próprias Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras (em termos de sua estrutura, formação do corpo docente e limitações do alunado) e às posturas teóricas e metodológicas dos pesquisadores da área, assunto sobre o qual me deterei no primeiro capítulo.

Mais a frente, a criação dos programas de pós-graduação em Antropologia, a partir do final dos anos 1960, não incluiria a formação de antropólogos voltados para a Bioantropologia, apenas para a Antropologia Social e Cultural. Mesmo o do Museu Nacional, o primeiro a ser criado no país, em 1968, a despeito de surgir dentro de uma instituição na qual, tradicionalmente, a Antropologia contava em seus quadros com

---

<sup>3</sup> A ABA publicou duas coletâneas dedicadas à questão do ensino da Antropologia no Brasil: *Ensino de Antropologia no Brasil* (2006), organizada por Miriam Pilar Grossi e colaboradores, e *Experiências de Ensino e Prática em Antropologia no Brasil* (2010), organizada por Fátima Tavares e colaboradores. Nessas coletâneas são discutidos os prós e os contras do ensino da Antropologia no âmbito dos cursos de Ciências Sociais e da criação de cursos de graduação específicos em Antropologia. Apenas um texto incluso em uma dessas coletâneas menciona a Antropologia Biológica como uma alternativa, dentre outras, de diálogo para a Antropologia sociocultural (Maggie, 2006); e nos demais não encontramos qualquer reflexão específica sobre essa vertente no Brasil.

profissionais ligados à Arqueologia, à Etnologia, à Antropologia Física e à Linguística, divididos por diferentes setores, contemplou apenas a Antropologia Sociocultural (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS/MN/UFRJ).

Contemplada precariamente nos cursos de graduação, sem presença nos programas de pós-graduação, que passaram, inclusive, a responder pela formação especializada dos antropólogos no país, e envolta por questões concernentes ao seu desenvolvimento teórico e metodológico interno, a Antropologia Biológica, a partir desse período, foi lançada, paulatinamente, ao longo das gerações, ao esquecimento e desconhecimento de suas especificidades, a ponto de nos depararmos, hoje, com um quadro no qual parcela considerável dos estudantes brasileiros de Ciências Sociais e Antropologia, não a reconhecem, ao menos de imediato e no presente, como uma das grandes ramificações da “ciência do homem” – as posturas (1) e (2) mencionadas anteriormente.

Não obstante tal situação, é possível adiantar que a Antropologia Biológica jamais deixou de existir no Brasil. Se por um lado ela, de fato, experimentou um profundo declínio em termos de seu prestígio junto à comunidade antropológica nacional, especialmente a partir dos anos 1950, não gozando, inclusive, de uma demografia e de uma institucionalização nos patamares da Antropologia Sociocultural, o que quer dizer “um lugar ao sol” dentro do sistema de pós-graduação na área de Antropologia que, de certa maneira, ao se constituir como *locus* privilegiado pela formação dos antropólogos no país, pelo menos até algum tempo atrás, também se constituiu, como *locus* definidor do que seja o “campo da Antropologia”, aqui mais uma vez evocando Bourdieu (1975, 1976), por outro ela se (re) estruturou por meio de arranjos específicos e iniciativas particulares que lhe permitiram ir além de uma mera sobrevivência, conforme veremos ao longo desse trabalho. Além disso, empreendimentos recentes, como a criação de cursos de graduação em Antropologia e de programas de pós-graduação conjugando Antropologia e Arqueologia, nos quais a Bioantropologia tem sido contemplada na forma de disciplinas (optativas) (ver Apêndices 1 e 2), mesmo timidamente podem significar o início de uma (re) descoberta e (re) afirmação dos estudos bioantropológicos no seio da comunidade antropológica brasileira. Acrescente-se a essas iniciativas a criação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará – PPGA/UFPA, em 2010, em que, de forma inédita na história da pós-graduação no Brasil, a Antropologia Biológica passa a ser uma alternativa de formação ao nível do doutorado para aqueles que aspiram ao

título de antropólogo, assunto sobre o qual voltarei a discorrer brevemente mais a frente e com mais detalhes, no último capítulo.

Postas todas essas considerações, passo agora a um apontamento geral sobre as principais propostas deste trabalho e, por conseguinte, a uma apresentação sumária dos assuntos discutidos em cada um dos capítulos que o compõe.

### **Sobre o espírito e o corpo de um trabalho**

Conhecer e dar a conhecer, eis o ponto de partida de um trabalho que toma como objeto uma área de estudos com pouca ou quase nenhuma visibilidade dentro da comunidade antropológica nacional (posto ser ela constituída, em sua quase totalidade, por antropólogos socioculturais), mas que atende pela rubrica de Antropologia. Trata-se de uma ação orientada por uma pergunta formulada antes mesmo da sua materialização enquanto projeto acadêmico: (ainda) existe Antropologia biológica no Brasil? “Existe”, foi a resposta obtida quando os primeiros indícios vieram a lume. E o trabalho detetivesco, diante dessa assertiva, tomou continuidade com o intuito de, então, tentar descobrir “o que é isso que chamamos de Antropologia (biológica) brasileira?”. A menção ao texto de Roberto Cardoso de Oliveira (1988) é provocativa em um duplo sentido. Primeiro, porque mantém o nós (sujeito implícito) da formulação original sem que possamos falar, com segurança, de um “nós” na atualidade, ao menos em termos de uma quantidade expressiva de trabalhos devotados à situação contemporânea da Bioantropologia no país. Talvez o único trabalho com proposta similar a apresentada aqui seja o de Dornelles (2010). Nesse, através de um estudo de caso etnográfico, o Laboratório de Genética da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, o autor procura entender

como e por que, apesar de pouco institucionalizada a disciplina no Brasil (com ausência de uma associação específica e com pouco espaço na Associação Brasileira de Antropologia), esse grupo contribui para a existência de uma área disciplinar na academia brasileira: a antropologia biológica (p. 5).

Segundo porque a adição do termo “Biológica”, ao mesmo tempo em que denota especificidade (do que este trabalho se ocupa), estende o termo “Antropologia

brasileira”, a exemplo do que faz Salzano (2009), aos estudos bioantropológicos, excluídos por Cardoso de Oliveira.

Esse empreendimento de evidenciação e descoberta do que seja e como está estruturada hoje a Antropologia biológica no Brasil possui dois focos principais: prover uma apreciação diagnóstica dos contornos institucionais da área no país enquanto resultado de um processo histórico específico; e colocar em destaque as impressões de alguns de seus representantes acerca da situação atual da área e de como isso se articula com questões como captação de recursos, inserção no mercado, identidade profissional, entre outras. No que concerne a esse último aspecto, a escolha de quatro pesquisadores atuantes em pelo menos quatro especialidades da Bioantropologia, enquanto recorte estratégico para a execução do empreendimento, insere-se em uma tentativa de articular dados de ordem mais geral (os quais serão dispostos no segundo capítulo) com outros caracteristicamente mais qualitativos - os testemunhos (e que servirão de base para os capítulos subsequentes). Acrescenta-se a essa articulação uma pequena revisão da produção científica desses quatro pesquisadores. O intuito é oferecer ao leitor pouco familiarizado com a contraparte biológica da Antropologia uma introdução à uma fração das linhas investigativas desenvolvidas mais recentemente no âmbito da Antropologia Biológica brasileira.

Antes de dar prosseguimento, é preciso explicitar que o trabalho aqui apresentado é eminentemente etnográfico, no sentido de uma descrição, ou mais precisamente, de um mapeamento de diversos aspectos concernentes à Antropologia Biológica brasileira hodierna. Assim sendo, ele não parte de um grande esquema teórico *a priori* para pensar a totalidade do objeto e nem para a extração de temas específicos a serem analisados tendo como pano de fundo um “estudo de caso”, como as relações de força que compõem o campo científico, nos moldes propostos por Bourdieu (1975 e 1976), ou as controvérsias científicas subjacentes à produção de fatos, tal qual preconizado por Latour (2000) e Latour e Woolgar (1997), por exemplo. Embora essas dimensões apareçam em alguns momentos ao longo do trabalho, mais especificamente nos capítulos quatro e três, respectivamente, a opção aqui foi a de realmente se ater à descrição e prezar pela economia no uso de conceitos e reflexões abstratas, os quais foram evocados enquanto ferramentas analíticas auxiliares em interpretações pontuais. Tal postura se explica pelo fato de haver ainda uma série de lacunas referentes à Bioantropologia brasileira que, em uma comparação com a Antropologia Sociocultural, carece ainda de estudos etnográficos e históricos (especialmente para os períodos mais

recentes), entre outros, para uma provisão mais robusta de dados. À medida que estudos dessa natureza forem sendo empreendidos, tornar-se-ão maiores as possibilidades de se engendrar análises totalizantes ou de estratificação de aspectos mais específicos, de modo similar ao que já se tem para o período que se estende do final do século XIX ao início do século XX. O trabalho etnográfico aqui pretende, portanto, uma contribuição nesse sentido, quer dizer, a de trazer ao conhecimento de quem possa se interessar, um conjunto de informações que permitem vislumbrar alguns dos aspectos que hoje caracterizam a vertente biológica da Antropologia praticada no Brasil, especialmente em termos de seu assentamento institucional.

Embora dotado de um componente histórico, é preciso assinalar ainda que, ao se deter com maior ênfase nos aspectos contemporâneos da estruturação da Antropologia Biológica brasileira, esta tese pretende uma contribuição um pouco diferenciada. Se, de fato, não se pode afirmar uma inexistência de estudos sobre a contraparte biológica da Antropologia no país, também é verdade que a maioria deles, senão totalidade, aborda-a apenas historicamente. Mesmo indiretamente, toda essa ênfase concedida apenas à sua história, especialmente a mais remota, acaba contribuindo para que a Bioantropologia seja percebida como uma “peça de museu”, vinculada ao passado da Antropologia de duas formas. Primeiro, como o “pretérito negro” da “ciência do homem”, um momento no qual as pesquisas craniométricas e antropométricas de cunho raciológico teriam contribuído de forma decisiva para a implantação e a sustentação de ideais racistas. A supressão dessas idéias teria significado, basicamente, a extinção da Antropologia Biológica, ou, como exposto na citação de Laraia (2005), a transformação de uma ciência biológica em uma ciência social. Segundo, como uma face da Antropologia pouco conhecida que, a despeito de certa continuidade, inclusive institucional, teria permanecido ligada aos princípios teóricos e metodológicos que a marcaram em seus primórdios. Em resumo, a Bioantropologia permaneceria aprisionada em um tempo que exclui as dinâmicas do campo antropológico contemporâneo<sup>4</sup>.

Um último aspecto acerca deste trabalho merece ser mencionado antes que se passe à apresentação de seus capítulos constitutivos. Ele pode ser entendido como uma

---

<sup>4</sup> Evidentemente, não se trata aqui de afirmar que os estudiosos que vem se dedicando ao escrutínio histórico da Antropologia Biológica concebiam-na explicitamente desta forma. Não obstante, parece razoável assumir que a ideia de uma Bioantropologia como “peça de museu” possui certo fundamento tendo em vista alguns pontos. Nos trabalhos históricos os aspectos e personagens abordados e vinculados à Antropologia Biológica brasileira estendem-se, no máximo, até a primeira metade do século XX, o que exclui seu passado mais recente, fato esse comprovado pela praticamente inexistente bibliografia sobre seus últimos 50, 60 anos. Em se tratando de Sociologia e Antropologia Sociocultural, não há qualquer estudo recente que trate do assunto, com exceção do já mencionado trabalho de Dornelles (2010).

“Etnografia da Antropologia” à medida que se situa num terreno entre o estranhamento do familiar e a familiarização do “exótico” (DaMatta, 1978) dentro da própria Antropologia, embora, certamente, conceda um peso muito maior a esse segundo movimento, e porque seu propositor, na qualidade de antropólogo (sociocultural), encontra-se numa posição liminar. Se a constatação de que, para além de uma Antropologia Sociocultural, existiria uma Antropologia Biológica serviu de ponto de partida para um estranhamento da estrutura do campo antropológico brasileiro, em que a Bioantropologia praticamente aparece desprovida de expressividade nas instâncias de ensino, pesquisa e, por que não, decisão ligadas à Antropologia como área do conhecimento (estranhamento do familiar)<sup>5</sup>, este mesmo estranhamento acabou me levando a um exercício de aproximação com toda uma sorte de estudos e profissionais outrora desconhecidos mas que, mesmo reconhecida a sua existência, no mais das vezes apareciam caracterizados como pertencentes a um universo outro que não o da própria Antropologia brasileira contemporânea.

Quanto a posição do autor, cumpre assinalar que, sendo ele um antropólogo (sociocultural), neste trabalho acaba se situando numa interseção entre o dentro e o fora. A “Etnografia da Antropologia que ele executa olha para dentro da ciência na qual ele se formou e tem atuado, mas que, por ser ela constituída de pelo menos duas grandes vertentes cujas fronteiras parecem ser demasiado espessas e limitadas, acaba parcialmente se colocando “de fora”, porque não praticante de uma dessas divisões. Trata-se, portanto, de um antropólogo estudando outros “antropólogos”<sup>6</sup>.

Mas se somos todos nativos, ou melhor dizendo, todos antropólogos, caberia num trabalho como este uma reflexão sobre as possibilidades de diálogo entre antropólogos (socioculturais) e antropólogos (biológicos)? Acredito que sim, mas longe de se constituir num trabalho prescritivo orientado para uma busca a qualquer custo por tópicos de inquirição comuns a ambas as vertentes da Antropologia”, ou de arranjos institucionais específicos, o empreendimento que por hora se apresenta, pretende algo menos programático e ambicioso. Certo de que nenhum diálogo pode se estabelecer sem que haja um reconhecimento das especificidades do outro, de modo a que se ultrapassem impressões muitas vezes pré-concebidas e mistificadas, pretendo apenas que este trabalho não seja muito mais do que ele pode ser, um primeiro olhar sobre o

---

<sup>5</sup> Penso aqui nas reflexões empreendidas por Salzano (2009) com relação à ABA.

<sup>6</sup> No segundo capítulo ficará claro porque, neste primeiro momento, são empregadas aspas na alusão aos antropólogos biológicos.

que eu estou chamando de *a outra face do crânio*, quer dizer, o de evidenciar, por meio de uma etnografia, alguns aspectos da Antropologia Biológica brasileira contemporânea. Aspectos que apontam para uma conformação diferente daquela que marcou o seu nascimento no século XIX.

### **A tese capítulo a capítulo**

O capítulo primeiro abarca dois tópicos. Em um primeiro momento é feita uma apresentação daquilo que poderíamos chamar de uma Antropologia Biológica dentro de uma área científica maior – Antropologia. Apesar de a concepção de Antropologia enquanto ciência, ubiquamente pertencer aos domínios das ciências naturais e das humanidades estar geneticamente associada ao contexto institucional europeu e norte-americano, ela encontra-se hoje disseminada pela maioria dos países nos quais a “ciência do homem” se institucionalizou, conforme se pode verificar junto às associações antropológicas nacionais e internacionais ao redor do mundo. Independentemente do fato de várias dessas associações, ou dos centros produtores de pesquisa antropológica, serem, literalmente, dominadas por profissionais desta ou daquela vertente, resultado de fatores os mais variados, indo-se de desdobramentos históricos a reconfigurações epistemológicas, tem-se que, no geral, a Antropologia é apontada como uma área científica ao menos duplamente constituída – ela é biológica e sociocultural ao mesmo tempo.

Em um segundo momento é oferecido um breve relato histórico do desenvolvimento da Antropologia Biológica no plano internacional e no Brasil. Se para o plano internacional o destaque recai na passagem de uma “velha Antropologia Física” para uma “Nova Antropologia Física” ou “Antropologia Biológica” (Washburn, 1969), para o caso brasileiro pretende-se mostrar, entre outras coisas, que essa transformação não se deu de imediato, ao menos nos estudos morfológicos, o que acabou por se refletir na sua configuração institucional atual. Dentro deste resgate histórico pretende-se, ainda, oferecer uma periodização alternativa e complementar àquelas oferecidas por Castro Faria (2000b) e Salzano (1997, 2009), cuja cobertura até os anos 1950 / 1960 está bem fundamentada.

O segundo capítulo contempla os aspectos mais gerais dos contornos institucionais da Antropologia biológica brasileira contemporânea. Trata-se da

exposição de dados recolhidos a partir de um amplo mapeamento o qual procurou identificar, entre outras coisas, quem são os profissionais que se apresentam como atuantes em Antropologia Biológica no Brasil hoje, qual a sua formação, em que nichos institucionais eles atuam e por quais pesquisas são responsáveis ou colaboradores etc. Tais dados, recolhidos através de consulta direcionada aos currículos cadastrados na Plataforma Lattes, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, do MCTI, apontam, entre outras coisas, para uma exígua quantidade de profissionais atuantes em Bioantropologia no país, ao mesmo tempo em que revelam que, a exemplo do que ocorria nos primórdios da disciplina, sua formação e atuação continua se dando, exclusiva e majoritariamente, respectivamente, fora dos departamentos e dos atuais programas de pós-graduação em Antropologia, algo bastante diferente do que ocorre em alguns outros países, inclusive latinoamericanos.

No terceiro capítulo são apresentados os quatro pesquisadores escolhidos como “informantes”, tendo em vista serem eles seniores nas especialidades nas quais atuam, além de possuírem ampla produção associada. Esse capítulo inclui, também, uma revisão de parte (ao menos em termos qualitativos, tendo em vista a quantidade colossal de artigos e similares publicados anualmente por cada um deles) de sua produção científica. Os pesquisadores em questão, com seus respectivos temas e especialidades são:

- ψ Maria Cátira Bortolini, professora e pesquisadora do Departamento de Genética da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, que possui relevante produção voltada para aspectos gerais e locais da variabilidade genética da população brasileira (Genética de Populações Humanas) além de se dedicar ao tema do povoamento do continente americano. “Discípula” de Francisco Mauro Salzano, geneticista considerado personagem central dentro da Antropologia brasileira e mundial, Maria Cátira Bortolini apresenta-se como uma pesquisadora atuante no campo da Antropologia Biológica à medida que seus trabalhos focam naquilo que ela mesma afirma ser uma “Genética Antropológica”.
- ψ Ricardo Ventura Santos, que atua como professor e pesquisador no Departamento de Antropologia do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – MN/UFRJ, e na Escola Nacional de Saúde

Pública Sérgio Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz – ENSP/Fiocruz. Boa parte da produção de Ricardo Santos está dedicada à bioantropologia de populações contemporâneas (Antropologia Biomédica), mais especificamente à saúde e demografia das populações indígenas. Paralelamente a esse tema, outros trabalhos produzidos por ele tratam das questões raciais na sociedade brasileira a partir de uma interface com as Ciências Sociais de um modo geral, e também da própria história da Antropologia Biológica nacional.

- ψ Sheila Maria Ferraz Mendonça de Souza, que é pesquisadora da ENSP/Fiocruz, e mantém estreita colaboração com o SAB/MN da UFRJ. A produção de Sheila Mendonça é bastante diversificada, abrangendo temas contemplados pela Arqueologia Histórica e Pré-Histórica, pela Antropologia Biológica, passando, também, pela Osteologia Zoológica. Em Antropologia Biológica, sua produção tem como foco a análise de padrões de saúde e doença em populações pretéritas através de materiais esqueléticos (Bioarqueologia e Paleopatologia), o que permite a ela atuar entre a própria Antropologia Biológica e a Arqueologia, especialmente em se tratando de sítios arqueológicos com registros funerários humanos.
  
- ψ Walter Alves Neves, que é o fundador e responsável pelo Laboratório de Estudos Evolutivos Humanos - LEEH, dentro do Departamento de Genética da Universidade de São Paulo – USP. Assim como os dois últimos pesquisadores, Walter Neves possui diversificada produção científica, o que engloba trabalhos nas áreas de Arqueologia Pré-Histórica, Antropologia Biológica e Antropologia Ecológica. Em Antropologia Biológica, a produção de Walter Neves se destaca pelas suas abordagens feitas em torno do tema do povoamento do continente americano a partir da análise de material humano recolhido em sítios arqueológicos (Paleoantropologia), sendo responsável por um modelo alternativo àquele tradicionalmente defendido por especialistas internacionais, atestando uma antiguidade maior para a ocupação da América, e uma leva biológica dessemelhante àquela associada à gênese dos indígenas atuais.

Em termos gerais, tem-se que esses pesquisadores, atuantes no Brasil nos últimos 20 a 30 anos, tem sua formação e produção associadas a contextos institucionais fora dos departamentos e programas de pós-graduação em Antropologia brasileiros, com exceção de um deles (Ricardo Ventura Santos). Em certa medida, sua situação não difere muito daquela observada no segundo capítulo e relacionada a um plano mais geral. Ao mesmo tempo, embora diminuta, sobretudo se comparada ao contingente de antropólogos socioculturais em atuação no país, a “comunidade” a qual esses profissionais pertencem participa ativamente de redes internacionais, âmbito no qual divulgam a ciência que produzem. É o que nos mostram os dados referentes à sua produção, com artigos produzidos majoritariamente em língua inglesa e publicados em periódicos de Antropologia internacionais, o mesmo ocorrendo com os eventos acadêmicos dos quais tomam parte, quadro este a ser apresentado, por meio de dados mais pontuais.

O quarto capítulo retoma um pouco dos elementos tratados no capítulo anterior, mas seu enfoque está nas perspectivas que esses quatro profissionais tem sobre a situação institucional da área à qual estão vinculados. Essas impressões, colhidas por intermédio de testemunhos concedidos ao autor, tocam em assuntos como a satisfação ou insatisfação com relação ao modo pelo qual a Antropologia Biológica encontra-se institucionalmente estruturada; as possibilidades de interlocução com outras áreas, dentro ou fora da Antropologia; o reconhecimento e a visibilidade interna e externa da Bioantropologia brasileira, bem como a qualidade da sua produção; as dificuldades e facilidades de se obter financiamento para as suas pesquisas; sua identidade profissional em um ambiente acadêmico dominado por antropólogos socioculturais.

O último capítulo trata das expectativas desses quatro profissionais com relação ao futuro da Antropologia Biológica no Brasil, acoplando-as à uma contextualização da criação do PPGA/UFPA, iniciativa vista como algo importante, pois, pela primeira vez o Brasil passaria a contar com antropólogos biológicos formados e treinados dentro de um curso de Antropologia. O interessante com isto tudo, e este é outro dos aspectos abordados por este capítulo, é que a implantação de um modelo institucional de inspiração boasiana de Antropologia em solo brasileiro se dá em meio a um acirramento dos debates críticos em torno desse mesmo modelo, inclusive com implicações para o status científico da Antropologia geral, nos Estados Unidos, onde ele se encontra institucionalizado.

Independentemente da viabilidade ou não de um amálgama institucional coercitivo pondo sob o mesmo teto especialidades com aspirações nem sempre similares, tem havido algumas proposições sobre as possibilidades de uma interlocução mais corrente e, portanto, mais proveitosa, entre as dimensões sociocultural e biológica da Antropologia como forma de fortalecer, não apenas na imagem, as suas especificidades enquanto preocupada com todas as dimensões da espécie humana. Articular tais reflexões com os dois pontos mencionados nos últimos dois parágrafos também se insere nos propósitos deste último capítulo. Para alguns autores que discutem o tema, como Lederman (2005) e Hodder (2005), talvez nem *four-fields* e nem *one-field*, e sim quantos *fields* forem possíveis para mais de um. Seja como for, e conforme já adiantado, se este trabalho não guarda em si uma pretensão prescritiva, ele ao menos almeja pôr em evidência propostas de uma interlocução entre as duas vertentes.

A conclusão retoma alguns dos argumentos discutidos ao longo da tese sem, contudo, encerrar-se em uma mera recapitulação. Esta retomada serve como fonte para a reafirmação de que, mesmo situada fora dos departamentos e programas de pós-graduação em Antropologia, ambientes nos quais a Antropologia Sociocultural se consolidou como hegemônica, e dotada de um contingente de profissionais extremamente reduzido, a Bioantropologia se faz viva e ativa dentro do país. Esta persistência reflete, como já assinalado, o empenho dos profissionais que a ela se dedicam, responsáveis por alianças com outras áreas do conhecimento para além do escopo da Antropologia e por uma produção voltada, em ampla medida, para uma interlocução no plano internacional, especialmente através da publicação de trabalhos em língua inglesa em periódicos importantes da área de Antropologia, e da apresentação de trabalhos em fóruns de discussão antropológica. Nesse sentido, se por um lado a Bioantropologia brasileira é praticamente desconhecida dentro da comunidade antropológica nacional, por outro ela goza de uma razoável visibilidade e internacional.

## BIOANTROPOLOGIA: ESPECIFICIDADES E DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO

### **Afinal, de que Antropologia nós estamos falando?**

**Começa em Cuba Congresso de Antropologia:** Antropologia, raças, racismo; primatologia e biossegurança, serão alguns dos temas a tratar durante o II Congresso Iberoamericano de Antropologia (Anthropos 2011) a se realizar aqui de hoje até 18 de março próximo. Outras temáticas como Primatologia biomédica, Virologia, Parasitologia, Bacteriologia, Laboratório clínico, Toxicologia, também constituem importantes assuntos a debater em conferências magistrais, oficinas, mesas redondas e cartazes (Prensa Latina, 14 de março de 2010).

**Antropólogo desmente teoria sobre o fim do mundo em 2012:** (...) A peça é formada de pedra calcária e esculpida com martelo e cinzel, e está incompleta. “No pouco que podemos apreciá-la, em nenhum dos seus lados diz que em 2012 o mundo vai acabar”, enfatizou José Luis Romero, subdirector do Instituto Nacional de Antropologia e História (Diário Digital, 30 de março de 2011, grifos meus).

**Primeira fase de investigação sobre a morte de Allende levará até uma semana:** A primeira etapa do processo de investigação sobre a morte de Salvador Allende (...) vai levar de cinco a seis dias. (...) Depois da exumação (...) serão feitas análises de antropologia e exames de sangue. A equipe de peritos reúne 11 profissionais de várias áreas, como médicos, antropólogos e biólogos, entre outros, sob o comando do Ministério Público e do Serviço Médico- Legal. (Correio do Brasil, 23 de maio de 2011, grifos meus).

**Pequeno primata é capaz de emitir berro ultrasônico:** Pesquisadores descobriram que um pequeno primata, que mede apenas 13 centímetros de altura, é capaz de emitir berros ultrasônicos, imperceptível para humanos. Nathaniel Dominy, professor associado de antropologia de Dartmouth, descreve que a vocalização ultrasônica dos tásios, pequenos primatas do sudeste asiático, é comparável à alta especialização da vocalização de morcegos e golfinhos, que são usadas principalmente como sonar (Último Segundo, 08 de fevereiro de 2012, grifos meus).

Em 2010 um congresso reuniu, em Cuba, antropólogos para discutir temas como “raça” e racismo, biomedicina de primatas e virologia, entre outros. No ano seguinte um antropólogo, ao analisar um vestígio arqueológico, refutava a tese difundida de que populações pré-colombianas teriam estipulado o fim do mundo para 2012. Nesse mesmo ano antropólogos se debruçavam sobre o corpo exumado de Salvador Allende

para tentar descobrir as reais causas de sua morte. E em 2012 um antropólogo assevera que um pequeno primata é capaz de emitir um berro ultrasônico.

Retomando um pouco as discussões contidas na introdução deste trabalho, as informações contidas nos excertos com que este capítulo é aberto podem soar um tanto quanto estranhas para pareça considerável dos pesquisadores e estudantes brasileiros de Antropologia, sobretudo pertencentes a uma geração mais recente, afinal, predomina no âmbito de nossa comunidade antropológica a concepção de que o que caracteriza esta ciência, enquanto pertencente ao escopo das Ciências Sociais, são os estudos voltados para temas de natureza social e cultural, como os rituais, os hábitos alimentares, as configurações religiosas, as diferentes identidades, a política, o direito e os sistemas de parentesco, entre inúmeros outros. Sendo assim, muitos poderiam indagar: não há qualquer equívoco na associação entre Antropologia e artefatos materiais pré-colombianos, primatas não-humanos, exumação de corpos e análises toxicológicas, posto serem estes temas relacionados, com exceção, talvez, dos vestígios arqueológicos, às ciências naturais?

Para a surpresa e descoberta de uns, ou desagrado de outros, ou mesmo sem significar qualquer tipo de novidade para um terceiro conjunto de leitores, a resposta é não. Isso porque, em termos gerais, a Antropologia é apresentada pela quase totalidade da comunidade antropológica e científica internacional como uma ciência situada entre os domínios das ciências humanas e das ciências naturais, composta por pelo menos duas grandes vertentes, uma sociocultural e outra físicobiológica, denominadas, respectivamente, Antropologia Sociocultural e Antropologia Biológica (Antropologia Física até pelo menos a primeira metade do século passado, como será demonstrado mais a frente) (DaMatta, 1986b; Foley, 1996; La Plantine, 2005)<sup>7</sup>. Não por menos, no prefácio de seu livro dedicado à análise das obras de Claude Lévi-Strauss, Edward Evan Evans-Pritchard, Bronislaw Malinowski and Ruth Benedict, Clifford Geertz (2005: 7-8) advertia que, ao usar o termo “Antropologia” para se referir à Antropologia Sociocultural, estava ciente da inexatidão desta associação direta, posto haverem outras Antropologias:

---

<sup>7</sup> Aquilo que estou aqui chamando de Antropologia Sociocultural pode apresentar nomenclaturas diversas a depender de alguns contextos nacionais, como Estados Unidos (Antropologia Cultural) e Inglaterra (Antropologia Social), por exemplo, e que podem ser entendidas como representativas de desdobramentos históricos, teóricos e institucionais particulares. De todo modo, o uso da expressão Antropologia Sociocultural tem sido cada vez mais utilizado no plano internacional para designar a porção não biológica da Antropologia, independentemente de tradições nacionais particulares. Para um vislumbre das tradições associadas aos termos Antropologia Social, Antropologia Cultural, ou mesmo Etnologia (França), ver Barbosa (1986), Barnard (2002), Fischer (1986), Gomes (2008) e Sibeud (2012).

Algumas advertências preliminares se fazem necessárias, não a título de desculpas, o que de nada adianta, mas a bem da clareza. Primeiro, o termo “antropologia” é usado aqui sobretudo como equivalente de “etnografia”, ou de “trabalhos baseados na etnografia”. Esse uso, embora comum a ponto de constituir a norma, é inexato, evidentemente. Tenho plena consciência de que a arqueologia, a linguística comparativa, a antropologia física e várias outras formas de estudo que não se baseiam – ou não necessariamente se baseiam – na etnografia existem e têm tanto direito de reivindicar sua inclusão na rubrica da “antropologia” quanto a “etnografia” e suscitam questões de discurso que lhes são peculiares. Utilizo o termo para me referir à antropologia sociocultural e, em particular, à parte dela que tem uma orientação etnográfica, meramente em nome da conveniência expositiva. Esse emprego não implica em qualquer sugestão de que o tipo de trabalho que discuto esgote o referente termo, ou que tal trabalho seja mais digno dele do que os demais tipos.

Da mesma forma, ao tentar estabelecer uma definição para o escopo de atuação da disciplina a qual vinha se dedicando, DaMatta (1987) chama a atenção para o fato de que compreender o lugar da Antropologia Sociocultural implica reconhecer que ela própria é apenas um ramo daquilo que poderíamos reconhecer, em um sentido mais amplo, como Antropologia. Segundo ele, a Antropologia seria possuidora de “pelo menos três esferas de interesse claramente definidos e distintos” a saber: Antropologia Biológica, Arqueologia e Antropologia Social, cada qual responsável por um dos planos de uma “consciência antropológica” (DaMatta, 1987: 28)<sup>8</sup>. À Antropologia biológica caberia a “consciência física do homem”, da sua ligação com o mundo natural, mais especificamente animal, das transformações pelas quais nosso corpo e cérebro passaram ao longo de milhões de anos. Escreve ele:

A Antropologia Biológica, assim, nos coloca diante dos espaços primordiais dos gestos decisivos, do tempo que corre numa escala fria, lenta, infinita. Ela nos permite especular sobre aquele momento mágico quando o milagre do significado deve ter se realizado e todas as coisas se juntaram num primeiro sistema de classificação (DaMatta, 1987: 37).

Esta concepção de uma Antropologia constituída por pelo menos duas grandes vertentes, uma naturalística e outra sociocultural ou humanística, como assinalado anteriormente, pode ser vislumbrada, por exemplo, nas formas pelas quais ela é

---

<sup>8</sup> Essa concepção de uma Antropologia abrangente, apresentada por DaMatta, na qual a Arqueologia aparece incluída, em muito se aproxima do modelo institucional vigente nos Estados Unidos e em outros países influenciados pela tradição norte-americana, o *Four-Fields Anthropology*. Nela a Antropologia é reconhecida como uma ciência maior, possuidora de quatro subcampos específicos, Antropologia Cultural, Antropologia Biológica, Arqueologia e Linguística Antropológica, o que lhe permitiria estudar o *Homo sapiens* em todos os seus aspectos, sociocultural e natural, sincronica e diacronicamente. No último capítulo desta tese voltarei a tratar deste assunto, tendo como referência a recente criação, no Brasil, do PPGA/UFGA, em consonância com a arquitetura institucional norte-americana.

apresentada por diferentes entidades antropológicas ao redor do orbe, tanto de alcance nacional quanto internacional. A despeito dos reais arranjos institucionais sobre os quais elas estejam ou tenham sido erguidas, e de qual vertente elas representem (se são sociedades constituídas exclusivamente por antropólogos socioculturais ou bioantropólogos), na quase totalidade dos casos a Antropologia é apresentada como uma ciência constituída por pelo menos duas ou mais ramificações, sempre dentro do esquema dual, (às vezes intersectivo, como no caso da Bioantropologia) ciência natural-ciência sociocultural.

Três exemplos podem ilustrar o que está sendo colocado aqui. Considerem-se algumas grandes associações / entidades ligadas à Antropologia, duas de alcance internacional e uma representativa de uma tradição nacional específica.

A começar pela Werner-Gren Foundation for Anthropological Research, a mais importante fundação de alcance mundial voltada exclusivamente para o fomento de pesquisas antropológicas ao redor do mundo. Criada em 1941, essa fundação distribui verbas para pesquisas em Arqueologia, Antropologia Sociocultural, Lingüística e Antropologia Biológica. Isso porque, para a fundação, cada uma dessas disciplinas pode ser considerada uma subárea de uma ciência única e maior: Antropologia. Sua principal publicação, *Current Anthropology*, periódico de alcance internacional, publica artigos baseados em pesquisas realizadas em cada uma das áreas anteriormente aludidas<sup>9</sup>.

Outra entidade de alcance internacional é a International Union of Anthropological and Ethnological Sciences – IUAES, fundada em 1948<sup>10</sup>. A concepção ampla de Antropologia que a entidade defende, explícita e implicitamente, pode ser apreciada em algumas de suas declarações públicas, bem como nas boas vindas de sua página eletrônica, onde se lê “Welcome to the portal of the International Union of

---

<sup>9</sup> Na página de abertura do sítio eletrônico da fundação pode-se ler o seguinte *slogan*: “The Wenner-Gren Foundation: supporting worldwide research in all branches of anthropology”. Essa mesma concepção de Antropologia como uma ciência multifacetada pode ser vista na proposta editorial de sua publicação: “*Current Anthropology* is a transnational journal devoted to research on humankind, encompassing the full range of anthropological scholarship on human cultures and on the human and other primate species. Communicating across the subfields, the journal features papers in a wide variety of areas, including social, cultural, and physical anthropology as well as ethnology and ethnohistory, archaeology and prehistory, folklore, and linguistics”. Disponível em: < <http://www.wennergren.org/>> e < <http://www.jstor.org/page/journal/curranth/about.html>>, respectivamente (Acessado em 05.05.2012).

<sup>10</sup> Na verdade, o histórico da IUAES retrocede mais no tempo. Primeiro até o ano de 1934, quando foi realizado o primeiro Congresso Internacional de Ciências Antropológicas e Etnológicas, no Reino Unido. Antes disso, a IUAES possui uma “pré-história” que remonta a eventos ligados à Antropologia, no século XIX, na Europa.

Anthropological and Ethnological Sciences, the oldest worldwide association for scholars engaged in the scientific study of humankind”<sup>11</sup>. Em 08 de julho de 2011 a IUAES publicou em seu sítio eletrônico uma declaração rechaçando o racismo e nela colocava-se como uma entidade constituída por cientistas (os antropólogos) devotados ao estudo da evolução humana e da diversidade física, social e cultural da humanidade. Eis o preâmbulo da colocação:

As scientists who study human evolution, the physical, social and cultural diversity of humankind, we believe that we have an obligation to share with other scientists, politicians and the general public our current understanding of human variation. (...) Expression of prejudice may or may not undermine material well-being, but it inevitably involves the maltreatment of people and is thus often psychologically distressing, socially damaging and culturally destructive. Scientists should endeavour to prevent their research results being used in a biased way that serves destructively discriminatory ends.

No ano anterior a IUAES havia publicado uma “carta-manifesto” (reproduzida no sítio eletrônico da ABA) endereçada à Organization for Economic Co-operation and Development – OECD, solicitando a retificação da classificação da Antropologia como uma subárea da Sociologia, tal qual aprovado na “Classificação revisada dos Campos de Ciência e Tecnologia”. De acordo com o presidente da entidade, Peter J. M. Nas, que assinava a carta, tal revisão não se aplicaria, porque a Antropologia se constitui como uma ciência independente, tendo como objeto a humanidade em seus aspectos físicos, biológicos, sociais e culturais. Além do mais, a Antropologia seria possuidora de quatro campos de atuação que lhe conferem autonomia: Antropologia Biológica, Antropologia Cultural/Social, Arqueologia e Lingüística (ver Anexo A).

A American Anthropological Association – AAA, fundada em 1902, nos Estados Unidos, pode ser considerada um exemplo emblemático de uma associação antropológica oficialmente comprometida não só com uma concepção ampla de Antropologia, mas também com uma tradição nacional. Embora ao longo do tempo inúmeras outras associações e sociedades tenham surgido como um seu desdobramento, muitas vezes resultantes de conflitos em seu próprio seio, vinculadas a domínios específicos do saber antropológico, a AAA permanece fiel na defesa do modelo dos quatro campos preconizado por um de seus fundadores, Franz Boas, no princípio do século passado. Sua principal publicação, *American Anthropologist*, igualmente, tem

---

<sup>11</sup> Esta citação e as demais referentes à IUAES encontram-se disponíveis em < <http://www.iuaes.org/>> (Acessado em 05.05.2012).

como proposta editorial publicar artigos que contribuam e integrem o que a entidade chama de “todos os campos da Antropologia”<sup>12</sup>.

A Wenner-Gren Foundation, a IUAES e a AAA não são as únicas entidades / associações antropológicas em que a Antropologia é apresentada como uma ciência ao mesmo tempo sociocultural e natural. Assim como no caso da AAA, a despeito das conjunturas institucionais, ou de representarem esta ou aquela vertente, várias outras associações / entidades ao redor do mundo tratam, implícita ou explicitamente, a Antropologia nos moldes discutidos aqui. Boa parcela dessas entidades são congregações ou de antropólogos socioculturais ou só de antropólogos biológicos, como o Institut Catalá d’Antropologia – ICA, e a Sociedad Española de Antropología Física - SEAF, respectivamente. Mas isso não significa que elas apresentem a Antropologia como uma ciência natural ou como uma ciência social exclusivamente. Na maioria das vezes essas entidades evidenciam a si mesmas como dedicadas a uma porção específica da Antropologia. Da mesma forma, aquelas que se apresentam como associações ou sociedades de Antropologia pura e simplesmente, mesmo se majoritariamente compostas por antropólogos socioculturais ou bioantropólogos, como o Colegio de Graduados en Antropología de la República Argentina - CGA (antropólogos socioculturais), e a Taiwan Society for Anthropology and Ethnology – TSAE, acolhem profissionais dedicados a qualquer uma dessas vertentes (ver Apêndice 3), além de fazerem referências a eventos, publicações, documentos e postos de trabalho em qualquer uma dessas vertentes.

Reconhecida, portanto, como uma área de investigação científica situada entre as ciências naturais e as ciências humanas, ou mais especificamente entre as ciências biológicas e as ciências sociais, e não exclusivamente vinculada a apenas um desses conjuntos disciplinares, a Antropologia se caracterizaria por ser uma ciência ao mesmo tempo geral e especializada:

Essa nossa disciplina é, com efeito, bastante paradoxal: é uma das disciplinas mais especializadas e ao mesmo tempo uma das mais gerais. É especializada enquanto trata apenas de assuntos relacionados ao homem e sua experiência; geral, no que concerne à variedade incrível de aspectos da realidade humana que envolve temas estudados por geneticistas, psicólogos, sociólogos, biólogos,

---

<sup>12</sup> A concepção de Antropologia da AAA encontra-se disponível na página eletrônica da entidade, < <http://www.aaanet.org/index.cfm>>, assim como a proposta editorial de *American Anthropologist* encontra-se disponível em < <http://www.wiley.com/WileyCDA/WileyTitle/productCd-AMAN.html>> (Acessado em 05.05.2012). Uma revisão crítica da real integração dos quatro campos nos EUA por meio de uma análise dos artigos publicados em *American Anthropologist* pode ser vista em Borofsky (2002).

geógrafos etc. // É devido, pois, a esse caráter geral da antropologia que ela pode ser incluída tanto entre as ciências naturais como entre as humanidades e as ciências sociais (Mello, 2003: 35) <sup>13</sup>.

No caso específico da Antropologia Biológica, havíamos visto que para DaMatta (1987) ela é responsável por uma “consciência antropológica” sensível às especificidades físicas do homem (sua ligação com o reino natural) em uma escala de tempo bastante dilatada. Mas a partir de quais entradas ela seria capaz de produzir conhecimentos acerca dessas especificidades? Como será mostrado na última seção deste capítulo, para oferecer um quadro mais ou menos satisfatório dessas especificidades, a Antropologia Biológica constitui-se em uma vertente da Antropologia dotada de proposições de ordem mais geral ao mesmo tempo em que se encontra subdividida em especialidades voltadas para assuntos os mais diversos, relacionados à dimensão biológica humana. Ao nos depararmos com essas especialidades, podemos notar, igualmente, que ela não se ocupa somente de escalas temporais grandiosas, como definido por DaMatta. Se a Paleoantropologia, de fato, opera com cronologias de até milhões de anos, o mesmo não se aplica à Antropologia Forense, ou mesmo à Antropologia Biomédica, especialidades que, seguramente, trabalham com dimensões temporais restritas ou mesmo análises sincrônicas

Apenas a título de conceituação mais objetiva, em termos gerais a Antropologia Biológica pode ser identificada como a área ou subárea da Antropologia preocupada com a dimensão biológica do homem, estudando principalmente sua origem, evolução, variações, constituição física e molecular, e comportamento (Laplantine, 2005; Stanford, Allen e Antón, 2009), além de padrões demográficos, de saúde e de doença, e relações com outras espécies de primatas. Neste sentido, ela procura desenvolver um conhecimento antropológico com ênfase nas características físico-biológicas dos grupos humanos, tanto pretéritos como contemporâneos, mas levando também em conta a interação entre biologia e meio (natural e cultural), ou seja, o ser humano como um organismo biológico inserido em contextos históricos, sócio-culturais e ambientais específicos<sup>14</sup>.

---

<sup>13</sup> Para os fundamentos mais filosóficos da disciplina, em ambas as vertentes, biológica e sociocultural, assunto que escapa aos propósitos deste trabalho, ver Leaf (1981).

<sup>14</sup> Em termos gerais, muitas das concessões que os antropólogos biológicos fazem aos aspectos socioculturais estão relacionadas não apenas ao empreendimento de tentar compreender melhor as complexas interações entre os domínios orgânico e ambiental (*the biocultural approaches*), mas também como forma de reverter a imagem de que eles seriam deterministas biológicos. Este último aspecto pode

A fim de oferecer um quadro diacrônico mínimo, na próxima seção é traçada uma breve recapitulação da história geral da Bioantropologia, focando-se, sobretudo, nos aspectos teóricos mais importantes, de modo a destacar a passagem de uma “Velha Antropologia Física” para uma “Nova Antropologia Física” ou Biológica nos anos 1950. A seguir, são tecidos alguns comentários acerca das conseqüências mais diretas relacionadas a essa transformação. Adiante, algumas páginas são dedicadas à trajetória da disciplina no Brasil e, também, proposta uma periodização alternativa àquelas oferecidas por Castro Faria (2000b), nos anos 1950, e Salzano (1997, 2009) mais recentemente. Para encerrar este capítulo, o escopo disciplinar da Antropologia Biológica é retomado, discriminando-se suas especialidades mais expressivas e, na medida do possível, fazendo-se apontamentos sobre a existência ou não, no país, de pesquisas a elas relacionadas.

## **Histórias e transformações na Antropologia Biológica**

### ***De uma Antropologia Física a uma Antropologia Biológica***

O que hoje é conhecido como Antropologia surgiu no cenário das ciências emergentes do século XIX como um projeto científico audacioso, embora não ainda de todo unificado em termos institucionais e de nomenclatura. A “ciência do homem”, em suas formulações iniciais, propunha investigar o “Homem” em praticamente todos os planos, englobando-se aí, grosso modo, as dimensões da natureza e da cultura, no passado e no presente. Neste momento inicial a vertente associada às ciências humanas ou sociais (inicialmente muito mais reconhecida pelos termos Etnografia e Etnologia) e aquela vinculada às ciências naturais (então denominada Antropologia Física ou simplesmente Antropologia) partiam de pressupostos evolucionistas unilineares para

---

ser verificado, por exemplo, nos sítios eletrônicos do Instituto Italiano di Antropologia - IstIA e da American Association of Physical Anthropology - AAPA. No caso da AAPA, pode-se ler o seguinte: “Physical anthropology is a biological science that deals with the adaptations, variability, and evolution of human beings and their living and fossil relatives. Because it studies human biology in the context of human culture and behavior, physical anthropology is also a social science”. Disponível em: [http://www.physanth.org/?b\\_start:int=5](http://www.physanth.org/?b_start:int=5) (Acessado em 05.05.2012). Para Segal e Yanagisaro (2005), contudo, as propostas de uma abordagem biocultural, especialmente nos EUA, funcionariam, na verdade, como uma redução do cultural ao biológico. As tensões relativas ao modelo *four-fields* norte-americano, e as possibilidades de diálogo entre as diferentes antropologias, serão mais bem discutidas no último capítulo deste trabalho.

explicar a “saída” do homem de sua condição animal e as diferenças comportamentais entre povos ou “raças” (Stocking Jr, 1968; DaMatta, 1986b; Foley, 1996; Castro, 2005). Assim, o objeto de estudo da Antropologia, uma ciência em busca de leis regulares e naturais para explicar o funcionamento das sociedades, apresentava-se já dividido, posto que o processo de hominização era discutido por alguns sob a ótica raciológica (Gobineau e Agassiz) e por outros sob a ótica do progresso (como Morgan e Tylor)<sup>15</sup>. Os “primitivos” eram considerados pertencentes a um primeiro momento desse processo de hominização, ou de uma etapa rumo à “civilização”, e os aspectos biológicos e psicológicos eram evocados, sobretudo pelos antropólogos físicos, para esclarecer as diferenças culturais entre as sociedades.

Esta perspectiva evolucionista unilinear, presente tanto na Antropologia Física quanto na Antropologia Sociocultural [Etnologia e Etnografia], a despeito dos contornos tomados em cada uma das vertentes, começou a ser combatida ainda na passagem do século XIX para o século XX, especialmente pelas proposições de Franz Boas, nos Estados Unidos. Boas não só procurou estabelecer novas diretrizes para a Antropologia Física da época, nela introduzindo uma perspectiva mais dinâmica ao testar teorias conflitantes e considerar a importância da hereditariedade e do ambiente em processos microevolutivos, como procurou romper os elos entre “raça”, cultura e comportamento, tão apreciados pela Etnologia de seu tempo, estabelecendo, assim, as bases para um conceito relativista de cultura (Stocking Jr., 1968; Stanford, Allen e Antón, 2009).<sup>16</sup>

Essa contestação dos pressupostos evolucionistas e raciais da Antropologia (na qual poderíamos incluir, além de Boas, seus discípulos imediatos nos Estados Unidos e os nomes associados ao funcionalismo na Europa) propiciou um afastamento cada vez maior entre os estudos de ordem sociocultural e física (biológica) (Linton, 1969). Assim sendo, ao longo do século XX, com exceção, talvez, dos anos 1960, as duas grandes vertentes da Antropologia acabariam desenvolvendo de modo independente seus escopos teóricos e metodológicos, não só por não escaparem ao crescente processo de

---

<sup>15</sup> Sobre o assunto ver Stocking Jr (1968) e Schwarcz (1993). Textos de antropólogos socioculturais, como Morgan, Frazer e Tylor, em português, podem ser apreciados na coletânea organizada por Castro (2005)

<sup>16</sup> Em seu trabalho, Stocking Jr. mostra como o movimento de desconstrução dos ideais racistas da Antropologia Física do século XIX, por parte de Boas, está vinculado aos investimentos que ele fez nesse campo, e não apenas na Etnologia, como procuram enfatizar vários antropólogos socioculturais. Ainda para o autor de *Race, Culture and Evolution*, Boas teria adiantado muitos dos elementos que marcariam a “Nova Antropologia Física”, estabelecida nos anos 1950. Contudo, suas proposições teóricas e metodológicas para a Antropologia Física teriam permanecido no ostracismo até meados do século XX, quando então foram reconsiderados pelos antropólogos biológicos.

especialização que acometeu a ciência como um todo nos últimos 100 anos ou mais, mas também como o resultado dos caminhos que cada uma delas percorreu. Se a Antropologia Biológica procurou se estabelecer como uma disciplina científica, a Antropologia Sociocultural se voltou para uma perspectiva mais humanística (Lederman, 2005)<sup>17</sup>.

Em termos específicos, durante muito tempo a Antropologia Biológica [Física] esteve pautada no escrutínio descritivo da diversidade morfológica humana em praticamente todos os países nos quais ela se estabeleceu (Little e Susmann, 2010), como, entre outros, África do Sul (Morris, 2012), Brasil (Santos RV, 1996, 2012), China (Hua, 2012), França (Sibeaud, 2012), Japão (Nanta, 2008; Low, 2012), Portugal (Santos G, 2012) e Noruega (Kyllingstad, 2012), além de Alemanha, Estados Unidos e Inglaterra (Little e Sussman, 2010). Baseando-se em reiteradas mensurações de ossos e corpos para diferenciar as “raças” e hierarquizá-las, ela procurava o elo perdido entre aquelas, como se uma, a mais “primitiva”, fosse, realmente, tal liame. Todavia o legado deste primeiro momento, no qual foram obtidas quantidades expressivas de dados antropológicos sobre a origem da espécie (Paleoantropologia) e as características físicas das populações contemporâneas, as interpretações dos mesmos estavam orientadas, na maior parte das vezes, por uma perspectiva essencialista e fixista preocupada com a origem e a natureza dos “tipos raciais”. Para a evolução humana (origem, dispersão e formação das “raças”), desde o século XIX até pelo menos meados do século passado, o problema continuava, em grande parte, pouco esclarecido, dependente dos achados paleontológicos. Havia poucas perspectivas de se chegar a um consenso entre os especialistas, dificuldade também experimentada no campo da Zoologia descritiva – muita diversidade com poucas possibilidades de aproximação e diferenciação entre os exemplares encontrados. No caso dos estudos envolvendo populações contemporâneas, grosso modo os antropólogos físicos estabeleciam conexões demasiado simples entre caracteres físicos e outras dimensões, como comportamento, moralidade e cultura, no afã de hierarquizar as “raças”, empreender projetos nacionalistas e, também, assegurar a cientificidade de sua prática. Para autores como Linton (1969) e Washburn (1969), os

---

<sup>17</sup> Véran (2012) menciona que, nos últimos 50, 60 anos, os caminhos tomados por cada uma das duas vertentes encerram em si alguns riscos. No caso da Antropologia Biológica, o risco seria o de perder-se, uma vez superados os aspectos que a marcaram até meados do século passado, conforme será mostrado nas próximas páginas, em uma nova forma de positivismo porque resguardada por seus aparatos técnicos. Já a Antropologia Sociocultural, ao evitar qualquer tipo de acusação de positivismo, numa tentativa de afastamento com seu passado vinculado ao colonialismo europeu, estaria correndo o risco de renunciar a qualquer pretensão de explicar qualquer coisa.

limites interpretativos da Antropologia Biológica [Física] encontravam-se contidos na própria metodologia empregada pelos antropólogos, adjetivada por Castro Faria (1998) e Schaden (1954) como “enfadonhas” descrições morfológicas, assim como no seu apego ao conceito de “raça”. Para todos esses autores, tratava-se de uma orientação incapaz de fornecer subsídios para a elucidação das causas responsáveis pela diversidade biológica humana, o que acabava contribuindo para o caráter especulativo da disciplina.

Entre os anos 1950 e 1960, a Genética assumiria um papel central dentro da síntese neodarwinista, em curso desde os anos 1920, ganhando um destaque cada vez maior no campo das Ciências Biológicas como um todo<sup>18</sup>. A Antropologia Física não ficaria imune à sua influência. Nos anos 1950 o antropólogo norte-americano Sherwood Washburn, se aliaria a Theodosius Dobzhansky, geneticista e personagem central por trás do estabelecimento da síntese neodarwinista, e promoveria uma profunda alteração no campo da Antropologia Física ao nela introduzir a perspectiva teórica geral do neodarwinismo e o conceito genético de população (Stanford, Allen e Antón, 2009; Little e Sussman, 2010). Tratava-se de fazer com que a Antropologia Física deixasse para trás, segundo esses mesmos autores, seus objetivos descritivos orientados pelo evolucionismo raciológico do século XIX para se tornar uma disciplina capaz de realizar análises interpretativas sobre o processo evolutivo da espécie sob a luz do neodarwinismo. Ao mesmo tempo, era proposta a supressão do conceito de “raça” em detrimento do de população. A transformação proposta era tamanha que até o nome da disciplina deveria ser mudado – ela passaria a ser reconhecida como uma “Nova Antropologia Física” (título atribuído ao próprio Washburn), ou Antropologia Biológica, em contraposição à “Velha Antropologia Física.

Sobre esta passagem, Little e Sussman (2010) apontam para dois marcos históricos decisivos: a realização de um simpósio organizado por Dobzhanski e Washburn, em 1950, intitulado a “Origem e a Evolução do Homem”, evento sobre o qual Castro Faria (2000c) faria uma série de considerações positivas, e a publicação de “The New Physical Anthropology”, por Washburn, em 1951, na *Transactions of the*

---

<sup>18</sup> A moderna Teoria da Evolução (ou Teoria Sintética da Evolução, ou ainda Neodarwinismo) pode ser compreendida como a aproximação entre os postulados de Charles Darwin e de Gregor Mendel, e a agregação da Ecologia. Ela começou a se delinear na década de 1920, a partir de estudos que mostravam que a variabilidade encontrada entre os organismos poderia ser explicada pela herança mendeliana (transmissão das características genéticas) e pela seleção natural. Nesta nova perspectiva, a seleção natural passou a ocupar um papel central, embora não exclusivo, com o vislumbre de evidências diretas da sua ação por sobre o processo evolutivo da espécie, inclusive com respeito à espécie humana. Sobre o assunto, ver Meyer e El-Hani (2005) e Marks (2012).

*New York Academy of Sciences*. Mas há leituras diferentes sobre essa passagem. Para Smocovits (2012), desde a década de 1920 os propositores do neodarwinismo vinham empreendendo esforços para uma integração da Antropologia às suas perspectivas, ou de uma sensibilização da Antropologia para com a Genética. Já para Marks (2012), a assunção de que a Antropologia teria ignorado a Genética até os anos 1950 e 1960 não passaria de um mito. Para ele, na mesma época em que Franz Boas tentava estabelecer uma Antropologia anti-racista nos EUA, havia uma maioria de pesquisadores defendendo uma Antropologia racista baseada na hereditariedade. Além disso, nas primeiras décadas do século passado os antropólogos físicos começariam a se envolver com estudos serológicos como forma de interpretação das diferenças raciais.

Se abrupta ou paulatina, para Washburn (1969), figura central nesta “conversão” de uma Antropologia morfológica e descritiva a uma Antropologia morfológica e molecular mais interpretativa e teoricamente embasada pelo neodarwinismo, o fato de, naquela época, a Antropologia Biológica [Física] possuir problemas semelhantes àqueles encontrados na Zoologia, tanto em termos teóricos quanto metodológicos, facilitaria o trabalho de seus profissionais, uma vez que eles poderiam, de certa maneira, adotar as novas perspectivas evolutivas desenvolvidas na Biologia. Ele sustenta que, com isso, as modificações operadas no seio da Antropologia Biológica [Física] obedeceram às descobertas da Biologia Geral e Comparada, em particular dos estudos genéticos, quando então ela pôde deixar de se circunscrever a uma tarefa nos mais das vezes descritiva para se dedicar a um empenho mais analítico das diferenças biológicas entre os seres humanos, tanto no eixo sincrônico (Biologia humana), quanto diacrônico (estudo dos fósseis). Em texto publicado pouco após a II Guerra Mundial, Linton (1969) assinalava o que ele considerava serem os principais avanços obtidos pela agora denominada Antropologia Biológica: o desenvolvimento da Paleoantropologia, que vinha descobrindo inúmeras formas antigas intermediárias entre os símios e os homens modernos<sup>19</sup>; e a Somatologia, cuja ocupação central seria o homem moderno em todos os seus aspectos físicos, transladando-se de um enfoque puramente descritivo e tipológico dos aspectos morfológicos (cor da pele, formato do nariz, textura do cabelo etc.) para a análise dos aspectos mais recônditos da biologia humana (composição

---

<sup>19</sup> Segundo Hua (2012), a Paleoantropologia experimentou vertiginoso crescimento na China a partir da segunda metade do século passado, respondendo pela maior parte da expansão da Antropologia Biológica naquele país. Little e Sussman (2010), por seu turno, apresentam um resumo das principais descobertas paleoantropológicas na Ásia, África do Sul e Europa.

molecular, maturação sexual, resistência a determinadas doenças e ambientes extremos etc.).

Mas quais seriam as especificidades subjacentes às diferenças entre a “Velha” e a “Nova Antropologia Física”? Washburn (1969) oferece um quadro síntese dessa diferenciação, englobando objetivos, teoria, técnica e interpretação.

Segundo ele, na Antropologia Biológica de outrora [Física], ou seja, anterior à consolidação do neodarwinismo, os objetivos esgotavam-se na classificação e correlação de caracteres morfológicos para o estabelecimento dos tipos raciais. A descrição por si só era suficiente, porque embasada na defesa da existência das “raças”, o que implicava uma pálida relevância concedida à teoria evolutiva. Em termos metodológicos, os estudos eram realizados utilizando-se uma mescla de antropometria e comparação morfológica com base em poucas variáveis, o que, segundo Washburn (1969), só poderia resultar em uma Antropologia Biológica especulativa.

A Antropologia Biológica, ainda de acordo com ele, surgida sob a influência do neodarwinismo, teria como objetivo a compreensão do processo evolutivo da espécie humana, com bastante ênfase nas causas por trás de sua diversidade atual. Com isso, a teoria neodarwinista passou a ser crucial, com o desenvolvimento de hipóteses consistentes e experimentalmente verificadas. O uso das mensurações como fins em si mesmos descaiu em declínio, emergindo novas técnicas de análise que poderiam ser empregadas em problemas particulares. Por fim, as interpretações se tornaram possíveis justamente por conta deste novo caráter teórico-metodológico.<sup>20</sup>

A partir desse momento, quer dizer, da emergência de uma “Nova Antropologia Física”, a “raça”, como anteriormente assinalado, adquiriria importância cada vez menor nas explicações para as diferenças humanas dentro do quadro geral da Antropologia Biológica, embora não elidida de todo. Ela permaneceria sendo acionada não só na esfera pública em geral, inclusive no alvorecer do século XXI, mas, também, vez ou outra, por alguns cientistas (Santos, 1996; Little e Sussman, 2010), inclusive na

---

<sup>20</sup> É interessante observar que mais ou menos na mesma época a Arqueologia também tentou ultrapassar a concepção de uma ciência meramente descritiva de vestígios do pretérito para se lançar em análises mais “científicas” sobre os mesmos. O primeiro passo em direção a esta nova concepção foi dado pelo processualismo (ou “Nova Arqueologia”), na década de 1960, mas a idéia de que a Arqueologia também seria capaz de promover enunciados interpretativos acerca da dimensão simbólica dos artefatos arqueológicos adviria com mais força dentro do pós-processualismo, na década de 1980, cujo maior representante continua sendo Ian Hodder, aliás, um crítico do modelo antropológico *four-fields*, nos EUA. Para uma discussão sobre o assunto, ver Hodder (1994), Johnson (2000) e Trigger (2004). Para uma história da Arqueologia brasileira, ver Souza (1991) e Prous (1992). A importância de incluir, ainda que timidamente, a Arqueologia na presente discussão, mostra-se interessante tendo em vista as conexões entre ela e a Antropologia Biológica a partir dos estudos bioarqueológicos.

própria Antropologia, em consonância mesmo com termos como população (Antropologia Biológica) e grupo étnico (Antropologia Sociocultural) (Véran, 2012) <sup>21</sup>.

### ***Ponderações sobre o desenvolvimento histórico da Antropologia Biológica***

O desenvolvimento histórico da Antropologia biológica, posto aqui em termos bastante gerais, não deve ser tomado como algo sem correspondência no desenvolvimento da própria Antropologia e do cenário científico como um todo. Conforme exposto ao longo dos parágrafos anteriores, é possível assinalar ao menos dois fatores que podem ser considerados diretamente incidentes sobre os arranjos e rearranjos que resultaram em sua conformação atual.

O primeiro deles corresponde ao declínio do prestígio experimentado pelas explicações baseadas em pressupostos biológicos para a diversidade cultural humana dentro da própria Antropologia, em que muitas vezes as classificações de cunho racial (e racista) e etnocêntrico se sobrepuseram a outras formas de classificações (psicológicas, comportamentais e culturais), especialmente entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, com extensões até meados desse mesmo século, assunto bastante documentado e discutido (Gould, 1993; Schwarcz, 1993, Santos, 1996; Véran, 2012; entre outros). Sobre esse ponto, vale recordar, mais uma vez, que o afastamento entre as duas grandes vertentes da Antropologia tomou maior impulso especialmente a partir do momento em que os veredictos evolucionistas unilineares que marcaram a sua institucionalização, na segunda metade do século XIX, passaram a ser amplamente combatidos dentro da Antropologia Biológica [Física] e, especialmente pela Etnologia (Stocking Jr, 1968; Barnard, 2002; Little e Sussman, 2010). Em meio à impossibilidade de levar adiante um diálogo conjunto com os antropólogos culturais quanto ao real papel dos aspectos biológicos, ou mais precisamente, das conformações morfológicas sobre o comportamento dos povos, ou das “raças” (perspectiva sincrônica), restaria aos antropólogos biológicos [antropólogos físicos] perseverarem em seus estudos diacrônicos para, ao menos, estabelecer, em termos biológicos e evolutivos, os passos dados pela nossa espécie desde o momento de sua diferenciação

---

<sup>21</sup> Exemplos sobre como a ideia de “raça” pode e continua a ser acionada de modo a responder por determinadas características fenotípicas, ou ainda como instrumento reflexivo sobre identidades pessoais e nacionais, podem ser vistos em Santos *et al.* (2009) e Gaspar Neto e Santos (2009, 2011), respectivamente.

dos demais primatas. Dessa forma, não seria forçoso reconhecer que os interesses da Antropologia Biológica [Física] aproximavam-se mais daqueles manifestos em certas áreas das Ciências Biológicas, do que propriamente da Antropologia Sociocultural nas primeiras décadas do século passado, especialmente porque o grande elo que as unia - a “raça” - foi desacreditado pelos antropólogos socioculturais antes que os antropólogos físicos fizessem o mesmo<sup>22</sup>. Notadamente, não é demais igualmente reconhecer que temas biológicos e de cunho evolutivo reapareceriam na própria Antropologia Cultural/Social. Não apenas nas teorias de certos autores funcionalistas, como Malinowski, que entendia a cultura como uma resposta às necessidades biológicas (1970, 1982), mas, também, no que se convencionou chamar sinteticamente Antropologia Ecológica (Neves, 1996), ou estudos de cultura e meio ambiente em moldes adaptativos, com especial destaque para as teorias produzidas por Julian Steward e Leslie White<sup>23</sup>. Sobre esse último ponto, Little (2012: S131) afirma que, na história da Antropologia, a década de 1960 seria marcada pela aproximação nada usual entre a Antropologia Sociocultural, a Antropologia Biológica e a Arqueologia, em torno de um paradigma teórico comum:

The decade of 1960s was marked by an event unusual in the history of anthropology: three of its subfields – cultural anthropology, archaeology and biological anthropology – were unified under a similar theoretical paradigm. Or, at least there was unification among some practitioners of the three subfields. The paradigm included the application of the scientific method, materialism, adaptation, and ecological approaches to inquiry.

Um segundo fator diz respeito à estreita relação guardada pela Bioantropologia com as Ciências Biológicas de um modo geral, a ponto de Castro Faria (2000a) caracterizá-la como uma Biologia Humana, ou seja, especializada em nossa espécie. O fato é que, dentre aquelas ciências que se institucionalizaram no final do século XIX e se desenvolveram ao longo do século XX, a Antropologia se destacou pela pretensão de analisar o seu objeto de estudo sob os mais variados aspectos, propiciando, assim, algumas interlocuções entre as ciências sociais e as ciências naturais. O exemplo mais emblemático desta pretensão está no modelo institucional estabelecido nos Estados

---

<sup>22</sup> Se tal proposição pode ser tomada como procedente em um âmbito geral, é preciso ter em mente que histórias particulares podem esconder algumas especificidades. Um bom exemplo de que a ideia de “raça” não fora de todo desacreditada pelos antropólogos socioculturais pode ser encontrado na África do Sul. Morris (2012) mostra que o *apartheid* naquele país recebeu forte apoio dos etnólogos.

<sup>23</sup> Para mais sobre o assunto ver Mórán (1990, 1994) e Neves (1996).

Unidos, sob a forma de uma Antropologia quatro campos e que, de certa forma, tal qual visto na seção anterior, encontra-se difundido em vários países. Seja como for, em meio ao conjunto de disciplinas constituintes da Antropologia aqui ou ali, o elo mais estreito entre as dimensões da natureza e da cultura ficaria a cargo da Antropologia Biológica [Física], tanto num primeiro momento, quando eram oferecidas respostas biológicas para fenômenos socioculturais (“raça” e comportamento), quanto numa etapa posterior, quando então seriam considerados os impactos do meio sobre a dimensão biológica dos indivíduos e das populações, inclusive em termos do processo evolucionário da espécie humana. Neste sentido, vale reproduzir aqui um trecho no qual Lindee e Santos (2012: S5) aludem ao posicionamento de certos autores, como Gísli Pálsson, para quem a Bioantropologia ocupa uma posição epistêmica privilegiada com relação à Antropologia Sociocultural:

In our discussions, Gísli Pálsson proposed that anthropology as currently organized around two radically separated domains (biological and social) that are often in tension borders on being out-of-date and ethnocentric in its assumptions – humans are neither social nor biological, he suggests, but always both, and a discipline proposing to study human beings should be both as well. (...) From this perspective, biological anthropology, with its emphasis on understanding human biology in social terms, seems occupy the privileged epistemic position in relation to social anthropology: all animals are biological, and there is no animal in which biology does not matter<sup>24</sup>.

A aproximação da Antropologia Biológica com as Ciências Biológicas tornou-a suscetível, conforme vimos, às modificações operadas nessas últimas. Indubitavelmente, o impacto ocasionado pela emergência da Genética, e pela hegemonia teórica do neodarwinismo sobre todos os ramos das Ciências Biológicas, não poderia poupar a Antropologia biológica [física]. A ela, cujos trabalhos estavam orientados por uma perspectiva que via na craniometria e na antropometria os meios pelos quais as “raças” (e tudo o que pudesse ser associado a essa ideia, da morfologia à inteligência) poderiam ser descritas, com o esquadramento dos caracteres anatômicos

---

<sup>24</sup> Os autores estão se referindo tanto a um artigo de Pálsson (2012) sobre empreendimentos de Antropologia Genética na Islândia, quanto às discussões ocorridas no simpósio “The Biological Anthropology of Living Human Populations: World Histories, National Styles, and International Networks”, da Wenner Gren-Foundation, em 2010. Organizado por Susan Lindee e Ricardo Ventura Santos, o evento, sediado no Brasil, reuniu antropólogos biológicos e socioculturais, historiadores e filósofos, entre os dias 05 e 12 de março, para discutir temas relacionados ao passado, presente e futuro da Bioantropologia internacionalmente. Essas discussões foram publicadas, na forma de textos, em uma edição especial de *Current Anthropology* (Volume 53, Supplement 5). Sobre as possibilidades de interlocução entre a Bioantropologia e a Antropologia sociocultural, voltarei ao assunto no último capítulo.

externos e internos, de crânios e demais elementos ósseos à cor da pele, tipo de cabelo e formato do nariz, por exemplo, ou mesmo quando dos estudos de grupos sanguíneos, talvez não restasse outra saída senão submeter-se aos novos imperativos proporcionados pelos estudos biomoleculares e pela perspectiva evolucionista multilinear, que passaram a exigir dos pesquisadores respostas muito mais complexas para problemas originais, indo da taxonomia (Sistemática Filogenética ou Cladismo) ao comportamento humano. À luz do “verdadeiro evolucionismo” (Lévi-Strauss, 2008), no plano da natureza, e com os aportes dos estudos etnográficos desenvolvidos pelos etnólogos relativistas, no plano da cultura, já não era mais possível sustentar certas concepções baseadas no conceito de “raça”. A antropologia Biológica [Física] havia sido “forçada”, tanto pelos biólogos, quanto pelos antropólogos socioculturais, a rever os seus propósitos e veredictos.

Há de se salientar também que a polarização que caracteriza a Antropologia atualmente não é um caso isolado dentro da ciência. Para além do processo contínuo e aprofundado de especialização do campo científico, e que tomou curso ao longo de todo o século XX, é preciso salientar, ainda, que a dicotomia natureza e cultura, materializada nas próprias fronteiras estabelecidas entre os mais diversos campos disciplinares, responde a um amplo “projeto” presente nas denominadas “sociedades ocidentais” (Latour, 1994, 2002). Com efeito, a oposição Antropologia Biológica *versus* Antropologia Sociocultural (ao menos aparentemente) é apenas um reflexo dessa polarização mais geral entre natureza e cultura presente não apenas nos discursos científicos. Ainda segundo Latour (1994, 2002), ela também está presente em boa parte da vida cotidiana das “sociedades ocidentais”, como condição de instauração deste “projeto” de modernidade que jamais se concretizou (Latour, 1994). A título de ilustração, poderíamos evocar aqui as desconfianças, levantadas pelas Ciências Sociais, para com certas explicações defendidas por correntes que pretenderam uma “solução fácil” para a reunião dos dois domínios, como a Sociobiologia, em uma primeira fase, e a Psicologia Evolutiva, posteriormente, mas que acabaram resvalando para corolários no mais das vezes estritamente reducionistas<sup>25</sup>, conforme exposto na próxima seção.

---

<sup>25</sup> Para uma ideia geral sobre os debates envolvendo a Sociobiologia, ver Brandão (2006) e Silva (1993, 2006). Para um apanhado sobre a Psicologia Evolutiva, inclusive nas críticas endereçadas à Antropologia Sociocultural e à Sociologia, ver Pinker (2004) e Winston (2006).

### *Digressão: natureza versus cultura*

Ainda que não seja o intento desta tese enfrentar tal questão, uma vez que seus propósitos centram-se numa descrição da situação atual da Bioantropologia brasileira, é empreendida uma pequena digressão de modo a exemplificar o que, em certo nível, pode estar em jogo, em termos epistemológicos, nos debates natureza *versus* cultura. Em artigo recente, Silva (2012) expõe o quanto pode ser difícil um diálogo entre o que ela chama de “cientistas da sociedade” e “cientistas da natureza”. Trata-se de uma análise comparativa envolvendo as proposições de uma socióloga, Maria Cecília Minayo, e um médico defensor da Psicologia Evolutiva, Renato Zamora Flores, sobre o tema da violência. Nesse empreendimento, a antropóloga mostra que, se por um lado, Minayo esforça-se por contextualizar o que poderíamos entender por violência, inclusive entrecruzando fatores externos e subjetivos de modo a uma compreensão mais rica do fenômeno, por outro, Flores restringe seu argumento a uma dimensão biológica orientada pela ideia de seleção natural. De acordo com Silva (2012), Flores entende o comportamento violento exclusivamente como uma resposta adaptativa humana incapaz de absorver integralmente todas as informações dispostas nas sociedades contemporâneas.

Mais do que “atacar” os corolários de Flores, a autora está interessada em situar os argumentos da Psicologia Evolutiva dentro de um quadro histórico e intelectual mais amplo, que se remonta aos momentos fundadores da Biologia moderna e da própria Antropologia, no século XIX. Naquela circunstância, fenômenos sociais e culturais eram entendidos como efeitos de causas estritamente biológicas e/ou psicológicas. Para Silva (2012: 63), passados mais de um século e meio, este tipo de leitura teria sido desacreditado pela Antropologia Sociocultural e pela Sociologia, mas ainda encontraria abrigo em certas correntes da Biologia:

Acredito ter ficado claro que parte da incompatibilidade entre os instrumentais teóricos das ciências naturais e sociais deve-se à permanência, no debate acerca das sociedades humanas, de idéias que, tendo integrado um dia o arcabouço conceitual da antropologia e da sociologia, para estas não mais conservam, hoje, seu valor explicativo; já as ciências biológicas, percorrendo caminho distinto, podem dispor da convivência de seu grande desenvolvimento tecnológico com a idéia vitoriana – e vitoriosa – de seleção natural.

Com efeito, diversos pesquisadores em Psicologia Evolutiva tem reiterado a centralidade do orgânico, tais como predisposições genéticas e/ou psicológicas inatas, enquanto causa última de fenômenos sociais, avaliados como resultantes de “defasagens adaptativas”. Conforme demonstra Silva (2012: 61), para os defensores da Sociobiologia e da Psicologia Evolutiva, tratar-se iam de “disposições cognitivas adquiridas em épocas primitivas da humanidade”, como no caso da “predisposição” à violência, que, embora ainda presentes nos comportamentos individuais, teriam perdido sua “função social”. Mas as tentativas de reunião do social e do natural, ou mais precisamente, de uma explicação do social pelo orgânico, na Psicologia Evolutiva, ou em áreas correlatas, não se esgotam no tema da violência. É possível encontrar pesquisas que atestam que a cor da pele pode modular a agressividade e a aptidão sexual nos seres humanos, assim como supostamente o faz com outras espécies animais (Rushton e Templer, 2012), ou que determinadas conformações dos ossos da face são bons indicativos de comportamentos condenáveis do ponto de vista ético (Haselhuhn e Wong, 2011). Outro exemplo é o estudo publicado por Lynn (2010), em que é defendido o corolário de que as diferenças de renda, educação, mortalidade infantil, estatura e alfabetização, entre as porções norte (rica) e sul (pobre) da Itália, devem-se às diferenças nos quocientes de inteligência (altos no norte e baixos no sul) de suas respectivas populações e que, no caso dos baixos índices encontrados no sul, sua causa última seria oriunda da mistura genética entre seus habitantes e os norte-africanos.

Se os exemplos anteriores em muito se assemelham com alguns dos postulados da Bioantropologia no século XIX e em parte do século XX, e embora a leitura empreendida por Silva (2012) seja pertinente a um melhor entendimento do que está em jogo em determinadas construções realizadas em certas disciplinas associadas à Biologia, é válido assinalar que o determinismo biológico não é uma característica onipresente nessa última, conforme adverte Wade (2002), e que a Antropologia Biológica contemporânea não se confunde com a Psicologia Evolutiva e a Sociobiologia. Possuidora de especificidades que a caracterizam e, portanto, distanciam-na dos reducionismos biológicos frequentemente invocados em outras frentes disciplinares, não é incomum encontrarmos trabalhos bioantropológicos devotados à explicação do biológico a partir do sociocultural (algo que poderá ser vislumbrado no Capítulo 3), e não o contrário<sup>26</sup>.

---

<sup>26</sup> Para além do escopo dos exemplos dispostos no terceiro capítulo, um interessante relato de como a Antropologia Biológica pode se ocupar da dimensão biológica da espécie humana sem ser bioreducionista

É o que se pode observar, por exemplo, em determinadas proposições sobre os caminhos que a evolução biológica do *Homo sapiens*, um dos temas mais caros à Antropologia Biológica, desde os seus primórdios, vem tomando e poderá tomar futuramente. Em artigo publicado em *Ciência Hoje*, veículo de divulgação científica da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência – SBPC, Salzano (2012) chama a atenção para o impacto dos fatores culturais por sobre a evolução biológica da espécie, utilizando, para tanto, exemplos relacionados a estudos antropológicos e genéticos, alguns deles desenvolvidos, inclusive, no Brasil. O que o artigo de Salzano expõe é que, nesta seara, a seleção natural parece ter perdido, ou ao menos estar perdendo, sua centralidade explicativa em função de outros mecanismos biológicos evolutivos, como a deriva genética, e para a cultura<sup>27</sup>.

Para além das fissuras, ou das incomensurabilidades entre os domínios biológico e sociocultural, é possível assinalar que alguns pesquisadores, inclusive cientistas sociais, vêm se dedicando a uma revisão crítica, por vezes de modo tímido, por vezes de modo mais ousado, desse modelo dicotômico, tanto em termos epistemológicos gerais (Gibson & Ingold, 1993; Ingold, 2006a, 2006b, 2007), epistemológicos, políticos e culturais (Latour, 1994, 2002) quanto no caso específico da Antropologia (Ingold, 1990; Pálsson, 2007; 2008, 2012; Véran, 2012). Se o interesse de Latour (1994, 2002) é o de demonstrar que, de algum modo, a dicotomia natureza/cultura está vinculada a outras concepções dicotômicas ocidentais, como aquelas entre ciência e política, humanos e não-humanos, ou entre “nós” e os “outros”, o que demandaria uma postura simétrica, por parte da Antropologia (Sociocultural), para uma compreensão das dinâmicas da ciência enquanto “fetiche” intelectual e político da “cultura ocidental” (Callon e Latour, 1991; Latour, 2002), Pálsson (2012) e Véran (2012) refletem sobre a positividade que uma aproximação entre as vertentes biológica e sociocultural da Antropologia pode adquirir, tópico exposto de modo mais sistemático no Capítulo 5.

No caso de Tim Ingold, seus esforços dentro do debate natureza e cultura tem sido os de empreender uma revisão de alguns pressupostos epistemológicos das

---

pode ser visto na entrevista com o bioantropólogo sul-africano Noel Cameron, realizada por Radin e Cameron (2012).

<sup>27</sup> Em outro artigo, Salzano (2009) defende que, pelo fato de fatores biológicos e socioculturais incidirem de modo concomitante e complexo por sobre a evolução humana, uma melhor compreensão desse fenômeno poderia ser alcançada mediante esforços colaborativos, em uma perspectiva interdisciplinar, entre antropólogos biológicos e antropólogos socioculturais (ver Capítulo 5).

Ciências Biológicas (mais especificamente do neodarwinismo) a partir das Ciências Sociais, de um lado, e das Ciências Sociais a partir da Biologia, de outro. Ele está particularmente interessado em criar uma síntese entre a Biologia e a Antropologia sociocultural, tendo por base a incorporação da vida social em uma teoria unificada da evolução orgânica. Em termos gerais, nessa proposta, aquilo que chamamos “pessoa” (de acordo com Ingold, em uma concepção diferente daquelas defendidas por Mauss e Radcliffe-Brown) passa a ser entendido como um aspecto da vida orgânica que, por seu turno, deve ser entendida como mais do que os mecanismos biológicos propiciadores do processo evolutivo das espécies, classicamente pensados pelo neodarwinismo (mais precisamente a transmissão do material genético), levando-se em consideração as relações entre todos os seres vivos (ou organismos) e entre esses e o ambiente (Ingold, 1990, 2006a), Nessa espécie de “Antropologia da vida”, coisas aparentemente conflitantes, como evolução biológica e história (Ingold, 2006b), ou humanidade e animalidade (Ingold, 1999), deixam de ser encaradas como antinomias para serem percebidas como aspectos de um mesmo fenômeno (a humanidade, por exemplo, não é outra coisa senão uma especificidade da animalidade humana), reconhecendo-se, inclusive, bases biológicas para a vida social, sem que, contudo, a capacidade agenciadora dessa última seja destituída. Em suas palavras:

The human being, then, is not two things but one; not an individual, *and* a person, but quite simply, an organism. As the person is an aspect of the organism, so social life is an aspect of organic life in general. In that sense, it may indeed be said have a biological basis (Ingold: 1990, p. 220).

Assim sendo:

If being a person is an aspect of being an organism, if social life is integral to organic life, and if cultural differences are themselves biological, then surely history is part and parcel of the process of evolution (Ingold, 2006a: 191)<sup>28</sup>

Esta digressão, posta aqui em termos generalizantes, não ambiciona, conforme já exposto, esgotar em poucas páginas o universo dos debates que orbitam a temática natureza *versus* cultura, servindo apenas a dois propósitos. Primeiro o de minimamente evidenciar que este tema desdobra-se, na verdade, em uma pluralidade de “sub-temas”,

---

<sup>28</sup> Cumpre destacar que a aproximação com a Biologia evolutiva pretendida por Ingold não se confunde, a exemplo do que se observa com a Antropologia Biológica, com os pressupostos sociobiológicos e da Psicologia Evolutiva, criticados por ele nos textos dos quais foram extraídos essas duas passagens.

ou temas paralelos, e abordagens – ciências naturais X ciências sociais, evolução humana, o social e o orgânico etc, à qual a dicotomia Antropologia Biológica X Antropologia Sociocultural pode ser adicionada mediante certa atenção para com algumas particularidades, o que nos leva ao segundo propósito: o de chamar a atenção para o fato de que a Bioantropologia contemporânea, a despeito de seus vínculos com algumas Ciências Biológicas a partir do neodarwinismo, apresenta-se dotada de especificidades que a diferenciam de algumas correntes disciplinares, como a Sociobiologia e a Psicologia Evolutiva.

Se por um lado é possível atestar que as tensões entre ambas as vertentes remontam aos primeiros momentos da Antropologia e se estendem até mais ou menos os anos 1950/1960, embasadas pelas discussões em torno do poder explicativo do conceito de “raça”, por outro é igualmente plausível reconhecer que a partir da segunda metade do século passado entram em cena outros “atores”, como a Sociobiologia, com propostas desafiantes à autonomia da cultura enquanto conceito capaz de explicar, de modo relativista, a diversidade comportamental humana, autonomia conquistada pela Antropologia Social e Cultural frente os determinismos da Antropologia Biológica [Física] de outrora. Em suma, o que está sendo exposto aqui é que, a partir de um determinado momento, disciplinas como a Sociobiologia e a Psicologia Evolutiva tornaram-se, aparentemente, os interlocutores “privilegiados” da Antropologia Sociocultural no debate natureza *versus* cultura, ao menos em termos de uma disputa devotada à explicação do funcionamento da vida em sociedade (cultura *versus* genes, por exemplo).

No caso específico da Bioantropologia no Brasil, inserir as suas relações com a Antropologia Sociocultural dentro do tema deste tópico pode significar um movimento precipitado, pois como assinalado em outros momentos, há a necessidade de um levantamento mais robusto de informações históricas e etnográficas sobre o seu desenvolvimento nos últimos 50, 60 anos, capazes de esclarecer essa questão e permitir uma fundamentação mais embasada para uma possível interpretação, tal qual se observa nas relações entre a Sociologia, a Antropologia Sociocultural e a Sociobiologia e a Psicologia Evolutiva. Além disso, a posição ocupada pela Bioantropologia dentro do cenário antropológico brasileiro mais recente tem sido a de uma acentuada invisibilidade interna, ou para empregarmos uma expressão relacional e hierárquica trabalhada por Bourdieu (1975, 1976), a de uma disciplina que ocupa uma posição “obscura” frente outra que ocupa uma posição “brilhante” (Antropologia Sociocultural).

De todo modo, na próxima seção é dado prosseguimento ao empreendimento histórico-etnográfico, dessa vez versando especificamente sobre a trajetória da Antropologia Biológica no Brasil.

### ***Trajatória da Antropologia Biológica no Brasil***

Ao se remeter à trajetória da Antropologia Biológica em Portugal, Gonçalo Santos (2012: S35) afirma que a história da Antropologia naquele país negligencia a contraparte naturalista não apenas porque se ressentia de episódios políticos do passado, mas porque, sendo os antropólogos socioculturais os historiadores da disciplina, essa história é contada sob seus pontos de vista e, na maioria das vezes, contempla apenas a Antropologia Sociocultural. Diz ele:

When placed in the context of this new historical conjuncture, my “archaeological excursion” into the origins of physical anthropology seeks to counter a tendency among contemporary historians of Portuguese anthropology to neglect the study of the naturalist tradition and overlook the broader epistemological and institutional foundations of the field of anthropology. This neglect is no doubt linked to the strong historical association of the naturalistic tradition with the period of the dictatorship and its most extreme nationalist and racist ideologies, but there is another, less explicit, reason for this exclusion. Most historians of Portuguese anthropology are sociocultural anthropologists approaching the history of the discipline in light of current disciplinary divisions and from the perspective of their own field of expertise.

Essa é particularmente uma verdade em se tratando do caso brasileiro, em que a história da Antropologia também se resume, com exceção do final do século XIX e princípio do século passado, a uma história da Antropologia Sociocultural, especialmente para o período que se estende dos anos 1950 até hoje. Esta situação guarda, estreita relação com os aspectos discutidos na introdução deste trabalho. Nas próximas páginas, perceber-se-á que, para os últimos 50, 60 anos, contamos com poucas informações historiográficas, aparecendo apenas módicas alusões à Bioantropologia aqui ou ali. Como exemplos, podem ser mencionados alguns dos depoimentos reunidos no volume organizado por Eckert e Godoi (2006) ou, somente para os mais familiarizados com a área, citações de alguns nomes em outro volume (Corrêa, 2003), esse mais iconográfico, ambos comemorativos e relacionados à ABA e suas reuniões. Mas não seria de todo satisfatório imputar apenas aos antropólogos socioculturais a

“responsabilidade” por tal quadro. Como advertem Santos (2011) e Lindee e Santos (2012), a formação dos profissionais que atuarão em Antropologia Biológica não costuma contemplar a trajetória histórica da disciplina.

De toda sorte, estudos de recapitulação histórica dão conta de que no século XIX já havia pesquisas de Antropologia Física em solo brasileiro (Schwarcz, 1993; Santos, 1996, 1998, 2012; Sá, Santos e Rodrigues-Carvalho, 2008; Salzano, 1997, 2009; Castro Faria, 2000a, 2000b e 2000c; Keuller, 2008; Souza VS *et al.*, 2009; Gonçalves, 2011; Souza VS, 2011). Realizadas em instituições como o Museu Nacional do Rio de Janeiro e a Faculdade de Medicina da Bahia, essas pesquisas tratavam tanto das origens do povoamento do continente americano quanto das características definidoras das especificidades que caracterizavam as diferentes “raças” que compunham o país.. Fortemente influenciados pela Escola Antropológica Francesa, de Paul Broca, os profissionais dedicados à Antropologia Física deste momento tinham na craniometria o instrumento central para o desenvolvimento de suas teorias (Castro Faria, 2000b; Keuller, 2008). Há de se ressaltar também que estes estudos, assim como aqueles desenvolvidos no âmbito de uma Etnologia de orientação evolucionista, informaram boa parte dos debates acerca da identidade nacional, tanto no século XIX quanto nas primeiras décadas do século seguinte. Mais do que antropólogos, ou médicos antropologistas, os profissionais dedicados às pesquisas antropológicas nos primórdios da disciplina no país apresentavam-se como intelectuais, ou homens de ciência, capazes de oferecer respostas confiáveis para os dilemas nacionais, portadores de uma autoridade associada às instituições as quais representavam (Schwarcz, 1993).

Escapa aos propósitos deste resgate uma análise mais pormenorizada deste e dos períodos a ele imediatos dentro da trajetória histórica da Antropologia Biológica brasileira. Para o lastro temporal que se estende dos anos 1870 aos anos 1930/1940 a literatura é relativamente abundante, inclusive versando sobre personagens e instituições específicas (Schwarcz, 1993; Keuller, 2008; Gonçalves, 2011; Souza VS; 2011, Santos, 1998, 2011, 2012). Já para aquele que se estende dos anos 1950 até o presente ela é escassa, conforme evidenciado em outras partes, com exceção dos trabalhos de cunho mais generalista, como aqueles empreendidos por Santos (1996, 2002) e Santos, Gaspar Neto e Kent (2011).

O que se pretende enfatizar aqui é que uma história mais elucidativa e completa da trajetória da Antropologia Física / Biológica brasileira ainda está por ser escrita, especialmente se consideramos o período posterior à Segunda Guerra Mundial, quando

ela se renova teórica e metodologicamente no plano internacional, passando a experimentar, inclusive, um *boom* de especializações (Little e Sussmann, 2010)<sup>29</sup>. Pelo teor com que certos autores como Castro Faria (1998) e Schaden (1954) se referem à área nos anos 1950 e 1960, tudo indica que a Antropologia Biológica [Física] nacional, ao menos em sua vertente mais morfológica e especialmente nos centros produtores como o Museu Nacional do Rio de Janeiro e a Faculdade de Medicina de São Paulo, estava longe de acompanhar esse processo de renovação, o qual se faria sentir muito mais imediatamente nos núcleos dedicados às pesquisas genéticas. Assim sendo, preocupados com o destino da contraparte naturalística da Antropologia, esses dois autores manifestariam publicamente sua insatisfação com o crescente desprestígio da Antropologia Biológica [Física] no círculo acadêmico nacional, principalmente entre os próprios antropólogos, justo porque, para eles, ao contrário do que vinha ocorrendo no campo das Ciências Biológicas (mais especificamente o dos estudos genéticos<sup>30</sup>), ela ainda se encontrava arraigada aos modelos teórico-metodológicos do século XIX. Para ambos esta realidade se explicava, em parte, pela falta de familiaridade dos antropólogos brasileiros com certos pontos da Biologia moderna (leia-se, o neodarwinismo), e pela ausência de um projeto consistente de ensino de Antropologia Biológica [Física] nas nossas universidades. Em 1963, por ocasião da VI Reunião Brasileira de Antropologia (São Paulo, 7 a 13 de julho), Castro Faria (1998: 47-48) mencionaria em sua apresentação que

Com insistência quase impertinente, Castro Faria tem deblaterado a respeito do assunto [as deficiências do ensino de Antropologia biológica no Brasil]. (...) Sobreleva, entretanto, essa aparente agressividade o propósito de ajudar, de corrigir e de concorrer localmente para a revalorização de um campo de conhecimento que, por maliciosos artifícios da nossa improvisada estrutura universitária, avizinha-se perigosamente de um desprestígio irremediável.

E, de certa forma, profetizaria, com relação ao ensino de Antropologia Biológica [Física] nos cursos de Ciências Sociais, História e Geografia:

---

<sup>29</sup> Na verdade, conforme mostram Lindee e Santos (2012), este é um quadro que se estende a vários outros países que não os Estados Unidos e alguns pertencentes à Europa.

<sup>30</sup> Santos (1996) menciona a importância da passagem de Dobzhanski pelo Brasil, quando lecionou e formou pesquisadores em São Paulo na década de 1940.

Caso se verifique, dentro em pouco, que a Antropologia biológica foi totalmente excluída desses cursos, por incompreensão da sua atualidade, cada vez maior, e do valor explicativo dos seus postulados fundamentais, será inevitável reconhecer que os responsáveis por tal situação foram principalmente certos professores, que reduziram o seu ensino a um exercício inútil e fastidioso. Compreende-se facilmente que alunos desses cursos, na maioria interessados na licenciatura, como oportunidade profissional, queiram ficar livres de fichas antropométricas, compassos, ossos e listas de fósseis. Pessoalmente estimo que isso aconteça e considero que o fato terá conseqüências favoráveis (Castro Faria, 1998: 48-49).

Tais colocações provavelmente foram proferidas no simpósio especial dedicado à Antropologia Biológica [Física] dentro da VI RBA, intitulado “Simpósio sôbre a contribuição da genética à antropologia física”, organizado pelo próprio Castro Faria. Na seção “Noticiário”, da Revista de Antropologia (1963: 100-105) encontra-se pequeno relatório sobre o evento, onde se lê o seguinte:

Êste simpósio (...) foi certamente uma contribuição de grande importância para a antropologia física no Brasil. Abrindo um diálogo com os geneticistas nacionais, pretendeu dar nova orientação e estímulo aos estudos antropológicos, através da colaboração com uma disciplina que remodelou a abordagem tradicional da Antropologia Física, e cujo desenvolvimento recente no Brasil tem sido extraordinário. O simpósio combinou a discussão das possibilidades de cooperação entre as duas disciplinas com a de trabalhos em que se evidencia o alcance dessa colaboração<sup>31</sup>.

Ainda sobre a questão da qualidade das pesquisas bioantropológicas em curso no país, bem como no seu ensino, Castro Faria (1993) considerava Egon Schaden, Emílio Willems e Gioconda Mussolini “heróis” desse período da Antropologia no Brasil. Conquanto formados em áreas das ciências humanas, eles teriam se empenhado para levar adiante o ensino de Antropologia Biológica [Física] nos centros onde atuavam <sup>32</sup>.

---

<sup>31</sup> De modo a obter mais informações sobre a Antropologia Física / Biológica brasileira, especialmente para o período que se estende dos anos 1950 em diante, tenho-me dedicado a dois trabalhos paralelos a esta tese. Um deles tem consistido no levantamento e na sistematização de todos os artigos publicados na *Revista de Antropologia*, desde a sua fundação até o presente. Com isso, espero rastrear a presença da Bioantropologia neste periódico e averiguar as transformações operadas no campo desde os anos 1950, a partir de algumas de suas publicações. Além disso, o periódico tem se mostrado excelente fonte documental sobre a presença desta vertente antropológica na ABA, como se pode depreender do exemplo acima. Isto porque, durante muitos anos, a *Revista de Antropologia* serviu de veículo oficial da entidade. O outro trabalho investigativo tem consistido no resgate de informações sobre a presença da Bioantropologia na ABA a partir de uma revisitação dos anais de suas reuniões, bem como de outros documentos. Mas os primeiros resultados só poderão vir a lume muito posteriormente.

<sup>32</sup> No balanço que fez sobre os dez anos da Antropologia no Brasil desde a primeira Reunião Brasileira de Antropologia (1953), Castro Faria (1998) chegou a apontar um possível curso de Antropologia Biológica a ser ministrado, nas universidades, para os alunos de Ciências Sociais, História e Geografia. Em seu conteúdo programático, temas como os princípios de sistemática zoológica, tipologias raciais, evolução

Não é por menos que, na nota inclusa no compêndio organizado por Gioconda Mussolini, *Evolução, Raça e Cultura*, lançado com uma década de atraso, Florestan Fernandes (1969) tenha visto naquele momento uma oportunidade decisiva para uma reoxigenação da Antropologia Biológica no Brasil. Para ele, uma vez inspirada nas transformações operadas na área, em âmbito internacional, conforme mostravam os artigos reunidos e traduzidos pela organizadora da coletânea, a Antropologia Biológica brasileira poderia passar, finalmente, para uma condição analítica melhor embasada. Ela ocuparia-se, então, menos de mensurações ósseas e mais de grandes questões, como o passado fóssil humano e a genética de populações, levando em conta o processo evolutivo da espécie. Em um plano mais prático, para Florestan Fernandes a publicação de *Evolução, Raça e Cultura* significava, por extensão, a possibilidade de se reorientar radicalmente a forma pela qual os estudos físicos e biológicos em Antropologia eram ensinados no país. Rememorando experiências pessoais, dizia ele:

O antigo sistema de ensinar a antropologia física era devastador: esfriava o entusiasmo do estudante, bloqueava as tarefas estimulantes dos professores e empobrecia as perspectivas de recrutar talentos fortes entre as gerações jovens por ocultar e refrear o que há de grandioso e de insuperável na *aventura do espírito*, que fica por trás da pesquisa científica na antropologia física. (...) Ainda hoje me lembro com horror das experiências que tive, no ensino ginásial de geografia, por causa desses esquemas e dos desalentos que eles provocavam. A aridez e o dogmatismo, que marcavam esse tipo de ensino, também penetravam nas escolas superiores e nelas suscitaram uma falsa imagem de antropologia física, como se ela fosse uma recapitulação estreita de certos dados e conceitos antiquados e superados da zoologia. O que deveria ser mero conhecimento auxiliar e instrumental, convertia-se no objetivo pedagógico central, adulterando a aprendizagem e injetando nela noções que os próprios biólogos já não alimentavam na década de 30 deste século (Fernandes, 1969: XIV-XV – grifos no original).

Em um artigo mais recente, em que demonstraram que a ideia de homogeneidade biológica proposta por Marília de Mello e Alvim, que fora antropóloga do Museu Nacional do Rio de Janeiro, para as populações encontradas em Lagoa Santa, Minas Gerais, não se sustenta, Neves e Atui (2004) fazem uma apreciação da Antropologia Biológica produzida no Brasil entre os 1960 e meados da década de 1980, com relação às análises morfológicas. Segundo eles, durante esses quase trinta anos, diferentemente do que ocorrera na passagem do século XIX para o século XX, e mais

---

humana, entre outros. Uma rápida menção às proposições de Castro Faria sobre o tema pode ser vista em Mellati (2007). O interesse de Egon Schaden pelos temas biológicos em Antropologia pode ser vislumbrado nas páginas da *Revista de Antropologia*, fundada por ele. No periódico são encontradas várias resenhas de livros de Antropologia Biológica [Física] feitas por ele.

recentemente, na passagem do século XX para o século XXI, momentos nos quais as análises bioantropológicas brasileiras sobre os materiais escavados em Lagoa Santa tiveram repercussão internacional, aquelas não ultrapassaram o “consumo doméstico”, dada a sua “baixa qualidade”. Para os autores, o descompasso entre a produção brasileira e o que já estava sendo proposto no exterior (leia-se, a “Nova Antropologia Física”) estaria associado ao afastamento institucional, ainda maior, entre as duas grandes vertentes da Antropologia no Brasil, Biológica e Sociocultural. Em suas palavras,

Diferentemente desses estudos de impacto internacional, que ocuparam os extremos cronológicos do final do século XIX/início do século XX e final do século XX/início do século XXI, os estudos relativos a esses importantes remanescentes ósseos humanos, desenvolvidos neste intervalo por bioantropólogos brasileiros, não lograram ultrapassar os limites do consumo doméstico. Esse fenômeno só pode ser compreendido por meio de uma análise crítica da bioantropologia elaborada no Brasil durante as décadas de 1960, 1970 e parte da de 1980, tarefa esta que ultrapassa o escopo do presente trabalho. (...) Eminentemente descritivos e tipológicos, destituídos de qualquer base teórica aceitável mesmo para a época em que foram gerados, esses estudos não só promoveram um afastamento quase irreconciliável entre a antropologia biológica e a antropologia sociocultural no país, afastamento este profeticamente previsto por Luis de Castro Faria, pelo menos uma década antes (...), como também cristalizaram mitos injustificáveis entre a comunidade arqueológica nacional, mitos estes que tiveram grande propriedade anti-heurística no que tange ao avanço da compreensão da biologia das populações pré-históricas que ocuparam o território brasileiro (Neves e Atui, 2004: 161).

No histórico feito por Santos (1996) sobre as transformações sofridas pelo conceito de “raça” na Antropologia Biológica ao longo do século XX, aparece igualmente uma breve recapitulação da trajetória desta vertente antropológica no Brasil, entre os anos 1950 e 1980. Esse autor mostra, em termos gerais, que ocorreram, concomitantemente, dois processos. De um lado teríamos a substituição paulatina, no plano internacional, do termo “raça” pela noção de população, tratando-se de uma consequência direta do impacto da Biologia evolutiva de meados do século passado sobre a Antropologia, ponto já tratado anteriormente. De outro lado, acoplado às discussões sobre o emprego do termo “raça” na Antropologia Biológica [Física] brasileira a partir dos anos 1950, estaria o desenvolvimento de duas linhas investigativas gerais: uma caracterizada por certa continuidade com o que vinha sendo feito até então, e outra por um movimento de reorientação a partir do neodarwinismo.

Segundo ele, a linha de continuidade, exemplificada pelo Museu Nacional, no Rio de Janeiro, teve sua produção voltada para as análises osteométricas de remanescentes humanos do período pré-histórico. Nesta instituição, as pesquisas lideradas pela professora Marília de Mello e Alvim tinham como alvo principal análises tipológicas das coleções de esqueletos do próprio Museu. Embora não procurassem associar características anatômicas e morfológicas com predisposições comportamentais, a orientação metodológica permanecia a mesma do princípio do século passado. Ao mesmo tempo, as descrições continuavam sendo operadas como finalidades últimas, conforme apontado por Neves e Atui (2004). Ainda para Santos, por mais que o termo “raça” não aparecesse explicitamente na produção do Museu Nacional, a orientação analítica utilizada seria anterior à emergência do neodarwinismo, quer dizer, tratar-se-ia de uma concepção “racializada” do seu acervo antropológico, adquirido desde o século XIX, nos moldes tipológicos anteriores à Segunda Guerra Mundial.

Ainda no entendimento de Santos (1996), em outra perspectiva desenvolveram-se linhas de pesquisas externas aos departamentos de Antropologia (realizadas em departamentos de Biologia), cujos objetos poderíamos entender como afeitos às pesquisas antropológicas, centrando sua produção na área de Genética de Populações Humanas. Nesses locais, a Bioantropologia teria se aproximado profundamente das pesquisas em Genética de Populações, sendo fortemente influenciada pela teoria sintética da evolução. Deste modo, a “raça” passaria a ser operacionalizada em termos genéticos, envolvendo fatores como distribuição espacial, aspectos reprodutivos e frequência genotípica.

É interessante notar que, a respeito do assunto, em verbete sobre Antropologia Biológica [Física] no *Dicionário de Ciências Sociais* (1986), Tarcísio Torres Messias, que trabalhou nessa especialidade no Museu Nacional, ao lado de Marília Alvim, chamava a atenção para o fato de, em um momento mais recente, a Antropologia Biológica vir se dedicando mais aos aspectos genéticos por trás das diferenças morfológicas, tendo como unidade de análise a população. Para ele, à noção de “raça” deveria ser eliminada qualquer conotação social ou cultural, enquanto no âmbito biológico, ela deveria ser entendida como frequência genética das populações:

Não há correlação entre raça e características psíquicas, quantitativas ou qualitativas. As populações são potencialmente equivalentes quanto às possibilidades culturais. Não há correlação entre raça, cultura ou nacionalidade (Messias, 1986: 63-64).

O objetivo aqui não são as discussões sobre “raça” especificamente, mas importa ainda mencionar um último aspecto acerca das relações entre esse conceito e os estudos contemporâneos de Antropologia Biológica brasileira, especialmente aqueles envolvendo análises genéticas. Para Santos (1996), embora muitos estudos bioantropológicos tenham se aproximado das concepções neodarwinistas de evolução, da Genética de Populações Humanas etc., alguns trabalhos brasileiros nesta área permaneceram atrelados aos pressupostos tipológicos de outrora, operando uma associação entre critérios raciais e estrutura genotípica. Nesses estudos, os participantes seriam “racialmente” classificados com base em atributos físicos externos como forma de averiguação dos graus de “mistura racial” ao nível genético. Cálculos matemáticos seriam, portanto, utilizados para estimar a frequência de genes em dadas populações, averiguando-se com isso sua “composição racial”. Esse mesmo autor cita os trabalhos de Krieger e colaboradores (1965), que serviram de base para pesquisas posteriores no Brasil. Para ele, em resumo, teoricamente uma linhagem da Antropologia Biológica brasileira teria se aproximado do neodarwinismo ao trabalhar com a ideia de população, mas em termos metodológicos, continuaria lançando mão dos aspectos morfológicos tão apreciados pelos antropólogos biológicos do século XIX e primeira metade do século XX, o que denota uma transformação, no caso brasileiro, situada entre determinadas rupturas e algumas continuidades<sup>33</sup>.

### ***Uma periodização resumida da trajetória da Bioantropologia brasileira***

Fornecido um apanhado histórico mais ou menos geral da trajetória da Bioantropologia, segue-se uma tentativa de revisitação e complementação das periodizações propostas por Castro Faria (2000b) e Salzano (1997, 2009) para esta contraparte da Antropologia no Brasil. O interesse aqui não é o de estabelecer um novo

---

<sup>33</sup> Uma interessante avaliação de estudos orientados teoricamente pelo neodarwinismo, mas ainda assim atrelados a uma perspectiva raciológica pode ser vista em Santos e Maio (2004a, 2004b e 2005), artigos nos quais se detiveram sobre o impacto internacional causado pelas pesquisas genéticas realizadas no Brasil, lideradas pelos geneticistas Sérgio Pena e Fabrício Santos, sob o título de *Retrato Molecular do Brasil* (2000).

enquadramento definitivo. Objetiva-se apenas uma sistematização preliminar com base naquilo que já foi estabelecido por esses autores, ao mesmo tempo em que são acrescentadas formulações embasadas tanto pelas leituras feitas quanto pelos dados obtidos através do trabalho de campo. Essa sistematização poderá sofrer quantas alterações forem necessárias ao seu aperfeiçoamento, especialmente à medida que novos estudos sobre a Antropologia Biológica forem surgindo, e tem caráter especificamente organizativo.

Ambos, Castro Faria e Salzano, operam com uma periodização dividida em três momentos, mas há diferenças significativas entre elas em termos de abrangência cronológica e disciplinar. As mesmas são expostas a seguir:

ψ     Abrangência disciplinar → Enquanto a periodização de Castro Faria (2000b) contempla especificamente a Antropologia Biológica [Física], uma das de Salzano (2009) trabalha com a Antropologia em um sentido totalizante, considerando períodos e personagens relacionados à Antropologia Biológica, à Antropologia Sociocultural, à Linguística e à Arqueologia, algumas vezes justapostos. No intento aqui delineado, a opção foi por um esquema dedicado apenas à Bioantropologia, da qual a tese se ocupa<sup>34</sup>.

ψ     Abrangência cronológica → Os dois autores assinalam aqueles que poderiam ser considerados os “marcos iniciais” não só dos estudos físicos em Antropologia no Brasil, mas dela como um todo. Sendo assim, por um lado Castro Faria (2000b) estabelece como o começo das pesquisas antropológicas brasileiras, a publicação de um conjunto de instruções para o escrutínio antropológico no Brasil nos *Boletins* da Sociedade de Antropologia de Paris, em 1860, instruções essas solicitadas por um médico do Rio de Janeiro e sócio correspondente da referida sociedade. Por outro, Salzano recua um pouco mais no tempo, até a primeira metade do século XIX, apontando como marco inicial as pesquisas paleoantropológicas desenvolvidas pelo naturalista dinamarquês Peter Lund, em Lagoa Santa, Minas Gerais, em 1835. Além disso, enquanto Salzano estende suas periodizações até o presente, Castro Faria encerra a sua em 1950. Como ponto zero foram adotados os trabalhos desenvolvidos por Peter

---

<sup>34</sup> Para uma periodização da Antropologia Sociocultural até os anos 1980, ver Cardoso de Oliveira (1988).

Lund. Apesar do hiato temporal que o separa dos primeiros profissionais institucionalizados, sobretudo, no Museu Nacional do Rio de Janeiro, e do fato de ele realizar suas investigações de modo praticamente independente, seus achados e suas formulações sobre a antiguidade do homem na América serviram de suporte e foram alvo de interesse não só para os antropólogos e arqueólogos pertencentes a uma primeira geração. Eles continuam sendo evocados em trabalhos realizados recentemente.

Estabelecidas, pois, as bordas disciplinares e cronológicas, passa-se ao esquema propriamente dito. Dividido em cinco momentos, estes não foram nomeados, pois, como discutido um pouco antes, o intuito aqui é o de apenas oferecer um vislumbre panorâmico das transformações pelas quais a Bioantropologia nacional passou desde o século XIX até o presente<sup>35</sup>.

*Primeiro momento (1835 – 1910)* → Se as pesquisas empreendidas por Peter Lund, em Lagoa Santa, podem ser consideradas o marco inicial da realização de estudos físicos em Antropologia no Brasil, pelas razões anteriormente mencionadas (Salzano, 1997, 2009), ainda assim é preciso reconhecer que a caracterização que Castro Faria (2000b) faz do período que se estende da segunda metade do século XIX à primeira década do século seguinte cobre aspectos realmente decisivos para o estabelecimento institucional de uma Antropologia Biológica [Física] em nosso país, como a reforma empreendida por Ladislau Neto no Museu Nacional, oportunidade na qual a Antropologia ganha destaque junto a outras ciências naturais; o primeiro curso público de Antropologia oferecido no país, também no Museu Nacional, ministrado por João Batista de Lacerda, em 1877; e a exposição antropológica, realizada no Museu Nacional, em 1882. Nesse momento destacam-se os estudos craniométricos voltados para os problemas de Paleoantropologia e da conformação física das populações indígenas (Castro Faria, 2000b; Salzano, 1997, 2009).

---

<sup>35</sup> A periodização que se segue não menciona personagens específicos. Contudo e a título de complementação, no Apêndice 4 encontra-se um quadro no qual estão elencados alguns dos nomes apontados por Castro Faria (2000b) e Salzano (1997, 2009) dentro da história da Antropologia Biológica brasileira.

*Segundo momento (1910 – 1950)* → Neste período se dá uma primeira renovação do campo. Essa renovação, segundo Castro Faria (2000b), caracteriza-se pela entrada em cena de novos personagens, bem como por uma redefinição, embora não absoluta, de interesses, que passam dos indígenas para a população brasileira. Ao mesmo tempo, a despeito de sua força, a influência francesa começa a partilhar espaço com outras tradições, em especial a norte-americana, tendo como referências os estudos de Franz Boas e Aleš Hrdlička. Por fim, predominante no momento anterior, a craniologia perde um pouco de espaço para a somatologia e para a anatomia comparada. Se para Salzano (1997, 2009) a fundação da Universidade de São Paulo – USP, em 1934, marca um novo período para a Antropologia como um todo, já que é nesse momento que ela se insere no meio universitário brasileiro, para Castro Faria (2000b) o período que se estende dos anos trinta aos anos cinquenta pode ser considerado como de continuidade para a Antropologia Biológica [Física], mormente em termos teóricos, metodológicos e técnicos, por isso denominado por ele como “período de estabilidade”. É possível acrescentar, contudo, que o período caracteriza-se mais por uma estabilidade relativa para a área. Isso porque, embora possamos falar de uma continuidade teórica e metodológica (e mesmo de interesses) desde os anos 1910, o fato é que essa estabilidade não se verifica de todo no plano institucional. Nos anos 1940, segundo Castro Faria (2000a), são criadas as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, em cujos cursos de História, Geografia e Ciências Sociais a Antropologia Biológica [Física] era disciplina obrigatória (o que, necessariamente, exigia professores para lecioná-la), mas isso não significou uma expansão da área no país nos moldes observados para a Antropologia Sociocultural. A inserção da Bioantropologia na estrutura universitária nunca se materializou em uma alternativa real para a formação especializada de antropólogos biológicos, ao menos até o presente momento<sup>36</sup>. Esta continuou restrita às Faculdades de Medicina e aos institutos de pesquisa, como o Museu Nacional, e atendia apenas a essas mesmas entidades (Castro Faria, 2000a). O quadro que se tem para o período, então, é o de uma reprodução das orientações teóricas e metodológicas que vinham vigorando desde o século XIX, em descompasso com o que está ocorrendo em outros centros produtores, especialmente os EUA e a Europa. Além disso, na maioria das vezes a Antropologia Biológica [Física] é ministrada nos cursos de graduação por professores autodidatas (médicos ou antropólogos socioculturais), sem formação específica e,

---

<sup>36</sup> Sobre o assunto voltar a Castro Faria (2000a) e à introdução deste trabalho.

também, pouco familiarizados com as transformações em curso na Biologia Evolutiva, especialmente em Genética. Como consequência disso, deste momento em diante a Bioantropologia passa a ser paulatinamente elidida das instituições nas quais a Antropologia havia se instalado, perde espaço nas grades curriculares dos cursos de graduação em Ciências Sociais principalmente e, um pouco mais a frente, no final dos anos 1960, não é incorporada aos programas de pós-graduação em Antropologia criados no país. Mas este declínio não é total, como será mostrado a seguir.

*Terceiro momento (1950 – 1970/1980)* <sup>37</sup> → A partir da década de 1950 a história da Bioantropologia brasileira toma um contorno duplamente qualificado. Conforme visto na revisão geral ao período feita por Santos (1996), de um lado a Antropologia Biológica [Física] feita nas instituições devotadas à Antropologia (Museu Nacional e algumas faculdades de Medicina) permanece atrelada a uma tradição que, grosso modo, remonta aos primórdios da disciplina no século XIX. De outro, ela experimenta certa renovação nas instituições fora dos ambientes médicos e antropológicos graças ao desenvolvimento da Genética, posto que serão justamente os geneticistas que desenvolverão no Brasil estudos relacionados ao que, no exterior, sobretudo nos Estados Unidos, uma nova geração de antropólogos biológicos treinados sob as diretrizes da “Nova Antropologia Física” vão desenvolver (muitas vezes não necessariamente sozinhos, mas alinhavados aos geneticistas), os estudos genéticos com populações humanas contemporâneas. Este caráter dual do período aqui discutido pode ser vislumbrado na visibilidade internacional adquirida pelos estudos empreendidos pelos geneticistas brasileiros junto à comunidade bioantropológica internacional, como os de Neel e Salzano (1966), e Salzano e Freire-Maia (1967); nas críticas endereçadas à Antropologia Biológica [Física] brasileira por personagens como Castro Faria (1998, 2000b) e Egon Schaden (1954), ao mesmo tempo em que são empreendidos esforços dentro da ABA em prol de uma aproximação entre geneticistas e antropólogos físicos como forma de sensibilizar esses últimos para as transformações teóricas e

---

<sup>37</sup> A partir daqui os aspectos levados em conta na caracterização dos períodos são basicamente os de ordem institucional. A esse respeito estou ciente de que uma caracterização (assim como uma periodização) mais completa dos períodos que se seguem, a partir dos anos 1950, só poderá ser obtida mediante a conjugação de esforços conjuntos. Isso envolveria não só historiadores e antropólogos socioculturais interessados na história e desenvolvimento da Bioantropologia brasileira, mas, também, antropólogos biológicos, em função da proliferação de especialidades e a complexidade teórica e metodológica adquiridas nos últimos 60 anos.

metodológicas que vinham sendo operadas no exterior<sup>38</sup>. Há de se acrescentar que é também nesse período que a Antropologia Biológica [Física] vinculada às Faculdades e demais instituições devotadas à Antropologia experimental, em parte devido à obsolescência de seus vínculos ao período anterior aos anos 1950, uma quase extinção de seus quadros, cujo exemplo mais dramático pode ser considerado o Museu Nacional do Rio de Janeiro. Estabelecido desde a passagem do século XIX para o século XX como uma instituição em cujo seio a Antropologia fora reconhecida primeiro como uma disciplina natural e, por conseguinte, como natural e sociocultural, o Museu Nacional, quando da criação de seu programa de pós-graduação em Antropologia, em 1968 (o primeiro do país), não contemplará a Antropologia Biológica [Física], o que, certamente, dificulta ainda mais a renovação da área no país<sup>39</sup>. Como visto na introdução, este duplo movimento teve desdobramentos diretos sobre a conformação institucional atual da área no país.

*Quarto momento (1970/1980 – 2010)* → Após experimentar um período de quase extinção, ao menos nas instituições tradicionalmente associadas às pesquisas antropológicas como um todo, a Bioantropologia começa a viver, em termos gerais, uma reoxigenação desde os anos 1970/1980, reoxigenação esta devida, em parte, a esforços e trabalhos de pesquisadores isolados, alguns deles com formação plena ou alguma passagem pelo exterior, onde, para além de suas formações básicas (graduação), puderam se especializar em algumas linhas bioantropológicas investigativas. A despeito desses esforços, a quase totalidade desses profissionais tem sua produção associada a núcleos e instituições estrangeiros aos departamentos de Antropologia, o que denota certa continuidade com o período anterior. Ao mesmo tempo, esta situação institucional acaba por obnubilar ainda mais a visibilidade da Antropologia Biológica como ramo da Antropologia dentro do país. Contudo, ela não é suficiente para propiciar

---

<sup>38</sup> Sobre o assunto, voltar ao excerto vinculado à nota de número 31. A respeito da modernização da Bioantropologia brasileira a partir dos anos 1950/1960, Salzano (1997) e Santos (2002) mencionam o papel que instituições como a Organização Mundial de Saúde - OMS, a Associação Internacional de Biólogos Humanos, e iniciativas como o Biological International Program – IBP, teriam enquanto delineadoras de programas de estudo ao nível teórico e metodológico.

<sup>39</sup> Esta concepção se encontra materializada até hoje na forma pela qual se estrutura o seu agora Departamento de Antropologia, dotado de cinco setores distintos - Antropologia Biológica, Arqueologia, Linguística, Antropologia Social, Etnologia e Etnografia. O programa criado no Museu Nacional denomina-se Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS/MN/UFRJ, o que expressa bem o seu foco.

uma extinção da área, pois, na ausência de fóruns internos relacionados à Antropologia nos quais seus representantes possam se apresentar como antropólogos, inclusive as próprias reuniões da ABA, os diálogos, cooperações, bem como parte expressiva de sua produção, dão-se no ambiente internacional. Neste período, podemos assinalar ainda a continuada profusão de interesses e linhas de pesquisa na Antropologia Biológica brasileira, bem como a formação de uma nova geração de profissionais, notadamente nos anos 1990/2000, embora essa ainda continue se dando fora dos programas de pós-graduação em Antropologia.

*Quinto momento (2010 – presente)* → A princípio, a assinalação de um novo período para a trajetória da Bioantropologia brasileira seria desnecessária ou mesmo precipitada, visto que, grosso modo, a segunda década dos anos 2000 guarda bastantes similitudes com os 10, 15 anos que a precederam. Não obstante, mesmo em caráter especulativo, não é possível furtar-se ao reconhecimento de que a formação continuada de profissionais dedicados a estudos bioantropológicos, ainda que em escala diminuta e fora dos programas de pós-graduação em Antropologia, poderá exercer algumas modificações nas dinâmicas institucionais da área (veja-se, por exemplo, a reconstituição do quadro de profissionais alocados no Setor de Antropologia Biológica do Museu Nacional)<sup>40</sup>. A respeito disso, é válido mencionar a contribuição dos programas de pós-graduação em Arqueologia, como os do MN/UFRJ, e do MAE/USP, para a formação de profissionais atuantes numa interface entre Bioantropologia e Arqueologia. Além disso, a criação de um programa de pós-graduação em Antropologia (PPGA/UFPA), no qual a Antropologia Biológica aparece como uma das áreas de concentração, pode significar o delineamento de novas perspectivas para a situação institucional da Bioantropologia no país, cujos resultados só poderão ser vislumbrados no desdobrar dos anos, ou mesmo décadas.

O que esta breve recapitulação histórica nos mostra é que, desde o século XIX até o presente momento, sempre houve estudos de Antropologia Biológica no Brasil. Se o seu desenvolvimento, em termos de quantidade de pesquisadores devotados à especialidade, ou das possibilidades de formação profissional na estrutura do ensino de Antropologia, não pode ser comparado àquele da Antropologia sociocultural, também é

---

<sup>40</sup> Capítulo 2.

verdade que os estudos identificáveis em outros contextos como pertencentes ao domínio biológico da Antropologia, mas que dificilmente recebem o mesmo tratamento aqui dentro, não se restringem ao pretérito. Como mostram os dados disponíveis no próximo capítulo, o resultado de todos esses desdobramentos históricos é um cenário no qual a Bioantropologia brasileira contemporânea apresenta contornos específicos, especialmente quando considerados os seus aspectos institucionais e o lugar que ela ocupa dentro do campo da Antropologia brasileira em um sentido mais amplo. Tais arranjos guardam estreitas relações com questões como a identidade dos profissionais que a praticam, a visibilidade da área no Brasil e no exterior, as possibilidades de captação de financiamento e de formação profissional, entre outros. Tais aspectos serão mais bem explorados no quarto capítulo, a partir dos testemunhos dos quatro pesquisadores ouvidos durante o trabalho de campo.

### **Frentes da Antropologia Biológica**

Efetuada o resgate histórico do desenvolvimento geral da Antropologia Biológica no Brasil e no exterior, o foco recai sobre a sua constituição disciplinar, de modo a serem pontuados alguns aspectos relacionados às especialidades que a compõe atualmente. Nos próximos parágrafos, ver-se-á que a contraparte biológica da Antropologia desdobra-se em frentes as mais diversas, abarcando interesses que vão da biologia e comportamento de primatas não humanos à aplicação do conhecimento sobre a morfologia e a fisiologia humana para a elucidação de cenários específicos no âmbito legal. Assim como observado na Antropologia Sociocultural, essa miríade de interesses dentro da Bioantropologia expressa o processo de especialização que a área vem experimentando de forma acentuada pelo menos desde a segunda metade do século passado, impulsionado, em parte, por transformações metodológicas, técnicas e tecnológicas não só dentro do que poderíamos chamar de uma Biologia Evolutiva, mas, também, de outras áreas científicas. Se para a primeira metade do século passado Little e Sussman (2010) apontam como principais áreas de atuação da Antropologia Biológica [Física] a Paleoantropologia, a Eugenia (e os estudos raciais de um modo geral) e a Primatologia, basicamente dedicadas a análises morfológicas descritivas, para os últimos 50, 60 anos teríamos transformações em algumas dessas áreas e a abertura e/ou o desenvolvimento de novas frentes: Bioarqueologia e a Antropologia Forense

(Stanford, Allen e Antón, 2009; Little e Sussman, 2010, Hua, 2012); Antropologia Biomédica, Genética de Populações Humanas e Paleopatologia (Stanford, Allen e Antón, 2009; Hua, 2012), e mesmo uma Neurociência Antropológica (Malone, 2009).

Nas próximas páginas são destacados certos elementos de algumas dessas subdivisões ao mesmo tempo em que, na medida do possível, são engendradas algumas considerações para o caso brasileiro, especialmente centrada na produção dos quatro autores entrevistados para esse trabalho.

***Paleoantropologia*** → Dedicada ao estudo dos hominídeos antigos, especialmente com base em seus registros ósseos e artefatos, o que lhe garante bastante proximidade com a Arqueologia e a Paleontologia, tendo se beneficiado, inclusive, da modernização das técnicas de datação arqueológica, a Paleoantropologia também se ocupa dos registros de outros primatas. Nesse sentido, ela trabalha com comparações entre formas existentes e já extintas relacionadas à nossa e outras espécies como meio de compreender a história evolutiva do *Homo sapiens* (Stanford, Allen e Antón, 2009). Segundo Little e Sussman (2010), as investigações sobre a origem do homem moderno e sua dispersão pelo globo concentraram-se, inicial e principalmente, na Europa e na Ásia, assim como na África, onde foram feitas importantes descobertas. Em vários casos, a Paleoantropologia esteve associada a ideologias nacionalistas e imperialistas, como no Japão (Nanta, 2008; Low 2012), na China (Hua, 2012) e na África do Sul (Morris, 2012), direta e indiretamente. Na segunda metade do século passado, as descobertas de várias formas hominídeas ou intermediárias impulsionariam ainda mais a área (Stanford, Allen e Antón, 2009; Little e Sussman, 2010). Conforme mencionado, no Brasil os estudos paleoantropológicos remontam à primeira metade do século XIX, quando Peter Lund se instala na região de Lagoa Santa, Minas Gerais, e faz suas primeiras descobertas: remanescentes humanos associados a exemplares de mega fauna pleistocênica<sup>41</sup>. Esses achados o levariam a especular sobre a antiguidade da presença humana no continente americano. Ainda no final do século XIX, e em boa parte da primeira metade do século XX, o tema do povoamento do continente americano atrairia a atenção de alguns antropólogos no Brasil (Castro Faria, 2000b; Salzano, 1997) e no exterior (Powell e Neves, 1999). A partir dos anos 1980/1990, Walter Alves Neves

---

<sup>41</sup> Sobre o assunto consultar Neves e Pucciarelli (1991), Souza (1991), Prous (1992) e Neves e Piló (2008).

começa a empreender uma série de estudos sobre o tema, inclusive na mesma região investigada por Lund, o que culminaria na proposição de um modelo próprio para a antiguidade e a conformação biológica das primeiras levas humanas a chegarem ao continente americano (Neves e Pucciarelli, 1991; Neves, Powell e Ozolins, 1999; Neves *et al.*, 2003; Neves e Hubbe, 2005; Neves, Hubbe e Piló, 2007; Neves *et al.*, 2007; Neves e Piló, 2008; Hubbe, Neves e Harvati, 2010). Mais recentemente alguns geneticistas tem se dedicado ao assunto (Genética antropológica), propondo um novo modelo que integre perspectivas morfológicas e moleculares, como pode ser visto nos trabalhos de Gonzales-José *et al.* (2008a), Gonzáles-José e Bortolini (2011), e na apreciação de Salzano (2011). Da mesma forma, tem havido contribuições por parte da Paleopatologia e da Paleoparasitologia (Ferreira, Reinhard e Araújo, 2008).

**Bioarqueologia** → A Bioarqueologia, ao lado da Paleopatologia e da Paleoantropologia, pode ser entendida como um dos principais eixos de ligação entre a Antropologia Biológica e a Arqueologia. Em termos gerais, os bioarqueólogos estudam populações que se remetem à passagem do Pleistoceno para o Holoceno (mais ou menos 10.000 anos), o que, a princípio, assinalaria uma linha demarcatória entre ela e a Paleoantropologia. Contudo, é preciso mencionar que tais delimitações podem não corresponder às práticas investigativas propriamente, sendo utilizada no mais das vezes como uma forma de acentuar determinados enfoques. Sendo assim, de acordo com Stanford, Allen e Antón (2009), os antropólogos biológicos dedicados à Bioarqueologia estariam mais interessados nas mudanças biológicas operadas sobre uma dada população na passagem da caça-coleta para a agricultura. Ao mesmo tempo, eles também se interessariam pela incidência de doenças em populações pretéritas (Paleopatologia), donde se depreende a importância da contextualização arqueológica para uma melhor compreensão da inserção ambiental (ecológica e cultural) dos exemplares analisados. Segundo Souza (2009), a Bioarqueologia pode ser entendida como uma “disciplina indiciária”, quer dizer, voltada para a elucidação de determinados quadros a partir de pequenas pistas, especialmente em sítios arqueológicos funerários, e que vem se beneficiando do desenvolvimento ocorrido em áreas outras como a Física, a Química e a Biologia. Para essa autora, se em alguns outros países a especialidade se encontra bastante desenvolvida, o mesmo não se aplica ao Brasil, visto que, aqui, ainda não teríamos uma real integração entre a Arqueologia e a Antropologia, especialmente

em contextos arqueológicos nos quais remanescentes humanos são encontrados (Souza, 2003). Exemplos de trabalhos bioarqueológicos podem ser vistos em Souza (1986), Souza e Mello e Alvim (1992), Souza e Souza (1994), Rodrigues-Carvalho e Souza (1998), Costa-Junqueira *et al.* (1999); Neves, Barros e Costa (1999), Lessa e Souza (2004), e Bastos *et al.* (2011).

***Paleopatologia*** → Assim como a Bioarqueologia, a Paleopatologia encontra-se em franca conexão com a Arqueologia, bem como com a Medicina. A importância desta especialidade, surgida na Medicina antes de ser absorvida pela Antropologia (Souza, Carvalho e Lessa, 2003; Souza SMFM, 2011), reside na sua capacidade de discernir marcas evolutivas de marcas patológicas em registros ósseos, entre outros aspectos (Stanford, Allen e Antón, 2009). Seus estudos, portanto, oferecem suporte tanto para análises de rastreamento do histórico de determinadas patologias e seus agentes, quanto para as pesquisas envolvendo rotas migratórias de populações humanas pretéritas, como no caso do povoamento do continente americano (Ferreira, Reinhard e Araújo, 2008; Souza SMFM, 2011). No Brasil, os estudos paleopatológicos, ou paleoparasitológicos, começaram a ser feitos por um grupo de pesquisadores da ENSP/Fiocruz, nos anos 1970 (Ferreira, Reinhard e Araújo, 2008), e hoje estão presentes em instituições como o Museu Nacional/UFRJ. Em Souza (1977, 1992/1993), Lessa e Souza (2003/2004), Souza, Codinha e Cunha (2006), podem ser conferidos alguns exemplos de pesquisas paleopatológicas realizadas por pesquisadores brasileiros no país e no exterior.

***Antropologia Forense*** → A Antropologia forense é a aplicação da Antropologia Biológica ao âmbito legal. Os antropólogos forenses trabalham de forma bastante similar aos bioarqueólogos, embora enfatizem mais o plano individual. Nesta especialidade, eles têm como uma de suas principais tarefas a reconstrução das circunstâncias associadas à morte e à pós-morte de um ou mais indivíduos, assim como se dedicam à elucidação de dados osteobiográficos. Embora muito vinculados publicamente ao âmbito criminalístico, contribuindo para a elucidação de assassinatos, os antropólogos forenses não trabalham somente com homicídios, atuando também em cenários catastróficos, acidentais ou mesmo relacionados a suicídios (Stanford, Allen e Antón, 2009). Conforme exposto no volume organizado por Pierre Piazza (2011), na

França, as histórias da polícia científica e da Antropologia Física guardam algumas relações. Na passagem do século XIX para o século XX Alphonse Bertillon desenvolve uma série de tecnologias classificatórias e de reconhecimento de “delinquentes” e “marginais”, e que progressivamente se estenderão a toda a sociedade francesa (e a outros países), conjugando medidas antropométricas e técnicas fotográficas. Nos Estados Unidos a Antropologia Forense também remonta à primeira metade do século passado, quando estudos antropológicos foram requisitados pelo FBI para a identificação de cadáveres (Little e Sussman, 2010). Hoje ela se encontra institucionalizada e reconhecida como um ramo da Antropologia Biológica em países como Argentina, Guatemala, Peru, Colômbia e China (Lessa, 2010; Hua, 2012). No Brasil o cenário é um tanto quanto diferente. Embora alguns Institutos Médicos Legais – IMLs brasileiros (São Paulo, Goiânia, Belém, Porto Alegre e Salvador) possuam Setores de Antropologia Forense, nessas instâncias as averiguações antropológicas são efetuadas por médicos legistas que, no mais das vezes, não possuem treinamento antropológico mínimo (Lessa, 2010). Há alguns anos, sob demanda do Ministério da Justiça, foi realizado um diagnóstico da situação da Antropologia Forense nos IMLs do país, cujo resumo conclusivo pode ser lido a seguir:

A inexistência de cursos de graduação e mesmo pós-graduação em Antropologia Forense no país, situação contrária àquela observada nos Estados Unidos, na Europa e na América Latina, fez com que a disciplina ficasse adormecida durante muitas décadas, andando na contramão da tendência mundial no que concerne à promoção de uma maior eficiência e modernização das instituições periciais (Lessa, 2010: 166).

Recentemente, foram anunciados os avanços de uma pesquisa envolvendo Brasil, Canadá e Inglaterra para a criação de retratos-falados de pessoas mortas a partir dos seus ossos e DNA (Terra, 22 de junho de 2010). Segundo a matéria, na pesquisa, desenvolvida no Brasil pelo Laboratório de Antropologia Forense da USP,

Foram selecionados 33 pontos do rosto humano para fazer o mapeamento do DNA e descobrir quais características do código genético estão associadas a determinadas peculiaridades da face. A ferramenta permitirá determinar se o cadáver não identificado era de uma pessoa de crânio globoso, como dos caucasianos, ou alongado, como dos negróides, qual o formato do nariz e da boca, o que resulta numa espécie de retrato-falado feito por computador, que poderá servir para familiares reconhecerem pela semelhança se determinado corpo é do parente desaparecido.

**Antropologia Biomédica** → A Antropologia Biomédica geralmente engloba estudos com populações humanas vivas, e visa compreender os seguintes fenômenos, entre outros: crescimento e desenvolvimento (especialmente de crianças); envelhecimento; as relações entre comportamento humano, saúde e doença; as relações entre ambiente e nutrição para a composição de perfis demográficos e epidemiológicos; as relações entre o sistema imunológico humano e diferentes agentes patogênicos (Stanford, Allen e Antón, 2009). Bastante próxima da Medicina, ela conta tanto com abordagens bioculturais para o entendimento do impacto dos fenômenos socioculturais sobre a dimensão orgânica da espécie, como com análises evolutivas. No Brasil, estudos envolvendo o crescimento e o desenvolvimento físico de crianças em idade escolar, nos anos 1950/1960, foram realizados por, entre outros, José Bastos de Ávila e Maria Julia Pourchet, ainda que não possamos rotulá-los estritamente como sendo de Antropologia Biomédica<sup>42</sup>. Para estudos antropométricos envolvendo populações indígenas, existe a revisão bibliográfica de Santos (1993). Em um momento mais recente, desde os anos 1990, um grupo de pesquisadores liderados por Ricardo Santos e Carlos Everaldo Álvares Coimbra Junior, na ENSP/Fiocruz, vem empreendendo uma série de estudos dedicados à saúde das populações indígenas, numa interface entre a Medicina, a Antropologia Biológica, a Antropologia Sociocultural, a Demografia, a Genética de Populações Humanas, entre outras. Resultados de algumas dessas pesquisas podem ser encontrados, por exemplo, em Coimbra Junior *et al.* (1996); Santos e Coimbra Junior (1997); Santos *et al.* (1997); Coimbra Junior *et al.* (2004); Coimbra Junior, Santos e Escobar (2005); Pagliaro, Azevedo e Santos (2006); Lourenço *et al.* (2008); e Welch *et al.* (2009).

**Primatologia** → Os estudos de Primatologia estão centrados na análise dos aspectos anatômicos, fisiológicos, genéticos, ecológicos e comportamentais de primatas não humanos. A importância desses animais para a Antropologia Biológica, especialmente as espécies filogeneticamente muito próximas ao *Homo sapiens* moderno, está na sua origem comum a nossa, na similaridade genética acima dos 95%, e no comportamento muito mais socioculturalmente aprendido do que geneticamente determinado (Stanford, Allen e Antón, 2009), aspectos partilhados com os humanos.

---

<sup>42</sup> Sobre os estudos de Bastos de Ávila, ver Gonçalves (2011).

Por meio de estudos comparativos, os antropólogos que trabalham com Primatologia estão interessados na elucidação do processo evolutivo humano e de outras espécies de primatas. Segundo Little e Sussman (2010), no início do século XX a Primatologia já havia ganhado bastante espaço no meio universitário inglês, período no qual se destacavam os estudos versando sobre anatomia comparada e aspectos paleontológicos e comportamentais em cativeiro. Nos anos 1950/1960, os primatas não humanos começam a ser acompanhados no meio natural em longos trabalhos de campo, quando correlações entre seu comportamento e evolução humana começaram a ser estabelecidas. Nos Estados Unidos, a Primatologia tomaria fôlego nesse mesmo período, graças aos esforços de Sherwood Washburn para formar pesquisadores nessa especialidade e, mais adiante, nos anos 1980, teria início uma reclassificação genealógica desses primatas a partir de análises de DNA (Little e Sussman, 2010). Mais recentemente, observa-se o surgimento de novas frentes nessa especialidade, como a interlocução com a Arqueologia. Embora reconhecida internacionalmente como (também) um ramo da Antropologia Biológica, a Primatologia atrai pesquisadores de diferentes áreas, como a Psicologia, a Zoologia e a Etologia. Para o Brasil, Sá (2006) oferece um estudo etnográfico envolvendo as relações entre primatas e primatólogos em um centro de pesquisa no interior de Minas Gerais, e versando sobre a capacidade simbólica entre grandes símios dentro das discussões sobre natureza e cultura, encontramos um interessante “debate” entre Durham (2003) e Rapchan e Neves (2005). Uma revisão histórica e conceitual da Primatologia pode ser vista, ainda, em Rapchan (2005).

***Genética de Populações Humanas*** → Não se definiu ainda se a Genética de Populações Humanas pode ser considerada uma especialidade da Antropologia Biológica ou dos estudos genéticos gerais. Independentemente de classificações, tem-se que ela é de importância central para a Bioantropologia, tanto em termos teóricos quanto práticos. Em termos teóricos, a Genética Humana operou uma transformação radical em um dos preceitos básicos da Antropologia Biológica em meados do século passado, a substituição da ideia de “raça” pelo conceito de população, considerado hoje unidade analítica central nos estudos envolvendo as similitudes e diferenças biológicas da espécie (frequência genotípica). Em termos práticos, ela tem servido ora de suporte ora de contraponto para muitas das teorias bioantropológicas relacionadas, por exemplo,

aos movimentos populacionais no tempo e no espaço (Stanford, Allen e Antón, 2009). Para Little e Sussman (2010) a Genética entrou na Antropologia Biológica [Física] em função das alianças estabelecidas entre Dobzhanski e Washburn, nos anos 1950. Para Marks (2012), conforme apontado em outra parte deste trabalho, a Antropologia Biológica já vinha flertando com a Genética desde o princípio do século passado. De todo modo, a partir dos anos 1950/1960 vários cientistas criariam centros de investigação genética de populações humanas, inclusive em departamentos de Antropologia, nos Estados Unidos, o que levaria ao desenvolvimento daquilo que mais tarde ficaria conhecido como Genética Antropológica (Little e Sussman, 2010). Sem citar nomes, algumas passagens são importantes dentro da trajetória da Genética Humana dentro da Antropologia: o reconhecimento da importância da influência da cultura sobre a evolução biológica humana em termos da distribuição genotípica; a modernização das técnicas de seqüenciamento do DNA, o qual passa a ser analisado diretamente, e não de forma indireta, com implicações especiais para as investigações filogenéticas e de distribuição populacional; a conclusão do Projeto Genoma Humano (Salzano, 1997; Little e Sussman, 2010). No Brasil as pesquisas envolvendo a estrutura genética das populações indígenas e da sociedade nacional remontam à década de 1950 (Santos, 1993, 1996; Salzano, 1997, 2010). Num período mais recente, encontramos estudos sobre a ancestralidade, estrutura, graus de “mistura racial” e características evolutivas da população brasileira e latino-americana a partir de análises comparativas de marcadores genéticos (proteínas, DNA autossômico, DNA mitocondrial e DNA do cromossomo Y) associados, principalmente, a europeus, africanos e ameríndios (indígenas), via coleta de amostras em centros urbanos e localidades rurais, como em Bonatto *et al.* (1995, 1997); Bortolini *et al.* (1997a, 1997b, 1998, 1999); Silva Junior *et al.* (1999, 2006); (Pena e Santos, 2000; Pena *et al.*, 2011); Marrero *et al.* (2005, 2007a, 2007b); Wang *et al.* (2008); Guerreiro-Junior (2009); e Hünemeier *et al.* (2012).

## MAPEANDO A ANTROPOLOGIA BIOLÓGICA BRASILEIRA

No ano de 2004 a ABA publicou em uma compilação organizada pelos pesquisadores Wilson Trajano Filho e Gustavo Lins Ribeiro, esse último presidente da entidade à época, os resultados de uma pesquisa sobre o estado da Antropologia brasileira. Intitulado *O Campo da Antropologia no Brasil*, o compêndio trazia como pauta de discussão, com base em um amplo levantamento de dados quantitativos, as características da Antropologia no país em um intervalo de uma década (1992-2001). Esse empreendimento apresentou aos antropólogos socioculturais, demais cientistas sociais e, também, à comunidade científica nacional, um retrato mais ou menos robusto do campo da Antropologia Sociocultural brasileira naquele período. Seus resultados e diagnósticos serviram e poderão continuar servindo de suporte para reflexões que pretendam tomar como objeto de estudo a contraparte não biológica da “ciência do homem” no Brasil, especialmente em termos das suas dinâmicas históricas e institucionais. Contudo, há aqui um “porém”, tratado a seguir.

A despeito da importância da publicação da ABA, é cabível ressaltar que aquilo que se apresentou como “o campo da Antropologia no Brasil”, traz embutido em si uma equação precisa. A palavra Antropologia é tomada, intencional ou não intencionalmente, como sinonímia de Antropologia Cultural e/ou Social. Evidentemente, esta associação, comum no *métier* antropológico nacional, e evidenciada na referida publicação da ABA, não é meramente casuística, posto guardar relações com vários dos aspectos discutidos na introdução e no primeiro capítulo deste trabalho. Nesse sentido, ela pode ser entendida como o resultado de um desenvolvimento histórico, político, intelectual, teórico e institucional que reflete hoje os contornos específicos da Antropologia brasileira, em que a vertente Sociocultural assume posição hegemônica em diversos planos <sup>43</sup>.

---

<sup>43</sup> As formas pelas quais a ABA se posiciona com relação à Antropologia Biológica ainda carecem de maiores investigações, especialmente para os períodos mais recentes da história da entidade. De um lado, temos uma publicação oficial voltada para a compreensão do “campo da Antropologia brasileira”, em que a Bioantropologia sequer é mencionada, congressos nos quais grupos de trabalho e mesas redondas voltados para estudos de natureza biológica em Antropologia inexistem. De outro, deparamo-nos com uma homenagem feita ao geneticista Francisco Mauro Salzano por ocasião dos cinquenta anos da entidade (Eckert

## ANTROPOLOGIA BIOLÓGICA BRASILEIRA

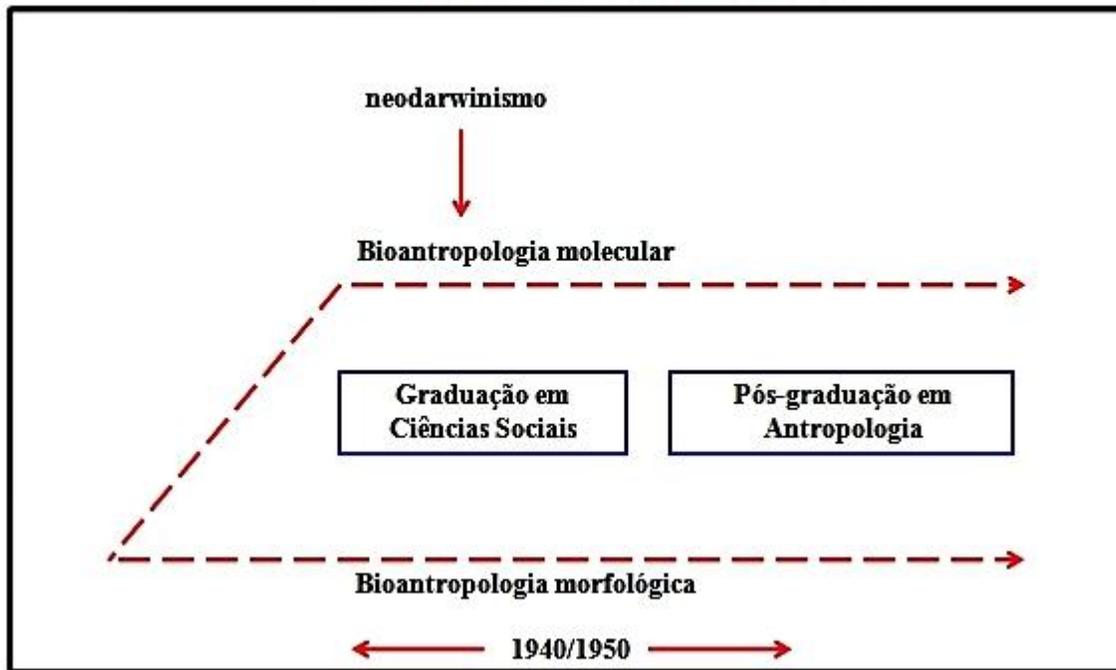


FIGURA 2.1 Duplo desenvolvimento histórico-institucional da Bioantropologia brasileira a partir dos anos 1940/1950

A figura 2.1 sintetiza alguns desses aspectos, especialmente aqueles relacionados às formas pelas quais a contraparte biológica da Antropologia brasileira se desenvolveu nos últimos sessenta anos em termos institucionais – uma espécie de síntese do modelo proposto por Santos (1996). Nela podemos ver que a aproximação com as novas perspectivas trazidas pelo neodarwinismo para a Antropologia Biológica [Física] nos anos 1950 se dá nos estudos antropológicos biomoleculares, mais especificamente no âmbito da Genética de Populações Humanas, que, de certa maneira, passa a representar a Bioantropologia brasileira no exterior, ao passo que as linhas de investigação de natureza mais morfológica mantêm uma relação de continuidade, em alguns aspectos, com a Antropologia Física característica da passagem do século XIX para o século XX, o que só mudaria a partir dos anos 1970/1980. Ao mesmo tempo, temos que a formação de profissionais na área, em ambas as linhas, dá-se fora das instituições dedicadas ao ensino e

---

e Godoi, 2006), a reprodução de um documento no qual é feita a defesa de uma perspectiva abrangente da Antropologia (anexo A) e, ainda, uma condecoração intitulada Medalha Roquette-Pinto. Essa medalha é alusiva a um dos mais proeminentes antropólogos físicos brasileiros, com a qual, desde 2003, a entidade vem agraciando pessoas com significativa contribuição à Antropologia brasileira. Sobre este personagem, ver Lima e Sá (2008), Santos (1998, 2011 e 2012) e Souza (2011).

à pesquisa de Antropologia no país, tanto ao nível da graduação (primeiro em relação aos cursos de Ciências Sociais e, mais a frente, aos recentes cursos de Antropologia) quanto ao nível da pós-graduação <sup>44</sup>. Como desdobramento desse arranjo, tem-se uma Bioantropologia praticada, hoje, na maioria dos casos, fora dos departamentos e programas de pós-graduação em Antropologia, por uma reduzida “comunidade” de pesquisadores com formações as mais diversas, e que podem ou não se (auto) identificar como antropólogos [biólogos]. Não obstante tal quadro, em que a área experimenta pouca visibilidade dentro do contexto antropológico nacional, praticamente não circula nos periódicos associados à Antropologia brasileira, e nem é mencionada na tabela de áreas do conhecimento pelas agências responsáveis pelo fomento à pesquisa científica, ela apresenta relativa inserção internacional<sup>45</sup>. Essa inserção se expressa, ao menos parcialmente, nas publicações em periódicos e participações em eventos estrangeiros gerais Antropologia ou de Antropologia Biológica, com parte de sua produção redigida em língua inglesa, assim como em redes de colaborações com núcleos e/ou pesquisadores de outros países dentro e fora da América Latina.

Com o intuito de apresentar um panorama do quadro atual da Antropologia Biológica brasileira contemporânea, ao longo deste capítulo são contemplados vários dos aspectos mencionados acima com base em alguns dados de ordem mais geral. Esses foram obtidos através de uma busca direcionada na Plataforma Lattes, do CNPq, mais especificamente nos currículos dos profissionais que se apresentam publicamente como atuantes em Antropologia Biológica. Dada a escassez de informações concernentes à

---

<sup>44</sup> Ver introdução e capítulo um deste trabalho e, também, Santos (1996).

<sup>45</sup> CNPq e Capes possuem uma tabela comum de áreas do conhecimento que serve de referência para, entre outras coisas, a avaliação de cursos de graduação e pós-graduação, e o financiamento de projetos de pesquisa. Sua última atualização data de 2009. Nessa, a Antropologia (área 70300003) e a Arqueologia (área 70400008) figuram reunidas, possuindo, portanto, um mesmo documento representativo. Para a Antropologia, são reconhecidas apenas as subáreas “Teoria antropológica” (70301000), “Etnologia indígena” (70302006), “Antropologia urbana” (70303002), “Antropologia rural” (70304009) e “Antropologia das populações afro-brasileiras” (70305005), todas associadas a estudos de ordem sociocultural. Durante o trabalho de campo, alguns pesquisadores mencionaram que já houve uma tentativa de reformulação dessa distribuição, assunto também mencionado no “Documento da Área de Antropologia para a 4ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia – CNCTI”, em 2005 (ABA, 2010). Conforme consta no documento, foi sugerida a criação de duas subáreas, Antropologia Social/Cultural e Antropologias Especializadas (Antropologia Biológica, Antropologia Linguística e Cultura Material), além de 37 especialidades. Ainda segundo os pesquisadores, os debates foram acalorados e não se chegou a um consenso sobre o assunto, de modo que a tabela não foi alterada. A tabela de áreas do conhecimento pode ser vista em <http://capes.gov.br/avaliacao/tabela-de-areas-de-conhecimento>, e o documento de área para Antropologia/Arqueologia pode ser visto em <http://www.capes.gov.br/avaliacao/areas-paginas>. Ambos acessados em 10 de junho de 2012.

Bioantropologia brasileira, a “entrada no campo” por meio dos currículos acadêmicos mostrou-se uma opção estratégica para o recolhimento de dados para a montagem de um quadro inicial mais geral. Além disso, há de se acrescentar que a Plataforma Lattes é hoje o principal banco público de dados relativo à atividade científica no país. Seu nome é uma homenagem ao físico brasileiro Césare Lattes, e nele estão integradas informações referentes às atividades de cada pesquisador/cientista (Currículo Lattes), a grupos de pesquisa (Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil) e instituições (Diretório de Instituições) cadastradas e/ou com algum vínculo junto ao CNPq. Dentro desse sistema integrado de informações, segundo o CNPq,

O Currículo Lattes se tornou um padrão nacional no registro da vida pregressa e atual dos estudantes e pesquisadores do país, e é hoje adotado pela maioria das instituições de fomento, universidades e institutos de pesquisa do País. Por sua riqueza de informações e sua crescente confiabilidade e abrangência, se tornou elemento indispensável e compulsório à análise de mérito e competência dos pleitos de financiamentos na área de ciência e tecnologia<sup>46</sup>.

Ao longo dos anos o currículo vem sendo modificado de modo a contemplar e congregar o máximo possível de informações referentes à vida acadêmica e profissional dos estudantes e pesquisadores brasileiros, contemplando desde as ocupações desempenhadas nas instituições às quais estão vinculados à sua produção artística/cultural, passando por publicações em periódicos e livros, participações em eventos, produção de patentes, homenagens e premiações, entre outros.

Ainda que os currículos possam ser encarados como importantes fontes de dados sobre a ciência nacional, a qualidade dos mesmos depende, em última instância, dos pesquisadores e estudantes. Assim sendo, dadas as dificuldades experimentadas no seu preenchimento, os detalhamentos exigidos, e fatores de ordem pessoal, não são incomuns os currículos com algumas informações incompletas, duplicadas ou defasadas (currículos sem atualização recente). Tomadas em consideração todas essas características, tem-se que a “realidade” apresentada neste capítulo, extraída dos Currículos Lattes, é aproximativa, embora não menos válida enquanto diagnóstica dos aspectos mais gerais da Bioantropologia nacional, apresentados a seguir.

---

<sup>46</sup> Disponível em <http://lattes.cnpq.br/conteudo/aplataforma.htm> (Acessado em 12.07.2012). Os links para os currículos consultados encontram-se nas referências.

## **Quais são e onde estão os profissionais que se apresentam como atuantes em Antropologia Biológica no Brasil?**

Um primeiro aspecto a ser considerado com relação à pergunta acima é que nem todos os profissionais que atuam em Bioantropologia no país se apresentam publicamente como tais, e quando o fazem, fazem-no de modo circunstancial e por vezes indireto (ver Capítulo 4). Esta postura torna-se compreensível se levarmos em consideração o fato, já discutido nesse trabalho, de que há uma parca presença da Bioantropologia na quase totalidade das instituições responsáveis pelo exercício da Antropologia em termos de ensino e pesquisa, como os departamentos, cursos de graduação e programas de pós-graduação em Ciências Sociais e Antropologia. Nesses, salvo o caso do PPGA/UFPA, a Antropologia biológica não aparece como uma alternativa para aqueles que aspirem ao título de antropólogo (ver Apêndices 1 e 2).

Não estando a maioria desses profissionais instalados nas estruturas aludidas acima, a auto-apresentação ou o reconhecimento públicos como antropólogo, ou antropólogo biológico, pode variar de acordo com os espaços nos quais a interação com profissionais da Antropologia ou de outras áreas ocorre. Isso pode ser observado quando considerados os planos nacional e internacional. Talvez um antropólogo estrangeiro dedicado ao estudo de primatas não-humanos, tal qual em um dos exemplos com que abri esse capítulo, não seja identificado imediatamente como tal no Brasil, ao contrário do que poderia ocorrer em contextos internacionais. Da mesma forma, um pesquisador brasileiro dedicado a análises morfológicas de remanescentes humanos escavados em sítios arqueológicos pode encontrar dificuldades para apresentar o seu estudo perante o *métier* antropológico como um trabalho de Antropologia, especialmente se proveniente de alguma estrutura acadêmica que não as de Antropologia Sociocultural e/ou Ciências Sociais.

Não obstante o caráter circunstancial com que a identidade de bioantropólogo pode ser acionada pelos diferentes profissionais que atuam no campo, eles podem ser identificados (e “se fazem” identificar) como tais, ou ao menos como atuantes, por pelo menos outras três vias: por meio dos veículos nos quais publicam seus estudos e dos fóruns de discussão que participam (congressos, simpósios etc.); quando atestam publicamente a

sua atuação no campo sem se dizerem, necessariamente, bioantropólogos; por meio de outras inferências indiretas.

Mencionem-se três exemplos relacionados a duas dessas vias em se tratando da Genética de Populações Humanas. Como mostrado mais adiante nesse capítulo, e mencionado por alguns dos pesquisadores cujos testemunhos compõem o quarto capítulo, os estudos genéticos envolvendo populações humanas respondem hoje por fatia considerável das pesquisas em Antropologia Biológica feitas no Brasil. Pesquisadores como os geneticistas Sérgio Danilo Pena e Fabrício Santos (UFMG), embora não se apresentem publicamente como antropólogos biológicos, têm uma parte de sua produção veiculada em periódicos tradicionalmente associados à Bioantropologia, especialmente no exterior, como *American Journal of Physical Anthropology*, *Human Biology* e *Current Anthropology*, entre outros, ou seja, alguns de seus trabalhos são reconhecidos internacionalmente como antropológicos. Além disso, no caso específico de Pena, seus estudos versando sobre a estrutura genética da população brasileira são debatidos em diversos fóruns de Antropologia, de um modo geral. O mesmo ocorre com Francisco Mauro Salzano (UFRGS), que possui ampla produção relacionada a estudos em Genética de Populações Humanas, publicada em periódicos de Antropologia Biológica. Condecorado e homenageado por diversas entidades associadas à Antropologia, ele mesmo se coloca, ao lado de Pena, como um personagem da história recente da Antropologia brasileira (Salzano, 2009), embora não se apresente como um bioantropólogo, e, sim, como um geneticista que contribui e atua no campo da Bioantropologia (ver Apêndice 4).

Voltando aos propósitos desta seção, apresento a seguir algumas informações a partir das quais é possível ter uma ideia de quem são os profissionais que se apresentam como atuantes em Antropologia Biológica no Brasil hoje, e onde eles se encontram instalados, via Currículo Lattes. Como a formação e a alocação institucional não poderiam servir de guia confiável para o rastreamento desses profissionais, pelas razões apontadas anteriormente, optei por realizar a busca utilizando os critérios “área de atuação” e “linhas de pesquisa”. Os termos-chaves empregados foram “antropologia física”, “antropologia biológica” e “bioantropologia”. A busca gerou um resultado inicial contendo quase trezentos currículos, mas este contingente se deve ao fato de o sistema de buscas da base de dados do CNPq ter identificado cadastros nos quais as palavras “antropologia”, “física”,

“biológica” e “bioantropologia” aparecerem isoladas ou não, em critérios para além de “área de atuação” e “linhas de pesquisa”, como formação e produção científica.

Em cima desse resultado inicial, procedeu-se a uma verificação das informações contidas em cada um dos currículos, selecionando-se apenas aqueles nos quais as palavras-chaves aparecessem estritamente mencionadas nos campos “área de atuação” e/ou “linha de pesquisa”. Essa triagem foi realizada entre junho e dezembro de 2010, e após sua execução permaneceram apenas 20 currículos. Estes foram “monitorados” até junho de 2012, como forma de acompanhar algumas de suas atualizações. Esse universo de 20 currículos certamente não contempla a totalidade de pesquisadores que podem estar envolvidos em pesquisas bioantropológicas, como no caso de alguns geneticistas, médicos, biólogos e profissionais com outras formações. Dado ser a Antropologia Biológica brasileira dotada de contornos não muito rígidos, ela pode ser sondada por diferentes vias. O caminho tomado aqui, qual seja o de um mapeamento via currículos profissionais, se não abarca todas as dimensões, arranjos e minúcias do objeto em questão, ao menos põe em relevo algumas de suas especificidades.

Um primeiro olhar sobre os currículos selecionados revela aquilo que Santos (1996) atestou em sua revisitação sobre a trajetória da Bioantropologia brasileira a partir dos anos 1950. Dos 20 pesquisadores rastreados, que afirmam em seus currículos acadêmicos serem atuantes em Antropologia Biológica, menos da metade (8) encontram-se estritamente vinculados a departamentos ou cursos específicos de Antropologia ou Ciências Sociais (Quadro 2.1). Sob este aspecto, o MN/UFRJ concentra, com o seu Setor de Antropologia Biológica, a maior parte destes (seis pesquisadores ao todo). Contudo, parece não haver inserção desses profissionais no PPGAS/MN/UFRJ. Mais fácil colaborarem com o Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da mesma instituição (PPGARq/MN/UFRJ), em que a oferta de disciplinas é mais factível (ver Apêndice 2). Ainda sobre os profissionais alocados no Setor de Antropologia Biológica do Museu Nacional, vale mencionar que um atua apenas como colaborador (Elizabeth Silva), e que dentre aqueles que gozam do cargo de professor, dois foram incorporados nos últimos cinco anos: Andersen Lyrio e Andrea Lessa.

**QUADRO 2.1. Profissionais com atuação em Antropologia Biológica no Brasil**

<b>Nº</b>	<b>PROFISSIONAL</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>
01	Andersen Liryo da Silva	Professor: UFRJ (SAB/ MN)
02	Andrea de Lessa Pinto	Professora: UFRJ (SAB/UFRJ)
03	Andrea Kely C. Ribeiro dos Santos	Professora:UFPA (Departamento de Genética/PPGA)
04	Claudia Rodrigues F. de Carvalho	Professora: UFRJ (SAB/MN)
05	Elizabeth Christina da Silva	Colaboradora: UFRJ (SAB/MN)
06	Gilberto Ferreira de Souza Aguiar	Pesquisador: MPEG
07	Gláucia Aparecida Malerba Sene	Pesquisadora: IAB e UFRJ
08	Hilton Pereira da Silva	Professor: UFPA (Departamento de Antropologia)
09	Izaura Maria Vieira Cayres Vallinoto	Professora: UFPA (Departamento de Morfologia/PPGA)
10	Maria Cátira Bortolini	Professora: UFRGS (Departamento de Genética)
11	Maria Mercedes Martinez Okumura	Bolsista recém-doutor: USP (MAE)
12	Murilo Quintans Ribeiro Bastos	Doutorando: UnB (PPG Geologia)
13	Nanci Vieira de Oliveira	Professora: UERJ (Departamento de Ciências Sociais)
14	Olivia Alexandre de Carvalho	Professora: UFS (NAR) / Consultora: MAX
15	Ricardo Ventura Santos	Professor: UFRJ (SAB/MN) / Pesquisador: Fiocruz (ENSP)
16	Sheila Maria Ferraz M. de Souza	Pesquisadora: Fiocruz (ENSP)
17	Silvia Barreiros dos Reis	Bioarqueóloga: UFRJ (SAB/MN)
18	Tatiana Leite Nunes	Consultora: A LASCA / Editora Leya
19	Valéria Silva Braz	Técnica policial: PCERJ
20	Walter Alves Neves	Professor : USP (LEEH/Departamento de Genética)

Embora pertencentes aos Departamentos de Genética e Morfologia da UFPA, respectivamente, Andrea Kely dos Santos e Izaura Vallinoto colaboram como professoras do Programa de Pós-Graduação em Antropologia dessa mesma universidade (PPGA/UFPA). Os demais profissionais, ou seja, aqueles não alocados em departamentos ou programas de pós-graduação em Antropologia ou Ciências Sociais, encontram-se distribuídos em diferentes instituições e/ou núcleos ligados à Arqueologia (Gláucia Sene, no Instituto de Arqueologia Brasileiro – IAB; Maria Mercedes Okumura, no Museu de Arqueologia e Etnologia da USP – MAE/USP; e Olívia de Carvalho, no Núcleo de Arqueologia da Fundação Universidade Federal de Sergipe – NAR/FUFS e no Museu de Arqueologia do Xingó – MAX), às Ciências Biológicas e da Saúde (Maria Cátira Bortolini, no Departamento de Genética da UFRGS, Sheila Mendonça, na ENSP/Fiocruz; e Walter Neves, no LEEH da USP), à segurança pública ou outros nichos, como consultoria editorial. Um caso a parte neste universo é Ricardo Santos, que atua ao mesmo tempo como pesquisador da ENSP/Fiocruz e professor do Departamento de Antropologia do MN/UFRJ<sup>47</sup>.

<sup>47</sup> Curiosamente, durante a triagem foram encontrados dois currículos de profissionais com formação específica em Antropologia Biológica, mas sem indicação de atuação na área. Luciana Maria de Moraes Martins Soares possui mestrado em Antropologia Física e Forense pela Universidade de Granada, na

## Formação acadêmica

Dentro do universo considerado, a quase totalidade dos profissionais que se apresentam como atuantes em Antropologia Biológica não é possuidora de formação específica em Antropologia, com exceção daqueles que fizeram pós-graduação no exterior: Ricardo Ventura Santos, Hilton Pereira da Silva (mestrado e doutorado) e Olívia de Carvalho (apenas doutorado) (Quadro 2.2). Com relação à obtenção de seus títulos de pós-graduação, nota-se que a maior parte o fez nos últimos vinte anos, na passagem do século passado para o início desse século (Tabela 2.1). Enquanto a maioria dos diplomas de mestrado foi obtida nos anos 1990, a de doutorado foi granjeada a partir dos anos 2000. Em resumo, trata-se de uma geração de profissionais distantes, significativamente, do período imediato aos anos 1950/1960, quando a Antropologia Biológica brasileira apresenta um duplo desenvolvimento (Santos, 1996).

Quando considerada a graduação, a maior parte dos profissionais é formada em áreas pertencentes às ciências médicas e biológicas, aparecendo, inclusive, formação dupla em dois casos, Hilton Pereira da Silva e Gilberto Aguiar (Ciências Biológicas e Medicina). Excetuados esses dois últimos, Ciências Biológicas, Biomedicina e Medicina aparecem como área de formação inicial de oito, dois e um profissionais, respectivamente. Entre aqueles que cursaram alguma graduação dentro das ciências humanas, a Arqueologia é a área de formação inicial de cinco pesquisadores, enquanto História e Ciências Sociais contribuem com um caso cada. Se considerados os 20 profissionais independentemente de grande área (ciências humanas e/ou ciências médicas e biológicas), as graduações em Ciências Biológicas e Arqueologia concentram mais da metade dos nomes.

Observa-se nos currículos que, após a graduação e durante a pós-graduação, vários profissionais se empenharam por adquirir uma formação complementar relacionada à Bioantropologia por meio de especializações e cursos rápidos, ou de natureza similar, capazes de oferecer o que, em outros contextos, possivelmente seria oferecido dentro de um curso de Antropologia com concentração em Antropologia Biológica. Esse é o caso

---

Espanha, e doutorado em Evolução Humana e Antropologia Física e Forense pela mesma universidade, mas apresenta como áreas de atuação Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Stephen Francis Ferrari possui graduação em Antropologia Biológica pela Universidade de Durhan, e doutorado em Antropologia Biológica pela Universidade de Londres, ambas na Inglaterra, e apresenta como áreas de atuação Ecologia e Zoologia, provavelmente pelo fato de desenvolver estudos em Primatologia.

daqueles que se enveredaram por cursos de especialização em Paleopatologia e, posteriormente, realizaram seus mestrados e doutorados em Saúde Pública / Coletiva, e hoje atuam especialmente em Bioarqueologia, Paleopatologia e Antropologia Forense.

Em termos específicos, para um primeiro grau de pós-graduação, quase metade dos 20 profissionais fez mestrado em Saúde Pública / Coletiva (cinco casos) e Ciências Biológicas (quatro casos). Outros obtiveram seus títulos de mestres em Antropologia [Biológica] e História (dois casos cada), Arqueologia, Genética, Medicina [Anatomia] e Ciências Morfológicas, com um caso cada. Três profissionais não cursaram o mestrado, Elizabeth Silva e Gilberto Aguiar, os quais também não fizeram doutorado, e Walter Neves, que fez a passagem direta para o doutorado. Para o doutorado, Saúde Pública / Coletiva e Ciências Biológicas continuam sendo as áreas de formação da maior parte dos profissionais em questão (quatro casos cada), o que denota certa continuidade entre este nível de pós-graduação e o mestrado dentro do rol de escolhas feitas por alguns profissionais. Uma diferença aqui é que, com relação ao mestrado, a formação em Antropologia [Biológica] passa a contemplar três nomes, por conta de Olívia de Carvalho. Para as demais áreas, temos doutorados em Arqueologia (dois casos), Genética, História e Geologia (um caso cada), concluídos ou em andamento. O total de profissionais sem doutorado soma quatro nomes, de modo que, dentre os 20 que se apresentam como atuantes em Antropologia biológica no país, 17 possuem mestrado, 16 possuem doutorado e dois são apenas graduados.

**QUADRO 2.2 Formação acadêmica dos profissionais com atuação em Antropologia Biológica no Brasil**

<b>Nº</b>	<b>PROFISSIONAL</b>	<b>GRADUAÇÃO<sup>48</sup></b>	<b>MESTRADO</b>	<b>DOCTORADO<sup>49</sup></b>
01	Andersen Liryo da Silva	Arqueologia (UNESA) :: (*) Paleopatologia, História e Evolução das Doenças Humanas (Fiocruz)	Saúde Coletiva (NESC/UFRJ)	Saúde Coletiva (Fiocruz) :: (**) Antropologia biológica (Museu Nacional / UFRJ)
02	Andrea de Lessa Pinto	Arqueologia (UNESA)	Saúde Pública (ENSP/Fiocruz)	Saúde Pública (ENSP/Fiocruz)
03	Andrea Kely Campos Ribeiro dos Santos	Biomedicina (UFPA)	Ciências Biológicas (UFPA)	Ciências Biológicas (USP) :: (**) Antropologia biológica (Indiana University)
04	Claudia Rodrigues Ferreira de Carvalho	Arqueologia (UNESA) :: (*) Paleopatologia e Paleoepidemiologia (ENSP/Fiocruz)	Saúde Pública (ENSP/Fiocruz)	Saúde Pública (ENSP/Fiocruz)
05	Elizabeth Christina da Silva	Arqueologia (UNESA) :: (*) Paleopatologia e Paleoepidemiologia (ENSP/Fiocruz)		
06	Gilberto Ferreira de Souza Aguiar	Ciências Biológicas (UFPA) :: Medicina (UFPA) :: (*) Ecologia humana (Fiocruz)		
07	Gláucia Aparecida Malerba Sene	Arqueologia (UNESA)	Arqueologia (MAE/USP)	Arqueologia (MAE/USP) :: (**) Museu Nacional/UFRJ
08	Hilton Pereira da Silva	Ciências Biológicas (UFPA) :: Medicina (UFPA)	Antropologia (Pennsylvania State University) :: Saúde Pública (Ohio State University)	Antropologia (Ohio State University)
09	Izaura Maria Vieira Cayres Vallinoto	Ciências Biológicas (UFPA)	Ciências Biológicas (UFPA)	Biologia de Agentes Infecciosos e Parasitários (UFPA)
10	Maria Cátira Bortolini	Ciências Biológicas (UFRGS)	Genética e Biologia Molecular (UFRGS)	Genética e Biologia molecular (UFRGS)

<sup>48</sup> (\*) Especialização

<sup>49</sup> (\*\*) Pós-doutorado

**Quadro 2.2 Continuação**

<b>Nº</b>	<b>NOME</b>	<b>GRADUAÇÃO</b>	<b>MESTRADO</b>	<b>DOCTORADO</b>
11	Maria Mercedes Martinez Okumura	Ciências Biológicas (USP)	Ciências Biológicas (USP)	Ciências Biológicas (USP)
12	Murilo Quintans Ribeiro Bastos	Ciências Biológicas (UFRJ)	Saúde Pública (ENSP/Fiocruz)	Geologia (UNB)
13	Nanci Vieira de Oliveira	História (Faculdade de Humanidades Pedro II)	História social (USP)	História (Unicamp)
14	Olivia Alexandre de Carvalho	Biomedicina (UNICAP) :: (*) Paleopatologia e Paleopepidemiologia (Fiocruz)	Saúde Pública (Fiocruz)	Antropologia biológica (University of Génève)
15	Ricardo Ventura Santos	Ciências Biológicas (UNB)	Antropologia biológica (Indiana University)	Antropologia biológica (Indiana University)
16	Sheila Maria Ferraz Mendonça de Souza	Medicina (UERJ) :: (*) Patologia óssea (SBOT) :: (*) Arqueologia pré-histórica	Anatomia humana (UFRJ)	Saúde Pública (Fiocruz)
17	Silvia Barreiros dos reis	Ciências Sociais (UFF) :: (*) Paleopatologia (ENSP/Fiocruz)	História Comparada (UFRJ)	Arqueologia (MN/UFRJ)
18	Tatiana Leite Nunes	Ciências Biológicas (UNESP)	Ciências Biológicas (USP)	
19	Valéria Silva Braz	Ciências Biológicas (UFRJ) :: (*) Paleopatologia (Fiocruz) :: (*) Segurança Pública (Faculdade nacional de Direito)	Ciências Morfológicas (UFRJ)	
20	Walter Alves Neves	Ciências Biológicas (USP)		Ciências Biológicas (Biologia Genética) (USP) :: (**) Arqueologia (Center For American Archaeology Northwestern University) :: (**) Antropologia (USP)

Outro aspecto relacionado à formação acadêmica desses profissionais são os temas/objetos discutidos por eles em suas dissertações de mestrado e teses de doutorado. Com base nos títulos (Quadros 2.3 e 2.4), e nas palavras-chaves disponíveis nos currículos, é possível alocar cada um dos trabalhos dentro de um esquema macro-conceitual que permite visualizar, mais ou menos, quais “objetos” (populações vivas e pretéritas) e quais “dimensões analíticas” (morfologia e molécula) foram contempladas. Com isso, vê-se que a maioria dos estudos se deteve sobre populações humanas pretéritas a partir de análises morfológicas (Tabela 2.2) <sup>50</sup>. Dos materiais analisados (se remanescentes ósseos humanos ou amostras recolhidas de populações vivas), quase a totalidade é brasileira, mesmo quando a formação é feita no exterior. Além disso, em nenhum dos 32 trabalhos a palavra “raça” é mencionada, sendo mais comuns os termos “população”, “grupo” e “comunidade”, algo que, certamente, guarda relação com a distância cronológica desta geração com o período anterior e imediatamente posterior aos anos 1950/1960.

**TABELA 2.1 Obtenção de títulos de pós-graduação pelos profissionais com atuação em Bioantropologia no Brasil (181-presente)**

<b>Período</b>	<b>Mestrado</b>	<b>Doutorado</b>
1981-1990	2	1
1991-2000	9	4
2001-2010	6	9
2011-	-	1
Em curso	-	1
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>16</b>

**TABELA 2.2 Cruzamento entre “análises”(morfológicas e moleculares) e “objetos”(populações vivas e pretéritas) com base no quadro 2.3**

<b>Objeto/ Análise</b>	<b>Populações vivas</b>		<b>Populações pretéritas</b>		<b>Populações vivas e pretéritas</b>		<b>Total</b>
	<b>Dissertação</b>	<b>Tese</b>	<b>Dissertação</b>	<b>Tese</b>	<b>Dissertação</b>	<b>Tese</b>	
Morfologia	-	-	11	9	-	-	20
Molécula	4	2	-	-	-	1	7
Morfologia + Molécula	-	2	-	-	-	-	2
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>11</b>	<b>9</b>	<b>--</b>	<b>1</b>	<b>29</b>

<sup>50</sup> Das 16 dissertações e 16 teses (Ricardo Ventura Santos obteve o título de mestre sem dissertação), três não foram incluídos nessa subanálise, os de Silvia Barreiro (dissertação e tese) e Nanci Oliveira (tese), porque, a partir de seus respectivos títulos e das palavras-chaves dispostas nos currículos, não foi possível inferir sobre os aspectos considerados para os demais.

**QUADRO 2.3 Dissertações de mestrado dos profissionais com atuação em Antropologia Biológica no Brasil**

<b>N.º</b>	<b>PROFISSIONAL</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>ORIENTADOR</b>	<b>DEFESA</b>
01	Andersen Liryo da Silva	Lesões dentárias em esqueletos do sítio arqueológico Igreja da Sé	Diana Maul de Carvalho	2003
02	Andrea de Lessa Pinto	Estudo de lesões traumáticas agudas como indicadores de tensão social na população do cemitério Solcor-3, San Pedro de Atacama, Chile	Sheila Maria Ferraz M. de Souza	1999
03	Andrea Kely C. Ribeiro dos Santos	A influência de marcadores genéticos na epidemiologia do vírus da hepatite B	Ricardo Ishak	1993
04	Claudia Rodrigues F. de Carvalho	Patologias e processos dento-maxilares em remanescentes esqueléticos de dois sítios pré-históricos no Brasil: o cemitério da Furna do Estrago, PE e o Sambaqui de Cabeçuda	Sheila Maria Ferraz M. de Souza	1997
05	Elizabeth Christina da Silva	-	-	-
06	Gilberto Ferreira de Souza Aguiar	-	-	-
07	Gláucia Aparecida Malerba Sene	Rituais funerários e processos culturais: os caçadores-coletores e horticultores pré-históricos do noroeste de Minas Gerais	Dorath Pinto Uchôa	1999
08	Hilton Pereira da Silva	HIV/AIDS in minority populations	Douglas E. Crews	1998
09	Izaura Maria V. Cayres Vallinoto	Polimorfismo de VNTRs em duas populações amazônicas de origem africana	João Farias Guerreiro	1996
10	Maria Cátira Bortolini	Estudos genéticos em comunidades negras isoladas sul-americanas	Tania de Azevedo Weimer	1991

**QUADRO 2.3 Continuação**

<b>Nº.</b>	<b>PROFISSIONAL</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>ORIENTADOR</b>	<b>DEFESA</b>
11	Maria Mercedes M. Okumura	Estudos sobre a evolução da diversidade humana: modelos sobre origens e diferenciações das populações melanésicas	Marta Betariz Mirazon Rondon Lahr	2002
12	Murilo Quintans Ribeiro Bastos	Mobilidade humana no litoral brasileiro: análise de isótopos de estrôncio no sambaqui do forte Marechal Luz	Sheila Maria Ferraz M. de Souza	2009
13	Nanci Vieira de Oliveira	Paleodemografia, morfologia e práticas funerárias: um estudo de dois sítios arqueológicos do litoral de Santa Catarina	José Affonso Bueno de M Passos	1987
14	Olivia Alexandre de Carvalho	Análise das anomalias de desenvolvimento na população pré-histórica do sítio Furna do Estrago, Pernambuco, Brasil	Adauto José G. de Araújo	1995
15	Ricardo Ventura Santos	<i>Sem dissertação</i>	Paul Jamison; Robert Meyer; Emilio Moran	1990
16	Sheila Maria Ferraz M. de Souza	Aplicação de funções discriminantes a estimativa de sexo em ossos humanos pré-históricos	Marília C. de Mello e Alvim	1991
17	Silvia Barreiros dos reis	Amor cortês e amor na corte: análise comparada da corte portuguesa (Dom Dinis, 1279-1325) e da corte japonesa (Era Heian, 794-1185) através do discurso lírico das cantigas de amor e waka.	Álvaro Alfredo Bragança Junior	2009
18	Tatiana Leite Nunes	Afinidades biológicas extra-continentais dos paleoíndios tardios de Lagoa Santa e suas implicações para o povoamento do Novo Mundo: uma abordagem odontométrica	Walter Alves Neves	2010
19	Valéria Silva Braz	Estudo dos processos tafonômicos em restos esqueléticos nos sambaquis de Beirada e Moa, Saquarema (RJ)	Marcos Farina de Souza	2001
20	Walter Alves Neves	-	-	-

**QUADRO 2.4 Teses de doutorado dos profissionais com atuação em Antropologia Biológica no Brasil**

<b>Nº.</b>	<b>PROFISSIONAL</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>ORIENTADOR</b>	<b>DEFESA</b>
01	Andersen Liryo da Silva	Osteoartrose Temporomandibular em Crânios de Brasileiros e Portugueses de Coleções Históricas	Sheila Maria Ferraz M. de Souza	2008
02	Andrea de Lessa Pinto	Paleoepidemiologia dos traumas agudos em grupos atacamenhos: a violência sob uma perspectiva diacrônica	Sheila Maria Ferraz M. de Souza	2005
03	Andrea Kely C. Ribeiro dos Santos	Diversidade de linhagens do DNA mitocondrial de ameríndios da Amazônia: populações contemporâneas e ancestrais	Marco Antonio Zago	1996
04	Claudia Rodrigues F. de Carvalho	Marcadores de Estresse Ocupacional em Populações Sambaquieiras do Litoral Fluminense	Sheila Maria Ferraz M. de Souza	2004
05	Elizabeth Christina da Silva	-	-	-
06	Gilberto Ferreira de Souza Aguiar	-	-	-
07	Gláucia Aparecida Malerba Sene	Indicadores de gênero na pré-história brasileira: contexto funerário, simbolismo e diferenciação social. O sítio arqueológico Gruta do Gentio II, Unai, Minas Gerais	Dorath Pinto Uchôa	2008
08	Hilton Pereira da Silva	Growth, development, nutrition and health of caboclo populations from the Brazilian Amazon	Douglas E. Crews	2001
09	Izaura Maria V. Cayres Vallinoto	Epidemiologia molecular do poliomavírus humano JCV: um marcador das migrações humanas	Ricardo Ishak	2008
10	Maria Cátira Bortolini	Estudos genéticos em populações negróides sul-americanas: subsídios para reflexões antropológicas	Tania de Azevedo Weimer	1996

**QUADRO 2.4 Continuação**

<b>Nº.</b>	<b>PROFISSIONAL</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>ORIENTADOR</b>	<b>DEFESA</b>
11	Maria Mercedes M. Okumura	Diversidade morfológica craniana, microevolução e ocupação pré-histórica da costa brasileira	Walter Alves Neves	2007
12	Murilo Quintans Ribeiro Bastos	Aplicação da geoquímica isotópica em remanescentes esqueléticos de origem arqueológica e seus aspectos diagenéticos	Roberto Ventura Santos	Em curso
13	Nanci Vieira de Oliveira	São Barnabé: lugar e memória	Pedro Paulo de Abreu Funari	2002
14	Olivia Alexandre de Carvalho	Contribution a l'archéologie bresilienne: etude paléanthropologique de quelques nécropoles de la région Nord-est du Brésil	Alain Gallay / Marie Besse	2006
15	Ricardo Ventura Santos	Coping with change in native Amazonia: a bioanthropological study of the Gavião, Suruí and Zoró, Tupí-Mondé speaking societies from Brazil	Paul Jamison; Robert Meyer; Emilio Moran	1991
16	Sheila Maria Ferraz M. de Souza	Estresse, doença e adaptabilidade: estudo comparativo de dois grupos pré-históricos em perspectiva biocultural	Adauto José Gonçalves de Araújo	1995
17	Silvia Barreiros dos reis	Sambaqui e kaizuka: análise comparada da trajetória de conceituação de shell mounds entre discursos de identidade e legitimação através da história da Arqueologia no Brasil e no Japão (séculos XIX a XXI)	Claudia Rodrigues Ferreira de Carvalho	Em curso
18	Tatiana Leite Nunes	-	-	-
19	Valéria Silva Braz	-	-	-
20	Walter Alves Neves	Paleogenética dos grupos pré-históricos do litoral sul do Brasil (Paraná e Santa Catarina)	Luiz Edmundo Magalhães; Oswaldo Frota-Pessoa	1984

## **Especialidades**

Em se tratando das especialidades a que se dedicam os “antropólogos biológicos” aqui considerados (Quadro 2.5), dada a diversidade de subáreas e especialidades mencionadas nos currículos acadêmicos, é possível notar quatro aspectos com relação a esta dimensão da Antropologia Biológica brasileira.

Primeiro, verifica-se que os profissionais que se apresentam como atuantes em Bioantropologia também se apresentam como atuantes em outras frentes, o que denota não só um franco trânsito por diferentes áreas, como reflete, em certa medida, os arranjos institucionais nos quais eles estão inseridos e a sua própria formação, como visto na seção prévia. Pode-se notar que os vínculos mais estreitos são entre a Antropologia e a Arqueologia, especialmente para as especialidades dedicadas às análises de materiais humanos encontrados em sítios arqueológicos, como a Bioarqueologia e a Paleopatologia. Mas há também associações entre a Antropologia e a Genética e a Antropologia e as ciências da saúde, entre outras.

Segundo, nota-se que há menções a uma gama considerável de especialidades que, de um modo ou de outro, contemplam parte considerável daquelas apresentadas no primeiro capítulo, com exceção da Primatologia.

Em terceiro lugar, observa-se uma pluralidade de arranjos hierárquicos envolvendo a Antropologia Biológica em si mesma e as suas possíveis especialidades. Ora a Bioantropologia aparece como uma subárea da Antropologia, ora como uma especialidade da Genética. De modo similar, a Antropologia Forense, por exemplo, aparece como uma subárea da Antropologia e como uma especialidade da Antropologia Biológica. É válido lembrar que a Antropologia Biológica não está contemplada na tabela de áreas do conhecimento do CNPq e da Capes e, por extensão, não aparece como pré-alternativa a ser marcada eletronicamente dentro do Currículo Lattes. Portanto, é provável que a diversificação na forma como são organizadas as áreas, subáreas e especialidades nos currículos seja efeito dessa situação. De todo modo, uma investigação posterior junto a todos esses pesquisadores poderia oferecer um quadro mais bem delineado sobre as concepções que eles possuem da Antropologia Biológica

Por fim, a atuação em diferentes áreas e especialidades, se pensada em conjunto com a formação profissional, reforça a ideia de que os contornos da Antropologia Biológica no país são bastante móveis. Os assuntos pertinentes a ela podem ser

acessados por diferentes vias, sem que haja uma relação necessária entre formação específica e prática científica (ver Capítulo 4). Isso permite aos profissionais que se apresentam como atuantes na área transitar por diferentes frentes, fazer alianças, e participar de redes de discussão bastante diversificadas (periódicos, eventos, projetos de pesquisa, entre outros<sup>51</sup>), tanto no Brasil quanto no exterior. Ao mesmo tempo, tal mobilidade pode ser entendida como estratégias possíveis frente à forma pela qual o campo geral da Antropologia no Brasil encontra-se organizado, tema presente nas falas de alguns dos entrevistados, dispostas no Capítulo 4.

### **Produção acadêmica e inserção internacional**

No princípio deste capítulo e alhures foram feitas menções à inserção da Antropologia Biológica brasileira no âmbito internacional. Trata-se de ponto curioso, porque, se dentro do país a visibilidade da área é diminuta quando tomamos a comunidade antropológica nacional como referência, ao que tudo indica, ela não é de todo desconhecida no exterior. Como será mostrado mais a frente, alguns dos profissionais que asseveram lidar com assuntos relacionados à Bioantropologia publicam artigos em periódicos estrangeiros, muitas vezes em língua inglesa, o que pode lhes garantir uma audiência mais ampla, além de participarem de eventos no exterior.

Para além das publicações em periódicos e apresentações de trabalho, um interessante exemplo dessa inserção internacional da Antropologia Biológica brasileira pode ser visto, igualmente, na participação do país dentro da Associação Latino Americana de Antropologia Biológica – ALAB. Fundada em 1989, no Chile, a ALAB realizará, em novembro de 2012, na Costa Rica, o seu décimo segundo congresso internacional. Consumados a cada dois anos desde 1990, os congressos da entidade já foram sediados por sete países latino-americanos e, dentre eles, ao lado de Uruguai, Colômbia e Argentina, o Brasil foi o anfitrião em duas ocasiões. A primeira vez foi em 1994, no Rio de Janeiro, no Estado de mesmo nome, e a segunda vez, em 2006, na cidade de Ouro Preto, Minas Gerais (Quadro 2.6). Além disso, desde a fundação da associação o país tem tomado assento em seus quadros diretivos (Quadro 2.7),

---

<sup>51</sup> Sobre os projetos de pesquisa ver o Apêndice 5.

concorrendo com pelo menos dois presidentes, um vice-presidente, três secretários e dois tesoureiros ao longo de mais de 20 anos<sup>52</sup>. Dentre estes, Francisco Mauro Salzano, que foi presidente da ALAB de 1990 a 1992, figura como seu presidente honorário desde o ano 2000<sup>53</sup>.

Essa inserção internacional da Antropologia Biológica brasileira, por meio de publicações e participações em eventos no exterior, não apresenta as mesmas dimensões para todas as suas especialidades. Na verdade, o que poderia ser chamado de um “grau de internacionalização” pode variar a depender das linhas de investigação, dos pesquisadores considerados, e das instituições nas quais estes últimos atuam. Durante o trabalho de campo, vários pesquisadores fizeram menção a esses desníveis. Segundo eles, se, de fato, é possível falar, em termos gerais, de uma Bioantropologia brasileira internacionalizada, por outro é preciso ter em mente que a Genética de Populações Humanas responde pela maior parte dessa inserção. Isso se deve, entre outras coisas, ao desenvolvimento experimentado pela Genética no Brasil desde os anos 1950, enquanto os estudos morfológicos e em outras frentes da Antropologia Biológica só começaram a experimentar uma renovação, inclusive em seus quadros profissionais, nos últimos 30 anos, mesmo assim, timidamente. Este é o caso, por exemplo, da Bioarqueologia, cujo desenvolvimento esbarra nas limitações impostas pelo pouco diálogo com a Arqueologia nacional (Souza, 2003, 2009).

---

<sup>52</sup> Mais do que os dados disponibilizados nos quadros 2.6 e 2.7, o intuito inicial era o de acessar informações referentes à participação de pesquisadores brasileiros nos congressos da ALAB a partir das apresentações de trabalho, palestras etc., o que proporcionaria um panorama mais rico dessa inserção. Infelizmente, isso não foi possível até o momento, porque a associação não conta com uma página eletrônica oficial e as tentativas de contato com alguns de seus membros, presentes e passados, não obtiveram logro. Desta maneira, as informações contidas nos dois quadros em questão foram coletadas em fontes fragmentadas, como currículos profissionais, referências aos eventos em páginas de instituições científicas no país e no exterior, algumas páginas exclusivamente dedicadas a alguns desses congressos, entre outros.

<sup>53</sup> Francisco Mauro Salzano é, indubitavelmente, um nome de relevo internacional quando consideradas as suas atuações nos campos da Genética e da Antropologia Biológica. Além de presidente da ALAB, também foi vice-presidente da IUAES por dez anos (1978-1988) e foi membro do conselho científico da ABA em quatro gestões, entre os anos 1960 e 1970 (Salzano, 2006). Membro titular da Academia Brasileira de Ciências – ABC e da Ordem do Mérito Científico (Grã-Cruz), recebeu diversas homenagens e condecorações ao longo de sua carreira, inclusive de entidades antropológicas: membro honorário da Sociedad Venezolana de Antropología Biológica (1984); membro honorário do Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland (1989); prêmio Franz Boas High Achievement, da Human Biology Association (1999); presidente honorário da Asociación Latinoamericana de Antropología Biológica (2000); prêmio de melhor obra interdisciplinar da General Anthropology Section, da AAA, pelo livro *The Xavante in Transition*, em parceria com Carlos E. A. Coimbra Junior, Nancy M. Flowers e Ricardo V. Santos (2003), homenagem da ABA (2005); homenagem da UFPA durante a realização do Simpósio “Antropologia em Foco” (2008); homenagem da AAPA (2010).

**QUADRO 2.5 Áreas e especialidades dos profissionais que se apresentam como atuantes em Antropologia Biológica no Brasil**

<b>Nº</b>	<b>PROFISSIONAL</b>	<b>ÁREA :: SUBÁREA :: ESPECIALIDADE</b>
01	Andersen Liryo da Silva	Saúde Coletiva :: Saúde Pública :: Bioantropologia; Paleopatologia Antropologia :: Antropologia Forense; Antropologia Biológica :: Antropologia Física Arqueologia :: Arqueologia Histórica
02	Andrea de Lessa Pinto	Antropologia :: Antropologia biológica :: Antropologia forense; Bioarqueologia; Paleoepidemiologia Arqueologia :: Arqueologia pré-histórica
03	Andrea Kely Campos Ribeiro dos Santos	Genética :: Genética Humana e Médica; Farmacogenética :: Genética médica; Genética de populações; Paleogenética; Genética forense Antropologia :: Antropologia biológica
04	Claudia Rodrigues Ferreira de Carvalho	Antropologia :: Antropologia Biológica :: Bioarqueologia; Paleopatologia; Evolução Humana
05	Elizabeth Christina da Silva	Arqueologia :: Arqueologia pré-histórica; Arqueologia de contrato; Arqueologia histórica Antropologia :: Antropologia forense
06	Gilberto Ferreira de Souza Aguiar	Antropologia :: Antropologia biológica Genética :: Genética humana e médica
07	Glaucia Aparecida Malerba Sene	Arqueologia :: Arqueologia pré-histórica; Arqueologia histórica; Arqueologia de salvamento Antropologia :: Antropologia biológica
08	Hilton Pereira da Silva	Antropologia :: Antropologia Biológica :: Saúde e Nutrição; Evolução Humana Educação :: Tópicos Específicos em Educação :: Educação em Saúde
09	Izaura Maria Vieira Cayres Vallinoto	Morfologia :: Anatomia :: Anatomia Humana Genética:: Genética Humana e Médica; Antropologia Médica :: Bioantropologia Medicina
10	Maria Cátira Bortolini	Genética:: Genética humana e médica; Antropologia biológica e genética

**QUADRO 2.5 Continuação**

<b>Nº</b>	<b>PROFISSIONAL</b>	<b>ÁREA :: SUBÁREA :: ESPECIALIDADE</b>
11	Maria Mercedes Martinez Okumura	Arqueologia :: Bioarqueologia; Arqueologia pré-histórica Biologia Humana :: Antropologia biológica
12	Murilo Quintans Ribeiro Bastos	Antropologia :: Antropologia biológica Geociências :: Geoquímica de isótopos
13	Nanci Vieira de Oliveira	Antropologia :: Antropologia biológica Arqueologia :: Arqueologia pré-histórica; Arqueologia histórica
14	Olivia Alexandre de Carvalho	Antropologia :: Antropologia biológica :: Paleoantropologia; Tafonomia; Antropologia forense Morfologia :: Anatomia; Anatomia humana
15	Ricardo Ventura Santos	Antropologia :: Teoria Antropológica :: Antropologia biológica; Antropologia demográfica Saúde coletiva :: Saúde pública :: Etnicidade e saúde; Saúde dos povos indígenas
16	Sheila Maria Ferraz Mendonça de Souza	Arqueologia :: Arqueologia pré-histórica Medicina :: Patologia óssea; Patologia clínica Antropologia :: Antropologia forense :: Osteologia humana
17	Silvia Barreiros dos Reis	Antropologia :: Antropologia biológica Sociologia :: Sociologia do conhecimento História :: História Japonesa
18	Tatiana Leite Nunes	Antropologia :: Antropologia biológica Arqueologia :: Arqueologia pré-histórica
19	Valéria Silva Braz	Antropologia :: Antropologia forense Morfologia :: Anatomia humana; Tafonomia humana
20	Walter Alves Neves	Antropologia :: Antropologia biológica ; Antropologia ecológica Arqueologia :: Arqueologia pré-histórica Ciências Biológicas :: Morfologia :: Ecologia; Evolução

**QUADRO 2.6 Congressos da ALAB (1990-2012)**

<b>Nº</b>	<b>Ano</b>	<b>País</b>
I	1990	Uruguai
II	1992	Colômbia
III	1994	Brasil
IV	1996	Argentina
V	1998	Cuba
VI	2000	Uruguai
VII	2002	México
VIII	2004	Venezuela
IX	2006	Brasil
X	2008	Argentina
XI	2010	Colômbia
XII	2012	Costa Rica

Embora os geneticistas respondam por boa parte da produção científica em Antropologia Biológica no Brasil, vários pesquisadores, dedicados a linhas outras que não os estudos genéticos populacionais, são possuidores de uma razoável ou mesmo acentuada entrada nos fóruns internacionais, como periódicos e congressos, conforme assinalado anteriormente. Mesmo assim, a força da Genética de Populações não pode ser de todo ignorada. No levantamento feito por Larsen e Williams (2012) sobre a participação de países outros que não os Estados Unidos no *American Journal of Physical Anthropology* durante o período em que ele foi editor do periódico (2001-2007), a Genética de Populações Humanas, ou Genética Antropológica, comparece com 30% de todos os trabalhos submetidos e publicados. Desses trabalhos, o Brasil se sobressai como o quarto maior colaborador do periódico, inclusive na condição de primeira autoria, atrás apenas de Estados Unidos, Reino Unido e Itália.

De modo a ilustrar melhor essa inserção internacional, foi realizado um levantamento quantitativo de parte da produção acadêmica / científica dos vinte profissionais em questão. Foram considerados os artigos completos publicados em periódicos e os resumos publicados em anais de eventos nos últimos cinco anos (2008-2012). Os artigos foram distribuídos da seguinte forma: se publicados em periódicos nacionais ou estrangeiros e em que língua - português, inglês e espanhol (Tabela 2.3). Já os resumos foram agrupados de acordo com a sua publicação em eventos no Brasil e no exterior e, também, por língua - português, inglês e espanhol (Tabela 2.4).

**QUADRO 2.7 Conselhos diretivos da ALAB**

<b>Cargo</b>	<b>Ocupante<sup>54</sup></b>	<b>País</b>	<b>Ocupante</b>	<b>País</b>
	<b><u>1988-1990</u></b>		<b><u>1990-1992</u></b>	
<b>Presidente</b>	Francisco Rothammer	Chile	Francisco Mauro Salzano	Brasil
<b>Vice-presidente</b>	José A. Cocilovo	Argentina	Sonia Guillén	Peru
<b>Secretário</b>	Mónica Sans	Uruguai	Sídia M. Callegari-Jacques	Brasil
<b>Tesoureiro</b>	Sídia M. Callegari-Jacques	Brasil	Mario M. Castro Dominguez	Chile
	<b><u>1992-1994</u></b>		<b><u>1994-1996</u></b>	
<b>Presidente</b>	José A. Cocilovo	Argentina	Walter Alves Neves	Brasil
<b>Vice-presidente</b>	Jaime E. Bernal	Colômbia	Ramiro Barrantes	Costa Rica
<b>Secretário</b>	Carlos E. A. Coimbra Junior	Brasil	Francisco R. Carnese	Argentina
<b>Tesoureiro</b>	Genoveva Keyeux	Colômbia	Hector M. Pucciarelli	Argentina
	<b><u>1996-1998</u></b>		<b><u>1998-2000</u></b>	
<b>Presidente</b>	?	?	?	?
<b>Vice-presidente</b>	?	?	?	?
<b>Secretário</b>	Antonio J. Martinez Fuentes	Cuba	Monica Sanz	Uruguai
<b>Tesoureiro</b>	?	?	?	?
	<b><u>2000-2002</u></b>		<b><u>2002-2004</u></b>	
<b>Presidente</b>	?	?	?	?
<b>Vice-presidente</b>	?	?	?	?
<b>Secretário</b>	?	?	?	?
<b>Tesoureiro</b>	?	?	?	?
	<b><u>2004-2006</u></b>		<b><u>2006-2008</u></b>	
<b>Presidente</b>	Adelaida Struck	Venezuela	?	?
<b>Vice presidente</b>	Héctor Pucciarelli	Argentina	?	?
<b>Secretário</b>	Fabrcio R. dos Santos	Brasil	?	?
<b>Tesoureiro</b>	Maria Cátira Bortolini	Brasil	?	?
	<b><u>2008-2010</u></b>		<b><u>2010-2012</u></b>	
<b>Presidente</b>	Francisco Raúl Carnese	Argentina	Dinorah Castro	Venezuela
<b>Vice-presidente</b>	Fabrcio Rodríguez dos Santos	Brasil	José Vicente Rodrigues	Colômbia
<b>Secretário</b>	Evelia Edith Oyenart	Argentina	Ramiro Barrantes	Costa Rica
<b>Tesoureiro</b>	Héctor Mario Pucciarelli	Argentina	Bernal Morera	Costa Rica

<sup>54</sup> Note-se que, em se tratando do Brasil, para os dados disponíveis, dos seis nomes que aparecem nos conselhos diretivos da ALAB, quatro são de geneticistas (Sídia M. Callegari-Jacques, Francisco M. Salzano, Maria C. Bortolini, da UFRGS, e Fabrcio Santos, da UFMG). Os outros dois, Walter A. Neves (USP) e Carlos E. A. Coimbra Junior (ENSP/Fiocruz), trabalham, principalmente, com análises morfológicas de populações pretéritas e Antropologia Médica, respectivamente. Dos seis, apenas dois atestam em seus currículos atuarem na área de Antropologia Biológica, Bortolini e Neves.

Antes que os resultados obtidos sejam propriamente discutidos, é preciso fazer uma digressão com relação ao que está em jogo quando pensamos na produção desses profissionais. Algo a ser ressaltado é que, diferentemente do que ocorre no âmbito da Antropologia Sociocultural, na Bioantropologia as autorias coletivas são freqüentes. Nesse universo, não é incomum nos depararmos com artigos científicos cujas autorias são relacionadas a cinco, dez ou mais autores. O mesmo, ainda que em escala menor, ocorre com os resumos e apresentações de trabalhos em eventos.

Essas múltiplas autorias podem ser vistas como uma compactação das dinâmicas subjacentes a produção desses profissionais, quer dizer, ao mesmo tempo em que simbolizam uma dada propriedade sobre o que foi escrito (quem é o “dono” desse ou daquele artigo), elas resumem ou expressam, como numa equação matemática, “alianças” diretas e indiretas em pelo menos três níveis cujas variáveis podem se entrecruzar das mais diversas formas: pessoal (pesquisador-pesquisador), disciplinar (área-área) e institucional (instituição-instituição). Se fôssemos rastrear as especificidades associadas a essas múltiplas alianças, certamente encontraríamos arranjos os mais distintos a depender das variáveis tomadas em consideração. Acrescente-se a isso que a disposição dos nomes em um artigo ou trabalho com múltipla autoria pode refletir também relações hierárquicas (primeiro autor, segundo autor, terceiro autor etc.) no seio de uma divisão social do trabalho intelectual (quem fez o quê), quase nunca aparentes, mas parte integrante das dinâmicas dos campos científicos (Bourdieu, 1975, 1976). Para esse último quesito, diversos periódicos demandam as especificações do papel desempenhado por cada um dos autores<sup>55</sup>.

---

<sup>55</sup> Cito como exemplo o trabalho de Hünemeier e outros (2012) sobre processos de co-evolução entre gene e cultura, envolvendo dados genéticos de populações da América Central e do Sul.

**TABELA 2.3 Artigos completos publicados em periódicos nacionais e estrangeiros pelos profissionais atuantes em Bioantropologia no Brasil nos últimos 5 anos**

Nº.	PROFISSIONAL	ARTIGOS	PERIÓDICOS			IDIOMA		
			NAC.	EST.	POR.	ING.	ESP.	
01	Andersen Liryo da Silva	1	1	-	1	-	-	
02	Andrea de Lessa Pinto	12	6	6	8	4	-	
03	Andrea Kely C. Ribeiro dos Santos	28	3	25	-	28	-	
04	Claudia Rodrigues F. de Carvalho	8	6	2	4	4	-	
05	Elizabeth Christina da Silva	1	1	-	1	-	-	
06	Gilberto Ferreira de Souza Aguiar	1	-	1	-	1	-	
07	Gláucia Aparecida Malerba Sene	1	1	-	1	-	-	
08	Hilton Pereira da Silva	10	6	4	6	3	1	
09	Izaura Maria V. Cayres Vallinoto	4	1	3	-	4	-	
10	Maria Cátira Bortolini	21	3	18	1	20	-	
11	Maria Mercedes M. Okumura	6	1	5	1	5	-	
12	Murilo Quintans R. Bastos	4	4	-	3	1	-	
13	Nanci Vieira de Oliveira	2	1	1	2	-	-	
14	Olivia Alexandre de Carvalho	3	2	1	2	1	-	
15	Ricardo Ventura Santos	38	25	13	18	19	1	
16	Sheila Maria Ferraz M. de Souza	14	10	4	6	8	-	
17	Silvia Barreiros dos reis	2	2	-	2	-	-	
18	Tatiana Leite Nunes	-	-	-	-	-	-	
19	Valéria Silva Braz	-	-	-	-	-	-	
20	Walter Alves Neves	10	4	6	4	6	-	
<b>TOTAL</b>		166	77	89	60	104	2	

Mas não é o propósito aqui esmiuçar o que está baseado apenas em uma prospecção. Essa digressão tem o estrito intento de despertar a atenção para dois pontos gerais e importantes, considerados os resultados obtidos por meio do levantamento. O primeiro deles se refere à soma total de artigos e resumos publicados por esses vinte pesquisadores nos últimos cinco anos e à sua distribuição irregular quando considerados cada um isoladamente. No caso dos artigos, vê-se que apenas sete profissionais possuem 10 ou mais publicações, sendo que a soma de sua produção corresponde a 133 dos 166 artigos publicados, ou seja, 80%. Há autores, como Andrea Kely dos Santos, Maria Cátira Bortolini e Ricardo Ventura Santos, com mais de 20 artigos publicados nos últimos cinco anos. Parte expressiva desses trabalhos deriva de colaborações acadêmicas, em geral pesquisas conjuntas envolvendo pós-graduandos e pesquisadores de outras instituições, conquanto, certamente, sejam encontrados diversos trabalhos em que cada um dos pesquisadores responde sozinho pela autoria

**TABELA 2.4 Resumos publicados em anais de eventos nacionais e estrangeiros pelos profissionais atuantes em Bioantropologia no Brasil nos últimos 5 anos**

Nº.	PROFISSIONAL	RESUMOS	EVENTOS		IDIOMA		
			<u>BRASIL</u>	<u>EXTERIOR</u>	<u>POR.</u>	<u>ING.</u>	<u>ESP.</u>
01	Andersen L. da Silva	11	5	6	9	2	-
02	Andrea de L. Pinto	9	5	4	6	2	1
03	Andrea K. C. R. dos Santos	60	55	5	45	15	-
04	Claudia R. F. de Carvalho	9	6	3	8	1	-
05	Elizabeth C. da Silva	2	1	1	2	-	-
06	Gilberto F. de S. Aguiar	5	5	-	5	-	-
07	Glauca Aparecida M. Sene	6	3	3	4	1	1
08	Hilton Pereira da Silva	15	7	8	10	5	-
09	Izaura M. V. C. Vallinoto	-	-	-	-	-	-
10	Maria Cátira Bortolini	5	2	3	5	-	-
11	Maria M. M. Okumura	16	5	11	5	8	3
12	Murilo Quintans R. Bastos	7	5	2	7	-	-
13	Nanci Vieira de Oliveira	3	3	-	3	-	-
14	Olivia A. de Carvalho	5	3	2	5	-	-
15	Ricardo Ventura Santos	-	-	-	-	-	-
16	Sheila Maria F. M. de Souza	2	2	-	2	-	-
17	Silvia Barreiros dos reis	3	3	-	3	-	-
18	Tatiana Leite Nunes	3	3	-	3	-	-
19	Valéria Silva Braz	-	-	-	-	-	-
20	Walter Alves Neves	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>		161	113	48	122	34	5

Algo similar acontece com os resumos publicados em anais de eventos, mas aqui entram outras variáveis. Tem-se que apenas quatro profissionais respondem por 102, de um total de 161 resumos, ou seja, 63%. Um deles, Andrea Kely dos Santos, concentra 60 resumos, enquanto outros, como Ricardo Santos (que possui quase quarenta artigos publicados no período), tem nenhum. Tais disparidades podem ser devidas tanto à autoria múltipla, quanto ao não preenchimento dessas informações no Currículo Lattes, posto terem elas menos peso, dentro dos critérios avaliativos das agências de fomento, do que as publicações em periódicos. Para os altos índices, é possível observar, também, que vários pesquisadores “apresentam” diversos trabalhos em um mesmo evento dentro do sistema de autoria múltipla. Por exemplo, se na condição de orientador, um pesquisador / professor com três orientandos, cada qual com dois trabalhos inscritos em um mesmo evento, pode ter o seu nome associado ao menos a seis resumos de uma só vez. Da mesma maneira que um mesmo nome se repete em diversos trabalhos, um mesmo trabalho aparece na produção de diferentes profissionais.

O segundo ponto, de certa maneira uma consequência do anterior, é que a produção acadêmica de cada um desses profissionais, na verdade e em um determinado nível, está vinculada a toda uma rede de pessoas e instituições envolvidas em um ou mais projetos comuns. Essas alianças, ou essas mobilizações estabelecidas dentro de uma rede, na perspectiva defendida por Latour (1994, 2000), são encontradas entre os próprios nomes que compõe o universo de 20 currículos, quer estejam numa mesma instituição quer estejam em instituições distintas. Essa constatação, evidentemente, não anula a importância das iniciativas particulares (um autor = um artigo) e nem as especificidades (*expertise*) de cada profissional em um trabalho com autoria múltipla (um artigo = vários autores). Cada extremo não é redutível em si mesmo, bem como não anula aquele que aparentemente se lhe opõe.

Em resumo, tem-se então que a produtividade dos profissionais atuantes em Bioantropologia no Brasil apresenta certas características, estando muito associada à sua atuação em diferentes áreas do conhecimento e em redes de colaboração. Nesse cenário, em função de fatores os mais diversos (inserção institucional, interesses temáticos, inclinação para a interdisciplinaridade, relações pessoais etc.), alguns nomes adquirem certa centralidade, o que lhes garante maiores chances de mobilização e, por que não, uma produtividade maior, tanto no plano nacional quanto no exterior.

Explicitados os aspectos subjacentes às discrepâncias observadas dentro do cômputo da produção dos 20 profissionais para o período compreendido entre 2008 e 2012, são reportadas, agora, as relações entre produção acadêmica e inserção internacional. Para a publicação de artigos em periódicos no exterior, mais da metade desses profissionais tem pelo menos um trabalho nessa condição. Dentre os sete fora dela, dois também não publicaram no país. Mesmo assim, quando as quantidades totais de artigos publicados no Brasil e no exterior são comparadas, observa-se uma ligeira sobreposição dos segundos, quer dizer, pouco mais de 50% dos artigos publicados por profissionais que atuam em Antropologia Biológica no país deu-se em periódicos pertencentes a instituições de outros países nos últimos cinco anos.

Outro dado que chama a atenção com relação a essa prevalência é que, no quesito idioma, o percentual de trabalhos publicados em inglês sobe para mais de 60%. O que explica esse acréscimo é que, mesmo quando publicados em periódicos nacionais, alguns artigos também são redigidos em inglês. Isso é observável no conjunto de publicações de Andrea Kely dos Santos, Claudia Rodrigues, Izaura Vallinoto, Maria Cátira Bortolini, Murilo Bastos e Ricardo Santos, em que a quantidade de artigos

publicada em língua portuguesa é inferior àquela de trabalhos em periódicos nacionais. Especificamente para Andrea Kely dos Santos, dos três artigos publicados por ela em periódicos brasileiros, nenhum está em português. De fato, periódicos com circulação internacional, como os *Anais da Academia Brasileira de Ciências* e as *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, entre outros, podem circular apenas em língua inglesa ou, então, contar com edições especiais em inglês, como *Mana*.

Dentre os quase quarenta periódicos nacionais em que esses profissionais publicaram na última meia década, aparecem com duas ou mais publicações os seguintes<sup>56</sup>:

- ψ Com avaliação da Capes (Qualis) para a área de Antropologia / Arqueologia → *Arquivos do Museu Nacional; Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi; Cadernos de Saúde Pública; Canindé; Ciência e Saúde Coletiva; Ciência Hoje; História, Ciências, Saúde – Manguinhos; Mana; Memórias do Instituto Oswaldo Cruz; Revista de Arqueologia; Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia.*
- ψ Sem avaliação da Capes para a área de Antropologia / Arqueologia → *Anais da Academia Brasileira de Ciências; Genetics and Molecular Biology; Revista Brasileira de Estudos de População; Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil.*
- ψ Sem figurar na lista de periódicos avaliados pela Capes → *Ciências e Cognição; FUNDHAMENTOS*

Como se pode notar, a maior parte dos periódicos nacionais nos quais são encontradas duas ou mais publicações de profissionais que se apresentam como atuantes em Antropologia Biológica no Brasil possui avaliação da Capes para a área de Antropologia / Arqueologia. No caso dos periódicos estrangeiros, mesmo quando os mesmos são veículos de divulgação de estudos de Antropologia (Biológica), como o *American Journal of Physical Anthropology* e o *American Journal of Human Biology*, o mesmo não ocorre, posto esses periódicos não serem avaliados dentro dessa área pela

---

<sup>56</sup> A lista completa dos periódicos nacionais e estrangeiros encontra-se no Apêndice 6.

Capes. Isso ocorre porque, em suas avaliações para a área, a Capes toma como referência as informações fornecidas pelos programas de pós-graduação. A maior parte dos periódicos internacionais nos quais os profissionais que se apresentam como atuantes em Bioantropologia no Brasil publicam acabam não sendo avaliados pela Capes, para a área de Arqueologia / Antropologia, porque esses profissionais encontram-se situados, majoritariamente, alhures aos programas de pós-graduação em Antropologia. Logo, em boa parte, seus trabalhos não aparecem, no sistema avaliativo da agência, como “antropológicos”, e quando isso ocorre, no caso dos periódicos nacionais, deve-se, provavelmente, ao fato de antropólogos socioculturais também publicarem nesses mesmos veículos. De modo paralelo, é o que se observa, mas em uma escala bem menor, para os periódicos internacionais. Este é o caso de *Current Anthropology*, que, não obstante publique artigos na área de Antropologia Sociocultural, não restringe o seu escopo de publicações apenas a esta contraparte da Antropologia (ver Apêndice 6). Temos então que, para os mais de cinquenta periódicos estrangeiros, aparecem com duas ou mais publicações os que se seguem:

- ψ Com avaliação da Capes para a área de Antropologia / Arqueologia → *Chungará; Current Anthropology*.
  
- ψ Sem avaliação da Capes para a área de Antropologia / Arqueologia → *American Journal of Human Biology; American Journal of Physical Anthropology; Annals of Human Biology; Human Biology; International Journal of Legal Medicine; International Journal of Osteoarchaeology; Plos ONE; Proceedings of the National Academy of Sciences; Quaternary International*.
  
- ψ Sem figurar na lista de periódicos avaliados pela Capes → *Forensic Science International; International Journal of South American Archaeology; Investigative Genetics*.

Direcionando o olhar para a publicação de resumos em eventos, percebe-se uma inversão com relação ao quadro relativo às publicações em periódicos. Aqui, as participações em eventos no exterior são expressivamente menores quando comparadas às participações em eventos dentro do país (30% e 70%, respectivamente). Da mesma

forma, a quantidade de resumos publicados em inglês é bem inferior àquela de resumos publicados em português (21% contra 79%, respectivamente). Para ambos os casos, trabalhos completos e resumos, a língua espanhola tem presença módica, o que pode expressar, entre outras coisas, de modo não excludente, a hegemonia do inglês enquanto idioma “oficial” da ciência internacional e, o privilegiamento das relações no eixo norte-sul (Estados Unidos e Europa, mais precisamente) <sup>57</sup>.

Essa discrepância pode estar associada, entre outras coisas, às possibilidades de deslocamento (financiamento para a participação em eventos no exterior), às políticas das instituições promotoras com relação à quantidade de trabalhos que podem ser apresentados em um mesmo evento, à realização de eventos internacionais, como o congresso da ALAB, dentro do país, ou, ainda, a não atualização do Currículo Lattes com relação a essa dimensão, entre outros. De qualquer forma, foi possível localizar os “destinos” daqueles que submeteram trabalhos em eventos fora do país: Argentina, Chile, Colômbia, Peru, Canadá, Estados Unidos, Alemanha, Itália, Portugal e Reino Unido, não aparecendo, portanto, menções a eventos ocorridos na Ásia, África e Oceania.

### **Apontamentos finais**

Nesse capítulo foram apresentados alguns aspectos dos contornos atuais da Antropologia Biológica no Brasil, tendo por base as informações contidas nos currículos acadêmicos de vinte profissionais que se apresentam como atuantes na área, dentro do território nacional, para os últimos cinco anos. Trata-se de uma amostra que, se não alcança todas as minúcias da área em termos de arranjos institucionais, produtividade, redes de colaboração, entre outros, ao menos oferece uma ideia bastante geral de como ela se encontra hoje no país.

No próximo capítulo alguns desses tópicos voltam a ser contemplados, mas desta vez tendo como foco quatro autores da área. Esse afunilamento propõe uma dupla passagem: a de uma perspectiva mais quantitativa para outra mais qualitativa, ao mesmo tempo em que, na revisitação de parte da produção desses autores, passa-se do plano

---

<sup>57</sup> Uma reflexão crítica e uma proposta transformadora desse quadro, para a Antropologia Sociocultural, pode ser vista em Ribeiro e Escobar (2006), em que os autores defendem um novo patamar de interlocução entre comunidades antropológicas “centrais” e “periféricas”.

“abstrato” dos quadros e tabelas para o dos exemplos “concretos” de algumas linhas de investigação em Bioantropologia desenvolvidas num período mais ou menos recente no país.

## **QUATRO TRAJETÓRIAS E ALGUMAS LINHAS DE PESQUISA NA ANTROPOLOGIA BIOLÓGICA BRASILEIRA**

Por meio de um resgate histórico e do levantamento de dados disponibilizados nos capítulos anteriores, foi possível demonstrar que, no Brasil, os estudos biológicos em Antropologia não são uma coisa inexistente ou do passado, e que no presente a Bioantropologia apresenta contornos específicos em termos de sua institucionalização, formação profissional, inserção internacional, entre outros. Até aqui, basicamente foram consideradas informações capazes de prover um quadro geral da situação da área no país. Nesse e no próximo capítulo é feito algo diferente. Conforme mencionado na introdução, enquanto estratégia programática o foco recai agora em quatro pesquisadores atuantes na área, estabelecendo-se, assim, uma passagem de um plano macro a outro um tanto quanto micro-descritivo e analítico sem que, contudo, sejam perdidas as conexões entre ambos. Nesse sentido, se certamente cada um desses pesquisadores encerra em si especificidades biográficas, por outro todos eles guardam relações com o universo mais amplo da Antropologia Biológica brasileira, posto estarem inseridos em redes de colaboração dentro e fora do país.

### **Sobre autores, dados e recensões**

Neste capítulo é feita uma apresentação dos quatro pesquisadores tomados como interlocutores e uma recensão de parte da produção a eles associada como forma de prover uma apresentação de alguns estudos bioantropológicos desenvolvidos no país nos últimos 20 anos, em quatro frentes da Antropologia Biológica: a variabilidade e ancestralidade genética da população brasileira (Genética de Populações Humanas); o povoamento das Américas (Paleoantropologia); a análise de padrões de saúde e doença em populações pretéritas por meio de materiais esqueléticos (Bioarqueologia); bioantropologia de populações contemporâneas (Antropologia Biomédica).

Evidentemente, a Bioantropologia brasileira não se esgota nesses quatro pesquisadores e nem nessas quatro frentes, mas em se tratando de uma área com uma quantidade diminuta de profissionais, sobretudo se comparada à contraparte

sociocultural da Antropologia, e dadas as redes de colaboração nas quais eles estão inseridos, é possível tomá-los como uma amostra representativa do universo sob investigação. Como demonstrado mais adiante, todos eles possuem ampla produção vinculada às especialidades nas quais atuam (o que envolve artigos em periódicos, livros e capítulos de livros), são orientadores de mestrado e doutorado (tendo, inclusive, orientado alguns dos outros profissionais hoje em atuação na área), estão/estiveram envolvidos em uma série de projetos de pesquisa, tanto como coordenadores quanto como colaboradores, entre outros aspectos.

Para o delineamento de suas trajetórias, foram conjugadas informações coletadas em seus respectivos currículos e em entrevistas. Essas últimas foram realizadas separadamente com cada pesquisador, em diferentes oportunidades, e registradas em gravador digital de voz. Durante os contatos iniciais, a cada um deles foi apresentado um documento informativo sobre os principais propósitos da pesquisa e, para que as conversas fossem gravadas e posteriormente utilizadas nesse trabalho, foi-lhes solicitado que assinassem um termo de consentimento (Apêndices 7 e 8).

Maria Cátira Bortolini foi entrevistada em Porto Alegre, no dia 26 de abril de 2012, em sua sala no Departamento de Genética da UFRGS. Ricardo Ventura Santos foi entrevistado no Rio de Janeiro, em 19 de outubro de 2011, nas dependências do Setor de Antropologia Biológica do MN/UFRJ. Em 11 de setembro de 2009 ele havia registrado, por iniciativa própria, um depoimento sobre a sua trajetória profissional durante participação em uma das aulas da professora Gláucia Silva, no PPGA/UFF, e alguns trechos desse depoimento foram utilizados nesse trabalho. Sheila Maria Ferraz Mendonça de Souza foi entrevistada no Rio de Janeiro, em 17 de novembro de 2011, em sua sala, na ENSP/Fiocruz. Walter Alves Neves foi entrevistado em São Paulo, em 24 de abril de 2012, nas dependências do LEEH/USP. Para cada excerto extraído de suas falas, disponíveis nesse e nos capítulos ulteriores, encontra-se a identificação de cada um dos pesquisadores através das iniciais de seus nomes – MCB, RVS, SMFMS e WAN, respectivamente<sup>58</sup>.

Com relação à recensão bibliográfica, são necessárias duas observações. Uma é que, conforme mencionado no capítulo anterior, em Bioantropologia, de um modo

---

<sup>58</sup> Antes de entrevistar os quatro pesquisadores em questão, testemunhos de pelo menos outros cinco profissionais também haviam sido coletados, no Rio de Janeiro e em Belém do Pará, entre os anos de 2008 e 2010. Mas para além do recorte programático operado no decurso do projeto, devido a uma pane no computador no qual estavam aprisionadas, essas primeiras entrevistas, gravadas e transcritas, foram perdidas. Juntamente com elas, foram perdidos outros dados extraídos dos 20 currículos utilizados no segundo capítulo.

geral, sobressaem-se os trabalhos com múltiplas autorias. Isso implica reconhecer que, em determinado nível, não se está lidando com a produção apenas desses quatro autores, mas, indiretamente, com a produção de um conjunto mais amplo de personagens que se vinculam àqueles das mais diferentes formas. Nesse sentido, se por um lado as autorias coletivas não suprimem o peso das participações individuais, por outro não seria de todo equivocada a adoção da ideia de uma *produção associada* a este ou aquele nome, de modo a enfatizar esse caráter colaborativo. As Figuras 3.1, 3.2, 3.3 e 3.4, dispostas ao longo do capítulo, emolduram essas redes de colaboração em torno de cada um dos pesquisadores, ao menos em termos das parcerias técnico-científicas que se fazem transparecer por intermédio das publicações. Com relação a isso, é importante ressaltar que os agentes mobilizados desde as fases iniciais de um determinado projeto investigativo, e que culminará no estabelecimento de um “fato científico”, veiculado na forma de um artigo, são mais numerosos (e diversificadamente posicionados em diferentes instâncias) do que os expostos nas figuras, já que, em concordância com algumas das proposições de Latour (2000), a ciência pode ser entendida como uma rede de associações entre seus praticantes, a tecnologia e a própria sociedade.

Não obstante o exposto acima, a segunda observação relacionada a esta revisão bibliográfica é a de reiterar o seu caráter predominantemente etnográfico, quer dizer, o intuito principal deste capítulo é o de prover exemplos relacionados a pesquisas bioantropológicas realizadas no país nos últimos anos, a partir de determinados temas de inquirição. Ao longo das páginas que se seguem, ver-se-á que alguns dos temas ou objetos perscrutados nessas quatro frentes são abordados por perspectivas em aparente disputa, ou, mais uma vez evocando Latour (2000), podem ser entendidos como controvérsias científicas. O tema do povoamento do continente americano revela-se um dos exemplos mais emblemáticos disso, e desdobra-se em diferentes frentes conflitivas. Uma delas diz respeito a todo o esforço engendrado por Walter Neves e colaboradores para o estabelecimento de uma teoria alternativa ao modelo consagrado, por muito tempo, por pesquisadores norte-americanos (esses modelos serão apresentados na penúltima seção do capítulo). Trata-se mesmo de uma disputa não só pela primazia de um determinado modelo teórico-científico, pura e simplesmente, mas pelo reconhecimento de que pesquisadores sul-americanos seriam capazes de fazer uma ciência “de ponta” tanto quanto norte-americanos (relações norte-sul), conforme se depreende da narrativa disposta em Neves e Piló (2008). A outra frente refere-se aos conflitos entre uma vertente morfológica, representada pelos “antropólogos biológicos”,

e outra molecular, representada pelos “geneticistas”, em torno do modelo proposto por Neves e colaboradores, já estabelecido. Mais uma vez, não se trata somente de uma controvérsia em torno da eficácia dos modelos e técnicas de uma Antropologia Biológica morfológica ou molecular para o desvendamento de aspectos biológicos “obscuros” relativos à chegada do *Homo sapiens* moderno à América. Ela se estende às possibilidades de se estabelecer uma posição hierárquica entre ossos e o DNA, ou mais precisamente, entre a Paleoantropologia e a Genética de Populações Humanas enquanto melhor capacitadas, em si mesmas, para prover “fatos científicos” (Latour, 2000) sobre determinados temas, ou, em um grau mais absoluto, pela detenção de um capital social específico, a “autoridade científica” (Bourdieu, 1975, 1976, 2004) dentro do campo da Antropologia Biológica.

Outras perspectivas conflitantes, ou em disputa, dentro da fortuna bibliográfica levantada neste capítulo, aparecem em alguns temas trabalhados dentro de uma mesma especialidade. É o que se observa nos estudos sobre a saúde dos povos indígenas, no âmbito da Antropologia Biomédica, empreendidos por Ricardo Santos e colaboradores. Nesses, é proposta uma Bioantropologia pautada em contextualizações históricas, sociais e políticas para o entendimento das transformações biológicas, demográficas e culturais sofridas pelos grupos indígenas amazônicos ao longo de dezenas de anos, em uma clara oposição a modelos ecológicos adaptacionistas. No caso da Bioarqueologia, estudos com séries esqueléticas de sítios localizados no Deserto do Atacama, no Chile, desenvolvidos por equipes que envolvem os nomes de Walter Neves, de um lado, e Sheila Mendonça, de outro, propõem explicações diferentes para as interações sociais, políticas e econômicas estabelecidas entre as populações atacamenhas e o Império Tiwanaku, oriundo dos Andes peruanos, no passado, para aquela região. Respectivamente, um conjunto de análises bioarqueológicas “revela” uma interação pacífica, ao passo que outro conjunto “revela” uma interação violenta.

Cada um desses temas será mais bem exposto no decorrer do capítulo, contudo, conforme já observado, embora tais controvérsias sejam perceptíveis, elas não são o objeto aqui, do mesmo modo que está fora de cogitação uma avaliação da qualidade absoluta ou comparativa desta ou daquela proposição. Mesmo porque essas pesquisas, para além de objetos, objetivos e proposições analíticas, estão assentadas em modelos teóricos, metodológicos e técnicos que estão para além da formação e treinamento do autor, enquanto antropólogo sociocultural. Penetrar em todas as suas especificidades exigiria investimentos que escapam aos propósitos deste capítulo, em particular, e mais

amplamente da tese. Esclarecidos esses pontos, seguem-se as informações anunciadas neste preâmbulo.

### **Populações biológicas, marcadores genéticos e processos evolutivos**

Maria Cátira Bortolini atua como professora e pesquisadora no Departamento de Genética da UFRGS desde 1997, tendo realizado toda a sua formação nessa mesma instituição entre os anos 1980 e 1996 (ver Quadro 2.2). Membro associada da Sociedade Brasileira de Genética – SBG e da ALAB, até junho de 2012 Maria Cátira Bortolini havia publicado 59 artigos (13 em periódicos nacionais e 46 em periódicos estrangeiros), quase todos em inglês (seis contra 53, respectivamente), quatro capítulos de livros e um livro, e orientado sete alunos de mestrado e dois de doutorado. Segundo ela, o que a levou a se enveredar pelas áreas da Genética Humana e da Antropologia Biológica foi o fascínio pelo tema da evolução humana, desde os tempos de graduação, embora tenha trabalhado e ainda trabalhe com outros organismos.

Eu entrei na Biologia, e dentro da faculdade comecei a me interessar por alguns temas. Um deles foi a genética e, o outro, a evolução. E eu comecei a me interessar, dentro da evolução, por evolução humana, especificamente. Edaí [para a Bioantropologia] foi um passo. Eu fiz estágio em outros departamentos... Na Bioquímica; trabalhei na Genética com outros professores, no início da iniciação científica; trabalhei com outros organismos. Mas eu tinha por motivação trabalhar com evolução humana. Sempre me interessei por isso, e um bom instrumento para entender a evolução humana é a Genética. É um dos suportes. E aí fechou tudo. Mas como eu sou bióloga, e também gosto de evolução de outros vertebrados, de primatas, isso se estende um pouquinho. A gente separa alguns genes de interesse para ver como é em outros genomas. Agora tem genoma de Neandertal disponível... Então, a gente vai olhar se o Neandertal tinha um gene que até então se imaginava que fosse só humano. E a gente está vendo que os neandertais tem uma coisa que a gente imaginava que fosse específico do [*Homo*] *sapiens*. Isso é uma coisa que me fascina (MCB).

Mas seu interesse pela evolução da espécie humana não se restringe aos aspectos biológicos. Interessa a ela também a dimensão cultural dos grupos ou populações com os quais trabalha e as relações que essa dimensão guarda com os processos evolucionários, de modo que esses últimos passam a ser estudados numa interface entre as informações genéticas e socioculturais:

A parte cultural também me interessa, tanto que durante o meu doutorado eu trabalhei com populações negras gaúchas e porto-alegrenses. Eu me interessava muito pelo tema envolvendo a história dos africanos no Brasil. Então, eu li tudo sobre a história do tráfico, sobre a história do escravismo colonial, e fiz disciplinas na Antropologia Social (MCB).

Para Maria Cátira Bortolini, não há como negligenciar o papel da cultura sobre a evolução biológica da espécie. Tanto que, hoje, uma de suas temáticas preferidas é aquela envolvendo a evolução de gene e cultura<sup>59</sup>.

Eu nunca consegui imaginar trabalhar com evolução humana sem entender os aspectos da cultura envolvidos na nossa trajetória evolutiva. Tanto que, uma das áreas em que eu estou começando a atuar, junto com alguns dos meus estudantes, bastante forte, é a de evolução de gene e cultura. Como uma coisa pode realimentar a outra de modo que a cultura pode mudar a nossa trajetória evolutiva, e quais são as implicações disso, o que eu acho muito legal. É uma coisa que me dá muito prazer de estudar (MCB).

Um exemplo de uma investigação nessa linha pode ser visto em Hünemeyer *et al.* (2012), que conta com a participação da geneticista<sup>60</sup>. Nesse trabalho, os autores procuraram explorar as relações entre uma variação observada em um dado gene (*ABCA1*) e a cultura do milho no continente americano. O universo analisado envolveu a genotipagem de 229 indivíduos pertencentes a 19 populações ameríndias, mais o acréscimo de dados referentes a outros 41 grupos nativos americanos previamente estudados, totalizando 1905 amostras. As populações ameríndias foram divididas da seguinte forma: agricultores mesoamericanos e andinos, e caçadores-coletores sul americanos. Interessava aos autores descobrir se havia uma associação entre o nascimento da cultura do milho no continente, mais especificamente na meso-América, e a história evolucionária de um alelo (*230CYS*), surgido por mutação, responsável pela adaptação a dietas com baixa disponibilidade de gorduras<sup>61</sup>. Informações genéticas relativas ao gene em questão foram associadas a dados arqueológicos, e uma série de cálculos matemáticos foi empreendida de modo a se inferir a idade do alelo e as diferenças genotípicas entre as populações. Segundo os autores do referido estudo,

---

<sup>59</sup> Uma reflexão sobre o assunto pode ser vista em Ingold (1990).

<sup>60</sup> Este foi um dos três trabalhos utilizados por Salzano (2012) para ilustrar sua discussão sobre o papel da cultura por sobre o processo evolutivo do *Homo sapiens* moderno.

<sup>61</sup> Alelos são formas alternativas de um mesmo gene. Por exemplo, para um dado gene B pode haver variações (alelos B e b, dominante e recessivo, respectivamente). Essas formas dizem respeito à estrutura ou seqüenciamento das bases nitrogenadas que compõem o gene. Transformações nessas estruturas são ocasionadas por mutação.

pesquisas anteriores já haviam demonstrado que os primeiros grupos sedentários da meso-América possuíam uma precária dieta protéica, e eram extremamente dependentes do milho (por volta de 8.000 anos antes do presente). Em acréscimo, os resultados do presente trabalho mostravam que o aparecimento do alelo 230Cys remontava a esse período, provavelmente como uma vantagem adaptativa em meio a um ambiente escasso para fontes protéicas. Em suma, e segundo os autores, ao que tudo indica, parece ser razoável supor, a partir dessa associação, que o alelo 230Cys não só tem origem americana como deve ter desempenhado um papel importante durante o período em que a cultura do milho começou a se propagar na América Central. Da mesma forma, o aumento na frequência desse alelo seria o resultado da criação desse nicho ecológico específico, ou seja, alterações no padrão cultural teriam funcionado como agentes seletivos no plano biológico.

In conclusion, our analyses demonstrate for the first time a robust correlation between a constructed niche and a selected Native American autochthonous allele. The 230Cys allele, with a probable origin in America continent, seems have been the target for an ongoing directional selective sweep as a result of the origin and spread of the maize culture in ancient Mesoamerica (*Hünemeier et al.*, 2012: 8).

De qualquer forma, os estudos aos quais Maria Cátira Bortolini vem dedicando parte significativa de sua atenção são aqueles versando sobre a estrutura e a ancestralidade genética de populações (ou grupos étnicos, como aparece em alguns trabalhos) a partir de análises comparativas baseadas em marcadores protéicos e moleculares<sup>62</sup>. Esses estudos se inserem em um projeto programático que remonta aos anos 1950, capitaneado pelo geneticista Francisco Mauro Salzano, responsável por uma série de trabalhos bioantropológicos envolvendo populações indígenas e a população brasileira de um modo geral.<sup>63</sup> Maria Cátira Bortolini é pesquisadora do grupo de pesquisa “Genética de Populações Humanas e de Outros Organismos”, que começou a funcionar em 1952. Segundo se pode ler na página do grupo junto ao CNPq<sup>64</sup>,

---

<sup>62</sup> Os marcadores protéicos (proteínas e enzimas) também são denominados “marcadores clássicos”, ao passo que os marcadores moleculares dizem respeito a trechos do próprio material genético – os genes.

<sup>63</sup> Um pouco da trajetória pessoal de Salzano, associada ao desenvolvimento das pesquisas genéticas no país, pode ser visto em Salzano (2010).

<sup>64</sup> Todas as citações referentes a esse grupo de pesquisa encontram-se Disponíveis em <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0192202JDC3IUI> (Acessado em 10 de junho de 20112)

Os trabalhos desenvolvem-se já há cinco décadas, com contribuições importantes para o conhecimento genético das populações humanas sul-americanas, bem como para o de outros organismos. As populações indígenas do continente são talvez uma das melhores estudadas em todo o mundo. A repercussão dessas pesquisas tem sido gratificante, seja em termos de citações na literatura internacional, como pela concessão de honrarias ao líder do grupo [Francisco Mauro Salzano].

São três as linhas de pesquisa desse grupo. “Dinâmica gênica em populações não indígenas”:

O enfoque pode ser identificado como de genética histórica. Através da caracterização genética de populações do norte, nordeste, sudeste e sul do país, bem como de outros países da América Latina, procura-se inferir a contribuição relativa de grupos étnicos parentais à formação das mesmas, derivando daí implicações antropológicas e de comportamento social.

“Estudos multidisciplinares em populações indígenas”, cujos objetivos são

O esclarecimento da origem das mesmas, padrões de migração pré-colombianos e atuais, estrutura populacional e variabilidade genética em nível de DNA e proteína. Esta variabilidade genética também é correlacionada com padrões sócio-culturais e variáveis do ambiente físico.

E “Hemofilia e doenças hemorrágicas”, no plano de uma Genética Humana Médica, em que “procura-se investigar as causas moleculares das hemofilias e de outras doenças hemorrágicas, especialmente o problema da indução de inibidores ao Fator VIII de coagulação, utilizado no tratamento dos hemofílicos”.

Dentro das duas primeiras linhas, podemos destacar o envolvimento de Maria Cátira Bortolini em estudos versando sobre a estrutura e a variabilidade genética de populações afro-descendentes (Bonatto *et al.*, 1995; Bortolini *et al.*, 1997a, 1998 e 1999; Silva Junior *et al.*, 2006), populações afro-descendentes e indígenas (Bortolini *et al.*, 1997b; Silva Junior *et al.*, 1999), sobre a diversidade genética dos habitantes do Rio Grande do Sul (Marrero *et al.*, 2005, 2007a e 2007b; Guerreiro Junior *et al.*, 2009) e mesmo sobre populações mestiças da América Latina (Wang *et al.*, 2008). Nesses trabalhos, se o enfoque é sempre na estrutura genética, invariavelmente os pontos de partida são critérios baseados em aspectos fenotípicos, como a cor da pele, ou, então, indícios de elos históricos e culturais ao longo do tempo e do espaço entre essas populações.

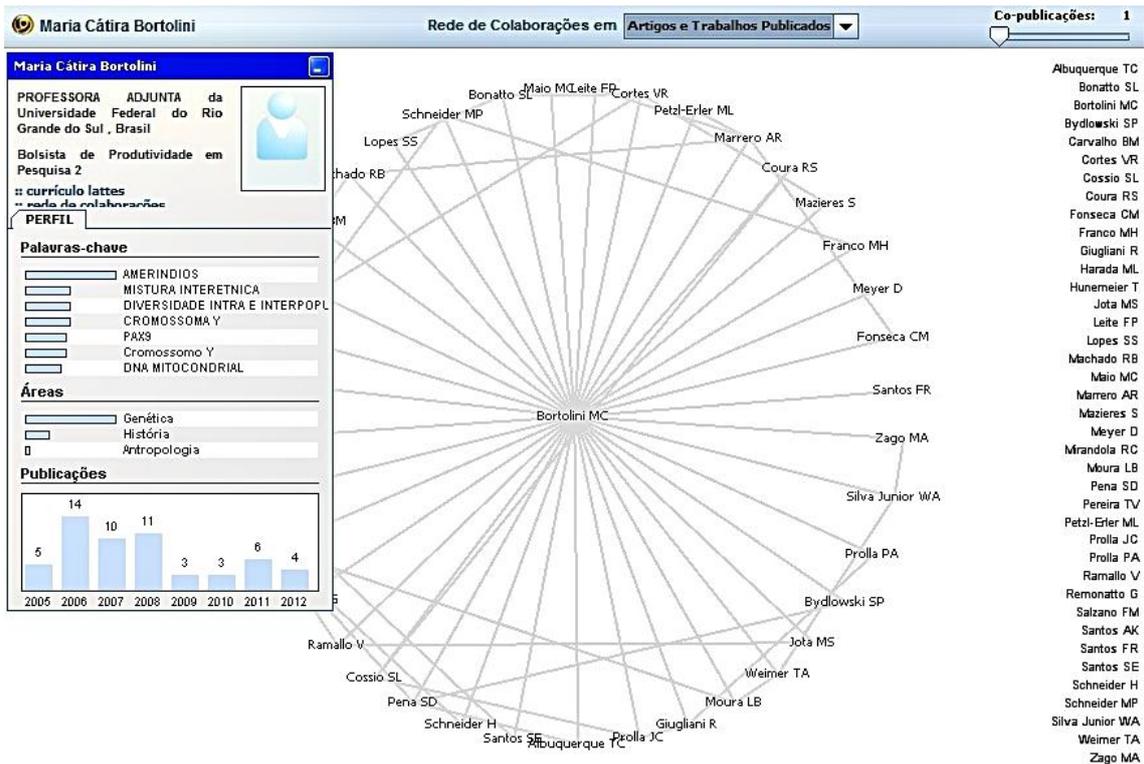


FIGURA 3.1 Rede de colaboração de Maria Cátira Bortolini (Fonte: CNPq)

Em Bonatto *et al.* (1995), por exemplo, foram comparados os dados genéticos (10 *loci* de proteína genética, obtidas através de amostras de sangue) de quatro populações quilombolas sul-americanas (uma venezuelana e três brasileiras), tidas como parcialmente isoladas, com os dados associados a sete países africanos. As populações sul-americanas estudadas foram Curiepe (Miranda, Venezuela), Trombetas (Pará, Brasil), Cametá (Pará, Brasil), e Paredão (Rio Grande do Sul, Brasil). Já os países africanos considerados pelo estudo foram Senegal, Libéria, Nigéria, Camarões, Angola, Moçambique e Costa do Marfim, que, de acordo com relatos históricos, teriam contribuído com um contingente populacional expressivo para a América durante o comércio escravocrata vigente no Atlântico, entre os séculos XVII e XIX. Dentro desse processo migratório, as populações sul-americanas poderiam ser entendidas como o produto de um *gene pool* africano que recebeu contribuições genéticas européias e ameríndias ao longo de 12 gerações<sup>65</sup>.

<sup>65</sup> É importante ressaltar que nesses estudos, assim como naqueles de cunho morfológico, nem todos os dados relativos às populações-alvo são gerados especificamente durante a sua execução. Na verdade, geneticistas e antropólogos biológicos se beneficiam de amplos “bancos de dados” compostos por informações geradas a partir de coletas de material e análises realizadas em diferentes partes do mundo, por pesquisadores distintos, em diferentes momentos e, às vezes, com propósitos também diversos. Logo, aos dados gerados localmente podem ser acrescentados outros, disponíveis em estudos realizados alhures.

Basicamente, o objetivo do estudo era propor uma metodologia alternativa a outras empregadas em estudos similares predecessores, para estimar contribuições genéticas em termos de ancestralidade, considerando-se quatro aspectos: diversidade genética dentro e entre as populações-alvo, média de heterozigose em cada uma delas, a distância genética entre elas, e os seus relacionamentos filogenéticos. Os *loci* utilizados como marcadores foram os grupos sanguíneos ABO e Rh, uma série de enzimas (seis no total), a hemoglobina, e duas proteínas séricas.

Em termos específicos, as análises comparativas desse estudo apresentaram as variações das contribuições ameríndia (0% a 34%), africana (47% a 80%) e européia (18% a 36%) para a estrutura genética das quatro comunidades quilombolas; mostraram que 96% da diversidade genética observada entre elas eram endógenas; que a sua média de heterozigose variava de 20% a 27%, enquanto para as africanas a variação ficava na faixa entre 26% e 31%; e que as distâncias genéticas entre elas e os países africanos ficavam entre 0.36 e 3.8<sup>66</sup>.

Passando de dados bio-numéricos para corolários mais interpretativos, os resultados obtidos mostravam que as relações genéticas entre as populações quilombolas e africanas estão de acordo com as informações históricas sobre o assunto, algo que se reflete, inclusive, na árvore filogenética envolvendo-as. Uma primeira bifurcação estaria entre africanos e populações negras sul-americanas; em seguida, entre essas últimas estabelecidas mais ao norte e mais ao sul. Por fim, entre o Brasil e a Venezuela. E em se tratando do principal objetivo do estudo, qual seja a proposição metodológica alternativa, o estudo teria mostrado que um modelo evolucionário baseado, principalmente, na mistura genética, fornece uma explicação razoável para a estrutura genética atual das quatro populações negras sul-americanas consideradas.

Vários estudos sucedâneos a esse, devotados ao escrutínio da estrutura genética de grupos e populações “negras” e/ou afro-descendentes, brasileiras e/ou latino-americanas, rurais e/ou urbanas, aparecem na produção associada à Maria Cátira

---

Certamente, esse é um aspecto que merece consideração, posto residir aí uma das bases sobre as quais alianças podem ser travadas, acarretando, inclusive, a publicação de artigos com múltiplas autorias dentro de um amplo sistema de redes, conforme discutido anteriormente.

<sup>66</sup> Nos estudos genéticos envolvendo populações americanas, indígenas ou não, três grandes grupos étnicos / continentais são tomados como referência para o rastreamento de elos de ancestralidade e estabelecimento de índices de miscigenação, tendo por base a colonização do continente: europeu, africano e nativo americano. Em termos biomoleculares e de sua distribuição geográfica, essas três grandes populações inserem-se na árvore filogenética estabelecida pelo geneticista Luigi Cavalli-Sforza nos anos 1990, composta por nove populações identificadas a partir de 120 marcadores. Sobre o assunto, ver Stanford, Allen e Antón (2009).

Bortolini. Se em suas linhas mestras eles guardam bastantes similitudes com o exemplo que acabei de prover, as diferenças se dão na ampliação do universo amostral e na contínua introdução de mais marcadores genéticos, tanto clássicos (proteínas encontradas no sangue e no plasma) quanto moleculares, associados a regiões do DNA autossômico, do cromossomo Y e do DNA mitocondrial (estes últimos também chamados de marcadores uni-parentais)<sup>67</sup>. Sendo assim, se em Bortolini *et al.* (1997a) temos um conjunto de informações sobre a estrutura genética de duas populações afro-brasileiras situadas em duas capitais brasileiras, Porto Alegre e Salvador (109 indivíduos selecionados em cada uma delas com base nos critérios de cor/raça do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE) a partir de 11 marcadores clássicos (nove eritrócitos e quatro proteínas do plasma sanguíneo), em Bortolini *et al.* (1998) não só o número de populações envolvidas é maior (agora são oito populações rurais afro-descendentes localizadas no Brasil e na Venezuela, totalizando mais de 500 amostras analisadas), como, também, o de marcadores utilizados (19 no total), pois aqui são contemplados, ainda, determinados trechos do DNA autossômico ou recombinante. Aliás, segundo os autores, o marco diferencial de seu estudo seria a combinação de análises envolvendo marcadores clássicos e moleculares. É que, se por um lado, desde os anos 1980 uma grande quantidade de *loci* hiper-variáveis vinha sendo utilizada para elucidar a história evolucionária humana, por outro, até aquele momento, poucos estudos comparando dados protéicos e do DNA tinham sido realizados, especialmente a partir de uma mesma amostra. Eis, então, a proposta do estudo:

In the present study we provide information on 11 protein loci for 4 African-derived rural South American populations and estimate the relative contributions of putative ancestors to their present gene pool. Gene diversity analyses were performed for these and for 4 other African populations, using data from the 11 protein loci and from 8 hypervariable tandem repeat polymorphisms. Levels of genetic diversity were estimated from the protein and VNTR and STR data, and the relationships observed among the eight populations were considered (Bortolini *et al.* 1998: sem indicação de página)<sup>68</sup>.

---

<sup>67</sup> Em termos gerais o DNA mitocondrial (porque encontrado nas mitocôndrias) não sofre recombinação e é transmitido apenas por linhagem materna, ou seja, da mãe para os filhos. Já o DNA do cromossomo Y, em sua maior porção também não sofre recombinação, e é transmitido apenas de pai para filho. De modo distinto do que se observa nesses dois, o DNA autossômico, nos humanos, encontra-se distribuído por 22 pares de cromossomos e sofre recombinação, de modo que cada um dos pais de um indivíduo é responsável por metade do material genético herdado por ele.

<sup>68</sup> O VNTR (*variable number of tandem repeats*), ou minissatélite, designa uma sequência de seis a 100 pares de bases no material genético autossômico. O STR (*short tandem repeats*), ou microsatélite, designa uma sequência de dois a cinco pares de bases no material genético autossômico.

As oito populações rurais sul-americanas e afro-descendentes (*African-derived*, no original em inglês) contempladas na investigação foram, para o Brasil, Cajueiro (no MA); Cameté e Trombetas (no PA), e Paredão (no RS); e para a Venezuela (região norte do país), Curiepe, Birongo, Sotillo e Panaquire. Os 19 marcadores se distribuíam em protéicos (11), VNTRs (5) e STRs (3).

Foram obtidos resultados parciais a depender das populações e dos marcadores considerados em cada tipo de análise. Considerando-se, por exemplo, todos os marcadores, a diversidade genética dos grupos afro-brasileiros (cerca de 5%) e afro-venezuelanos (cerca de 3%) poderia ser atribuída a diferenças interpopulacionais, especialmente quando consideradas as distâncias geográficas entre elas (maiores no Brasil). Para as oito populações juntas, essa cifra ficaria em torno de 4%. Já no caso da distribuição alélica entre elas, o que ficou demonstrado é que esta era relativamente uniforme, observando-se apenas diferenças nas formas pelas quais ela ocorria.

De posse desses e outros resultados, Bortolin e colaboradores chamam a atenção para o que eles consideram o mais importante. Tanto para a distribuição dos polimorfismos (protéicos, VNTRs e STRs), quanto para a mensuração do grau de mistura das populações estudadas, interessava-lhes mostrar que esse tipo de cálculo é válido apenas para a compreensão da variabilidade genética nos estudos de populações humanas, não para proposições no plano sociocultural, algo diferente do que se observa nos trabalhos de Sérgio Pena, para quem a Genética de Populações Humanas pode prover instrumentos capazes minar a crença na existência de raças humanas e, por extensão, no racismo (Pena, 2008). No plano metodológico, estudos como esse deveriam se valer tanto de marcadores clássicos quanto de marcadores moleculares para elucidar certos aspectos evolutivos relacionados a fenômenos como gargalo genético, deriva genética e efeito fundador<sup>69</sup>.

Se nesse trabalho envolvendo populações afro-descendentes são utilizados tanto marcadores clássicos (protéicos) quanto marcadores moleculares, em Bortolini *et al.* (1999) e Silva Junior *et al.* (2006), as análises detém-se apenas sobre os últimos. Algo interessante com relação a esse segundo artigo é que as informações obtidas por intermédio da Genética de Populações Humanas são acareadas àquelas disponibilizadas

---

<sup>69</sup> O gargalo genético, ou efeito gargalo, pode ser entendido como o decréscimo na variabilidade genética de uma população a partir de uma queda expressiva do seu tamanho. A ocorrência de um gargalo genético pressupõe a ação da deriva genética, que pode ser entendida como um mecanismo evolutivo, quase sempre não adaptativo, que “direciona” a diversidade genética interna de populações reduzidas, de modo caracteristicamente aleatório. Por fim, o efeito fundador pode ser entendido como o estabelecimento de uma população em uma nova região a partir de poucos indivíduos.

pela História acerca do comércio escravista durante o período colonial. Ele se inicia com uma revisão de alguns estudos que se dedicaram ao tema a partir de dados genéticos, e os autores apresentam como proposta analisar a distribuição dos haplogrupos do DNA mitocondrial em quatro populações negras brasileiras (três rurais e uma urbana) e duas populações africanas Bantu (Camarões e República Democrática do Congo, antigo Zaire), comparar os resultados obtidos com os de outros estudos e, por fim, averiguar em que medida informações biológicas e históricas se aproximam ou se afastam.

Para os grupos africanos foram considerados dados existentes para 20 indivíduos falantes da língua Bantu (10 de Camarões e 10 da República Democrática do Congo), e para os grupos brasileiros foram considerados 30 indivíduos quilombolas das comunidades Cametá e Trombetas (do PA), Cajueiro (do MA), e 20 indivíduos negros de Ribeirão Preto (SP). Em laboratório houve a ampliação e o seqüenciamento da região hipervariável 1 do DNA mitocondrial (HVS-1).

Foram encontrados, ao todo, doze haplogrupos em toda a amostra pesquisada. Os autores, então, fizeram uma comparação desses resultados com os de dois outros estudos, e fizeram a seguinte combinação: distribuição por regiões no Brasil (Norte, Nordeste, Sudeste e Sul) *versus* contribuições de três grandes grupos subsaarianos (Bantu, do Centro-Oeste africano; Bantu, do Leste africano; Oeste da África). Em termos gerais, os resultados mostraram que a maior parte dos haplogrupos compreendidos entre L0 e L5 está presente em pelo menos uma das quatro regiões brasileiras. Contudo, sua distribuição é bastante diferente em cada uma delas<sup>70</sup>. De todo modo, o estudo mostrou, igualmente, que as informações genéticas e históricas sobre o fluxo de escravos africanos envolvendo Brasil e África se encaixam em apenas dois pontos, o que demandaria novos estudos, desta vez envolvendo o cromossomo Y. De acordo com Klein (2002), as fontes históricas apontariam que, aproximadamente, 70% dos escravos trazidos para o país tinham origem Bantu (65% para a região do Centro-Oeste africano e 5% para a porção Leste) e 30% não Bantu (região Oeste da África). Já as informações genéticas mostravam que 85% dos escravos tinham origem Bantu (80% para a região do Centro-Oeste africano e 5% para a porção Leste) e 15% não Bantu

---

<sup>70</sup> Para o DNA mitocondrial existem os seguintes haplogrupos maiores relacionados à África (L0, L1, L2, L3, L4 e L5), América (A, B, C, D e X) e Europa (J). Esses haplogrupos podem assumir variações, que passam a ser identificadas por novas letras e números, como em L2a e L3a1, por exemplo.

(região Oeste da África). Percebe-se, portanto, uma pequena diferença entre os dados históricos e os dados genéticos.

Conforme mencionado anteriormente, são vários os estudos de Genética de Populações Humanas nos quais o nome de Maria Cátira Bortolini aparece vinculado, seja como primeira autora, seja como colaboradora. Não é possível expô-los todos de modo pormenorizado, mas isso não significa um empobrecimento dos objetivos desse capítulo, porque, de certa forma, eles podem ser entendidos como variações dentro de uma mesma linha investigativa - as dinâmicas gênicas entre populações. Essas variações, como vimos, estão associadas às populações envolvidas e à quantidade e natureza dos marcadores empregados nas análises. Há de se acrescentar, também, os níveis analíticos, que podem ser local, regional, nacional, continental ou mesmo extracontinental, como nos estudos que dissertam sobre o povoamento do continente americano, (González-José *et al.*, 2008a e González-José e Bortolini, 2011). Nesses, os autores propõem uma reavaliação da variação craniana no velho e no novo mundo, usando um método mais recente, o morfométrico geométrico, com o objetivo de conciliar informações morfológicas (que apontam para mais de uma leva migratória do continente asiático para a América) e genéticas (que, na maior parte das vezes, apontam para apenas uma migração) <sup>71</sup>.

Em análises ao nível local / regional, a pesquisadora aparece como colaboradora em uma série de investigações sobre a estrutura genética dos gaúchos, no Rio Grande do Sul (Marrero *et al.*, 2005, 2007a e 2007b; Guerreiro Junior, 2009), em que informações bioantropológicas (baseadas em análises de DNA mitocondrial e cromossomo Y), históricas e socioantropológicas se interconectam de modo a estabelecer um elo de continuidade entre os atuais gaúchos e um suposto grupo indígena extinto, os Charrua, outrora habitantes da região dos pampas do Estado. Sobre esse conjunto de trabalhos e suas implicações sociais, em que a Genética de Populações Humanas aparece claramente associada a um projeto de construção identitária, Kent e Santos (2012) oferecem uma análise socioantropológica.

É válido mencionar um último exemplo, fora do eixo estrutura genética de populações específicas, em que o nome de Maria Cátira Bortolini aparece associado. Trata-se de um estudo investigativo sobre o papel de um dado gene (*PAX9*) nos

---

<sup>71</sup> Voltarei a esse assunto mais a frente, quando tratar das pesquisas de Walter Neves e colaboradores.

processos de agenesia dentária em homens modernos e primatas não humanos<sup>72</sup>. Para desvendar as relações entre variações do *PAX9* e agenesia dentária, Pereira e colaboradores (2006) analisaram todas as seqüências desse gene em 86 indivíduos nativos da Ásia, Europa e América. Os achados foram comparados com dados relativos a indivíduos saudáveis (144) e com anomalias dentárias (206) vivendo na Polônia, de modo a investigar uma mutação em um éxon específico, o de número 3 (o gene possui quatro éxons ao todo), a *Ala240Pro*<sup>73</sup>. A análise também se estendeu a quatro espécies de macacos do Novo Mundo e a um gorila. Em termos gerais, os resultados do estudo demonstram haver uma marcante conservação da seqüência do *PAX9* nos humanos, o que denota o seu caráter funcional associado a, entre outras coisas, o crescimento dentário. Mas parece também que o polimorfismo em questão, sempre encontrado no éxon 3, sugere um processo evolutivo do tipo adaptativo, e não neutro, posto estar associado ao não crescimento dos terceiros molares, quase sempre fontes de problemas.

### **Transformações biológicas socialmente contextualizadas**

Ricardo Ventura Santos é professor do Departamento de Antropologia do MN/UFRJ desde 1993, e pesquisador da ENSP/Fiocruz desde 1996. Fez a graduação em Ciências Biológicas pela UnB, e o mestrado e o doutorado em Antropologia na Universidade de Indiana, nos Estados Unidos (ver Quadro 2.2). Membro associado da Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP, da Associação Brasileira de Saúde Coletiva – ABRASCO, e da ABA, até junho de 2012 Ricardo Santos havia publicado 133 artigos (87 em periódicos nacionais e 46 em periódicos estrangeiros), 57 capítulos de livros e 16 livros, sobretudo como organizador, além de ter orientado 22 alunos de mestrado e 10 de doutorado.

Embora tenha travado contato com temas antropológicos quando na graduação, mais especificamente a Etnologia Indígena, em virtude dos trabalhos de campo que realizou junto a populações indígenas do Estado de Rondônia, Santos afirma que a sua

---

<sup>72</sup> A agenesia dentária é um fenômeno que se caracteriza pelo não desenvolvimento de determinados dentes, dentre os quais, muito comumente, os terceiros molares, mais conhecidos por sisos.

<sup>73</sup> O éxon é o segmento do DNA, em um gene, que sintetiza uma dada proteína. Os trechos entre essas seqüências são denominados íntrons, não decodificadores de proteínas para aquele trecho.

inserção formal na Antropologia Biológica, algo completamente desconhecido para ele à época, deu-se de modo não planejado.

Entre na Universidade de Brasília em 83 e me formei em 87. Fiz o curso e, logo no segundo semestre, eu conheci um jovem pesquisador na época, o Carlos Coimbra, que trabalhava com povos indígenas, e eu me envolvi em trabalho de campo em Rondônia logo depois. // O currículo da Universidade de Brasília permitia fazer disciplinas fora do Programa de Biologia e, no final do curso, já estando muito envolvido em Rondônia, fiz trabalho de campo com populações indígenas etc., muito na área da saúde, o que era, na verdade, um projeto do Núcleo de Medicina Tropical da Faculdade de Medicina da UnB. E eu me interessei por fazer algumas disciplinas na área de Antropologia e Sociologia. Fiz umas duas ou três disciplinas, e estava lendo muito sobre Etnologia, a história da ocupação de Rondônia etc. Foi quando surgiu a oportunidade de fazer um doutorado nos Estados Unidos, na área de Antropologia Biológica, o que eu não sabia muito bem o que era (RVS).

Então, a coisa da Antropologia Biológica, na Universidade de Indiana, foi um certo acidente. O Carlos Coimbra estava estudando Antropologia Médica lá, e nós dois fomos por conta de um pesquisador norte-americano, chamado Emilio Morán, da área de Antropologia Ecológica, que nos recebeu muito bem. Nós fomos os primeiros alunos brasileiros. A coisa aconteceu um pouco... Não foi: “Ah! Eu quero fazer Antropologia Biológica!”. A coisa foi mais ou menos acontecendo (RVS).

Ao ir estudar nos Estados Unidos, Ricardo Santos foi muito bem recebido dentro do Departamento de Antropologia da Universidade de Indiana, inclusive, pelo fato de ser biólogo. Durante o mestrado e o doutorado, teve a oportunidade de cursar disciplinas de Antropologia Sociocultural e Arqueologia, dado essa ser uma característica da formação em Antropologia naquele país.

É uma tradição cultural completamente diferente. Eu, como biólogo, fui muito bem recebido dentro do Departamento de Antropologia. Estudei no programa de Antropologia Biológica, onde eu poderia fazer algumas disciplinas em Antropologia Cultural ou em Arqueologia (Tinha um trânsito enorme!), e uma formação clássica em Antropologia Física - estudar antropometria, estudar genética básica, estudar evolução humana [...], enfim, uma visão ampla (RVS).

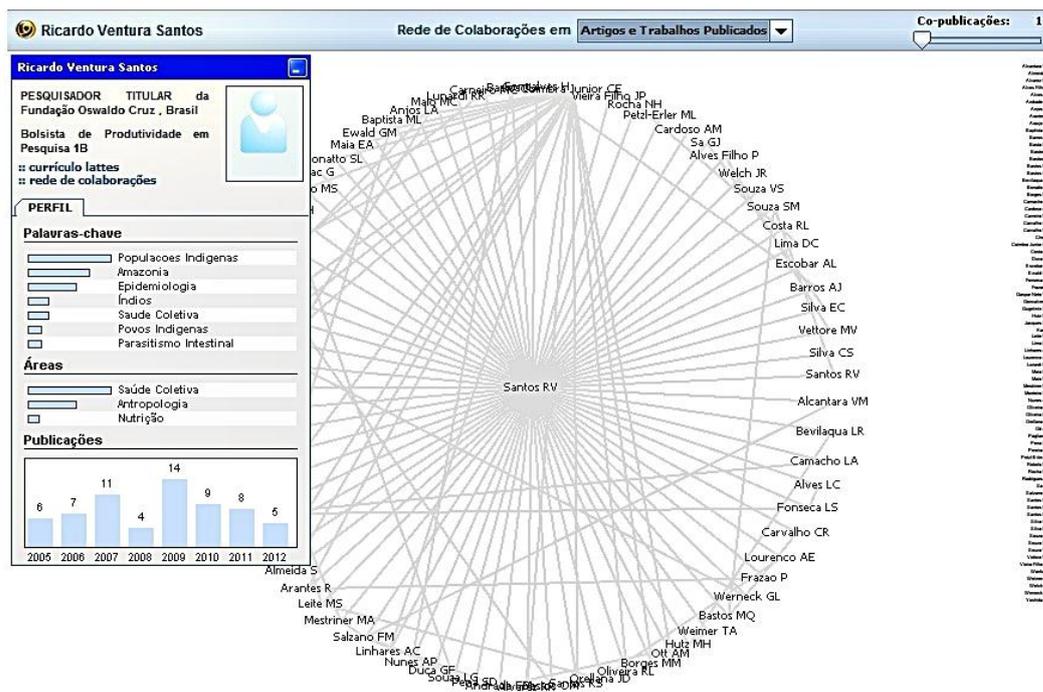


FIGURA 3.2 Rede de colaboração de Ricardo Ventura Santos (Fonte: CNPq)

A entrada de Ricardo Santos no Departamento de Antropologia do MN/UFRJ, em suas palavras, deu-se “por acaso”. Ele havia regressado ao Brasil em 1992, e atuava como pesquisador visitante na Fiocruz quando, certo dia, ao descer de um ônibus, deparou-se com uma manchete no jornal *Folha Dirigida* anunciando uma vaga para a UFRJ. Ele se submeteu ao concurso, que era para o Setor de Antropologia Biológica, e foi aprovado. A questão é que, até aquele momento, ele possuía quase nenhuma relação com a Antropologia brasileira.

Eu voltei ao Brasil em 1992, e fui convidado para trabalhar como visitante na Fiocruz. Foi quando surgiu um concurso para a Antropologia Biológica no Museu Nacional. (...) O importante de porque estou falando disso é que a *Folha Dirigida* é como uma metáfora de como eu caí no Museu Nacional, no sentido de chegar lá e não ter nenhuma rede maior de relação com a Antropologia no Brasil, ser um desconhecido. Quando eu fui tomar posse na reitoria da UFRJ, na mesma época o Gilberto e o Otávio Velho fizeram o concurso para titulares. Então, eles estavam tomando posse comigo. E aí eu perguntei para o Gilberto: “Quem é Gilberto e quem é Otávio”? Esses ícones da Antropologia brasileira! Enfim... Eu brinco com o Gilberto até hoje, porque eu não sabia quem eram essas duas pessoas. Realmente um completo *outsider* (RVS).

Mas não tardaria para que ele percebesse a “situação marginal” da Bioantropologia na comunidade antropológica brasileira, algo não vivenciado por ele

nos Estados Unidos. Ao assumir o cargo de professor no Departamento de Antropologia do MN/UFRJ, ele tomaria um “choque inicial” com o “desprestígio dos outros setores do departamento frente à Antropologia sociocultural”, com o estado das coleções, com a Antropologia Biológica sendo vista como extremamente determinista. A primeira dificuldade seria, portanto, a de se situar como um antropólogo em uma comunidade povoada basicamente por antropólogos socioculturais.

E ao mesmo tempo eu estava no Museu Nacional, no Departamento de Antropologia, onde eu fui contratado para reestruturar o Setor de Antropologia Biológica naquele momento. E foi um impacto enorme interagir com a comunidade de antropólogos no Brasil (Antropologia Social). Foi quando eu percebi o quão marginal era a Antropologia Biológica, pois eu nunca tive essa sensação de marginalidade da Antropologia Biológica nos Estados Unidos. Eu fui ter aqui no Brasil. Na verdade, eu não tinha tido essa noção antes porque não tinha interagido (RVS).

Mas, chegando lá [no MN/UFRJ], foi um choque em todos os sentidos. (...) Enfim, tinha isso também, essa imagem da Antropologia Física como determinista, como da Anatomia, como do controle, como da vigilância, muito forte, impregnando toda essa percepção em torno da disciplina (RVS).

Ricardo Santos chegou a ser “sondado” a ficar no PPGAS/UFRJ, mas sentia que, ao aceitar o convite, não teria condições de captar alunos para o desenvolvimento de pesquisas em Antropologia Biológica, o que só se tornou possível na Fiocruz, quando assumiu um cargo efetivo na instituição, em 1996.

Eu fiz concurso público na Fiocruz em 1996, e me tornei 20 horas no Museu Nacional. E isso foi outra questão, pois eu já tinha feito um trabalho de reestruturação das coleções, e a coisa já tinha começado a se movimentar um pouquinho. Nesse momento, eu até fui sondado para ficar no PPGAS unicamente, mas não aconteceu, porque o que eu via é que não seria fácil captar alunos para a minha linha.

O contato com o acervo do Setor de Antropologia Biológica do MN/UFRJ levaria Ricardo Santos a se enveredar pelo tema da “raça” e do racismo, não só como uma forma de resgate histórico do tema e da história da Antropologia Biológica nacional, mas, igualmente, como um caminho para a “desmistificação dos estudos biológicos em Antropologia como algo essencialista e racista”. Esse movimento também funcionaria como suporte para uma aproximação com profissionais de outras áreas, de modo que a interlocução com a Antropologia Sociocultural brasileira viria, então, por intermédio da História das Ciências.

Eu vejo que começou aí esse meu interesse por essas questões [“raça”, racismo e história da Antropologia Biológica brasileira]. Eu não tenho essa visão tipológica, racializada, determinista, que essas pessoas dizem que a Antropologia Biológica tem. Eu tinha que entender o que aconteceu e fui estudar um pouco do Roquette-Pinto, por exemplo, que é um antropólogo físico que teve uma trajetória muito destoante, naquele momento das décadas de 1920, 1930, com a sua influência sobre *Casa Grande & Senzala*, sobre o Gilberto Freyre... Quer dizer, foi um pouco um mergulho nesses temas para entender o que estava acontecendo.

De fato, parte considerável da produção bibliográfica associada ao nome de Ricardo Santos versa sobre a história da Antropologia Biológica brasileira (principalmente para o final do século XIX e primeira metade do século passado), sobre o tema da “raça” e do racismo no país, em parcerias que envolvem profissionais das áreas de História, Sociologia, Ciência Política, Antropologia Sociocultural, Genética, Biologia, entre outras. Na entrevista, ao falar de seus interesses acadêmicos, ele mesmo se colocou como alguém que transita entre o “sobre” e o “através” da Bioantropologia, ou seja, ao mesmo tempo em que está envolvido em uma série de pesquisas bioantropológicas junto a populações indígenas (o através), também lhe interessava refletir acerca da história da disciplina (o sobre). No âmbito do “sobre”, pode-se destacar alguns artigos, como aquele em que é oferecido um panorama geral do desenvolvimento da Antropologia Biológica brasileira entre os anos 1950/1960 e 1980 (Santos, 1996). Em outro trabalho aparece uma comparação entre os estudos genéticos populacionais com grupos indígenas amazônicos nos anos 1960/1970 e 1990 (Santos, 2002), tendo como pano de fundo as diretrizes do International Biological Program (IBP), com seu componente Human Adaptability (HA), e do Human Genome Diversity Project (HGDP), respectivamente. Ambos os programas foram financiados por organizações de alcance mundial, como a OMS e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO.

Ainda nesses resgates históricos, se Edgard Roquette-Pinto aparece como um antropólogo físico destoante com relação ao espírito de uma época, algo visível naquilo que o aproximava e o distanciava de um Euclides da Cunha e de um Nina Rodrigues (Santos, 1998), ou na forma como rechaçou o racismo antes mesmo de entrar em contato com as proposições de Franz Boas (Santos, 2012), o acervo do Setor de Antropologia Biológica do MN/UFRJ, composto por instrumentos, remanescentes ósseos humanos, documentos e fotografias que remontam ao século XIX, aparece como

uma rica fonte de dados sobre a história da Eugenia e da Antropologia no Brasil (Sá, Santos e Rodrigues, 2008; Souza *et al.*, 2009).

Para o tema “raça” / racismo, as discussões envolvem, principalmente, as relações entre Genética e produção de identidades, ou mais precisamente, sobre os impactos sociais e políticos, nas esferas pública e privada, dos conhecimentos gerados no âmbito das pesquisas genômicas. Em meio a produção associada ao nome de Ricardo Santos, encontramos artigos versando sobre a receptividade pública em torno das pesquisas do geneticista Sérgio Danilo Pena acerca do caráter miscigenado da população brasileira em termos biomoleculares (Santos e Maio, 2004a, 2004b e 2005); sobre as relações entre a comercialização de testes de ancestralidade genética e a construção de identidades étnicas e/ou raciais (Santos, Bortolini e Maio, 2005/2006; Gaspar Neto e Santos, 2011); sobre o sistema de cotas em universidades públicas (Maio e Santos, 2005) e as intersecções entre políticas de Estado e reivindicações de grupos sociais em termos de recortes raciais no âmbito da saúde pública, mais especificamente na política nacional de combate à AIDS (Fry *et al.*, 2007).

Mas interessa aqui o “através”. Ricardo Santos é líder do grupo de pesquisa “Saúde, Epidemiologia e Antropologia dos Povos Indígenas”, em funcionamento na ENSP/ Fiocruz desde 1992. Na página eletrônica do grupo junto ao CNPq lê-se que

A saúde é uma arena privilegiada para investigar as complexas dinâmicas de interações culturais, sociais e econômicas que mediam as relações entre os povos indígenas e a sociedade nacional. Sediado na ENSP/FIOCRUZ e com associação com a Pós-Grad. em Saúde Pública e de Epidemiologia em Saúde Pública, o grupo desenvolve pesquisas sobre processos de mudanças ligados à epidemiologia, nutrição antropologia e demografia de povos indígenas da Amazônia e de outras regiões<sup>74</sup>.

São quatro as linhas de pesquisa do grupo: “Antropologia Médica e Saúde Indígena”, que visa “realizar investigações sobre aspectos sócio-culturais relacionados ao processo saúde-doença em sociedades indígenas”; “Demografia dos povos indígenas”, que se ocupa de “realizar investigações sobre a dinâmica demográfica dos povos indígenas, com foco nos padrões de mortalidade e de fecundidade”; “Nutrição e alimentação indígena”, que objetiva “investigar aspectos ligados à alimentação e às

---

<sup>74</sup> Todas as citações referentes a este grupo de pesquisa estão disponíveis em <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0039406DY218TF> (Acessado em 10 de junho de 2012). Nesta página são mencionadas as parcerias entre o grupo de pesquisa, instituições e associações do Brasil e do exterior como UFAM, UFRGS, UFSC, Indiana University, Gotenborg University, Tulane University, ABRASCO, ABEP e ABA, entre outros.

condições nutricionais dos povos indígenas”; e “Epidemiologia e saúde dos povos indígenas”, ocupada em

Caracterizar e analisar processos de mudanças sócio-econômicas e ambientais e seus impactos sobre as condições de saúde dos povos indígenas a partir de estudos epidemiológicos de campo e de bases de dados secundários. Será enfatizada a análise de processos endêmicos-epidêmicos, com o objetivo de contribuir para o entendimento do processo de transição epidemiológica nas populações indígenas.

Vê-se, nesses excertos, um eixo comum, qual seja o de compreender as condições de saúde e doença das populações indígenas não a partir de uma leitura ecológica adaptacionista (adaptação dos grupos humanos a um determinado nicho ecológico), e sim em função de dinâmicas socioculturais, econômicas e ambientais internas e externas a esses grupos. Segundo Ricardo Santos, a Antropologia Biológica praticada por ele estaria, desde o início (quando ainda na pós-graduação), voltada para as marcas que a (s) história (s) dos povos indígenas teria (m) deixado em sua biologia: “Então, eu não estava olhando adaptação. (...) Já nesse momento o meu interesse era olhar como a história desses povos marcava a sua biologia. Olhar a biologia humana como certo registro desses impactos, dessas transformações” (RVS).

Um exemplo dessa proposta colocada em prática pode ser visto em Coimbra Junior e colaboradores (1996). Nesse artigo são relatados os resultados de uma investigação seroepidemiológica conduzida na Amazônia brasileira, região com altos índices de infecção pelo vírus da hepatite B (HBV), especialmente entre as populações indígenas. Foram submetidos ao estudo três grupos Tupí-Mondé (Gavião, Suruí e Zoró, com 112, 117 e 75 indivíduos, respectivamente) e 129 indivíduos Xavante<sup>75</sup>. As amostras (10 mililitros de sangue) foram coletadas de forma aleatória em indivíduos de ambos os sexos e variadas idades, e testadas para HBsAg (antígeno) e anti-HBs e anti-HBc (anticorpos)<sup>76</sup>. Após a coleta e os testes em laboratório, foram realizados procedimentos estatísticos utilizando programas computacionais, e o que os resultados mostraram é que, especificidades a parte envolvendo marcadores séricos relativos ao HBV e diferenças entre as populações e dentro delas (faixa etária e sexo), havia uma

---

<sup>75</sup> Grupos localizados nos Estados de Rondônia e Mato Grosso.

<sup>76</sup> Para o HBV são encontrados dois antígenos no núcleo (HBcAg e HBeAg) e um na superfície mais externa do vírus (HBsAg), chamado “antígeno Austrália”. Os seus respectivos anticorpos são: anti-HBc, anti-HBe e anti-HBs, sendo que o anticorpo anti-HBs, quando desenvolvido, confere proteção a subseqüentes infecções pelo vírus.

altíssima taxa de exposição ao vírus causador da hepatite B entre os quatro grupos analisados.

Em termos biológicos e gerais, esses resultados mostravam que o HBV era adquirido, na maior parte das vezes, na infância, e que ao longo do tempo ele era eliminado dos organismos. Contudo, a positividade para os marcadores considerados pelo estudo concentrava-se na faixa etária entre os 10 e os 39 anos. Que fatores, então, estariam associados à transmissão e distribuição do vírus da hepatite B entre os Gavião, Suruí, Zoró e Xavánte? Para responder essa questão, os autores lançaram mão de uma abordagem biocultural (*biocultural approach* – ver última seção do capítulo 1), ou seja, uma tentativa de entendimento do fenômeno biológico a partir de arranjos socioculturais.

Extremamente contagiosa, dadas as características do vírus causador e a sua presença em fluidos outros que não o sangue (saliva, sêmen, fluido vaginal, colostro e leite), a hepatite B pode ser transmitida horizontal e verticalmente. Coimbra Junior e colaboradores identificaram como possíveis rotas de contaminação pelo HBV, determinadas práticas locais, como a exposição percutânea (escarificações, colocações de piercings nas orelhas, lábios e nariz, tatuagens, problemas dermatológicos) e o hábito, por parte dos adultos, de alimentar as crianças com comida previamente mastigada pelos adultos, algo tão comum entre aquelas populações.

Uma característica dos estudos antropológicos devotados à saúde das populações indígenas aos quais Ricardo Santos encontra-se vinculado são as análises de longa duração, no sentido de arregimentar o máximo de informações possíveis sobre esses grupos, em diferentes momentos, de modo a compreender como transformações sociais, econômicas, demográficas, biológicas e ambientais caminham juntas. Em empreendimentos dessa natureza, são agrupados e comparados dados gerados tanto por ele e seus colaboradores quanto por outros pesquisadores. É o que se vê em Santos e Coimbra Junior (1999). Nesse estudo envolvendo os mesmos grupos Tupi-Mondé do exemplo anterior, os autores apresentam dados relativos à frequência de deficiências dentárias por tipo de dente, região do esmalte, e grupo étnico; analisam as relações entre estas deficiências e dados antropométricos sobre a situação nutricional das crianças; e avaliam os níveis de perturbação fisiológica sofrida por esses grupos indígenas ao longo do tempo. Já em Welch *et al.* (2009) são comparadas informações sobre os Xavánte recolhidas desde os anos 1960 (1960 e 1990) com dados gerados nesse estudo, e interpretadas a luz de uma perspectiva histórica. O foco aqui são as afinidades entre

transição nutricional, sobrepeso, obesidade e doenças como diabetes e hipertensão, fenômenos biológicos resultantes dos impactos sociais e econômicos sobre o estilo de vida das populações amazônicas, em que uma cada vez maior inserção no mundo do mercado se faz acompanhar por uma crescente desigualdade socioeconômica interna.

Ainda nessa orientação diacrônica de longa duração, Santos *et al.* (1997) compararam os dados gerados por eles mesmos, nos anos 1990, sobre os Xavánte, e aqueles produzidos por outro estudo realizado no final da década de 1970, com esse e outros três grupos indígenas (Kayapó-Menkrangnotí, Boróro e Canela), de modo a pôr em xeque uma perspectiva antropológica que depositava no meio ambiente as causas para transformações no plano socioeconômico e cultural dos povos indígenas.

O grupo Xavánte estudado habita uma localidade denominada Pimentel Barbosa, situada em uma reserva na porção oeste do Mato Grosso, e que fora demarcada nos anos 1970. Segundo Santos *et al.* (1997), registros históricos fazem menção a esses índios no século XVIII, quando habitavam a região onde hoje se localiza o Estado de Goiás. Desde então, os Xavánte vinham enfrentando uma série de problemas relacionados ao contato com a sociedade nacional, como a expulsão de seus territórios de origem, e epidemias de doenças infecto-contagiosas. Com uma estrutura social baseada na exogamia, com intensa atividade política e faccionalismos, esses grupos, que eram seminômades, à medida que foram sendo obrigados a se limitar aos espaços demarcados, passaram a ser mais sedentários e a depender da agricultura para viver.

Nos anos 1960/1970 o governo militar empreendeu uma expansão rumo à região oeste do país, onde estavam localizados os Xavánte. Em meio a batalhas políticas envolvendo os indígenas e o Governo Federal, a Fundação Nacional do Índio - FUNAI procurou “matar dois coelhos com um tiro só”, criando um projeto desenvolvimentista para a integração dos Xavánte à sociedade nacional. Tratava-se do plantio de arroz para fins comerciais e de subsistência.

De acordo com Santos e colaboradores (1997), a entidade esperava, com isso, por um lado, manter os indígenas ocupados com atividades agrárias em suas terras de modo a não pressionarem o governo com reivindicações, e, por outro, convencer os militares de que a concessão de grandes extensões de terras aos Xavánte era compatível com o plano de desenvolvimento econômico da região. O projeto, em função de questões políticas, durou pouco, não logrou êxito e, em meados dos anos 1980, o arroz cultivado pelos Xavánte era suficiente apenas para a sua subsistência.

No estudo dos anos 1970 haviam sido cruzados dados referentes a duas variáveis: participação no mercado e dificuldades de subsistência nos ambientes de vida dos quatro grupos indígenas<sup>77</sup>. Em resumo, ao cruzar essas duas variáveis, os autores desse estudo sugeriam haver uma forte dependência dos grupos estudados com relação aos ambientes nos quais viviam, de modo que, então, quanto mais degradados os ambientes, maiores os níveis subótimos de subsistência e maior o tempo dedicado às atividades de mercado (adaptação a esse último).

Para a verificação desta ilação, Santos e colaboradores (1997) compararam os dados de campo gerados por duas das co-autoras de seu estudo, Nancy Flowers e Sílvia Gugelmin, em 1976/1977 e 1994, respectivamente, sobre a dieta dos Xavante de Pimentel Barbosa, e o tempo dedicado por eles a diversas atividades. Tal comparação mostrou que, entre o final dos anos 1970 e 1994, houve diminutas alterações no tempo dedicado a atividades como subsistência, trabalho doméstico, cuidados pessoais, atividades fora da reserva e outras. Para a subsistência, a importância para cada um dos sexos permaneceu a mesma (horticultura, caça, coleta e pesca), mas, de um período a outro, teria havido uma significativa redução do tempo concedido à horticultura e um aumento do tempo dedicado à caça, coleta e pesca para ambos os sexos. As mesmas diferenças sazonais (mais horticultura nos tempos de chuva e mais caça, coleta e pesca, nos tempos de seca) foram observadas em ambos os estudos. Por fim, o consumo de alimentos provenientes da horticultura caiu, ao passo que houve aumento do consumo de alimentos provenientes da caça, da coleta e da pesca, assim como aqueles adquiridos comercialmente (alimentos industrializados).

Para Santos e colaboradores (1997), a compreensão das mudanças operadas na vida dos Xavante de Pimentel Barbosa passaria por reconhecer a importância de aspectos sociais, políticos e econômicos dentro desse processo. Os dados mostravam que, após o malogro do projeto de plantio de arroz, o modo de subsistência desses indígenas voltara a ser mais “tradicional” do que nos anos 1970. O acesso a veículos automotores teria permitido a esses indígenas viajar grandes extensões para caçar e pescar e, ao mesmo tempo, trabalhar com o plantio. Além disso, a partir dos anos 1990 os indígenas passaram a contar com um conjunto de benefícios financeiros inexistentes nos anos 1970, como o arrendamento de terras (aluguel), salários e benefícios sociais.

---

<sup>77</sup> O trabalho em questão é Gross *et al.* 1979. Ecology and acculturation among native peoples of Central Brazil. *Science*, 206, p. 1043-1050.

Essa renda estaria sendo convertida na compra de produtos alimentícios industrializados.

Nessa revisitação, os autores queriam chamar a atenção para o fato de que, para o caso Xavante, a inserção no mundo do mercado não poderia ser vista como uma adaptação ecológica. Dessa forma, a razão para a participação dos Xavante no projeto do arroz, nos anos 1970, não estaria na degradação ambiental, e sim numa pressão política, por parte do governo brasileiro, via frentes de expansão.

As the data presented in this paper show, Xavante agricultural intensification in the late 1970s and early 1980s was less related to environmental degradation than to the influence of broader political and economic external forces embodied in a top-down development scheme aimed at turning them into intensive rice cultivators. Hence the statement that "the extent of market participation is closely related to the difficulty of making a living through traditional means" (1979, p. 1048) was less applicable to the Pimentel Barbosa situation than envisaged by Gross *et al.* (1979). Our Xavante case study does not support the contention that participation in the market was an "adaptation to environmental forces" (1979, p. 1049), but is better interpreted as the outcome of the imposition of a national level development ideology (Santos *et al.*, 1997: 561-562).

Uma portentosa análise das transformações sociais, biológicas, epidemiológicas, políticas e econômicas experimentadas pelos Xavante de Pimentel Barbosa, baseada em dados etnográficos, históricos, demográficos, genéticos e bioantropológicos gerados nos anos 1950/1960, 1970, e 1990, foi publicada por Ricardo Santos, em colaboração com Francisco Salzano, Nancy M. Flowers e Coimbra Junior no início da década passada (Coimbra Junior *et al.*, 2004). Tal livro pode ser entendido como uma síntese dos trabalhos de Antropologia Biológica com populações indígenas com os quais Ricardo Santos tem estado envolvido há mais de 20 anos, dentro das orientações salientadas ao longo desta seção, ou seja, o de uma Bioantropologia histórica e socioculturalmente informada.

Para além do universo das populações indígenas, vale ainda mencionar dois estudos na linha do "através" dos quais este autor tomou parte, ou seja, aqueles de uma prática da Antropologia Biológica. Em um deles (Santos *et al.*, 2009) foram aplicados testes de ancestralidade genética em alunos de um colégio técnico do Rio de Janeiro com vistas a investigar como aspectos socioculturais relacionados à cor/"raça" influem em avaliações pessoais acerca das propostas da Genética sobre o tema (Santos *et al.*,

2009). Em outro trabalhado (Bastos *et al.*, 2011), foi analisada a composição isotópica de estrôncio no esmalte dentário dos registros esqueléticos humanos encontrados em um cemitério de escravos existente no Rio de Janeiro, no século XIX, de modo a estabelecer a relação entre estes e suas respectivas origens no continente africano dentro do contexto do comércio escravista que vigorou durante o período colonial<sup>78</sup>.

### **Indícios biológicos e contextos socioculturais pretéritos**

Sheila Maria Ferraz Mendonça de Souza é pesquisadora da ENSP/Fiocruz desde 1992. Graduada em Medicina pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ, mestre em Anatomia humana pela UFRJ, e doutora em Saúde Pública pela instituição na qual hoje atua (ver Quadro 2.2), Sheila Mendonça trabalhou como professora, entre 1978 e 1997, do extinto curso de Arqueologia da Universidade Estácio de Sá – UNESA, no Rio de Janeiro, o segundo do gênero no país, criado por ela, o arqueólogo Alfredo Mendonça de Souza, e outros profissionais. Membro associada da Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB e da Paleopatology Association, até junho de 2012 ela havia publicado 53 artigos (37 em periódicos nacionais e 16 em periódicos estrangeiros), 19 capítulos de livros e cinco livros, além de ter orientado 13 alunos de mestrado e cinco de doutorado.

Ao reconstituir parte de sua trajetória biográfica profissional, Sheila Mendonça de Souza entende-se como um dos poucos casos na história recente da ciência brasileira de alguém que fez a passagem da Medicina para a Antropologia. Seus interesses pela área remontam ao ensino médio, época em que teve sua curiosidade pela História Natural despertado no colégio.

A minha trajetória talvez seja uma das poucas no Brasil que faz essa passagem, nesse período mais recente, da Medicina para a Antropologia. Eu pertencço a essa geração que tem a oportunidade, no Brasil, de encontrar um grande estímulo e um grande incentivo ao desenvolvimento da pesquisa nas ciências naturais. Eu nasci em 1952 e, na década de 60, além da revolução militar, eu estava me confrontando com uma possibilidade enorme de estudar, no segundo grau, em colégios públicos, que estavam sendo muito bem equipados e onde havia um investimento grande, da parte do governo, na área de ciências

---

<sup>78</sup> O elemento químico estrôncio (Sr) pertence à família dos metais alcalino-terrosos (família 2), de acordo com sua disposição na tabela periódica da União Internacional de Química Pura e Aplicada (International Union of Pure and Applied Chemistry – IUPAC, em inglês). A razão entre dois de seus isótopos (<sup>87</sup>Sr / <sup>86</sup>Sr) é empregada no reconhecimento da idade de rochas superficiais antigas. Em humanos, o estrôncio é fixado nos dentes quando da formação do esmalte, na infância, e não sofre alterações com o tempo. Para maiores detalhes técnicos sobre as possibilidades de inferências relacionais entre essas duas dimensões, a partir dessas razões isotópicas do estrôncio, consultar o artigo em questão.

naturais. Havia, pelo menos em alguns setores, algum propósito de se desenvolver, realmente, a pesquisa e as vocações, e isso fazia com que, num colégio estadual como no que eu estudei, tivesse um grande laboratório de História Natural, onde era possível fazer experimentos e uma série de atividades práticas (SMFMS).

Inserida em tal ambiente, em que o incentivo às ciências naturais era permeado por atividades práticas, os problemas da evolução humana chamariam a sua atenção.

Então, colecionávamos insetos, colecionávamos pedras, colecionávamos materiais, figuras, fotos... Tudo isso era uma forma alternativa, porque hoje você clica e está na internet, você pouco tem o estímulo ao contato com os materiais. E como consequência direta disso, eu tinha um grande interesse pela questão da evolução humana, dessa perspectiva de naturalista, que estava sendo trabalhada como um estímulo para o desenvolvimento de vocações científicas no Brasil. Ao estudar história natural, ver coisas relacionadas à evolução humana era um pulo muito pequeno. Na verdade, isso era um desdobramento.

Mais a frente, o ingresso no curso de Medicina seria “circunstancial”, não necessariamente intencional. Foi no curso pré-vestibular, em que havia uma pressão para que os alunos obtivessem o máximo de pontuação no concurso para a área, é que ela acabaria tomando a “decisão” de ser médica<sup>79</sup>.

Eu fiz o curso, o último grau do científico e o vestibular. E no curso vestibular havia uma grande competição pelos alunos que conseguiam postos, colocações de destaque nas universidades públicas. Eu fiz o curso pré-vestibular com bolsa de estudos de 100%, e havia uma pressão muito grande para nós conseguirmos vagas nas Medicinas, claro. Para o pessoal que era da área biomédica, a pressão era para conseguir pontuações e colocações na Medicina. E eu acabei indo para a Medicina um pouco nesse arrasto. Então, essa escolha pela Medicina foi um pouco conduzida pelas circunstâncias (SMFMS).

Uma vez na Medicina, ela manteria vivos os seus interesses pela Antropologia em sua vertente naturalística, a ponto de, em dado momento, envolver-se com um grupo de pessoas com interesses afins e, daí por diante, enveredar-se pela área e pela Arqueologia.

E comecei o curso de Medicina [na UERJ], mas a minha vocação para a área antropológica se mantinha. E isso me fez buscar, dentro da própria Medicina, logo no primeiro ano de faculdade, uma atividade relacionada à Arqueologia com alguns colegas, porque eles haviam participado de um curso (desse de introdução), e também fomos fazer um curso de introdução à Arqueologia. E esse curso foi o que me abriu a porta e eu, definitivamente, me fixei (SMFMS).

---

<sup>79</sup> A pesquisadora chegou a trabalhar como perita médica do Ministério da Previdência entre 1978-1992.

As primeiras experiências com a Arqueologia e a Antropologia se deram quando ela passou a freqüentar cursos oferecidos por um grupo particular, na Fundação Getúlio Vargas - FGV, chamado “Centro de Informação Arqueológica”. Lá Sheila Mendonça de Souza conheceu seu esposo, Alfredo Mendonça de Souza, e seria a partir desse grupo que nasceria a primeira faculdade de Arqueologia do país, na própria FGV.

Era um curso dado por um grupo particular, por uma ONG, ou o que na época seria uma ONG, um centro de pesquisa chamado “Centro de Informação Arqueológica”. Funcionava na Fundação Getúlio Vargas. (...) Eu me liguei a uma das pessoas de lá, acabei me casando com um arqueólogo, que também não era arqueólogo de formação, é engenheiro, mas que também havia se voltado para essa área. E nós começamos uma história longa. Uma história que foi crucial em termos de história da Arqueologia no Brasil, porque esse grupo é o grupo que cria a primeira faculdade de Arqueologia no Brasil, que constitui a formação em graduação. Isso não existia (SMFMS).

Até aquele momento, a formação de arqueólogos no país se dava em “cursos de duração variável, geralmente oferecidos por pesquisadores estrangeiros” (norte-americanos e franceses). De modo a alterar esse quadro, Alfredo Mendonça de Souza fez um levantamento dos currículos dos cursos de Arqueologia norte-americanos e, com base nisso, após alguns ajustes para a realidade brasileira, submeteu um currículo mínimo ao Ministério da Educação, que concedeu a autorização para o funcionamento da faculdade, nos anos 1970.

O curso foi proposto da seguinte maneira: um curso que integrava três áreas, três graduações – Museologia científica, que não existia no Brasil; Antropologia (um curso genérico de Antropologia); e Arqueologia. Pensado num bloco de dois anos comum aos três, que compartilhasse uma parte das disciplinas e, depois, dois anos dentro das áreas já especializadas. Esse curso é proposto dessa forma numa faculdade isolada, que começou a funcionar na Fundação Getúlio Vargas, e que recebe o nome de Marechal Rondon.

Contudo, essa concessão foi baseada em “exigências”, e uma delas fora a supressão do curso de Antropologia. Não importando se biológica ou sociocultural, a palavra Antropologia em si era vista com “reservas” pelo governo militar. Além disso, os próprios cursos de Arqueologia e Museologia tiveram que ser modificados<sup>80</sup>.

---

<sup>80</sup> Ao se referir aos primórdios da criação da graduação em Arqueologia, Antropologia e Museologia, Sheila Mendonça de Souza faz referência ao papel decisivo do casal Simonsen (Mario Henrique Simonsen, economista e engenheiro civil que ocupou cargos políticos entre os anos 1960 e 1980, e Iluska Simonsen, sua esposa) nas negociações com o governo militar.

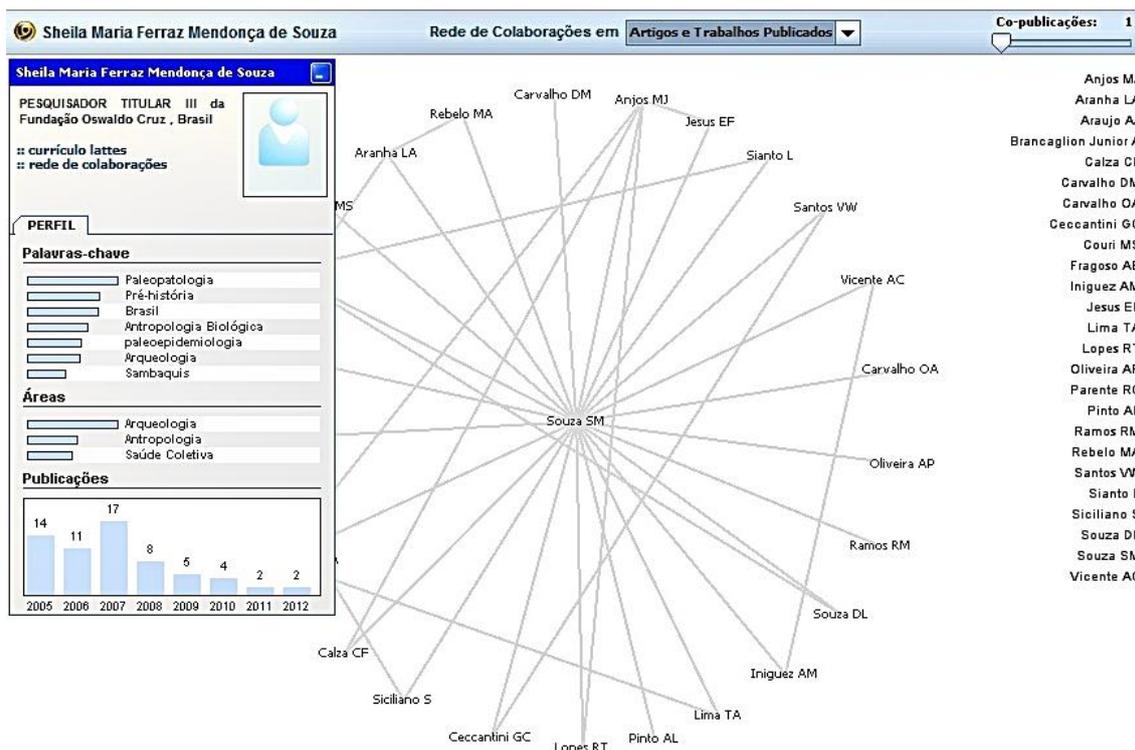


FIGURA 3.3 Rede de Colaboração de Sheila Maria Ferraz Mendonça de Souza (Fonte: CNPq)

Só que, para que isso começasse a funcionar, e o Governo Federal autorizasse, houve necessidade de se podar o curso de uma forma absurda, porque a gente estava em plena vigência dos governos militares, ainda muito duros. O policiamento em relação às Antropologias era tremendo. E foi assim. Quando o currículo chega lá no ministério, tudo o que dizia respeito à Antropologia era simplesmente riscado. E aí o curso de Antropologia foi totalmente riscado, eles não o autorizaram. Os nossos cursos de Arqueologia e de Museologia tiveram que ser modificados. Inclusive, a disciplina que eu estaria encarregada de conduzir junto com outra pessoa, e que a gente deu o nome de Antropologia Biológica (que era um curso mais genérico), na verdade, teve-se que tirar o nome “Antropologia Biológica” porque tinha “Antropologia”. Nós acabamos direcionando para Antropometria, que ficou uma coisa um pouco atenuada, e que focou mais nessa parte que até já era antiga para a época, a coisa da medida do corpo, da medida dos ossos. Mas não era bem o que a gente queria. E isso, como outras mudanças que foram feitas nesse currículo, foi consequência dessa pressão política, que ainda era muito forte (SMFMS).

Enfrentando dificuldades, o curso seria mais a frente incorporado pela UNESA, que queria se transformar em universidade, e lá funcionaria por mais de 20 anos, mais ou menos até o princípio da primeira década desse século. Mas, a essa altura Sheila Mendonça já havia sido admitida na Fiocruz, e continuava se dedicando a pesquisas

Bioarqueológicas, desenvolvidas por ela desde o final dos anos 1970, numa interface entre a Antropologia Biológica e a Arqueologia.

Sheila Mendonça é pesquisadora do grupo “Paleoparasitologia e Paleoepidemiologia”, em funcionamento na Fiocruz desde 1978, fundado e liderado pelos pesquisadores Adauto José Gonçalves de Araújo e Luiz Fernando Rocha Ferreira da Silva. Na página do grupo, no CNPq, encontra-se um resumo de suas proposições mais gerais:

O grupo atua desde 1978 em colaboração com arqueólogos, antropólogos e paleontólogos do Brasil e do exterior. As pesquisas em Paleoparasitologia contribuem para o conhecimento sobre a origem e evolução das infecções parasitárias desde períodos pré-históricos, contando com mais de 2000 amostras para pesquisa de parasitos e resíduos de dieta, refletindo-se nos debates sobre o povoamento e antiguidade humana nas Américas, emergência e desaparecimento de doenças. Os projetos em paleoepidemiologia analisam material esquelotonizado e mumificado de diversas origens culturais e diferentes períodos, ajudando a compreender o comportamento das doenças no tempo e no espaço, e sua relação com estilos de vida, sendo principalmente desenvolvidos em cooperação com o Departamento de Antropologia do Museu Nacional/UFRJ. Orientam-se regularmente alunos de mestrado, doutorado, iniciação científica e especialização<sup>81</sup>.

O grupo atua em duas linhas, “Marcadores Ambientais e Paleoambiente”, que “visa a elaboração de estudos em ecologia aplicada a partir da análise quantitativa e qualitativa de marcadores ambientais biológicos (pólenes, ovos de parasitos entre outros)”, e “Paleopatologia, Paleoparasitologia e Paleoepidemiologia”, que

(...) inclui estudos sobre origem e evolução de doenças e infecções, da pré-história aos dias atuais. Consideram-se remanescentes de populações desaparecidas cujos vestígios trazem informações sobre aspectos de saúde, doença e adaptabilidade ao longo do tempo. Desenvolvem-se métodos e técnicas adequados à pesquisa em material arqueológico. Busca-se entender como se sucederam as diversas patocenoses, em perspectiva evolutiva, até sua constituição na atualidade.

Assim como para Ricardo Santos, ao nome de Sheila Mendonça igualmente estão associadas algumas publicações do tipo “sobre”, versando acerca da trajetória e das especificidades da Bioarqueologia e da Paleopatologia no país. Apresentada como uma “disciplina indiciária” (ver Introdução), a Bioarqueologia é historicamente

---

<sup>81</sup> Todas as citações referentes a este grupo disponíveis em <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhepesq.jsp?pesq=9981356658414577> (Acessado em 10 de junho de 2012).

resgatada em associação com a Medicina, a Antropologia e a Paleopatologia (Souza SMFM, 2009, 2010 e 2011). No plano internacional, os estudos bioarqueológicos teriam se beneficiado das transformações operadas pela “Nova Antropologia Física”, quando as descrições osteométricas cederam lugar a investigações mais contextuais sobre os remanescentes esqueléticos humanos, inclusive no âmbito da saúde e da doença – a Paleopatologia (Souza, Carvalho e Lessa, 2003; Souza 2009). Mas se a especialidade se desenvolveu bastante e desde cedo em outros contextos, no Brasil só mais recentemente ela estaria começando a tomar um maior impulso, não só em função da história da Antropologia Biológica brasileira, mas, também, e, sobretudo, por causa da inserção tardia que os estudos bioantropológicos vinham tendo nas pesquisas arqueológicas (Souza, SMFM, 2009, 2011). De acordo com a pesquisadora, essa crescente inserção da Bioarqueologia nas pesquisas arqueológicas brasileiras, e a constatação de que hoje a maior parte dos profissionais dedicados a ela e à Paleopatologia é oriunda das ciências humanas, poderiam ser vistos como um prognóstico positivo para a Antropologia Biológica no país, pelo menos no que se refere a essas especialidades. Por isso, o momento atual seria de otimismo (Souza, SMFM, 2011).

Em meio à produção associada ao nome de Sheila Mendonça encontramos referências a estudos desenvolvidos com base em materiais escavados no Brasil e no exterior. Em Souza (1977) temos uma análise paleopatológica realizada em um cemitério indígena localizado no município de Magé, Estado do Rio de Janeiro, que teria sido ocupado pelos Tupinambá desde meados do século XVI. A análise do material ósseo encontrado (principalmente crânios) revelou a presença de patologias ósseas e dentárias entre seus antigos habitantes. As primeiras eram de natureza infecciosa (osteomielites; sinusites), tumoral (osteoma – apenas um caso) e degenerativa (artropatias, como a osteofitose e a anquilose)<sup>82</sup>. Já as segundas, muito presentes, consistiam em cáries, hipercementose, abrasões e cálculos dentários. Ao que tudo indicava, a alta incidência de patologias dentárias, presentes em mais de 90% das

---

<sup>82</sup>. De modo bastante simplificado, a osteomielite é um processo inflamatório que pode acometer os ossos de forma aguda ou crônica, caracterizado pela presença de pus, e é causada por bactérias. Já os osteomas são tumores ósseos, geralmente benignos, que podem surgir em diferentes regiões do sistema ósseo. As artropatias são um conjunto de patologias que acometem, de forma degenerativa, ossos e articulações, como a osteofitose, ou “bico de papagaio” (expansões ósseas, na forma de ganchos, surgidas ao redor dos discos da coluna vertebral), e a anquilose (fusão de duas peças ósseas articuladas).

amostras, tinha razão de ser em alterações dietéticas, provavelmente ocasionadas no contato estabelecido entre autóctones e europeus<sup>83</sup>.

Em Souza (1986), o material contido em uma urna funerária (5.600 ml) encontrada por um antropólogo em um abrigo sob rocha, dentro de uma aldeia Macuxi, no Estado de Roraima, e encaminhado ao Museu do Índio, foi analisado de modo a serem estabelecidas possíveis relações com relatos etnográficos para a região, que em momentos distintos havia sido ocupada por grupos indígenas pertencentes a diferentes famílias lingüísticas: Macuxi (Caribe), Waipixana (Aruaque) e Yanomami (língua isolada). Em seu interior, além de sedimentos, havia cinzas, fragmentos ósseos e carvão vegetal.

A análise bioarqueológica indicou tratar-se de material resultante de cremação completa, com apenas uma pequena parte tendo sido misturada com algum tipo de corante. Quanto aos fragmentos ósseos maiores, esses foram triturados após a queima. Do total volumétrico, 1120 ml eram de origem vegetal, 560 ml de sedimentos minerais, e o restante, de material ósseo (humano e animal). Cada fração foi estudada separadamente, o que revelou informações interessantes sobre sua composição, procedência e utilização. Especificamente para a porção óssea, constatou-se a presença de contas tubulares (feitas de diáfises de ossos de mamíferos e de ossos de aves); contas discoidais (feitas de ossos de mamíferos e fragmentos vegetais); contas globulares (feitas de coroa dental de peixe); restos animais (fragmentos de carapaças e ossículos de peixes não associados à cremação); e restos humanos de dois indivíduos adultos e de uma criança<sup>84</sup>.

De posse desses resultados, algumas hipóteses foram levantadas, relacionadas ao processamento do material humano antes e após a cremação. Ao que tudo indicava, cada um dos indivíduos encontrados na urna devia ter sido cremado separadamente, mas o fato de ali estarem reunidos levantava a possibilidade de haver algum tipo de relação social entre eles. Com base no material, inferiu-se que cada um dos corpos foi colocado sobre uma pira funerária, construída com palmáceas ou outros vegetais lenhosos, em

---

<sup>83</sup> As cáries são danos localizados no tecido dentário, causados por bactérias. A hiperceментose se caracteriza pela presença excessiva do tecido mineralizado (cimento) que recobre as raízes dos dentes. Abrasões dentárias são danos físicos causados aos dentes por ações mecânicas externas, ao passo que o cálculo dentário, ou tártaro, consiste em um acúmulo endurecido de placa bacteriana (restos alimentares e bactérias) depositada sobre os dentes.

<sup>84</sup> Diáfise é a designação dada à porção entre as extremidades (epífises) de ossos longos.

local fluvial (por causa dos sedimentos encontrados), e a temperatura da queima fora igual ou superior a 400°C. Além disso, por ter sido depositada, e não enterrada no abrigo, mesmo sem datações, parecia tratar-se de material bastante antigo. Na aproximação com dados etnográficos do século XIX, de acordo com a autora, a análise da urna cinerária permitiria associar esse achado aos grupos indígenas do tronco lingüístico Aruaque. A descrição de rituais em que primeiro se procede à cremação dos indivíduos para posterior deposição do material em urnas desse tipo (conjugando-se, em seu interior, mais de um indivíduo) fora realizada, ainda segundo ela, por Barbosa Rodrigues, em 1882, para aquela área.

Se em Souza e Alvim (1992) temos um estudo bioarqueológico com 56 indivíduos escavados em um sítio no agreste pernambucano, com idade estimada para uma ocupação mais recente entre 1000 e 2000 anos, em que análises morfológicas são associadas a teorias genéticas sobre dinâmicas sociais entre populações indígenas, em Souza (1992/1993) os remanescentes esqueléticos de 43 indivíduos encontrados em dois sepultamentos permitiram antever alguns aspectos relacionados às atividades físicas, dieta e adaptação ecológica da população outrora habitante de Lagoa Santa (MG), entre cinco e nove mil anos atrás. Nesses esqueletos, se por um lado havia indicativos de submissão a períodos de estresse, por outro também havia indícios de recuperação pós-traumática, tratando-se, possivelmente, de uma adaptação ao longo de milhares de anos.

Em Souza e Souza (1994), em que foram justapostas informações históricas, etnográficas, arqueológicas e biológicas (a análise de cinco sepultamentos), os autores puderam chegar a uma conclusão satisfatória sobre a natureza de um cemitério descoberto em uma praia fluvial no norte do Estado do Rio de Janeiro (município de São João do Itabapoana) partindo de cinco hipóteses iniciais. Tratava-se de um local de enterramento de escravos entre os séculos XVIII e XIX. Já em Rodrigues-Carvalho e Souza (1998) as autoras, através de uma abordagem biocultural, tentaram encontrar respostas para um padrão peculiar de perda dentária entre os remanescentes esqueléticos de um sambaqui situado no litoral catarinense, escavado por Castro Faria nos anos 1950 – o sambaqui de Cabeçuda. Na época do estudo de Castro Faria foram encontrados vários sepultamentos (individuais e múltiplos), dos quais foram subtraídos os esqueletos de 162 adultos e 83 jovens e crianças. O material havia ficado sob a guarda do Museu Nacional e fora alvo de pesquisas focando aspectos como estresse e adaptabilidade, morfologia, patologias dentárias e outros tipos, atestando-se a presença de infecções

gastroentéricas, artrose nos membros superiores, baixo índice de cáries, entre outras características.

No estudo de 1998 foram estudados 76 indivíduos, divididos por sexo e idade (jovens e adultos, esses últimos subdivididos em duas faixas: 20 a 35 anos, e superior a 35 anos). As patologias encontradas, contabilizadas por dente e indivíduo, diziam respeito a: (a) desgastes dentários moderados (a maioria) e severos, esses últimos se acentuavam com o aumento da idade e se concentravam entre os indivíduos do sexo masculino; (b) abscessos, mas com uma baixa prevalência e sem variações significativas entre os sexos; (c) cálculos leves; e (d) perda dentária em vida, especialmente entre os indivíduos do sexo masculino e idade mais avançada. Se os desgastes e os cálculos poderiam estar associados a uma alimentação abrasiva, no caso das perdas dentárias sobressaía-se a alta incidência de perda dos incisivos inferiores entre os homens, ocasionada, provavelmente, pelo uso de adornos labiais, acompanhando, assim, relatos etnográficos para a América Latina.

No Sambaqui de Cabeçuda, o desgaste de intensidade moderada, a ausência de lesões cariosas e as baixas ocorrências dos outros processos dento-maxilares, indicam que o impacto da dieta na saúde oral não trouxe conseqüências negativas importantes. Todavia, as perdas dentárias em vida, principalmente na bateria labial anterior e prevalente entre os esqueletos masculinos daquele grupo, indicam a presença de um tipo de impacto diferenciado sobre o sistema dentário nos dois sexos. // As perdas dentárias localizadas nos incisivos inferiores dos indivíduos masculinos apontam para o uso de adornos labiais, reforçando as hipóteses já levantadas por outros autores, com base na tipologia de alguns artefatos achados em sambaquis. O impacto dento-maxilar que pode ser atribuído a esses artefatos, indica o uso de peças de pequeno tamanho, diferentes dos botoques de grandes dimensões, utilizados, por exemplo, por alguns grupos indígenas Macro-Jê, e provavelmente diferentes dos tembetás abrasivos de pedra, descritos para os tupis históricos (Rodrigues-Carvalho e Souza, 1998: 42).

Outro estudo bioarqueológico com remanescentes humanos escavados em sambaquis foi publicado por Wesolowski *et al.* (2007)<sup>85</sup>, em que os modos de subsistência de grupos associados e não associados à horticultura e à cerâmica foram comparados a partir da análise da presença de grânulos de amido e fitólitos em cálculos dentários. De acordo com os autores, existiriam pelo menos dois “tipos” de sambaquis. Os mais antigos, com idade estimada em pelo menos 6000 anos, não apresentam vestígios cerâmicos, e tem-se que a dieta protéica dos grupos que os habitavam era

---

<sup>85</sup> Uma versão em inglês deste estudo encontra-se em Wesolowski *et al.* (2010).

constituída por peixes, moluscos, crustáceos e, eventualmente, mamíferos, havendo indícios, também, do manuseio de vegetais. Os sítios com idade estimada em mais ou menos 2000 anos, mais rasos, às vezes encontram-se sobrepostos aos anteriores. Uma importante característica desses últimos é que neles são encontrados vestígios materiais como anzóis e cerâmica, embora a associação entre essa última e a prática da horticultura ainda mereça estudos mais aprofundados. A dieta dos grupos que os habitavam estava baseada, sobretudo, no consumo de peixes e moluscos.

Neste estudo, Wesolowski e colaboradores analisaram cinco séries esqueléticas provenientes de quatro sambaquis localizados no litoral de Santa Catarina (Morro do Ouro, Enseada, Forte Marechal Luz e Itacoara), que já haviam sido estudadas para cáries e outros indicadores de saúde, mas não em uma perspectiva comparativa, de modo a serem observadas transformações nos padrões de subsistência ao longo do tempo. As séries foram agrupadas em associadas ou não ao uso da cerâmica e, para um mesmo sítio, de acordo com a estratigrafia, como mostrado a seguir. Grupos sem cerâmica:

- ψ Morro do Ouro ( $4030 \pm 40$  anos): seis indivíduos e seis cálculos.
- ψ Morro do Ouro ( $1110 \pm 100$ ): oito indivíduos e oito cálculos.
- ψ Forte Marechal Luz (sem datação): quatro indivíduos e quatro cálculos

Grupos associados à cerâmica:

- ψ Enseada 1 ( $1390 \pm 40$  anos): 17 indivíduos e 21 cálculos.
- ψ Itacoara ( $550 \pm 55$ ): 11 indivíduos e 11 cálculos

O material foi cuidadosa e detalhadamente analisado, passando pela sua higienização, coleta dos cálculos e análise morfológica da composição destes últimos. Em todas as amostras foram encontrados fitólitos de gramíneas e palmeiras, grânulos de amido relacionados a milho, batata-doce e outros vegetais não identificados, e areia. No geral, a maioria das lesões cariosas estava associada a uma maior concentração de grânulos de amido, e não de fitólitos.

Para Wesolowski e colaboradores, a presença de grânulos de amido em todas as séries indicaria que o consumo de vegetais ricos em carboidratos compunha parte da

dieta desses grupos, independentemente de eles fazerem uso ou não de utensílios cerâmicos<sup>86</sup>. Como vários relatos etnográficos falavam do consumo de diversos vegetais entre as populações indígenas mais recentes, os resultados encontrados nas séries estudadas já eram, segundo as autoras, esperados. Além disso, as variações encontradas nas diferentes séries pareciam indicar uma dieta vegetal seletiva, de modo que grânulos com maiores prevalências poderiam ser indicativos de uma horticultura incipiente concentrada em determinados vegetais.

Dentre os trabalhos dedicados a materiais fora do contexto brasileiro que a pesquisadora participou, pode-se destacar o de Souza, Codinha e Cunha (2006). Nesse, o corpo mumificado de uma menina de 18 meses, do século XVIII, encontrado sob o altar de uma igreja em Lisboa, Portugal, junto com outros 69 corpos parcial ou totalmente mumificados, foi submetido a uma minuciosa análise paleopatológica. Os exames antropológicos, confirmados por imagens radiológicas, mostravam que a criança apresentava uma série de sinais associados à sífilis congênita, dentre os quais inflamações ósseas, tórax elevado em decorrência de hepatoesplenomegalia, e má formação dentária, essa última provavelmente em função de tratamento a base de sais de mercúrio, bastante comum na época em que ela vivera<sup>87</sup>.

Há ainda a série de estudos desenvolvidos no Deserto do Atacama, no Chile (Lessa e Souza, 2003/2004, 2004 e 2006), dedicados a uma compreensão, por meio de análises paleopatológicas, da natureza da influência política e cultural do Império Tiwanaku por sobre as antigas populações atacamenhas, se violenta ou pacífica. De acordo com a contextualização disponível em Lessa e Souza (2004), o Deserto do Atacama, no norte do Chile, contava com assentamentos humanos (os atacamenhos) desde há dois mil anos, os quais se caracterizavam por uma complexa rede de trocas com outras regiões. Entre os anos 500 e 900 as relações com a Federação Tiwanaku, estabelecida no altiplano boliviano desde o ano 100, intensificaram-se, resultando na influência mencionada<sup>88</sup>. Em Lessa e Souza (2003/2004 e 2004), séries esqueléticas provenientes do sítio arqueológico Solcor 3, associados ao período aludido foram submetidas a análises bioarqueológicas para o reconhecimento dos tipos e da incidência

---

<sup>86</sup> Este é um ponto interessante, porque muitos dos debates em Arqueologia giram em torno da associação necessária entre uso de cerâmica e horticultura no Holoceno.

<sup>87</sup> Hepatoesplenomegalia é a designação dada ao crescimento anormal do fígado e do baço em função de alguma patologia.

<sup>88</sup> Mais informações sobre o Império Tiwanaku e as suas relações com as populações que habitaram o Deserto do Atacama podem ser obtidas em Lessa e Souza (2004 e 2006), em Neves e Costa (1998) e Neves, Barros e Costa (1999).

dos traumatismos ósseos encontrados e, também, para a elucidação de suas possíveis causas. Os resultados mostravam que, enquanto a incidência de traumas associados a causas acidentais permanecia a mesma entre os períodos pré-Tiwanaku e Tiwanaku, para ambos os sexos, o mesmo não se observava com relação aos traumas de causas violentas, maior e mais incidente entre os jovens adultos do sexo masculino durante o período Tiwanaku. Associados aos achados arqueológicos, eles indicavam que, durante o período de transição político-econômica sob influência estrangeira, deveria ter havido um forte componente de estratificação social na região, e que essa transição não se dera isenta de tensões, ou pacificamente, como sugerido em trabalhos predecessores, como os de Neves e Costa (1998), Neves Barros e Costa (1999), e Costa-Junqueira *et al.* (1999). Em outro trabalho (Lessa e Souza, 2006), que se deteve sobre o sítio de Coyo, na mesma região, parte dos traumatismos encontrados nos narizes das séries esqueléticas foi associada a rituais religiosos, mais uma vez, algo visto como influência do império Tiwanaku.

### **Um novo modelo de povoamento humano para as Américas**

Tendo realizado pesquisas em três frentes disciplinares, Arqueologia, Antropologia Sociocultural e Antropologia Biológica, Walter Alves Neves começou trabalhando no antigo Instituto de Pré-História da USP, em 1978, mantendo estreita colaboração com a arqueóloga Solange Caldarelli até “ser expulso” da instituição, em 1985.

Durante a minha carreira eu transitei por três áreas distintas e eu acho que, inclusive, sou o único caso no Brasil que fez isso. Eu trafeguei pela Antropologia Biológica, pela Antropologia Ecológica e pela Arqueologia. Inicialmente, no período que vai mais ou menos entre 1978 e 1985, eu me dediquei à Arqueologia e à Antropologia Física ou Biológica, como você quiser chamar. Ou Bioantropologia, que fica mais curtinho para falar em português. Esse período se deu no Instituto de Pré-História, que era um instituto que existia aqui na USP, e que foi fechado no final dos anos 80, e se juntou ao Setor de Arqueologia do Museu Paulista, formando o novo MAE, ou Museu de Arqueologia e Etnologia. Muito bem, em 85 eu fui expulso da universidade. Eu, minha parceira de pesquisa e meu grupo de pesquisa. Foi uma coisa extremamente traumática, principalmente pelo fato de que nós vínhamos trabalhando em vários projetos de Arqueologia desde 78, e basicamente toda a pesquisa de campo que nós fizemos, de 78 até 85, foi perdida. Então, quando nós íamos começar a publicar os melhores *papers*, uma produção mais sólida,

infelizmente nossos sonhos foram interrompidos por essa demissão sumária da USP em 85 (WAN).

Dizendo-se “profissionalmente devedor a Oswaldo Frota-Pessoa, Luigi Cavalli-Sforza e Francisco Mauro Salzano”, após ser expulso da USP, Walter Neves receberia convites para realizar estágios de pós-doutoramento em Harvard e na Penn State University. Quando estava para se decidir por uma das duas, recebeu um terceiro convite, dessa vez por parte de Oswaldo Frota-Pessoa, para ministrar um curso itinerante sobre evolução humana pelo Brasil, e que passaria pela UnB, pela UFBA, pela UFRN e pelo MPEG. Tendo recebido convites de trabalho nestas três últimas instituições, optou pelo MPEG, lá permanecendo como pesquisador de 1986 a 1992, desenvolvendo pesquisas em Antropologia Ecológica, e formando pesquisadores na área. Paralelamente a isso, ele desenvolvia pesquisas Bioarqueológicas no Chile, no Deserto de Atacama.

Por razões de cunho absolutamente pessoal eu acabei optando em ir pra Belém e me liguei ao Museu Goeldi, já em 1986. No período que eu passei no Museu Goeldi, que é de 1986 a metade de 1992, eu não trabalhei com Arqueologia, e trabalhei muito pouco com Antropologia Física. Eu quis inaugurar lá um campo de estudos na área de Antropologia Ecológica, que é uma área extremamente desenvolvida nos Estados Unidos, ou era, pelo menos, na época. A Amazônia foi um dos objetos principais da Antropologia Ecológica, mas toda ela feita por pesquisadores americanos. Não tinha ninguém no Brasil fazendo Antropologia Ecológica. (...) Passamos a estudar a questão das adaptações humanas à floresta tropical em grupos vivos. E eu elegi como objeto de estudo as populações caboclas. Então, entre 1986 e meados de 1992, eu fiz nada de Arqueologia e fiz muito Antropologia Ecológica, e, quando dava um tempinho, eu fugia para o deserto de Atacama, onde tem um museu com uma coleção muito boa de esqueletos humanos, e trabalhava um pouco com esqueleto. Isso foi até 1992. Com o Projeto Marajó eu formei uma primeira geração de antropólogos ecólogos no Brasil. Então, hoje, dificilmente tem alguém que esteja fazendo Antropologia Ecológica que não tenha passado pelas minhas mãos.

No início dos anos 1990 Walter Neves voltaria ao sul do país para realizar um estágio de pós-doutoramento no Departamento de Ciências Sociais da USP, e seria admitido em um concurso para o Departamento de Genética e Biologia Evolutiva dessa mesma universidade. Nessa época, ele já possuía certa idéia da amplitude que as pesquisas sobre o povoamento da América poderiam tomar em um futuro próximo, posto ter efetuado algumas descobertas em fins dos anos 1980. Mas, dadas as demandas do MPEG, ainda não tinha tido a oportunidade de se dedicar exclusivamente ao tema.

Mas, de novo, por razões pessoais, eu precisava voltar para o sul do Brasil. E aí vim, inicialmente, fazer um pós-doc no Departamento de Ciências Sociais (a minha formação básica é em Biologia, mas, na verdade, a única coisa que eu tenho de biólogo é a formação básica, porque eu sempre trabalhei com Antropologia evolutiva), aqui na USP. Eu ainda estava ligado ao Museu Goeldi, e isso foi em 91 e parte de 92. E aí eu decidi que eu queria ficar aqui no sul do Brasil, e não voltar para a Amazônia. Surgiram duas propostas de emprego. Uma na Federal de Santa Catarina, e outra aqui, no Departamento de Genética e Biologia Evolutiva. Eu fiz concurso nos dois e acabei entrando aqui, que é o que eu mais queria, porque nessa época, em 92, eu sabia que eu estava com um filão de pesquisa muito importante, que era a questão da origem do homem no continente americano. As minhas primeiras grandes descobertas sobre isso se deram em 88, 89. E se eu continuasse no Museu Goeldi, eu não teria condições de me dedicar a esse tema específico, porque a demanda de estudos regionais lá é tão grande que não te sobra tempo para se dedicar às coisas. Para você ter uma ideia, esses esqueletos que eu analisava lá em São Pedro de Atacama, eu publiquei os resultados agora, nos últimos dez anos, porque a demanda que vinha do estudo de populações tradicionais era muito grande (WAN).

Uma vez admitido no concurso, Neves fundaria o LEEH, núcleo de pesquisa em que ele poderia realizar investigações em diversas áreas devotadas ao processo evolutivo da espécie, conjugando Antropologia Biológica, Arqueologia, Antropologia Ecológica, entre outras. Além disso, o nome do núcleo antecipava o desejo de, posteriormente, serem desenvolvidas pesquisas para além do contexto americano, ou mais precisamente, ocupando-se de processos macroevolutivos.

Eu passei no concurso aqui em 1992, e foi ótimo, porque eu pude criar o Laboratório de Estudos Evolutivos Humanos, que é onde nós estamos no momento. O mais lógico seria eu ter criado um laboratório de Antropologia Biológica, mas por que eu quis criar um laboratório de estudos evolutivos humanos? Porque eu não queria fazer só Antropologia Biológica. Eu queria fazer Arqueologia, Paleontologia, Antropologia Biológica, Antropologia Ecológica, Ecologia Humana, ou seja, o que hoje se chama no exterior de Antropologia Evolutiva. Por isso eu dei esse nome, porque eu achava que ficava um guarda-chuva maior, e também com a ideia de que um dia a gente viesse a trabalhar fora da América. Agora que o Projeto Lagoa Santa acabou, assim que nós terminarmos de analisar os materiais que nós escavamos entre 2000 e 2009, eu devo tentar implantar um projeto no exterior, porque aqui nós estamos limitados a estudar microevolução, e eu quero estudar um pouco de macroevolução humana (WAN).

Membro associado da AAPA e da Society for American Archaeology - SAA, Neves já publicou 100 artigos (43 em periódicos nacionais e 57 em periódicos estrangeiros) em português (34), inglês (56), espanhol (9) e mesmo em alemão (1), 11 capítulos de livros, cinco livros, e orientou 17 alunos de mestrado e cinco de doutorado. Embora venha atuando em diversas frentes ao longo de mais de 30 anos de carreira, são

as pesquisas em torno do povoamento humano do continente americano aquelas mais associadas ao seu nome, como ele mesmo reconhece.

E aí veio o episódio da Luzia, que estourou no mundo inteiro. Foi graças ao sucesso midiático da Luzia que as pessoas começaram a prestar um pouco mais a atenção na minha pesquisa, no exterior. E estamos até hoje trabalhando sobre o tema. E embora, como eu tenha dito, nós tenhamos aqui pessoas trabalhando nas mais diversas áreas da Antropologia Evolutiva, eu não posso esconder que o carro chefe que traz maior visibilidade para o laboratório é a questão das origens do homem americano (WAN).

De fato, as pesquisas e proposições de Walter Neves e seus colaboradores sobre a antiguidade e as origens do homem na América ganharam notoriedade nacional e internacional, tanto no meio acadêmico quanto no meio jornalístico, especialmente em função da mencionada Luzia, um crânio de mulher encontrado na região de Lagoa Santa – MG, nos anos 1970. Considerada até agora o mais antigo remanescente humano das Américas, com idade estimada entre 11.000 e 11.500 anos, a peça, que passou por uma reconstituição facial nos idos dos anos 2000, foi alçado à condição de ícone científico e cultural, sendo apropriada das mais diversas formas em fóruns de discussão os mais distintos, conforme analisaram Gaspar Neto e Santos (2009).

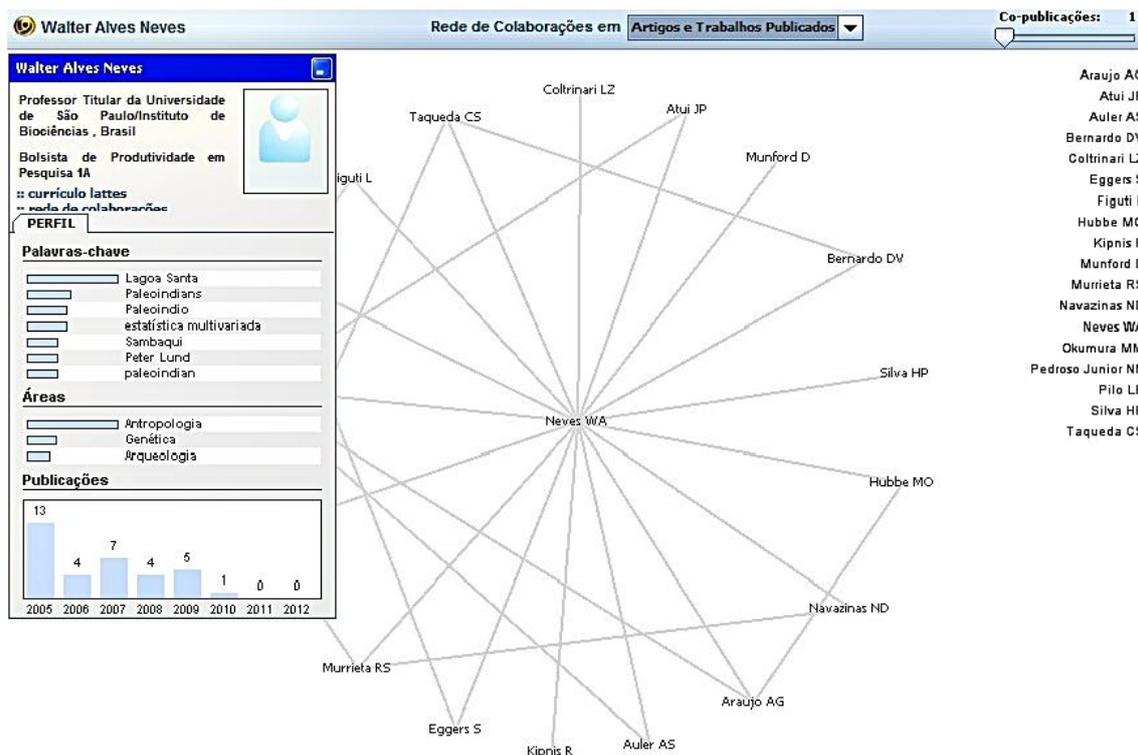


FIGURA 3.4 Rede de Colaboração de Walter Alves Neves (Fonte: CNPq)

Essas pesquisas sobre o povoamento do continente americano se inserem no âmbito das proposições do grupo de pesquisa do qual Walter Neves é o líder, homônimo ao laboratório fundado por ele em 1994, como se pode ver na passagem abaixo:

As pesquisas referentes ao povoamento da América do Sul pelas populações humanas do final do Pleistoceno, tanto em seus aspectos culturais quanto biológicos, sendo realizadas no Laboratório de Estudos Evolutivos Humanos, IB/USP, têm contribuído de forma significativa para uma releitura da ocupação do continente americano. Os resultados das pesquisas têm tido um impacto muito grande tanto em nível nacional quanto internacional, através de publicações em revistas especializadas no Brasil e no exterior, assim como através de divulgação nacional e internacional para o grande público em revistas, jornais e programas científicos de televisão<sup>89</sup>.

Ao longo das duas últimas duas décadas, paralelamente a outras frentes investigativas, Walter Neves, em parceria com pesquisadores de diversas áreas, do Brasil e do exterior, empenhou-se na consolidação de um modelo alternativo àquele vigente na comunidade antropológica e arqueológica internacional, nos anos 1980, chamando-o de “Modelo dos Dois Componentes Biológicos Principais”, em que

<sup>89</sup> Disponível em <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0067703Q66GBAY> (Acessado em 10 de junho de 2012).

propunha uma antiguidade maior para a chegada do homem ao continente americano, dividida em duas levas migratórias, cada qual composta por populações biologicamente diferenciadas (Neves *et al.*, 2003, 2007; Neves e Piló, 2008).

Em termos bastante resumidos, baseando-me em Neves *et al.* (2003), o "Modelo dos Dois Componentes Biológicos Principais" apresenta o seguinte quadro: (a) uma população de *Homo sapiens* saída da África há 70 mil anos teria alcançado o sudeste asiático há mais ou menos 60 mil anos. Nesse momento haveria uma bifurcação. Parte dela teria tomado uma rota de expansão em direção à Austrália, aí chegando há 50.000 anos, enquanto outra, entre 50 e 20 mil anos, teria se dirigido para o norte-nordeste do continente asiático; (b) através de uma rota costeira, a população morfologicamente similar àquela que chegou à Austrália deve ter adentrado o Novo Mundo por volta de 14 mil anos atrás (via Beríngia), atravessando a porção norte do continente pela costa pacífica; (c) chegando ao istmo do Panamá, essas populações paleoíndias teriam tomado três direções - costa atlântica, costa pacífica e interior via Amazônia, mantendo a morfologia australomelanésica; (d) alguns milhares de anos depois, uma segunda leva populacional, dessa vez com uma morfologia diferenciada (mongolóide), advinda do nordeste asiático, penetraria a América, também pela Beríngia, há 11.000 anos, dando origem aos indígenas atuais.

Na segunda metade dos anos 1980, Greenberg, Turner II e Zegura (1986) propuseram um modelo interdisciplinar para o povoamento da América, conjugando informações lingüísticas, dentárias e genéticas. Em seu modelo, os ancestrais dos atuais nativos americanos teriam chegado ao continente a partir da Sibéria via três migrações. À primeira delas, que remontaria no máximo a mais ou menos 12.000 anos atrás, corresponderiam os denominados paleoíndios, ancestrais diretos das populações ameríndias modernas em todo o continente. Depois desta, uma segunda migração fora empreendida pelas populações associadas ao grupo lingüístico Na-Dene (costa do Pacífico Norte, interior do Alaska e sudoeste dos EUA), e uma terceira estaria associada aos esquimós-aleutas, que hoje habitam o Ártico. Nos anos subsequentes, estudos morfológicos, sobretudo os desenvolvidos por Neves e colaboradores, assim como estudos genéticos, colocariam em xeque essa proposição (Neves *et al.*, 1999, 2007; Powell e Neves, 1999); Neves e Piló, 2008, Gonzáles-José *et al.* 2008a; Gonzáles-José e Bortolini, 2011).

Na produção associada ao nome de Walter Neves, é possível perceber como, ao longo do tempo, a constituição de um modelo alternativo para a ocupação do Novo

Mundo, com base em análises morfológicas, vem se valendo de um refinamento conceitual baseado na ampliação constante dos materiais analisados, sempre sob uma perspectiva comparativa intra e extracontinental, e dos procedimentos analíticos.

Dando continuidade aos estudos publicados dois anos antes (Neves e Pucciarelli, 1989), em que as afinidades extracontinentais de três séries de crânios humanos (paleoíndios e primeiros sul-americanos arcaicos), provenientes de diferentes partes do continente americano, foram perscrutadas para dois componentes analíticos (tamanho e forma e somente forma), e em que fora encontrada uma extrema afinidade entre essas séries e os modernos australóides, em Neves e Pucciareli (1991) essas mesmas séries foram comparadas a materiais provenientes da Ásia, da América, da Europa e da Austrália, para o mesmo período, qual seja a passagem do Pleistoceno para o Holoceno<sup>90</sup>.

As séries sul-americanas em questão teriam as seguintes procedências e estimativas de idade: Tequendama (Colômbia), com cinco crânios (entre 9.000 e 6000 anos); Lagoa Santa Sumidouro (Brasil), com oito crânios (entre 12.000 e 8.000 anos); e Lagoa Santa Composite (Brasil), seis crânios (entre 12.000 – 6.000 anos)<sup>91</sup>. Para esse estudo de 1991, foram utilizadas 13 variáveis craniométricas como marcadores, e mais uma vez os resultados apontavam para uma inesperada associação biológica entre as séries sul-americanas e os exemplares antigos e modernos da Austrália, tendo sido observadas, também, associações entre ambos os grupos e dois indivíduos provenientes do sudeste asiático, não tendo sido encontradas afinidades com os mongolóides modernos.

---

<sup>90</sup> Uma pequena digressão é necessária de modo a esclarecer a que se referem determinadas terminologias. Assim como Paleozóico, Pré-Cambriano e Jurássico, entre outros, Pleistoceno e Holoceno (épocas) referem-se a idades geológicas dentro do processo de desenvolvimento do planeta. O primeiro corresponde a um lastro temporal que se estende de 1,8 milhões a 10.000 anos atrás, enquanto o segundo, iniciado há 10.000 anos, chega até o presente. Para os termos “populações paleoíndias” e “populações arcaicas” seguem-se as especificações cronológicas de Powell e Neves (1999): denominam-se paleoíndias (ou primeiros americanos, ou ainda paleoamericanos) as populações que viveram no Novo Mundo entre 12.000 e 8.500 anos antes do presente, portanto, na passagem do Pleistoceno para o Holoceno, e populações arcaicas aquelas correspondentes ao intervalo entre 8.500 e 3.000 anos. Consecutivamente, temos as formas modernas até o presente.

<sup>91</sup> A região de Lagoa Santa, Minas Gerais, tem sido central para o desenvolvimento dos estudos antropológicos relativos ao povoamento da América, pois de lá advêm os remanescentes humanos mais antigos do continente, conforme exposto no corpo textual. As primeiras investigações na região remontam à primeira metade do século XIX, e foram empreendidas pelo naturalista dinamarquês Perter Lund (ver Capítulo 1). Ao longo desses mais de 150 anos, os materiais encontrados em Lagoa Santa (não só remanescentes ósseos humanos, mas, igualmente, animais e cultura material arqueológica) tem sido analisados por cientistas brasileiros e estrangeiros, conforme pode ver visto na recapitulação feita por Powell e Neves (1999), e no estudo de Neves e Atui (2004).

Para os autores, as afinidades encontradas mostravam que as origens biológicas do homem americano poderiam ser bem mais complexas do que aquelas apontadas pelos geneticistas (que aduziam para uma proximidade genética entre os ameríndios e os asiáticos modernos) e pelos estudos dentários. Contudo, elas não pressupunham uma migração direta da Oceania para a América. Na verdade, deveria ter ocorrido uma dupla migração de uma população morfologicamente indiferenciada, a partir do sudeste asiático: uma para o norte, em direção à Sibéria (e daí para a América), e outra para o sul, em direção à Oceania. Mas, melhores explicações para essa afinidade só poderiam ser alcançadas à medida que os processos evolucionários ocorridos dentro do continente asiático, a partir da saída da África, fossem mais bem compreendidos. Nasciam, naqueles estudos, questionamentos sobre a validade das teorias antecessoras.

In summary, we detected an unexpected biological affinity between early Australians and early South Americans by means of a principal components analysis applied to 13 craniometric variables. In a previous study (Neves & Pucciarelli, 1989) we demonstrated that when the first South Americans are compared to the modern worldwide cranial variation, they cluster more clearly with South Pacific populations than with Asian. These results, to say the least, raise new interesting questions about the evolutionary process of our species on the peripheries of the World (Neves e Pucciarelli, 1991: 271).

Ao final dos anos 1990 as propostas defendidas por Neves e colaboradores ganhavam um novo impulso, com a publicação dos estudos envolvendo Luzia, denominada tecnicamente de Hominídeo 1 da Lapa Vermelha IV. Em Neves *et al.* (1999) as características morfológicas do crânio de Luzia, que havia sido muito bem datado, foram comparadas àquelas de espécimes encontradas no Velho Mundo associados ao final do Pleistoceno, e àquelas de materiais mais recentes, provenientes de todas as porções continentais, para os quais existiam resultados publicados e reconhecidos (o “banco de dados” mencionado no princípio desse capítulo). Para as comparações entre Luzia e os materiais modernos foram consideradas 45 variáveis craniométricas, enquanto para os materiais mais antigos do Velho Mundo foram utilizadas 16 e, mais uma, vez os resultados mostravam, através do Hominídeo 1 da Lapa Vermelha IV, o que os estudos prévios vinham evidenciando<sup>92</sup>. Na primeira

---

<sup>92</sup> Na verdade, ao mencionar 45 ou 16 variáveis craniométricas, eu estou me referindo apenas a um aspecto do processamento técnico-metodológico envolvido nessas comparações. Isso porque essas variáveis serão empregadas de diferentes formas e em quantidades variadas a depender do modelo analítico considerado, ou seja, elas são apenas as unidades de mensuração de base, e não os procedimentos estatísticos. Esses últimos envolvem uma série de cálculos matemáticos e modelos criados

comparação, foram evidenciadas fortes afinidades entre ele e as populações modernas da África e do Pacífico Sul, enquanto na segunda comparação (com os remanescentes antigos do Velho Mundo), as maiores afinidades foram com os primeiros australianos e com dois espécimes específicos, Zhoukoudian Upper Cave 101, encontrado no leste europeu, mas que não guarda similitudes morfológicas com as populações mongoloides modernas, e Taforalt 18, proveniente da África.

Mas houve quem criticasse tais aproximações, afirmando tratar-se de uma proposição baseada em um único e exclusivo crânio e, portanto, sem maiores evidências que as sustentassem. Para certos críticos, O Hominídeo I da Lapa Vermelha IV seria, na verdade, uma “aberração” biológica dentro dos processos envolvendo o povoamento da América (Neves *et al.*, 2003). Se naquele momento Powell e Neves (1999) haviam publicado um artigo no qual comparavam os dados existentes para 6.742 crânios associados a 219 populações distribuídas por sete regiões ao redor do mundo (África, Europa, Ásia Ocidental, Extremo Oriente, Polinésia / Micronésia, Australásia e América), chegando à conclusão de que

Thus, the association between modern American Indians and northeast Asian “Mongoloids” can be interpreted historically as recent common ancestry, followed by the migration of American Indian founders. The affinity of Paleoindians with southern Asian and Pacific groups reflects their closer shared ancestry, and can be used to suggest that Paleoindians represent a separate founding population distinct from that which gave rise to living American Indians, provided all of the above assumptions hold (p. 73).

Neves *et al.* (2003) publicariam, mais a frente, um estudo com seis crânios pertencentes a uma população de 40 indivíduos escavados em Santana do Riacho, também em Lagoa Santa, com idades estimadas entre 9.500 e 8.200 anos. Assim como Luzia, estes seis remanescentes de Santana do Riacho haviam sido muito bem datados, e as idades haviam sido obtidas via  $C^{14}$  para carvão vegetal, em associação aos níveis

---

em computador, além de estarem relacionados a questões como tamanho, estado e dimorfismo sexual das amostras, entre outros. Por escapar ao propósito desse trabalho e estar além do meu domínio de formação profissional, tal aspecto não foi explorado minuciosamente. De todo modo, é importante salientar que, na maioria das vezes, cada um desses estudos de morfologia craniana engloba dois ou mais procedimentos analíticos de modo que os resultados obtidos em cada um deles possam ser comparados entre si, evitando-se, assim, vieses a partir de uma única leitura. No presente estudo, por exemplo, Neves e Pucciarelli lançaram mão de dois procedimentos analíticos. Nas comparações entre o crânio brasileiro e os materiais modernos foi empregada a “análise variada canônica”, ao passo que, na comparação entre o primeiro e os crânios do Velho Mundo, foi utilizada a “análise do componente principal” (Principal Component Analysis – PCA). Mas existem outros procedimentos, como as Distâncias de Mahalanobis (The Squared Mahalanobis Distance –  $D^2$ ), empregado, por exemplo, em Neves *et al.* (2003) e Neves, Bernardo e Okumura (2007).

estratigráficos dos enterramentos e, ainda, diretamente a partir do colágeno presente nos ossos. Nesse estudo foram empregados dois recursos analíticos comparativos baseados em 38 variáveis craniométricas: a análise dos componentes principais (PCA) em três indivíduos separados por sexo; e as Distâncias de Mahalanobis ( $D^2$ ), para confirmação do PCA. Mais uma vez, os resultados mostravam não só o distanciamento morfológico dos paleoíndios com relação aos indígenas atuais, mas, igualmente, sua proximidade com os africanos e os australianos. Luzia, portanto, não estava só: “The results obtained from the analyses of the Santana do Riacho skeletons show that Luzia’s peculiar morphology is not unique in the New World” (Neves *et al.*, 2003: 36).

Para os pesquisadores, as diferenças morfológicas observadas entre os mais antigos e mais recentes espécimes dentro do novo mundo seriam devidas, provavelmente, a alguma mudança abrupta, e não a processos evolutivos como a seleção natural e a deriva genética (como defendiam alguns geneticistas), o que significava asseverar, mais uma vez, ter havido mais de uma leva humana a penetrar o continente há mais de 10.000 anos. Estava proposto, então, o “Modelo dos Dois Componentes Biológicos Principais”, que seria reforçado em estudos póstumos, como pode ser visto em Neves e Hubbe (2005), Neves, Bernardo e Okumura (2007) e em Neves, Hubbe e Piló (2007)<sup>93</sup>.

Como eu havia mencionado no primeiro capítulo e na seção dedicada à produção associada à Maria Cátira Bortolini, tem havido algumas proposições alternativas, por parte de geneticistas e associados, àquele advogado por Neves e colaboradores, em que o povoamento decorreria de apenas uma migração (Neves *et al.*, 2003; Gonzáles-José *et al.*, 2008a; Neves e Piló, 2010; Gonzáles-José e Bortolini, 2011). Essas proposições intentam, aparentemente, promover uma síntese entre as análises morfológicas e as informações genéticas.

Partindo do pressuposto de que a variabilidade dos traços craniofaciais dentro e entre as populações estaria muito mais associada à deriva genética do que à seleção natural, e que variações morfológicas já seriam encontradas na Ásia, Gonzáles-José *et al.* (2008a) e Gonzáles-José e Bortolini (2011) defendem ter havido um efeito gargalo (redução da diversidade biológica) seguido de deriva genética durante a passagem da Ásia para a América, o que teria acentuado ainda mais a variabilidade pré-existente.

---

<sup>93</sup> Recapitulações de toda a trajetória das pesquisas sobre o povoamento da América podem ser vistos em Powell e Neves (1999), Neves *et al.* (2007) e, principalmente, em Neves e Piló (2008).

Nesse modelo de uma única leva biológica, a Beríngia deixaria de ser um mero corredor de passagem entre o continente asiático e o continente americano. Ela apareceria como um ambiente caracterizado por sucessivas ocupações ao longo de um longo período, conforme evidências arqueológicas, lingüísticas e genéticas, em cujo interior teriam ocorrido diversas variações. Nesse sentido, as especificidades morfológicas dos paleoíndios sul-americanos representariam um pólo dentro de um *continuum* cuja origem remonta à Ásia. Mais recentemente, Hubbe, Neves e Harvati (2010), voltaram a defender o modelo das duas migrações como o mais plausível até o momento, embora não descartando de todo as proposições sintéticas, alertando para a necessidade de, então, serem desenvolvidos mais estudos com populações pertencentes ao Holoceno médio.

We conclude that the morphological diversity documented through time in the New World is best accounted for by a model postulating two waves of human expansion into the continent originating in East Asia and entering through Beringia. This, however, does not completely exclude the possibility that the observed morphological diversity in America is the result of diachronic trends of differentiation, or progressive losses of the original variability present in the mother-population of Native Americans, especially if strong diversifying selection acted upon the morphological pattern brought into the continent by its first populations. Future work should focus on Middle Holocene samples in order to further test the bipartite model suggested here (Hubbe, Neves e Harvati, 2010: 4).

Mas a produção associada a Walter Neves não se resume ao tema do continente americano, conforme adiantado no início dessa seção. O pesquisador do LEEH/USP desenvolveu uma série de estudos arqueológicos e em Ecologia Humana no início de sua carreira, e publicou reflexões acerca de perspectivas teóricas na Antropologia Ecológica (Neves, 1996) e em pesquisas envolvendo Arqueologia e padrões de subsistência no pretérito (Neves, 1984). Recentemente, o pesquisador do LEEH/USP contribuiu para um estudo acerca dos impactos sobre os padrões de subsistência e de organização social de nove comunidades quilombolas do Estado de São Paulo, ocasionados por, entre outros, conflitos de terra e restrições legais ao uso da terra (Pedroso Junior *et al.*, 2008).

Destacam-se, ainda, os trabalhos bioarqueológicos desenvolvidos no Deserto de Atacama, no Chile. Em trabalho publicado em 1998, Neves e Costa avaliaram a qualidade de vida das populações atacamenhas durante o período de influência sociopolítica e econômica do império Tiwanaku a partir de sua estatura, que poderia ser

inferida com base na mensuração do comprimento do fêmur. Nesse trabalho foram estudados indivíduos pertencentes a três momentos históricos: 26 do período pré-Tiwanaku, 34 do período Tiwanaku, e 57 do período pós-Tiwanaku. Posto que em boas condições nutricionais o dimorfismo sexual tenderia a aumentar, e que sob estresse nutricional o crescimento dos homens seria mais afetado do que o das mulheres, os graus de dimorfismo sexual dentro de cada período foram determinados.

As análises mostraram que os atacamenhos experimentaram, de fato, um significativo ganho de estatura durante a influência Tiwanaku, observando-se um declínio no período posterior. Para os três períodos o dimorfismo fora acentuado, contudo, muito mais no período sob influência estrangeira dos que nos outros dois, de modo que, se no período pré-Tiwanaku os homens eram 7% maiores do que as mulheres, no período Tiwanaku essa diferença subira para 8,6%, decaindo, depois para 6,5%. Mas, seria o aumento na estatura dos homens atacamenhos o resultado de uma melhora generalizada do bem-estar ou ela se circunscreveria a uma elite? Ao comparar as variações dentro de cada período, os pesquisadores notaram não haver índices de diferenciação significativos, o que indicava, a princípio, ou pelo menos através da análise antropológica, não ter havido concentração de riqueza no período Tiwanaku.

Para essa mesma região, estudos posteriores (Neves, Barros e Costa, 1999; Costa-Junqueira *et al.*, 1999) focaram nas lesões ósseas em diferentes partes dos esqueletos. Em ambos os estudos fora constatado não haver maiores relações entre traumas (os quais seriam devidos, principalmente a acidentes associados a atividades ordinárias) e violência interpessoal, corolário que, conforme visto, mais tarde seria questionado nos estudos de Lessa e Souza (2003/2004 e 2004).

Por fim, dois último exemplos de estudos e/ou análises outras que não o povoamento do continente americano na produção associada ao nome de Walter Neves podem ser vistos em Rapchan e Neves (2005) e Gonzáles-José *et al.* (2008b). Nesse último é proposta a incorporação de métodos de morfometria geométrica nas análises cladísticas do gênero *Homo* (os mesmos empregados em Gonzáles-José *et al.*, 2008a e Gonzáles-José e Bortolini, 2011, para o povoamento da América), de modo que aspectos menos discretos das características morfológicas das espécies contidas neste táxon pudessem ser avaliados em termos de sua eficácia para a elaboração de árvores filogenéticas mais parcimoniosas, mesmo quando modelos previamente estabelecidos fossem reforçados, como naqueles em que o *H. sapiens* e o *Homo neanderthalensis* aparecem como, de fato, espécies distintas. O primeiro artigo, uma resposta ao texto de

Eunice Durham (2003), é, na verdade, um debate provocativo com a Antropologia Sociocultural brasileira. Segundo os autores, as proposições de Durham sobre uma suposta capacidade de simbolização entre os chimpanzés estariam ancoradas em uma leitura deficiente e defasada de certas proposições teóricas desenvolvidas em áreas como a Primatologia, a Etologia, a Neurociência e a Psicologia Cognitiva, entre outras, podendo ser tomadas, portanto, como expressão de uma “biofobia” reinante entre os antropólogos socioculturais brasileiros.

## OS ENTREVISTADOS E SUAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A BIOANTROPOLOGIA BRASILEIRA

A partir da produção bibliográfica associada aos nomes de quatro pesquisadores atuantes em Bioantropologia, no capítulo anterior foram oferecidos alguns exemplos de pesquisas bioantropológicas desenvolvidas no Brasil nas últimas duas ou três décadas. Em acréscimo, foram disponibilizadas informações sobre as trajetórias profissionais de cada um desses personagens, em que se entrecruzavam dados mais objetivos, como aqueles relacionados à sua produtividade, e testemunhos recolhidos durante a execução do trabalho de campo.

Neste capítulo são expostas as considerações desses pesquisadores acerca da situação atual da Antropologia Biológica no país. Para fins de organização, essas considerações foram divididas em tópicos que, de certa maneira, ao mesmo tempo em que contemplam dimensões específicas do assunto, guardam estreitas relações entre si. Notar-se-á, por exemplo, que, para eles, a parca, senão inexistente, inserção da Bioantropologia nas instâncias de formação antropológica universitária (graduação e pós-graduação) se faz refletir, entre outros, no caráter fluido da identidade profissional daqueles que nela atuam, e, igualmente, na não conjugação entre formação acadêmica, inserção institucional e prática científica. Esta correlação já havia sido evidenciada no terceiro capítulo deste trabalho, com base nas informações recolhidas nos currículos Lattes desses e de outros 16 profissionais que se reconhecem como atuantes na área.

O ponto de partida são a constatação e a caracterização do caráter “marginal” da Antropologia Biológica dentro do cenário antropológico nacional, quer dizer, como esses pesquisadores situam a área dentro de um quadro marcadamente “dominado” pela Antropologia Sociocultural. Uma melhor compreensão desses posicionamentos, e daqueles relativos a outros tópicos, passa pelo reconhecimento de que as falas desses personagens ressoam dois planos, geral e local. Geral porque, de fato, eles emitem impressões acerca da Antropologia Biológica como um todo, ou mais bem dizendo, oferecem algumas respostas para a questão, provocativamente plagiada de Roberto Cardoso de Oliveira (1988), feita na introdução: “O que é isso que chamamos de antropologia [biológica] brasileira?”. E local porque a inserção institucional e a trajetória pessoal / profissional de cada um certamente exercem papel relevante nos seus

posicionamentos particulares. Em suma, suas colocações (o “sobre”) não estão dissociadas dos contextos a partir dos quais elas são emitidas (o “a partir de onde”), o que nos remete, mais uma vez, a Bourdieu (1975, 1976), para quem as proposições defendidas pelos atores de um campo científico são orientadas com base nas respectivas posições ocupadas por eles nessa estrutura. Assim sendo, o quadro diagnóstico oriundo de suas impressões aparece nuançado, seja em relação aos dissensos ou aos consensos, esses últimos a maioria, em um cômputo geral.

Os demais tópicos contemplados neste capítulo versam sobre as relações entre filiação institucional e prática científica; as possibilidades de interlocução da Antropologia Biológica com a Antropologia Sociocultural e outras áreas; a visibilidade da área dentro e fora do país, a captação de recursos para o desenvolvimento de pesquisas e a identidade do “bioantropólogo” brasileiro.

### **A “marginalidade” da Antropologia Biológica no país**

Falar de uma “marginalidade da Bioantropologia no país”, para pelo menos três desses pesquisadores, vai além de uma mera constatação e “denúncia” da situação hodierna da área. É preciso identificar suas possíveis causas a partir de uma perspectiva ao mesmo tempo sincrônica e diacrônica, em que elementos endógenos e exógenos à área mesclam-se de modo bastante preciso. Nessa perspectiva, se, de fato, a Antropologia Sociocultural aparece como “hegemônica”, como se, no Brasil, conforme apontado por Dornelles (2010: 57), baseado em um questionamento de Maria Cátira Bortolini, somente aos antropólogos socioculturais fosse facultada a legitimidade de serem os únicos a fazer, reconhecidamente, “Antropologia”, essa mesma hegemonia não se explica apenas por uma postura gratuita e contrária à Antropologia Biológica, ou aos estudos biológicos de modo geral. Embora isso ocorra em um determinado plano, o que nos remete à terceira reação mencionada na introdução, ela também se explica à luz de dinâmicas que foram se estruturando ao longo de toda a história da Antropologia no país, mas que tem no período que se estende dos anos 1950/1960 aos anos 1980, um marco peremptório.<sup>94</sup> Em meio a tal processo, a própria Bioantropologia teria a sua parcela de contribuição.

---

<sup>94</sup> Para maiores detalhes, ver Introdução e Capítulo 1.

De todo modo, seria possível, sim, segundo alguns entrevistados, falar de uma posição ripária da Bioantropologia no contexto de uma comunidade composta majoritariamente por antropólogos socioculturais. E em um cenário como este, o departamento de Antropologia do MN/UFRJ, constituído de cinco setores (Antropologia Social, Arqueologia, Linguística, Antropologia Biológica e Etnologia e Etnografia), aparece como exemplo relevante dessa situação.

Agora, eu não sou uma pessoa que transita, freqüenta a ABA. Eu não freqüento a rotina da Antropologia no Brasil e, talvez, eu esteja falando de uma forma um pouco leviana, mas a nossa área, da Antropologia Biológica, tanto quanto a Linguística, por exemplo, é bastante restrita e isolada. Tem muito pouco espaço. Não é concebida dentro do campo da Antropologia. E eu acho que a Linguística também tem esse problema, pelo o que eu discuti com alguns colegas. Não está dentro do quadrinho da Antropologia. Então, existem separações que estão historicamente dadas (SMFMS).

Tendo se formado em Antropologia nos Estados Unidos, ao voltar para o Brasil Ricardo Santos sentiria “um choque” ao se deparar com o que, em suas palavras, seria uma “marginalidade da Bioantropologia no país”, algo que ele não vislumbrara enquanto esteve no exterior, e que o levaria a fazer uma série de reflexões.

Quando eu tomei posse como professor na Antropologia Biológica, aqui no Departamento de Antropologia do Museu Nacional, em 1993, eu senti de imediato um “choque da marginalidade”. Na época eu me perguntei, e não foram poucas as vezes: por que o que faço (e represento), de um ponto de vista acadêmico-científico, é assim visto? Sem dúvida as coisas mudaram muito, desde então, no departamento... Mas na época chamou minha atenção, por exemplo, a separação física... De um lado, uma pequena sala para a secretaria do Departamento; de outro, uma bem maior, e com mais funcionários, da Pós-Graduação em Antropologia Social. É meio forte, mas minha percepção é que havia, naqueles tempos, quase que uma cidadania intelectual de segunda linha, na qual se incluía a Antropologia Biológica. Muitas coisas mudaram nessas quase duas décadas, mas me parece que os arranjos, inclusive físicos, da Antropologia no Museu Nacional, ajudam a compreender a trajetória mais ampla da disciplina no país (RVS).

Sobre a situação específica do MN/UFRJ, Sheila Mendonça rememora alguns aspectos das relações pessoais e interdisciplinares que já estavam em curso no Departamento de Antropologia da instituição antes mesmo do ingresso de Ricardo Santos. Nesse resgate, ela menciona os papéis de dois personagens importantes, Marília de Melo e Alvim, que foi sua orientadora de mestrado, e Luiz de Castro Faria.

Ela [Marília Alvim], de certa forma, se formou sozinha nesse campo, embora, claro, com aqueles mentores da vertente morfológica, anatômica e osteométrica mais tradicional. Ela migrou das Ciências Sociais para essa área, e viveu um pouco essa frustração das áreas não dialogarem. Ela viveu o período do crescimento do campo da Antropologia Social hipertrofiando lá dentro em detrimento da Antropologia Biológica, da Arqueologia e da própria Linguística. Foi uma enorme pressão: na sua gestão (porque ela foi chefe do departamento), no convívio com os colegas, no crescimento de um programa de pós-graduação que se tornou hegemônico e que não abriu espaço para mais nada, na disputa por cada centímetro de sala (SMFMS).

Ainda de acordo com Sheila Mendonça, Castro Faria, inicialmente entusiasta de uma perspectiva mais ampla para a Antropologia, posteriormente abandonaria tal postura, dedicando-se, exclusivamente, à Antropologia Sociocultural. De sua parte, vivenciando de perto a “crescente marginalização” da Antropologia biológica dentro do MN/UFRJ, Marília Alvim passaria a experimentar certo pessimismo com relação ao futuro da área no país.

Ela passou muito tempo ali (trinta e poucos anos, o que não é pouco tempo) sentindo cada vez menos espaço numa instituição que, embora tenha tido a pessoa que idealizou a possibilidade do *four-fields*, depois se retraiu e se voltou totalmente para a Antropologia Social, abandonando a Antropologia Física. Castro Faria foi brilhante, foi um grande antropólogo, mas, de certa forma ele se rendeu a esta realidade. Essa é a minha leitura, pode ser muito parcial, mas é a leitura que eu tenho, a impressão de ter visto o que eu vi. E a Marília trazia, naturalmente, uma marca dessa experiência. Então, a positividade dela em relação ao campo seria pouco provável (SMFMS).

E como mencionado no início desta seção, a Bioantropologia brasileira, ao menos em sua vertente mais morfológica teria contribuído para o que Walter Neves chama de uma “biofobia das Ciências Sociais”, e para o seu desprestígio no cenário antropológico nacional, dada a manutenção, até o final dos anos 1970, no Brasil, dos esquemas teóricos e metodológicos que marcaram o seu surgimento no século XIX.

Quando eu comecei a trabalhar com isso no final dos anos 70, a Antropologia Física que se fazia no país ainda era aquela que se fazia no século XIX, uma das razões pelas quais essa biofobia da Antropologia Sociocultural, porque, realmente, o que os antropólogos faziam até então era tenebroso, era uma coisa absolutamente do século XIX. Eu acho, também, que a Antropologia Física teve uma parcela de contribuição. Só para você ter uma ideia: o único lugar em que se fazia Antropologia Física no Brasil era no Museu Nacional, no Rio de Janeiro, onde você tem um programa de pós-graduação de excelência em Antropologia Social, e as pessoas ocupavam salas umas nas frentes das outras, e nunca houve a menor interlocução, porque, realmente, se fazia uma Antropologia Física do século XIX (WAN).

Mas diante de um quadro de pouca inserção institucional como esse, o que significaria atuar em Antropologia Biológica no Brasil? Para Ricardo Santos, mais do que empreender estudos biológicos *per se*, seria, também, um exercício de mostrar à comunidade antropológica brasileira que a Bioantropologia “é muito mais complexa e menos determinista do que os estereótipos criados sobre ela” asseveram, inclusive, sem conhecimento de causa.

Eu acho que fazer Antropologia Biológica tenha, talvez, um componente de tentar mostrar para o resto da Antropologia que a Antropologia Biológica é algo muito mais complexo do que os estereótipos que existem em torno dela. Eu acho que existe uma dimensão muito forte de estereótipos sobre a Antropologia Biológica sem, necessariamente, se saber o que é Antropologia Biológica. Acho que isso faz parte. Acho que tanto eu, como o Walter, como o Salzano etc, de diversas maneiras, estamos preocupados e interessados nisso, quer dizer, em dar visibilidade a concepções de Antropologia Biológica em diferentes momentos históricos (RVS).

Nesse sentido, poder-se-ia dizer que lidar com esses estereótipos significaria, igualmente, lidar com certas posturas que permeiam as relações no campo científico, e que resvalam para políticas institucionais. Relações marcadas por disputas pelo poder de exercer uma atividade, com uma dada orientação, e de responder pelo campo, chancelado por uma autoridade reconhecida principalmente pelos supostos pares (Bourdieu, 1968, 2004) <sup>95</sup> Por isso, de acordo com Sheila Mendonça, a Bioantropologia teria encontrado abrigo em alguns espaços, como a Fiocruz, e não em outros.

Agora, tem certas posturas institucionais que também dificultam. Em alguns lugares é a questão do poder mesmo, hegemônico. Mas isso faz parte desse jogo. Eu acho que a Fiocruz é uma exceção, em termos de dar um grande espaço para uma área como essa, a Paleopatologia. Mas isso também parte da iniciativa de uma pessoa que teve a oportunidade e a vantagem de criar a área, de começá-la aqui, que é o Luiz Fernando Ferreira. A instituição são as pessoas, e se a pessoa é a pessoa certa, no lugar certo e na hora certa, ela consegue. É o nosso caso (SMFMS) <sup>96</sup>.

---

<sup>95</sup> A leitura que Bourdieu faz do campo científico, em vários aspectos, na verdade, estende-se ao campo intelectual como um todo, do qual, para ele, a ciência seria uma fração dotada de certas especificidades. Suas proposições analíticas para o campo intelectual, em geral, podem ser conferidas em Bourdieu (1968). A propósito das possibilidades da aplicação da noção de campo do sociólogo francês para o entendimento do campo literário no Brasil, ver Frota e Passiani (2009). Já para uma aplicação desse mesmo modelo nas análises de discurso, no campo da Linguística, consultar Grillo (2005).

<sup>96</sup> Um paralelo ao que Sheila Mendonça está aludindo, mas no sentido de uma desabilitação da Bioantropologia e outras áreas, pode ser visto no depoimento de Antonio Arantes sobre as origens do Departamento de Antropologia da Unicamp (Arantes, 2006). Ao tratar das suas experiências como antropólogo nos anos 1960, na USP, o ex-presidente da ABA menciona que, à época, esteve engajado num esforço de renovação do ensino e da prática da Antropologia no Brasil, ao lado de outros

Para Walter Neves, se “a Bioantropologia tem a sua parcela de contribuição” na forma pela qual a Antropologia encontra-se hoje institucionalizada no Brasil, ou seja, estruturada em torno e somente da Antropologia Sociocultural, o que para ele é problemático, tal quadro também seria o reflexo do que ele chama de uma “biofobia”, por parte dos cientistas sociais com relação aos estudos biológicos relacionados à espécie humana.

Eu acho que a Antropologia que eu reconheço como tal é aquilo que nos Estados Unidos se chama de *four-fields Anthropology*, em que você tem Antropologia Biológica, Arqueologia, Antropologia Sociocultural e Linguística. No Brasil, infelizmente, não existe essa Antropologia. E eu acho isso uma pena, porque os antropólogos passam a estudar um objeto de pesquisa cuja gênese evolutiva eles não tem a mais remota ideia de como é que se deu. Então, eu acho muito precário o ensino da Antropologia no Brasil, por causa de ele se concentrar exclusivamente na Antropologia Sociocultural. E com referência à Antropologia Biológica especificamente, um preconceito, uma biofobia. A Antropologia Sociocultural brasileira é completamente biofóbica, de maneira que eu também tive muita dificuldade na minha carreira, porque eu nunca pude me inserir num departamento de Antropologia. O que é mais lógico é que esse laboratório aqui estivesse dentro de um departamento de Antropologia. Mas, infelizmente, devido à biofobia das Ciências Sociais brasileiras, eu sempre tive que me abrigar, ou na Arqueologia, ou aqui, na Biologia (WAN).

Já para Ricardo Santos e Sheila Mendonça, mais do que esboçar uma satisfação ou não com a situação institucional atual da Antropologia Biológica, o interessante seria perceber como esse quadro, de fato, é resultado de todo um desenvolvimento histórico específico dentro da trajetória da Antropologia no país. Nesse sentido, embora a Bioantropologia não tenha alcançado “os mesmos patamares de institucionalização da Antropologia Sociocultural”, ela, ao menos, não foi de todo aniquilada, ou seja, ela também se desenvolveu, mas de uma forma particular, se comparada a outros contextos nacionais, mesmo não sendo, muitas vezes, reconhecida, pelos antropólogos socioculturais, como “parte integrante da Antropologia brasileira”.

Eu não acho que a palavra seja “satisfatório”. Eu acho que, usando um conceito boasiano, nós temos que olhar particularismo histórico. Como é que essas diferentes disciplinas se desenvolveram em diferentes locais? Nos Estados Unidos aconteceu de um jeito, na França de outro, no México de outro, na Argentina de outro, no Brasil de outro. Eu acho que é isso o que aconteceu. A

---

personagens. Nesse empreendimento, propunha, entre outras coisas, uma ruptura com a concepção integrada de Antropologia (o modelo *four-fields*) vigente nos EUA, cuja defesa pode ser encontrada no ensaio de Ralph Linton (1969), incluído no livro organizado por Gioconda Mussolini, *Evolução Raça e Cultura*. Segundo ele, o modelo dos quatro campos ainda era ensinado nos cursos de iniciação à Antropologia na USP nos anos 1960.

configuração da Antropologia hoje, no Brasil, evidentemente, está muito associada à emergência da pós-graduação na década de 60, a toda uma tradição de redes etc. O próprio Museu Nacional, com o Roberto Cardoso de Oliveira... Enfim, possui sua tradição própria. Foi isso o que aconteceu. A Antropologia Biológica, no Brasil, se desenvolveu de uma maneira diferente. E eu acho que existe muita Antropologia Biológica no Brasil, uma Antropologia Biológica, na verdade, muito reconhecida internacionalmente. Ela existe, mas está em outros contextos institucionais. Aqui no Museu Nacional ela está dentro da Antropologia, mas eu acho que, de regra, não é isso o que acontece (RVS).

Bom, o que existe agora é consequência desse percurso histórico de mais de um século, mas que foi um percurso em que não houve possibilidade de acumulação. Nós sempre tivemos esse campo restrito, em termos institucionais, em termos do número de profissionais. Enfim, de contribuições em um número exíguo de pessoas. Não é uma particularidade nossa, mas, no nosso caso, isso acontece. Quantas pessoas estavam trabalhando, no meio do século, em Antropologias Biológicas de um modo geral? Em algumas áreas que hoje nós podemos assumir como sendo a ela relacionadas, como é o caso da Genética? Por exemplo, houve um *boom* da área, em um determinado momento, como decorrência de outros interesses, não dos interesses antropológicos. Então, se você pega a Genética hoje, a Genética da micro-evolução, das populações, do povoamento etc., ela chega em função de outros temas, e acaba crescendo mais, dentro do que seria uma Antropologia Biológica no Brasil (SMFMS).

### **Relações entre filiação institucional e prática científica**

Um aspecto relacionado a este quadro no qual a Bioantropologia encontra-se praticamente excluída do circuito institucional da Antropologia brasileira, segundo alguns entrevistados, é que a área apresenta contornos não muito bem delineados, algo evidenciado no segundo capítulo. Quem produz pesquisas em Antropologia Biológica no país? Aqueles que o fazem reconhecer-se-iam como bioantropólogos? Mas se o fazem, onde, realmente, estão inseridos institucionalmente? E se não há disponibilidade de formação específica na área, no Brasil, quais são os caminhos possíveis para nela se inserir, tanto em termos de formação quanto de exercício profissional? Como, aliás, especificar o que é ou não pesquisa em Antropologia Biológica, e como isso se relaciona com a visibilidade da área no país e no exterior? Nesta e nas duas próximas seções, são dispostas as considerações dos quatro pesquisadores aqui considerados, relativas a essas inquirições.

Para Ricardo Santos, por exemplo, ser antropólogo biológico no Brasil é “atuar em uma disciplina cujos contornos institucionais não estão muito bem definidos”, algo que, certamente, traz embutido uma série de complicações operacionais.

Eu acho que ser antropólogo biológico no Brasil pode significar estar em uma comunidade com um senso de identidade e com fronteiras não muito claras, e isso traz dificuldades e certas complicações em certos contextos. Certas dificuldades operacionais para você levar o cotidiano da sua vida. Por exemplo, se você quer treinar o aluno na Antropologia Biológica, como é que você faz isso? É algo diferente do que ocorre em outras áreas do conhecimento, em que os limites são muito mais claros (RVS).

Devido à inexistência de formação específica e contornos institucionais mais claros para a área, para Maria Cátira Bortolini as coisas seriam “confusas” no Brasil com relação ao que é e quem faz Bioantropologia. Assim, a ela parece que o reconhecimento do que seja “uma pesquisa ou uma atuação em Antropologia Biológica no país se dá muito mais pela prática dos profissionais em si mesma do que em função de um *background* institucional”, porque, nesse último aspecto, a área seria, para ela, um “buraco negro”.

Eu acho que, por não haver definições institucionais, não haver cursos de Antropologia que contemplem a Antropologia Biológica, há uma grande confusão. É como eu te falei. Nós, geneticistas que trabalhamos com populações humanas, estamos fazendo Antropologia Biológica. “Ah! Nós estamos fazendo Antropologia biológica”. Quem mais faz Antropologia [Biológica]? Eu não venho de uma instituição acadêmica que ensina essas diferenças. Eu não sei até que ponto se estende a semântica, quer dizer, para mim, o que é Antropologia Física, o que é Antropologia Biológica? Eu não conheço o contexto acadêmico, eu não conheço os teóricos que falam a respeito disso. Eu não conheço a história disso. Eu simplesmente sei que eu faço Genética Humana e atuo em áreas de interface que podem ser chamadas de Antropologia Biológica. Agora, eu não tenho um *background* para poder te dizer por que e de que maneira. Porque, para mim, institucionalmente, isso não existe no Brasil. Não existe um curso, não existe uma disciplina, não existe uma matéria onde você possa aprender sobre isso. Do ponto de vista institucional, a Antropologia Biológica no Brasil parece um buraco negro (MCB).

A fala de Maria Cátira Bortolini parece ressoar a de Ricardo Santos, quando esse afirma não se observar, no país, uma relação necessária entre filiação institucional, formação específica e prática científica. A entrada neste “buraco negro” chamado Antropologia Biológica brasileira, diferente do que ocorre, por exemplo, nos Estados Unidos, ou em outros países na Europa e na América Latina, dar-se-ia por diferentes caminhos, ou mesmo acidentalmente.

Eu acho que muita gente que entra na Antropologia Biológica, talvez tirando um pouco os Estados Unidos, e outros países, entra acidentalmente. Você esbarra numa área muito interessante, acaba se envolvendo nas questões dela, e por aí vai... E a depender dos interesses da pessoa, ela é muito atraente. Agora,

não é simples chegar lá, porque você pode fazer essa inserção por diversas vias. Veja, por exemplo, os geneticistas. As pessoas entram em um Programa de Genética e, de repente, estão, por vezes, fazendo pesquisas e publicando em revistas de Antropologia Biológica. Há outras vias para se chegar à Antropologia Biológica, ou seja, não existe tanto, no Brasil, essa sobreposição entre a disciplina e a dimensão institucional, os periódicos, as sociedades científicas, e por aí vai. A Antropologia Biológica é uma área com margens muito borradas, pouco definidas. As entradas nela podem ser diversas, e as pessoas podem dizer que fazem Antropologia Biológica conceituando Antropologia Biológica das mais diferentes maneiras (RVS).

A mesma impressão é partilhada por Sheila Mendonça, para quem a formação em Antropologia Biológica no Brasil é “por carona” em outras áreas, posto a área não possuir espaço no sistema de pós-graduação brasileiro.

Nós não temos expressão, por exemplo, dentro de uma área de pós-graduação. Nós não temos, ainda, uma estrutura formal para criar e formar pessoas, para multiplicar o potencial. A formação continua sendo de carona. Você se forma em Saúde Pública, você se forma em Epidemiologia, você se forma em Arqueologia, e o que a gente escuta é: “é preciso ter um número maior de gente, uma massa crítica para, amanhã, a Antropologia Biológica poder ser uma área na pós-graduação”, ou ter, eventualmente, um curso de graduação. As inserções, por enquanto, são todas assim. Mas a área se expandiu se comparado ao que eu encontrei na década de 70 (SMFMS).

Essa dimensão de uma inserção institucional situacional, de modo que se possa desenvolver uma carreira em Antropologia Biológica no Brasil, aparece materializada na narrativa que Walter Neves faz da sua trajetória particular. Nela, ele menciona ter sido necessário viabilizar a própria formação ao mesmo tempo em que abria frentes para se institucionalizar.

Agora, a inserção institucional é muito oportunista, porque, como nós não temos espaço nos departamentos de Ciências Sociais, nos departamentos de Antropologia, a gente tem que arranjar outros nichos para ocupar. Então, eu sempre brinco que, além de ter viabilizado a minha formação, eu mesmo tive que ir construindo os nichos para ter uma institucionalização do meu trabalho. Então, é muito difícil eu separar o que foi formação e o que foi construção institucional, você entendeu? Porque eu não tinha espaço. Eu não tinha espaço e não tinha orientação. Então, ao mesmo tempo eu tive que, das mais variadas formas, ter uma formação minimamente aceita em Antropologia Evolutiva e criar um espaço institucional para que o meu trabalho fosse feito (WAN).

E continua

É por isso que eu te digo. Além de ter de dar conta da minha formação, eu tive que eu mesmo arrumar um nicho. Eu fui criando nichos. Primeiro, no Instituto de Pré-História; depois no Museu Goeldi; depois, aqui, com o Laboratório de Estudos Evolutivos Humanos. Então, sempre que eu mudo de instituição eu tenho que construir um nicho na instituição, porque, nos nichos que já existem, seja em Arqueologia seja em Antropologia Sociocultural, nós não somos bem vindos. Por isso é que se tem que ficar construindo nichos. E nesse sentido, esse departamento é extremamente generoso. Primeiro porque, como eu te disse, eu não teria viabilizado a minha carreira se não fosse a ajuda, entre outros, do Otávio Frota-Pessoa, que era aqui do departamento. Em 1979 eu queria trabalhar com Antropologia Biológica, e não tinha ninguém que pudesse me orientar. As duas pessoas que, na época, faziam Antropologia Biológica, eu já percebia que faziam uma Antropologia Biológica do século XIX e que, portanto, eu não podia me atrelar a elas (WAN).

Ainda a partir de sua trajetória, o pesquisador fala da “ausência de acolhimento”, por parte dos departamentos de Antropologia e Ciências Sociais brasileiros, para com a Bioantropologia.

O Frota-Pessoa meio que me adotou, e foi essa adoção do Frota-Pessoa que viabilizou a minha carreira. E, interessantemente, hoje, no departamento, nós somos já três pessoas trabalhando com Antropologia Biológica e Ecológica. Então, o departamento é muito generoso. Você há de convir comigo que não há por que um departamento de Genética e Biologia Evolutiva ter, em seus quadros, antropólogos biólogos e antropólogos ecólogos. Então é muita generosidade, não? É uma generosidade que eu não vi nas Ciências Humanas. Eu sou o fruto dessa generosidade, entendeu (WAN)?

Trajetórias similares a de Walter Neves estariam se repetindo em períodos mais recentes, sendo, então, a regra, e não a exceção, porque, no Brasil, os contornos da Antropologia Biológica ainda estariam relacionados a iniciativas pessoais: “Então, eu acho que essas histórias na história da Antropologia Biológica mais recente têm ainda esse componente pessoal muito forte, de circunstâncias e oportunidades, e isso faz a maior diferença” (SMFMS).

Sem formação específica, sem assentos institucionais muito claros, a Antropologia Biológica estaria sendo praticada, no país, por profissionais que não necessariamente se reconhecem como antropólogos (biológicos), mas que publicam em periódicos e participam de congressos devotados à área. E mais, com reconhecimento internacional.<sup>97</sup>

---

<sup>97</sup> Ver Capítulo 2.

Há muita pesquisa de Antropologia Biológica no Brasil, e são pesquisas reconhecidas lá fora, que circulam muito lá fora, publicadas em periódicos estrangeiros. Agora, eles estão fora dos departamentos de Antropologia, de um modo geral, e não estão se identificando e nem formando pessoas que se identificam como antropólogos biológicos, embora façam pesquisas nessa área, publiquem nesses veículos e freqüentem os congressos (RVS).

Acerca deste ponto, Maria Cátira Bortolini expõe o que ela observa nos congressos da ALAB, em que, segundo ela, o Brasil se faria representar, basicamente, pelos geneticistas, ao contrário do observado para delegações de outros países, que comparecem com diversas especialidades da Antropologia Biológica.

Eu faço parte da Associação Latino Americana de Antropologia Biológica, que é a cada dois anos. Esse ano vai ser na Costa Rica, e nós estamos com um simpósio já aceito sobre dinâmica de gene e cultura. E toda vez que eu vou aos congressos da ALAB eu vejo que outros países tem muitos trabalhos de Nutrição, Primatologia... Há muitas outras áreas que não são contempladas dentro da Antropologia Biológica brasileira. Então, basicamente, nos congressos da ALAB o Brasil é representado pelos geneticistas. Agora, eu não sei se a gente ocupou um nicho “ecológico” que estava aberto (MCB).

Vê-se, portanto, que se formação específica e inserção institucional não são bons indicativos de identidade profissional e prática científica para o caso da Bioantropologia brasileira, uma forma de identificar esse universo de fronteiras irregulares, ou esse “buraco negro”, seria rastrear como determinadas proposições são aceitas como pertencentes ou afins à área em fóruns de discussão especializados, como os periódicos e os congressos, simpósios, reuniões de associações e sociedades etc. Partindo dessa premissa, em que “o que se produz nos periódicos reflete certa consciência coletiva de como a área se percebe”, Ricardo Santos considera a si, assim como a outros pesquisadores, como um praticante de pesquisas antropológicas.

O que é a definição de Antropologia Física, o que é a definição do que é um antropólogo? O que é isso? Eu acho que nós temos que pensar nos meios onde são publicados e apresentados os trabalhos, quer dizer, os eventos, os periódicos e as linhas de financiamento são boas maneiras de se ver, em um dado momento, o que é entendido como o quê. São acordos que são gerados, em que algumas coisas passam, outras não, e são classificadas de uma dada maneira. Então, eu acredito que sou visto, lá fora, como produzindo Antropologia, assim como o Walter, o Salzano e a Sheila, a depender do que nós estejamos entendendo como Antropologia, evidentemente (RVS).

Mas entre produzir Antropologia e apresentar-se, ou ser reconhecido como antropólogo, pode existir certa distância, como será mostrado na seção ulterior.

## A identidade do “bioantropólogo” brasileiro

Eu acho que, a cada momento, eu teria um rótulo diferente. Eu disse a você, uma característica minha é que eu mantenho o leque aberto. Não é à toa que eu tenho trabalhado com coisas diferentes. Então bioarqueóloga é uma palavra que tem um peso mais recente, e que acaba sendo melhor porque abrange melhor essa quantidade de coisas diferentes que eu faço (SMFMS).

Em se tratando de uma área cujos contornos institucionais são “irregulares”, “desprovida de oportunidades de formação específica”, e que os profissionais que se reconhecem como atuantes nela também o são em diversas outras frentes, as palavras de Sheila Mendonça sobre a sua identidade profissional parecem corresponder a esse quadro, ou seja, elas exprimem o caráter fluido dessa dimensão.

De fato, com exceção de Bortolini, que não versou sobre o assunto, mas se colocou como uma “geneticista que trabalha com Antropologia Biológica no Brasil”, todos os outros três pesquisadores fizeram menção, direta ou indiretamente, a um caráter “fluido” ou “oportunista” da identidade do profissional brasileiro que trabalha com estudos biológicos em Antropologia. Essa identidade pode tanto ser atribuída (o reconhecimento externo, ou “eles me vêem como um/a antropólogo/a biológico/a”) como auto-atribuída (“eu me vejo como antropólogo/a biológico/a”). Ricardo Santos já havia percebido isso quando, certa vez, fora convidado pelo geneticista Sérgio Pena para participar da banca de doutorado de um dos seus alunos. A ele mesmo eram imputadas determinadas identidades profissionais, a depender dos contextos: “Ele me procurou para ser membro da banca. E assim, como eu vejo, desde desse momento, é que, para os geneticistas, eu sou o antropólogo e, para os antropólogos sociais, eu sou um biólogo. Então, é muito engraçada essa identidade fluida, líquida” (RVS). Assim sendo,

O Walter Neves, talvez, se identifique como antropólogo biológico em certos contextos, o Salzano, geralmente, se identifica como um geneticista que faz Antropologia Biológica. Já pessoas como o Adauto Araújo e o Luiz Fernando Ferreira, da Fiocruz, talvez, de modo algum, se identifiquem como antropólogos biológicos, apesar de fazerem pesquisas que são, realmente, pesquisas de Antropologia Biológica (RVS).

Essas variações seriam devidas, então, ao quadro que vem sendo exposto neste trabalho, qual seja o de os estudos biológicos não serem contemplados dentro da estrutura institucional relativa à Antropologia no país. Para alguns dos entrevistados, a

modificação desse quadro passaria por uma “reestruturação dos departamentos e programas de pós-graduação em Antropologia”, como, por exemplo, na contratação específica de bioantropólogos.

O problema é que a área não necessariamente forma pessoas que se identificam como antropólogos biológicos. São pessoas que fazem pesquisas em Antropologia Biológica, mas não são pessoas que adotam essa identidade: “Olhe, eu sou bioantropólogo”. Essa é a questão. A área existe, tem gente fazendo, é uma circulação internacional grande, embora seja uma comunidade pequena. Mas a questão dessa reprodução é uma característica muito interessante. E eu acho que, em larga medida, se nós tivéssemos, no Brasil, departamentos de Antropologia que contratassem antropólogos biológicos, o cenário seria completamente diferente, porque você teria, digamos, certo perfil identitário: “Olhe, nós estamos contratando um antropólogo biológico”. Isso poderia se associar à questão de titulação das pessoas, e por aí vai (RVS).

Afirmando que “a minha formação básica é em Biologia, mas, na verdade, a única coisa que eu tenho de biólogo é a formação básica, porque eu sempre trabalhei com Antropologia Evolutiva”, Walter Neves considera que a identidade do “bioantropólogo” brasileiro é circunstancial. Por isso mesmo, para evitar complicações, ele opta por se apresentar como arqueólogo, porque, caso se apresentasse como antropólogo evolutivo ou biológico, as pessoas não teriam a menor ideia do que se trata.

A maneira como nos identificamos é muito “oportunista”, ela depende muito do nicho onde você está. Agora, quando eu me penso como pessoa... Por exemplo, eu estou andando na rua e alguém me pergunta “o que você faz”? Ou eu vou ao médico e ele pergunta “o que você faz”? Eu respondo: “Arqueologia”. A minha tendência imediata é responder que é Arqueologia. Porque se eu falar Antropologia Evolutiva as pessoas não vão ter a mais remota ideia do que seja isso. A Arqueologia, pelo menos, elas vêem alguma coisa no Discovery Channel, no History Channel. Então, a minha tendência natural, quando eu não tenho tempo de explicar, é dizer que eu sou arqueólogo (WAN).

Há alguns meses, em uma entrevista concedida para o apresentador televisivo Jô Soares, por quem fora convidado para falar de uma recém descoberta, o “Taradinho”, a mais antiga pintura rupestre do continente americano, Walter Neves fez alguns comentários a respeito de sua identidade profissional. Quando inquirido pelo apresentador sobre se ele seria arqueólogo, paleontólogo ou as duas coisas, ele respondeu:

Eu sou antropólogo e arqueólogo. No exterior... O certo seria o que se chama, no exterior, de antropólogo evolucionista. *Evolutionary anthropologist*. Mas nós não temos esse termo em português. Então, por isso eu digo que sou antropólogo e arqueólogo, porque eu acabo trafegando nessas duas áreas (WAN)<sup>98</sup>.

Já Ricardo Santos, com “fluidez” ou não, entende-se como um antropólogo.

Vamos colocar de uma maneira onde a questão da identidade profissional tem que ser explicitada. Se eu chegar num hotel e pegar uma ficha... Eu transito entre, de vez em quando, professor universitário ou antropólogo, nunca como biólogo, muito menos como epidemiologista (o que realmente eu não sou), ou muito menos como sanitarista (porque eu acho essa palavra horrível). Eu me considero antropólogo (RVS).

### **Captação de recursos para o desenvolvimento de pesquisas**

Assim como a formação, a inserção institucional e a identidade profissional, os recursos para a realização de pesquisas bioantropológicas, segundo alguns entrevistados, também seriam captados de maneira circunstancial, pelo fato de a Antropologia Biológica não contar com linhas específicas de financiamento no Brasil, especialmente dentro dos comitês de Antropologia e Ciências Sociais.

Se você abrir as especialidades da Antropologia, você não vai achar esses campos. Imediatamente você é posto de volta para a Arqueologia: “Não! Isso é Arqueologia, isso não é Antropologia”. Da mesma maneira que a Linguística está nas Letras. Isso é um exemplo de como está desenhado historicamente esse campo. Não há um balcão para que os meus alunos possam apresentar os seus projetos, para a área específica de Antropologia Biológica. A Antropologia Biológica vai da Primatologia até a Genética. Então, acaba sendo uma área em que você tem um leque grande de possibilidades. Dentro da Arqueologia se reserva uma fatia destinada a estudos de esqueletos humanos, mas dentro da Antropologia, eu acho muito difícil que isso aconteça. Eu vejo mais financiamentos, mais oportunidades, ou dentro da própria Arqueologia ou dentro das áreas biomédicas. Isso que nós temos aqui como Antropologia, que é basicamente Antropologia Social, não nos inclui, a ponto de nos permitir competir por financiamento nessa área (SMFMS).

Como os profissionais que se reconhecem como atuantes na área também atuam em outras frentes, as solicitações de recursos são geralmente direcionadas a comitês os mais diversos, a depender do teor propositivo do projeto submetido, e, por vezes, aquilo

---

<sup>98</sup> Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=LOa9ZWrmYk4> (Acessado em 17.03.2012).

que poderia ser chamado de uma “pesquisa bioantropológica” acaba sendo acoplada e/ou entendida, como uma pesquisa arqueológica, genética ou mesmo como da área de Saúde Coletiva, entre outras.

Mais uma vez eu vou me referir à questão do que eu considero essa fluidez da área. Você não possui linhas de financiamento específicas para a Antropologia Biológica no Brasil, embora ela seja uma área com tantas entradas possíveis. Por exemplo, bolsa de produtividade. Há pessoas com bolsa de produtividade no comitê de Antropologia e em outros comitês, como o de Genética, e por aí vai. Certamente, há muita captação de recursos de pesquisas na área de Antropologia Biológica no Brasil via Genética de Populações Humanas. O Sérgio Pena, por exemplo, faz pesquisas que eu diria que são da área de Antropologia Biológica. Da mesma forma o Salzano, o grupo do Pará, e as nossas próprias pesquisas. Eu tenho minhas pesquisas tanto no comitê de Ciências Sociais como na área da Saúde Coletiva (RVS).

Mesmo assim, haveria dificuldades, porque, sendo a “Antropologia Biológica uma área com muitas interfaces”, com tantas entradas quantas forem possíveis, e sem uma associação clara com a Antropologia como um todo, para quais comitês submeter e direcionar os projetos não seria uma tarefa fácil, além, claro, da competição.

Olhe, seu eu disser para você que eu deixei de fazer uma pesquisa na vida por falta de recursos financeiros, eu estaria sendo extremamente injusto. É claro que aqui em São Paulo nós estamos numa situação muito especial, por causa da Fapesp, mas uma das maiores dificuldades, quando a gente manda uma solicitação de auxílio de pesquisa, é que eles não sabem para quem enviar. Manda para um antropólogo, manda para um geneticista? Então, é muito complicado você conseguir dinheiro para a Antropologia Biológica justamente por ela ser uma área de interface, e as financiadoras ficam completamente perdidas sobre o que fazer com esses processos. Eu sofri muito nos primeiros vinte anos da minha carreira. Os meus pedidos ficavam perdidos porque simplesmente as agências não sabiam para onde enviar (WAN).

Não existe um campo específico para a Antropologia Biológica competir. Não existe um balcão específico para ela. Às vezes você compete com a Arqueologia, mas a Arqueologia, naturalmente, possui outros projetos, que são mais da natureza da Arqueologia. A Arqueologia não é Paleogenética. Então, não existe um espaço específico para a Antropologia Biológica. Não existe um espaço específico para eu dizer “eu quero fazer um projeto tomografando todas as múmias do Museu Nacional, para fazer os estudos relevantes através das imagens, porque é uma técnica não invasiva, é *high tech* etc.”. Provavelmente será o mesmo problema. Eu posso encontrar, num balcão de área não específica, alguém que ache a proposta curiosa, interessante, e financiar. Mas eu não vou competir dentro da área médica. Eu provavelmente tenho pouca chance dentro da Radiologia, a não ser que alguém ache exótico e resolva me favorecer. E, também, não vou competir na área de Arqueologia (SMFMS).

Para Walter Neves, a despeito das dificuldades, o panorama vem se alterando paulatinamente à medida que o número de profissionais dedicados à Bioantropologia cresce. Mesmo assim, suas submissões continuam sendo feitas em consonância com o teor central dos projetos, se eles parecem mais “arqueológicos” ou mais “antropológicos”.

Depende da temática do projeto. Como a gente trabalha com várias coisas ao mesmo tempo, se é uma coisa mais arqueológica eu mando para a área de Arqueologia. Se é uma coisa mais osteológica eu arrisco e mando para a Antropologia. Então, depende muito da temática do projeto. Agora, hoje nós já somos pelo menos meia dúzia pelo país, e as instituições já sabem para que assessores mandar, mas os primeiros vinte anos foram muito difíceis, porque eles não tinham a mais remota ideia. Eu sofri isso com a Antropologia Biológica e sofri muito com a Antropologia Ecológica. Porque, geralmente, quando os projetos caíam nos comitês de Antropologia, os recursos eram negados. Eu passei pelo menos dez anos da minha vida brigando por recursos para fazer uma Antropologia de cunho adaptacionista e evolucionista no Brasil. Foi muito difícil (WAN).

Esse tipo de dificuldade, a princípio, não seria experimentado pelos profissionais envolvidos com pesquisas antropológicas no âmbito da Genética de Populações Humanas. Os projetos são submetidos a comitês dentro da própria área de Genética, e, sendo esta uma área extremamente forte no país, a obtenção de recursos financeiros não seria um problema de ordem maior, ao menos, por exemplo, para Maria Cátira Bortolini.

Eu não acho ruim fazer pesquisa no Brasil. Eu acho muito bom. Eu estou numa grande instituição, e sou muito grata a ela. Nós não temos tido dificuldade de conseguir financiamento. Claro que a gente está sempre atrás de dinheiro, mas o que eu noto, conversando com pesquisadores de outros centros, de países desenvolvidos (eu fiz o meu pós-doutorado na Inglaterra), é que é assim com todo mundo. Eles tem dinheiro, mas também passam por uma competição acirrada. Todo mundo está atrás de dinheiro, então, não é coisa de brasileiro. Isso faz parte da vida de pesquisador, porque é competição mesmo, e a gente tem conseguido produzir competitivamente (MCB).

Mas se as facilidades experimentadas pelos geneticistas residem no fato de as propostas de natureza antropológica poderem ser submetidas aos balcões de Genética sem que necessariamente apareçam como tais, há de se ter em mente que as dificuldades para a obtenção de fomento não se circunscrevem à visibilidade da Bioantropologia em si, e sim, resvalam para fatores outros, como relevância prática imediata dos projetos, como assinala Sheila Mendonça. Dessa forma, haveria uma disparidade na importância

concedida a um projeto devotado à resolução de problemas médicos e a outro de caráter mais antropológico.

Uma pesquisa de Genética certamente tem fomento. A Antropologia fica embutida na pesquisa Genética, que pode ter outros desdobramentos, outros interesses. Por exemplo, eu acompanho os grupos de Paleogenética, e na hora em que eles pedem o financiamento específico para essa área, a coisa fica mais difícil. Se você pede financiamento para um projeto de Genética maior, que englobe uma série de interesses e aplicações, não há problemas. Mas se você disser “eu quero apenas trabalhar com a variação haplotípica dos homens dos sambaquis”, ninguém vai dar dinheiro para isso. Até porque, para alocar esse projeto dentro da Genética maior, você terá que competir com temas que são considerados muito mais essenciais, relevantes, e que tem um peso muito maior, de forma que, na verdade, você fica em desvantagem (SMFMS).

De fato, para Maria Cátira Bortolini, as dificuldades aparecem apenas nas disputas internas, dentro da Genética, como com a Genética médica, de resultados mais imediatos e práticos no plano socioeconômico. Dessa forma, o problema se “resume” a competir com projetos que tenham impactos mais imediatos, inclusive do ponto de vista tecnológico.

Nós, por exemplo, na área de Genética Humana, competimos com o pessoal da área médica, que trabalha com doenças genéticas. Não é fácil para um projeto de Genética Histórica ou Antropológica competir com um projeto de Genética do câncer. A gente sabe disso. Não é fácil por razões óbvias. Mas isso não quer dizer que a gente não consiga. Nós conseguimos, mas é como eu te falei, a gente tem que sempre correr atrás. E assim é a vida de pesquisador. (MCB).

### **A visibilidade da Bioantropologia dentro e fora do país e a qualidade da sua produção**

O tema da visibilidade da Antropologia Biológica brasileira pode assumir dois contornos, a depender do referencial. Trata-se, na verdade, quase de um paradoxo. Se o ponto de referência é o país, praticamente inexistem referências aos estudos empreendidos por “bioantropólogos” no cenário divulgador da produção científica brasileira quando se considera a Antropologia como grande área do conhecimento. É o que se observa, por exemplo, em certas publicações oficiais, como no documento de área da Capes/CNPq (2009) ou nos balanços produzidos pela ABA em 2004 (Trajano Filho e Ribeiro, 2004) e em 2010, por ocasião da 4ª Conferência Nacional de Ciência e

Tecnologia (ABA, 2010). Nesse último, embora haja uma seção inteiramente dedicada à “questão dos quatro campos”, na qual se lê que

Se a pós-graduação brasileira se caracterizou desde a sua implantação por uma formação em antropologia social, está começando a surgir no Brasil (como também nos EUA) uma emergente re-apropriação do modelo dos “quatro campos” (arqueologia, antropologia social/cultural, antropologia biológica e antropologia lingüística), no quadro da globalização contemporânea. Esse modelo, que nos primórdios da antropologia foi utilizado para analisar a humanidade através de grandes esquemas evolucionistas e difusionistas, está sendo reelaborado e sobreposto às práticas de trabalho de campo microscópicas desenvolvidas a partir de estudos realizados em sociedades e culturas particulares para analisar um amplo leque de problemáticas contemporâneas, relacionadas à produção do conhecimento tradicional, ao patrimônio cultural e inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, entre outros, que levam às interfaces com outras áreas do conhecimento (ABA, 2010).

Ao ressaltar a importância de se “privilegiar a formação de redes e campos interdisciplinares”, o documento menciona em sua quase totalidade, direta ou indiretamente, conexões alusivas à Antropologia Sociocultural *versus* outras áreas, como “antropologia indígena e direito, territorialização e estado, biodiversidade e antropologia ambiental, antropologias simétricas (etnobiologias e biologias; antropologias perspectivistas), patrimônio material e imaterial, antropologia e saúde e antropologia e educação” (ABA, 2010). Não são mencionadas outras conexões mais específicas para a Bioantropologia, como, por exemplo, entre ela e a Geologia, a Química, a Arqueologia, a Biologia e a Medicina, para os estudos com remanescentes humanos ou mesmo populações vivas; entre ela e a Genética, a Arqueologia e a Linguística, presentes nos estudos genéticos populacionais, entre outros. Em suma, as interfaces se restringem praticamente às possibilidades relacionadas aos estudos socioculturais. Da mesma forma, as pesquisas de ponta hoje realizadas no país, em Antropologia, bem como a sua visibilidade internacional, de acordo com o documento, aparecem circunscritas à Antropologia Sociocultural.

Para Sheila Mendonça, a Antropologia Biológica em geral, e a Bioarqueologia, em particular, ainda não teriam obtido “expressividade” dentro da comunidade antropológica nacional. Uma visibilidade interna estaria mais a cargo da Genética de Populações Humanas, ou então, de um modo geral, relacionada a outras grandes áreas que não a Antropologia.

Eu não diria que a gente tem visibilidade na Antropologia nacional. O que eu estou dizendo é que a gente está num cantinho, praticamente do lado de fora da Antropologia. A relevância é muito mais visível dentro da saúde, por exemplo, em termos de uma compreensão histórica e epidemiológica de determinados pontos, e para a Arqueologia, enquanto uma forma de responder, de entender o que se passa. Ou mesmo para a área forense, de modo a ajudar a esclarecer processos, gestos, ações etc. Mas eu não vejo uma visibilidade maior em termos nacionais, em termos da própria Antropologia no Brasil. Eu acho que tem coisas da Antropologia Biológica, talvez dadas pela Genética, que são mais visíveis, se a gente coloca tudo junto e diz “essa é a Antropologia Biológica que a gente tem” (SMFMS).

Embora conceba a extensa cobertura jornalística recebida por seus estudos paleoantropológicos sobre o povoamento do continente americano como “um dado importante para tirar a Bioantropologia do anonimato perante o público brasileiro”, Walter Neves considera que, mesmo assim, ela permanece pouco conhecida dentro do país.

Eu acho que a Luzia tirou a Antropologia Biológica brasileira do anonimato. E não foi uma coisa planejada. Foi algo sobre o qual eu perdi o controle absoluto, você entendeu? Inclusive, o Ricardo Ventura Santos, lá do Museu Nacional, escreveu um artigo sobre isso, de como a Luzia foi apropriada pela sociedade brasileira. Então, eu acho que, infelizmente, a Antropologia Biológica brasileira ainda é muito pouco conhecida pela população brasileira em geral (WAN).

E mesmo a Genética de Populações Humanas, à qual poderia ser atribuído o *status* de especialidade ou área afim à Antropologia Biológica com maior destaque dentro do país, talvez não fosse tão reconhecida enquanto tal dentro da comunidade antropológica brasileira.

[A Bioantropologia] Tem muito destaque internacional em função da Genética Humana. Agora, no Brasil, nem todo mundo associa imediatamente a Genética Humana, ou a Genética que, por exemplo, a gente faz, que é uma Genética histórica e antropológica, com a Antropologia. Então, a gente costuma falar em Genética histórica e antropológica, mas eu não sei o quanto isso é visto como uma Antropologia como um todo, ou como uma Antropologia Biológica no Brasil. (MCB).

Mas esse quadro de “invisibilidade” desaparece quando o ponto de referência deixa de ser apenas o Brasil. Como mencionado alhures nesse trabalho, e ratificado aqui pelos quatro pesquisadores que se consideram atuantes na área, a contraparte biológica da Antropologia praticada no país, mesmo fora da estrutura institucional da Antropologia, goza de um relativo reconhecimento internacional, em função, inclusive,

da qualidade de sua produção. Por isso, de acordo com eles, a “invisibilidade da Bioantropologia brasileira seria, antes de qualquer coisa, uma invisibilidade relativa”, ou mais precisamente, “contextual”.

Eu diria que pesquisas que eu e outros entenderíamos como pesquisas de Antropologia Biológica, feitas no Brasil, tem destaques muito importantes. Eu acho que os grupos que trabalham em Genética Humana, as discussões todas sobre o povoamento do continente americano, sobre a constituição biológica da população brasileira, publicam tanto num *American Journal of Human Genetics* como no *American Journal of Physical Anthropology*. Publicam muito, na verdade. *American Journal of Physical Anthropology*, *Human Biology*, *Annals of Human Biology*... São todas revistas identificadas como da área de Antropologia Biológica ou Biologia Humana. As pesquisas são muito canalizadas por esses veículos, que são da área de Antropologia, ainda que esses grupos, no Brasil, não estejam dentro dos departamentos, não captem dinheiro dos comitês, e nem tenham suas bolsas de produtividade dentro da Antropologia brasileira (RVS).

E ele continua, mencionando que a “concentração em torno de materiais nacionais”, uma Bioantropologia, assim como a Antropologia Sociocultural, em certo sentido, *at home* (Peirano, 1999), não seria um impeditivo para essa internacionalização.

Se nós pensarmos, por exemplo, nos grupos que têm como foco estudar genética de populações indígenas, ou que trabalham com o povoamento das Américas a partir de material esquelético das terras baixas da América do Sul, ou que tem como foco trabalhar com Antropologia Biológica de populações indígenas no Brasil etc., eu diria que os grupos brasileiros estão entre os mais destacados do ponto de vista internacional, nessas temáticas. São altamente competitivos e com uma produção muito importante no trato desses materiais (RVS).

Assim sendo, de uma quase “extinção” nos anos 1970, a Antropologia Biológica brasileira estaria passando por um “renascimento” nos últimos anos, inclusive com ampla inserção internacional, embora isso não implicasse, necessariamente, a delimitação de uma comunidade propriamente dita, dadas a baixa demografia profissional e os contornos institucionais irregulares da disciplina no país.

A Antropologia Biológica, nos anos 60 e 70, quase desapareceu aqui no Brasil. A tal ponto que o único lugar em que se fazia isso, no país, era no Museu Nacional, no Rio de Janeiro, mas com essa visão do século XIX. (...) E estava em extinção justamente porque se fazia uma Antropologia Biológica do século XIX, você entendeu? Tanto era que hoje podemos não ter um contingente grande fazendo Antropologia Biológica, mas há uma produção científica brasileira nos melhores *journals* na nossa área. Embora ela seja pequena, ela tem um nível competitivo com o que se faz no exterior. Eu acho que nós

estamos renascendo, mas eu acho que ainda vai um grande tempo para a gente dizer que nós temos, de fato, uma comunidade de Antropologia Biológica. E de Antropologia Evolutiva, zero (WAN).

Se é possível falar, de fato, de uma “Bioantropologia internacionalizada”, contudo, de acordo com alguns entrevistados, essa internacionalização deve ser avaliada sob um olhar criterioso, no sentido de perceber, a depender das especialidades consideradas e de suas relações com inserções institucionais e trajetórias pessoais, os desníveis internos à área. Segundo Sheila Mendonça, no caso específico das pesquisas em Paleopatologia e Paleoepidemiologia, elas teriam se beneficiado, desde os anos 1980, da estrutura da Fiocruz, onde, de um modo geral, seus pesquisadores sempre foram pressionados a ter uma produção internacionalizada, pressão essa que, ainda de acordo com ela, no caso das universidades, só tomaria curso mais recentemente.

Aqui na Fiocruz, pelo menos na Antropologia Biológica dentro da Arqueologia, a gente vê que essa internacionalização acontece de uma forma mais importante e mais precocemente. E isso passa pela influência da área biomédica. Uma vez dentro da Fiocruz, dentro dessa lógica de produção acadêmica, você já tinha as pessoas se reportando à produção internacional, fazendo parcerias internacionais, produzindo e publicando fora. Então, se você pegar a literatura, você verá uma diferença enorme, porque, já na década de 80, a produção científica do grupo da Paleo [Paleopatologia e Paleoepidemiologia] já era bem diferenciada do que estava sendo feito no Museu Nacional e em outras instituições. Mas isso tem a ver com essa demanda, essa pressão, essa lógica das *hard sciences* que estava arrastando as pessoas para outra dimensão. É o *Journal of Parasitology*, é o *Paleopatology News Letter* etc. Então, na nossa área isso foi aos poucos se fixando. A minha produção antes de eu vir para a Fiocruz e depois que eu entrei aqui muda drasticamente. Não só ela se intensifica como ela se internacionaliza. Aí eu acho que tem mesmo essa questão da diferença institucional. A pressão que se exerce hoje para que se tenha uma produção científica dentro de um determinado padrão começou antes aqui do que dentro das universidades federais. (SMFMS).

Com relação à qualidade da produção bioantropológica brasileira, Ricardo Santos considera que essa pode ser aquilatada mediante a sua inserção nos mais proeminentes periódicos internacionais da área, mesmo considerando-se, a exemplo da proposição de Sheila Mendonça, certas especificidades internas.

É difícil discutir qualidade. Mas se nós pensarmos nos periódicos a partir dos editores como *gate keepers* (os guardadores dos portões), ou seja, que a inserção nos periódicos possui um portão por onde todo mundo tem que passar, eu diria que os grupos brasileiros estão sendo aprovados por esses *gate keepers*, divulgando sua produção nos periódicos mais importantes, com uma produção científica muito internacionalizada, em língua inglesa e bastante reconhecida, além de bem citada nas suas respectivas especialidades. Eu acho que a área de

Genética de populações indígenas, sem dúvidas, passa pelo Salzano em uma escala mundial. O povoamento das Américas, sem dúvidas, passa pelo Walter Neves em uma escala internacional. As discussões sobre transição epidemiológica dos povos indígenas no Brasil, sem dúvidas, passa pelos trabalhos feitos pelas pessoas do nosso grupo e, também, por outros grupos. Eu acho que são grupos que estão em profundo diálogo com comunidades internacionais. E o padrão da produção, em todos os sentidos, é muito similar ao que a gente percebe em uma escala mais internacional. Eu acho que na área da Bioarqueologia a coisa é um pouco diferente, por uma série de razões. E a gente não está, aqui, se referindo à área de Primatologia. A Primatologia é uma especialidade que, no Brasil, na verdade, não está na Antropologia Biológica, possui pouca gente formada e possui todo um desenvolvimento dentro da área de Psicologia e Ecologia. Então, eu acho que ela não se identifica tanto como Antropologia, como é na tradição específica norte-americana. Essa área, na verdade, eu não conheço muito bem (RVS).

Essa colocação encontra ecos nas afirmações de Sheila Mendonça, para um cômputo geral, e de Maria Cátira Bortolini, essa última versando especificamente sobre a Genética de Populações Humanas obrando com temas antropológicos.

A qualidade da produção eu acho que é indiscutível. Tem trabalhos menos importantes? Tem, mas também a quantidade de produção boa internacional que a gente tem é clara. A gente tem, com certeza, e isso não é só o meu grupo. Eu acho que isso ocorre no grupo do Walter e em outros grupos que estão se firmando. Tem produção original e que está se destacando internacionalmente, seja em termos de metodologia ou em termos do conhecimento produzido, mudando concepções, mudando interpretações em contextos regionais, continentais (SMFMS).

Eu acho a qualidade da Genética muito boa, porque a gente publica bem. Tem o nosso grupo aqui, e o nosso grupo sempre incluiu o professor Salzano, evidentemente... Tem o grupo de Minas, com o Fabrício Santos e o professor Sérgio Pena, que é um grupo muito forte também, publicando em alto nível. Na verdade, se a gente olhar e parar para pensar, nós vemos que não são muitas as pessoas que fazem o que a gente faz. Eu já te falei, somos nós aqui, o pessoal do Fabrício e do Sérgio, o pessoal do Norte, com o Sydney Santos e a Andrea. (MCB)

Já para Walter Neves, falar de uma “Bioantropologia competitiva” talvez fosse “exagero”, embora não lhe restassem dúvidas de que o cenário atual é bem diferente daquele do final dos anos 1970.

Talvez eu tenha exagerado. Nós já conseguimos publicar no exterior em periódicos de renome, mas isso não quer dizer que a Antropologia Física brasileira já seja competitiva internacionalmente. Eu acho que vai demorar alguns anos para a gente chegar lá. Mas se você imaginar que isso era zero até o início dos anos 80, o fato de hoje a gente emplacar pelo menos uma meia dúzia de publicações em revistas internacionais na área de Antropologia Biológica, já

é um avanço muito grande. Mas nós estamos longe de sermos competitivos (WAN).

Em todo caso, para Ricardo Santos, a qualidade da Antropologia Biológica poderia ser pensada em termos de sua inserção num cenário cada vez mais globalizado, mas sem que questões concernentes ao contexto brasileiro fossem abandonadas.

Para mim, talvez o marcador de qualidade fosse a inserção desses debates em Antropologia Biológica num cenário cada vez mais globalizado. Se isso acontecer, ao mesmo tempo com uma responsabilidade social de pensarmos questões brasileiras em termos de acervo, de desigualdades de populações e de proteção de patrimônios, eu acho que a área está indo muito bem, sem necessariamente ter essa identidade específica em Antropologia Biológica, que nós não temos (RVS).

### **Interloquções com a Antropologia Sociocultural e outras frentes disciplinares**

Em um cenário localizado, em que ao termo Antropologia ou à expressão “estudos antropológicos”, são associadas, praticamente, apenas as investigações de cunho sociocultural, e em que a Bioantropologia encontra-se fora das instâncias de reprodução acadêmica relacionada à formação de antropólogos no país, quais seriam as possibilidades de diálogo da Bioantropologia com outras frentes disciplinares?

Um primeiro aspecto a ser considerado é a estrutura da formação em Antropologia oferecida no país. Haveria uma grande barreira interna ao que Sheila Mendonça chama de “as Antropologias”, quer dizer, um conjunto de disciplinas que poderiam ser tratadas como “antropológicas”, a despeito de suas especificidades, mas que, de um modo geral, mantem pouco diálogo entre si.

Eu tenho a sensação de que há, e talvez isso passe pela pouca integração entre os currículos brasileiros, uma grande dissociação, em termos de vivência, entre o que é a Etnologia, a Antropologia Cultural, a Antropologia Social, as Antropologias (por isso eu falo no plural), a própria Linguística e outras áreas, e o que a Arqueologia e a Antropologia biológica estão fazendo. É porque aqui, talvez, a gente tenha uma formação em que as pessoas não experimentam mais essa passagem de um campo para o outro dentro do que seria o campo da Antropologia maior (SMFMS).

A questão da formação também aparece nas falas de Walter Neves e Ricardo Santos. Para o primeiro, a inexistência de diálogo entre as duas grandes vertentes da Antropologia, Sociocultural e Biológica, é devida à ausência de uma formação em uma perspectiva mais ampla da disciplina (para ele, especificamente, o modelo norte-americano ou *four-fields*).

Eu acho que a interlocução entre antropólogos socioculturais e bioantropólogos é zero. Eu acho que exatamente pelos antropólogos não terem uma formação nesses quatro campos do conhecimento o diálogo é muito difícil. É claro que quanto à Linguística eu não posso falar nada, porque foi o único tema no qual eu não me meti. Eu não tenho talento nenhum para a Linguística. Mas por essa coisa de haver apenas uma Antropologia completamente culturalista, uma Antropologia completamente perdida no interpretativismo geertziano, mais recentemente, a possibilidade de interlocução beira zero (WAN).

E faz um acréscimo, mencionando o curso de Ciências Sociais da USP e o que ele considera ser uma das maiores lacunas na formação dos antropólogos brasileiros – o desconhecimento do processo evolucionário humano. Para o pesquisador, o conhecimento dessa dimensão histórica da espécie poderia auxiliar na atenuação da “biofobia” que a Antropologia Sociocultural tem para com os temas biológicos em geral, ao mesmo tempo em que as interlocuções entre ambas as vertentes poderiam ser mais fáceis.

Eu te dou um exemplo muito simples. O laboratório existe desde 94. (...) Nunca houve um pedido, por exemplo, por parte das Ciências Sociais, aqui na USP, de que a gente oferecesse uma disciplina, por exemplo, de evolução humana. E nós estamos aqui, absolutamente, a disposição. Isso nunca aconteceu. Por isso que eu te digo que eu acho remota a possibilidade de isso acontecer nos grandes centros<sup>99</sup>. (...) Os antropólogos têm um objeto de pesquisa cuja gênese eles sabem absolutamente nada. Talvez se eles compreendessem melhor o processo evolutivo dos hominídeos de sete milhões de anos até agora, até o *Homo sapiens*, essa biofobia fosse atenuada. Mas como isso não acontece, ela continua absolutamente inexpugnável. Eu acho que não pode ter um arqueólogo que não conheça o processo evolutivo humano, e não pode ter um antropólogo que não conheça o processo evolutivo humano. (WAN).

Embora não se apresente como um partidário do modelo institucional norte-americano, também para Ricardo Santos a formação em Antropologia deveria contemplar aspectos mínimos da evolução biológica humana, de modo a oferecer aos seus profissionais uma “perspectiva mais ampla da Antropologia e do seu objeto de estudo”. Além disso, ele está convencido de que a Biologia cada vez mais

---

<sup>99</sup> Walter Neves está se referindo à iniciativa do PPGA/UFPA.

desempenhará um papel central nas discussões de ordem científica e política sobre a diversidade humana e tudo o que estiver associado a essa ideia.

Eu acho que há várias questões para uma interlocução hoje... Por exemplo, eu acho que se você está em um programa de pós-graduação (mestrado e doutorado), você está formando pesquisadores e professores que estarão se reproduzindo para as gerações futuras. No geral, o nosso sistema de ciência e tecnologia no Brasil hoje tem que formar 10 mil doutores, de modo a expandir a quantidade de gente que está nas Universidades, que é ridículo. Então, estamos formando pesquisadores e professores. No caso específico da Antropologia, é muito importante, nesse sentido, uma formação de professores com uma visão mais ampla da experiência humana. É muito importante que um antropólogo que vá dar aula para os alunos das novas gerações, saiba desse espectro mais amplo da experiência humana em termos de, minimamente, a trajetória evolutiva da espécie. Esse é um exemplo. Há outros. A área da Biologia, por exemplo - “a Biologia vai ser para o século XXI o que a Física foi para o século XX” -, com todas as discussões políticas densas e difíceis sobre diversidade humana, desigualdades, raças, tipologias, genoma, saúde e medicina, em termos pessoais e coletivos. Enfim, eu acho que há possibilidades de um diálogo em torno de questões que são interessantes tanto do ponto de vista da formação de um professor, como, também, com relação a aspectos específicos de pesquisa (RVS).

Para Maria Cátira Bortolini, “de um modo geral não existem interfaces entre ambas as vertentes”, a despeito de iniciativas muito pontuais, como a oferta de uma disciplina versando sobre evolução humana para a graduação em Ciências Sociais da UFRGS. Mas, mesmo em uma iniciativa como essa, haveria ainda certos “tabus” entre os cientistas sociais com relação às proposições biológicas, especialmente se elas versam sobre qualquer aspecto relacionado ao “comportamento humano”.

Eu acho que os diálogos não ocorrem. A gente vê iniciativas de pessoas como o Ricardo Ventura e alguns colegas aqui do departamento de Antropologia da UFRGS. Por exemplo, recentemente me convidaram para fazer uma réplica ao estudo feito pelo Ricardo e pelo Michael Kent, lá da Universidade de Manchester, cujo foco foi o meu laboratório, e o estudo envolvia justamente Antropologia da ciência<sup>100</sup>. Isso mostra que existem algumas tentativas de aproximação, mas o que eu noto, porque eu dou uma disciplina para a Antropologia Social na graduação, quando pergunto sobre essa questão para os meus alunos, é que há temas sobre os quais não é possível falar muito, e daí eles me respondem: “Ah! Professora, não dá, muitas vezes não dá para falar de genética. Tem certos tabus que não se pode falar e que não se pode nem comentar”. Principalmente se envolver aquela coisa da “natureza humana” (MCB).

---

<sup>100</sup> O artigo em questão é Kent e Santos (2012).

E ela faz um comentário jocoso acerca de outra experiência de interlocução que ela teve, desta vez, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da mesma universidade – PPGAS/UFRGS, onde, a convite de Ruben Oliven, proferiu uma palestra sobre evolução humana para os alunos.

Ele me convidou uma vez para falar para os alunos da pós-graduação, e toda vez que ele me encontra ele diz “Maria Cátira você deixou todos eles chocados”. Isso porque eu falei um pouquinho de evolução humana, e falei que nós não somos uma espécie eterna. Eu dei uma dimensão de espécie para os alunos da Antropologia Social, e toda vez que ele me vê ele brinca comigo, dizendo “tu foste deixar os meus alunos traumatizados” (MCB).

Para alguns dos entrevistados, talvez a interlocução devesse ser avaliada em termos de possibilidades específicas, “caso a caso”, e não imposta como uma condição absoluta para um melhor desenvolvimento de toda e qualquer disciplina ocupada de temas antropológicos. Tratar-se ia de “diálogos específicos entre áreas específicas” - Bioantropologia e Arqueologia para o povoamento do continente americano; Bioantropologia e Antropologia sociocultural para as questões envolvendo raça, identidade e genômica, entre outros. Para Ricardo Santos, uma possibilidade de aproximação seria através do que se tem convencionado chamar Antropologia da ciência. Em sua ótica, para obter um melhor conhecimento acerca das práticas dos grupos sob seu escrutínio (físicos, biólogos, astrônomos etc.), os antropólogos socioculturais teriam que se aprofundar nos conteúdos específicos de uma dada área científica e isso, possivelmente, ensejaria novas posturas quanto às possibilidades de diálogo interdisciplinar:

É a pesquisa e a formação de pessoas, de compreensão desses processos nessa escala. E, não sei, mas a discussão hoje não é tanto sobre Antropologia simétrica? O quanto pode ser válido o que o nativo está falando? Quando você faz Antropologia da ciência, como é que entra essa questão? É para levar a sério? Não sei que desenvolvimentos isso vai ter, mas é interessante pensar nisso. E eu acho que realmente pode haver um diálogo. Eu sempre fiquei muito impressionado, ao participar de alguns desses seminários, com a maneira como muitos antropólogos trabalham com a ciência e vão a fundo (RVS)<sup>101</sup>.

E ele cita o caso de Donna Haraway.

---

<sup>101</sup> Ricardo Santos está se referindo a eventos de Antropologia da ciência e tecnologia dos quais ele participou no exterior.

Em uma reunião de Antropologia em São Francisco, quando eu apresentei o primeiro trabalho sobre o Sérgio Pena, eu me lembro de ver a Donna Haraway chegar com um livro de Fisiologia enorme! Todo mundo estranhou. Ela ia ser comentadora de uma mesa. E a Donna Haraway com esta bíblia, deste tamanho, de Fisiologia. Até parecia um pouco de performance. E ela disse: “Não, é porque eu estou escrevendo um trabalho e tenho que ler materiais”. É interessante pensar a que grau de imersão algumas dessas reflexões tem levado os pesquisadores, porque eu acho que os debates “natureza X cultura” tradicionais na Antropologia possuem um certo tipo de superficialidade em termos do conhecimento dos argumentos nos dois lados. Me parece que existe, agora, uma tendência de se ir mais a fundo no conhecimento. Mas eu posso estar idealizando um pouco (RVS).

Mas no caso da Antropologia da ciência, a relação não seria mais do tipo pesquisador-objeto do que, necessariamente, um diálogo a ponto de os dois lados se beneficiarem do contato? Ricardo Santos versa sobre essa questão.

Talvez não seja um diálogo, mas eu acho que há exemplos concretos de mudanças de práticas profissionais, como no caso da Rayna Rapp. Você dá um curso de pós-graduação em que você tem as duas versões, de formações diferentes, na mesma mesa. E ela falou que, no caso dela, foi uma experiência muito importante pra contrabalançar os argumentos. Eu acho isso bem interessante. É uma transformação. Eu acho que isso, de fato, é uma transformação (RVS).

Propostas e posturas desta natureza talvez concorressem para uma revisão do quadro descrito por Sheila Mendonça, que menciona a falta de diálogo, no Brasil, entre o que ela chama de “as Antropologias”. Para ela, a despeito de algumas mudanças ocorridas ao longo do tempo, ou mesmo quando determinados temas justificam aproximações, uma real integração ainda não teria ocorrido, como no caso da Arqueologia, da qual se exige “ser Antropologia”, mas sem possibilidades maiores de integração prática.

Eu acho que ao longo de todo esse tempo a gente teve alguma integração entre as Antropologias, mas nunca dentro do que se pretendia, ou daquilo que algumas pessoas pensaram. É muito dito no Brasil que “a Arqueologia é Antropologia ou não é nada”, mas, na verdade, eu acho que a gente aqui não avançou para a integração da Arqueologia com as Antropologias em geral, seja a Linguística, a Antropologia Social ou a própria Antropologia Biológica, embora eu tenha trabalhado na origem disso tudo (SMFMS).

Eu não sei, mas o que eu vejo é que, aparentemente, a gente continua com as Antropologias separadas, mesmo quando você tem temas que justificam as aproximações, embora o teu método seja diferente do meu, do outro. Então, essa questão é uma questão complicada, e isso a gente sente até em termos de barreiras institucionais. (SMFMS).

Já para Maria Cátira Bortolini, qualquer diálogo sobre “comportamento humano” entre Ciências Biológicas e Ciências Sociais permanece “impossível”.

Para a Antropologia Social a influência da Genética tem sido muito pouca, nenhuma, ou quase nada. Não o que eu faço, mas toda a Genética de comportamento e áreas afins, como a Neurociência e a Genética da cognição. Nada disso é tido como relevante pelas Ciências Sociais. (MCB).

De onde, aliás, viria essa suposta resistência, por parte dos antropólogos socioculturais, com relação aos estudos biológicos relacionados à espécie humana? Para Maria Cátira Bortolini, se em uma perspectiva sincrônica isso parece fazer sentido, por que ela se manteria atualizada no presente? Em certa medida, são questões próximas àquelas que tomaram Ricardo Santos de assalto, quando de seu retorno ao país, ao ingressar no Museu Nacional no início dos anos 1990. O que de fato aconteceu para termos o quadro que possuímos hoje?

Como é que se vai entender o comportamento humano sem que se levem em conta vários dos nossos aspectos como animais culturais, que desenvolvemos cultura? Como uma das espécies de primatas com uma capacidade de desenvolver cultura e que até o momento não tem igual em espécie alguma? Eu não consigo entender por que isso ocorre nos dias de hoje... Eu posso entender no início do século passado, no final da segunda guerra mundial, por causa de toda a questão envolvendo o mau uso de dados biológicos para coisas que envolviam discriminação ou coisas assim. Mas não posso entender por que se perpetua até hoje esse preconceito (MCB).

Para além da Antropologia da ciência mencionada por Ricardo Santos, outra possibilidade de interface entre a Antropologia Sociocultural e a Bioantropologia seriam os estudos bioarqueológicos e paleopatológicos. Para Sheila Mendonça, eles forneceria aos antropólogos socioculturais informações sobre gestos por trás de determinados acontecimentos, que deixam marcas nos corpos. Além disso, eles igualmente interessariam à Antropologia Sociocultural porque investigariam elementos materiais que se remetem ao “comportamento humano”. Dessa maneira, de acordo com a pesquisadora, pesquisas dessa natureza seriam extremamente pertinentes aos antropólogos socioculturais, mas, ela se pergunta, “estariam eles, de fato, interessados em tais temáticas e em tais perspectivas? Estariam eles, realmente, interessados em fazer essas pontes?”.

Ontem eu estava trabalhando essa questão com o Andersen [Lyrio]. Uma fratura no crânio que a gente estava trabalhando sinaliza para o fato de aquele crânio ter sido rompido, forçado, quando ainda estava muito fresco. Aquilo nos obriga a pensar algumas coisas em relação aos gestos sobre aquela sepultura, acidentais ou intencionais. Então, a Biologia e a Patologia começam a entrar como elementos fundamentais na decodificação de gestos, de atos, de opções, de comportamentos. Essa é a ponte para a Antropologia. A Arqueologia está percebendo esse potencial e chamando os antropólogos biológicos mais para dentro dela, porque esse interesse também não existia. Era assim: o arqueólogo trazia os ossinhos, colocava em cima da sua mesa e dizia “o que é isso”? Agora ele pega o antropólogo, coloca lá no campo e diz: “Vamos abrir isso daqui juntos, vamos fazer essa pesquisa juntos”. Porque cada pá de terra retirada é importante para se entender o que estava acontecendo ali. Do contexto ao ossinho que eu vou analisar na mesa, tudo isso são etapas de interpretações que remetem às atitudes, aos gestos, à cultura. É claro que é Antropologia<sup>102</sup> (SMFMS).

A gente, com certeza, tem uma estrada aí. São pontes. Eu vim agora de um congresso em que a questão, por exemplo, dos rituais de morte, do comportamento na área andina envolvendo sacrifícios... Gente, isso não é Arqueologia. Eu acho que isso é absolutamente pertinente ao campo antropológico. Agora, quantos antropólogos estavam sentados ali? Eu não sei (SMFMS).

Em todo caso, os próprios profissionais atuantes em Antropologia Biológica estariam tomando a iniciativa de “fazer essas conexões”, incorporando em suas investigações, à medida do possível, informações e proposições oriundas não só da literatura antropológica sociocultural, mas de outras ciências humanas, como a História e a Linguística, sem contar a Arqueologia. Seria uma tentativa de elucidação de determinados problemas encontrados no plano orgânico/biológico a partir de fatores socioculturais. Mas esse diálogo seria, ainda segundo alguns entrevistados, apenas de mão única.

Com referência à Antropologia Biológica, a maior interface dela, não tenha dúvida, é com a Arqueologia. E, obviamente também na Antropologia Biológica há uma interface grande com a... Eles não nos querem, mas nós os queremos [antropólogos socioculturais]. Então, a gente está sempre tentando, por exemplo, através dos esqueletos, reconstituir estrutura e organização social, e, para isso, nós temos que estudar a estrutura e a organização social de grupos caçadores-coletores, de grupos “tribais”. Então, nós absorvemos parte da produção da Antropologia Sociocultural, mas, infelizmente, a recíproca não é verdadeira (WAN).

---

<sup>102</sup> São interessantes essas referências à dimensão do “comportamento humano” em relação à Antropologia por parte de Sheila Mendonça e Maria Cátira Bortolini porque, de certa forma, elas nos remetem ao modo pelo qual Stocking Junior (1968) se refere à Antropologia, como uma *behavioral science*.

Eu já falei. Eu acho que a gente tem uma quantidade enorme de questões para ser trabalhadas juntas. Trabalhar evidências, trabalhar informações, aportar informações, ou, pelo menos, hipóteses, questões que deveriam estar sendo tratadas como diálogo. E claro que precisamos dos modelos que a Antropologia Cultural produz, porque eu precisava que a Etnografia me trouxesse mais aportes... Eu me remeto com frequência à Manuela Carneiro, eu me remeto com frequência à Aparecida Villaça, eu preciso das poucas pessoas que trabalharam a questão funerária, a questão do corpo. Eu vejo isso como indissociável, eu não trabalho sem essa informação. Agora, se essas pessoas estão interessadas na informação que eu estou produzindo, ou que eu tenho potencial para produzir, eu não sei, mas... Como não sentamos juntos para trabalhar (SMFMS).

As tensões interdisciplinares, ou a falta de diálogo entre diferentes áreas, relativas à Bioantropologia, não se circunscrevem ao eixo Antropologia Biológica – Antropologia Sociocultural. Em verdade, parece ser algo que se estende a outras disciplinas ao mesmo tempo em que encontra abrigo em seu próprio seio. É o que se observa nas relações entre uma perspectiva mais molecular (Genética de Populações Humanas) e outra de caráter mais morfológico (Paleoantropologia) em torno do tema do povoamento do continente americano. Se para Walter Neves não haveria uma tensão entre a Genética e a Paleoantropologia, e sim algo mais forte, “uma indiferença por parte dos geneticistas para com os estudos de ordem morfológica”, mesmo quando ambas as áreas chegam ao mesmo veredicto, para Maria Cátira Bortolini, ao mencionar as possíveis articulações entre a Genética e outras áreas, “seria preconceito ou má informação alguém falar do povoamento da América sem falar dos dados genéticos”<sup>103</sup>.

Eu não diria que existe uma tensão, mas eles nos ignoram solenemente. Inclusive eu tenho lido dezenas de artigos de biólogos moleculares e de geneticistas que trabalham com a questão da origem do homem na América, e nós não somos citados. Apesar de a gente ter publicado no *PNAS*, no *American Journal of Physical Anthropology*, no *Human Evolution*, e de ter mandado as nossas publicações para todas essas pessoas, nós somos solenemente ignorados. Nós citamos muito os geneticistas e os biólogos moleculares, mas a recíproca não é verdadeira. Inclusive, dois desses *papers*, também propondo uma ocupação dual do continente americano... Então, a primeira coisa que você vai achar é “bom, o meu trabalho deve estar citado lá, porque eu estou defendendo esse modelo desde 1989”. E você vai e não tem nenhuma referência a nenhum trabalho de morfologia. Mesmo quando esses trabalhos de morfologia convergem com os resultados obtidos com o DNA. Eu chamo isso de “a ditadura do DNA”. E aqui é um departamento interessante, porque 99,9% das pessoas trabalham com DNA. Então essa é a ditadura do DNA. É uma pena. Mas não existe uma tensão. Eu acho que eles simplesmente nos ignoram (WAN).

---

<sup>103</sup> Nestas duas passagens os pesquisadores parecem não estar, necessariamente, referindo-se um ao outro.

De que forma ela se articula? Por exemplo, na Genética Histórica. Na verdade, a gente acabou se envolvendo, fazendo um tipo de ciência que está interferindo em disciplinas tradicionais, como a História e a Arqueologia. No momento em que tu consegues, através do genoma de populações contemporâneas, traçar uma trajetória sobre, por exemplo, o povoamento das Américas, que antes era feita somente através da Arqueologia, da Paleoantropologia e da Linguística, você acaba se metendo. É uma novidade. É difícil falar hoje de povoamento da América sem falar do dado genético. Então, a gente entrou muito forte em algumas áreas. Seria preconceito ou má informação alguém falar do povoamento da América sem falar dos dados genéticos. Em outras áreas também, como na evolução humana como um todo. O que o dado genético diz? Antes também. Só tinha a Paleoantropologia e a Arqueologia para contar. Vinham os fósseis, os homínídeos, os artefatos. E aí a Genética veio de maneira muito importante (...) para mostrar a origem da humanidade, como foi a sua dispersão etc. (MCB).

Agora, eu acho que hoje os nossos grandes opositores são os geneticistas. A grande oposição hoje são os geneticistas, porque para os geneticistas houve apenas uma leva de ocupação humana. E a morfologia mostra claramente que foram duas levas. Então, hoje o grande problema é o diálogo com os geneticistas e os biólogos moleculares. Como eu te disse, às vezes até chegam a propor modelos de ocupação dual e simplesmente não citam absolutamente nada sobre o nosso trabalho (WAN).

Para Maria Cátira Bortolini, esse impacto da Genética sobre outras áreas, ou “hegemonia do DNA” dentro das próprias Ciências Biológicas, pode estar associado à forma pela qual o ácido nucléico passou a interferir em assuntos cotidianos e práticos, como os testes de paternidade e os diagnósticos médicos.

A Genética passou a ser algo que, do ponto de vista prático, pode ser incorporado no cotidiano das pessoas. De que maneira? Ela entrou para a sociedade civil, por exemplo, na questão da determinação de paternidade. Avassalador! Antes, para a determinação de paternidade o juiz chamava testemunhas, e conversava, com aqueles processos se arrastando. Eu não sei mais como é hoje lá no tribunal, mas se não tem o DNA ali, ou se tem o DNA, acabou a conversa. Basta para o juiz dar a sentença, dizer se é ou não o pai, se vai pagar ou não a pensão (MCB).

Já as dificuldades de interlocução dentro da própria Antropologia Biológica estariam, por exemplo, no acesso às coleções arqueológicas e osteológicas. E, em termos práticos, isso teria, também, certamente, segundo Walter Neves, contribuído para a estagnação da Bioantropologia brasileira durante algum tempo.

Eu acho que tem uma coisa que também ajudou a enclacar a Antropologia Física brasileira porque, como eu te falei, eu peguei a Antropologia Física do século XIX e a trouxe para o século XX. E agora eu brinco dizendo que são os meus alunos que tem que trazê-la para o século XXI, porque a minha parte já

está feita. Estou falando do acesso a coleções. Isso é um problema seriíssimo no Brasil. A maior parte dos arqueólogos e dos antropólogos físicos se sentia dona das coleções que eles tinham sob a custódia deles, até pouco tempo atrás. Isso melhorou muitíssimo nos últimos cinco, seis anos, mas até muito recentemente as pessoas se achavam donas dos materiais, e não abriam esses materiais para outros colegas. Olhe que coisa sintomática, o meu primeiro trabalho sobre a questão, e que foi publicado em 89, na *Ciência e Cultura*, e depois publicado no *Journal of Human Evolution*, foi com a coleção Lund, que está em Copenhague. Por quê? Porque na época eu não tinha acesso às coleções que estavam no Brasil. Então eu precisei ir a Copenhague, coletar os dados da coleção do Lund, para fazer o meu primeiro trabalho. Então, isso também emperrou muito o desenvolvimento da Antropologia Física no Brasil. Mas, felizmente, está mudando (WAN).

As falas arroladas nesse tópico nos mostram, de certa maneira, que o tema da interlocução, ou da interdisciplinaridade, é um ponto sensível no que se refere à situação da Antropologia Biológica no país. Não que lhe seja exclusivo, posto permear boa parte das discussões em torno das práticas e políticas científicas no sentido de, grosso modo, asseverar-se, cada vez mais, a ilação de que pesquisas de ponta são, sobretudo, pesquisas interdisciplinares (Cardoso de Oliveira, 2006). Contudo, ele assume certas especificidades no caso em apreço, apresentando-se mesmo como um gládio.

Para além da dimensão epistemológica (teorias biológicas *versus* teorias socioculturais sobre determinadas matérias de pesquisa) ele se refere de diferentes modos (“a marginalidade da Antropologia Biológica”, “a pouca integração das Antropologias”) a um conjunto de arranjos que se remetem a um desenvolvimento histórico específico da Antropologia no Brasil e a determinadas posturas no presente, mas que tem conseqüências práticas com relação ao lugar institucional hoje ocupado pelos estudos bioantropológicos no país. Em suma, o tema da interdisciplinaridade é apenas um aspecto das trocas e não trocas envolvendo as várias frentes disciplinares que possivelmente comporiam (ou não) hoje a Antropologia brasileira. Como numa partícula atômica, ao seu redor orbitam todos os outros assuntos discutidos ao longo desse capítulo.

Não por menos, como mencionado logo no início, as impressões dos quatro pesquisadores apresentam-se nuançadas, ora nas convergências ora nas divergências entre si. Mas isso não é tudo. Nuanças também podem estar presentes nas falas de um mesmo personagem, como se vê nos excertos a seguir.

Talvez o único profissional atuante na área de Antropologia Biológica no Brasil a ter publicações na *Revista de Antropologia* em um período mais recente, Walter Neves falou um pouco da experiência de publicar artigos versando sobre evolução humana e

Paleoantropologia em um periódico majoritariamente dedicado aos estudos de ordem sociocultural em Antropologia.

Agora, eu tenho me sentido muito bem-vindo em publicar na *Revista de Antropologia*. Se eu disser que eu tive algum escrito que não foi considerado para a publicação, por ser de Antropologia Biológica, Antropologia Ecológica, evolução humana, eu estaria mentindo. Eu me sinto muito bem vindo na *Revista de Antropologia*. Talvez até porque em se fazendo assim a gente esteja um pouco recuperando a ideia dos fundadores, de você ter vários campos representados (WAN)<sup>104</sup>.

Por seu turno, Maria Cátira Bortolini, que cursou disciplinas na Antropologia Sociocultural durante o seu doutorado, e defende a oferta de disciplinas de Ciências Sociais no curso de Ciências Biológicas, especialmente em se pensando naqueles profissionais que trabalharão com temas envolvendo a espécie humana, acaba mencionando o pouco interesse dos geneticistas pelos temas discutidos pelos cientistas sociais. Em suma, o diálogo, quando não inexistente, seria mesmo tenso.

Sim, tanto é que, quando eu fiz o meu doutorado, fui buscar essa disciplina na pós-graduação em Antropologia Cultural, porque não é dada aqui. Eu fiz com o professor Ari Pedro Oro a disciplina... Eu não me lembro do nome da disciplina, mas era sobre a construção de identidade. Como é que a construção da identidade se dá em grupos. Eu achei muito legal, e foi muito importante para mim. É o tipo de disciplina que seria interessante que uma pessoa que trabalhasse com evolução humana tivesse. Disso eu não tenho a menor dúvida. Então, eu acho que a contrapartida seria legal. Mas eu vejo menos preconceito por parte dos geneticistas com os antropólogos culturais... Não, eu vou retirar o que eu disse. Eu não vejo menos. Na verdade, o pessoal não fala muito sobre os antropólogos sociais. A gente conversa e tem discussões muito agradáveis no almoço, entre colegas, e eles estão muito curiosos com esse fato de eu, o meu laboratório e os estudantes, virarmos objeto de investigação de antropólogos. A gente conversa e troca idéias a respeito, mas é uma coisa meio afastada, sabe? Essa é que é a verdade. É uma coisa afastada do nosso cotidiano, apesar da proximidade física (MCB).

---

<sup>104</sup> Walter Neves faz referência à proposta editorial de Egon Schaden, fundador da revista. Aliás, o artigo que abre o primeiro número da *Revista de Antropologia* (Vol. 1º, Ano 1 – Junho de 1953), o mais antigo periódico exclusivamente dedicado à Antropologia no Brasil, versa sobre Antropologia Biológica. Trata-se de “Resultados da genética para a antropologia”, de Otmar Frhr. V. Verchuer (Universidade de Münster), traduzido pelo próprio Schaden.

## **Antecipando expectativas**

Nesta parte final são tecidas algumas interpretações de segunda e terceira mão (Geertz, 1989) por sobre as falas dos “nativos”. Uma primeira consideração é dirigida às maneiras pelas quais a Bioantropologia brasileira é localizada, a depender dos pontos de referência e das escalas adotadas, algo perceptível em várias das considerações desses quatro pesquisadores. Em um determinado plano, ela é situada como uma área “marginalizada”, ou mesmo “não situada” (o “buraco negro” mencionado por Maria Cátira Bortolini), dentro de um campo maior – o da Antropologia brasileira. Uma condição que, a depender do emissor, tem suas causas devidas a percursos históricos específicos (como nas falas de Sheila Mendonça e Ricardo Santos) e/ou à impossibilidade de inserção dos bioantropólogos nos departamentos de Antropologia, posto serem esses povoados por antropólogos socioculturais orientados por uma “biofobia” (como na fala de Walter Neves).

Associada a essa condição, aparece outra maneira de localizar a Bioantropologia brasileira. Trata-se de situá-la em uma escala mais ampla, pautada numa diferenciação entre a sua condição dentro do país e a relativa visibilidade experimentada no plano internacional. Note-se que, nesse último caso, não se trata apenas de relatar uma visibilidade dos estudos bioantropológicos nacionais em termos da sua qualidade científica. Também estão em jogo o reconhecimento e a nomeação dessas pesquisas como “antropológicas”, tanto quanto as investigações socioculturais. Não por menos, a publicação em periódicos estrangeiros de Antropologia Biológica aparece, em algumas falas, como elemento definidor do que possa ser uma pesquisa em Antropologia, de um modo geral. Nesse sentido, a localização da Bioantropologia brasileira a partir de, em relação a, ou dentro de, aparece conjugada a uma exposição de várias das suas especificidades, inclusive, como forma de legitimá-la dentro desse exercício de localização, especialmente no que se refere à Antropologia Sociocultural, justamente por essa última responder pelo “campo da Antropologia” no Brasil - “Fazer Antropologia Biológica” é, também, “tentar mostrar para o resto da Antropologia que a Antropologia Biológica é algo muito mais complexo do que os estereótipos que existem em torno dela”, de acordo com Ricardo Santos.

Dentre as características da Antropologia Biológica brasileira, mencionadas por alguns dos interlocutores, está a sua “fluidez”, quer dizer, não havendo um caminho claro e específico a ser seguido por aqueles interessados em se enveredar pela área (é

possível chegar à Bioantropologia por “diferentes entradas”), faz-se necessário o uso de estratégias circunstanciais. Assim ocorre nos casos da formação (a formação do “bioantropólogo” no Brasil é feita de “carona” em diversos cursos), da ocupação de nichos institucionais (a inserção “oportunista”) e da captação de recursos (inexistência de balcões específicos para a submissão de projetos bioantropológicos). É que as condições para que os agentes engendrem suas estratégias são dadas pela própria estrutura do campo, quer seja para a sua manutenção e funcionamento quer seja para a sua transformação (Bourdieu, 1975, 1976).

Conforme demonstrado no Capítulo 2, e exposto de modo mais extensivo nas falas dos entrevistados, a maneira pela qual a Antropologia Biológica encontra-se estruturada no país se faz refletir na formação acadêmica dos profissionais, na ocupação de nichos institucionais e na prática científica, inexistindo uma sobreposição necessária entre esses três domínios. Há bastantes pesquisas bioantropológicas sendo feitas no Brasil, mas a maior parte delas é executada em instâncias fora dos ambientes de ensino e pesquisa em Antropologia, por profissionais formados em diversas áreas que nem sempre se identificam como “bioantropólogos” ou como fazendo pesquisas bioantropológicas. Assim sendo, os profissionais que atuam em Bioantropologia no Brasil lançam mão de um repertório variado de identidades profissionais: Maria Cátira Bortolini “é” uma “geneticista que faz Antropologia Biológica”; Walter Neves “é” um “antropólogo evolucionista” que se apresenta como “arqueólogo” em determinadas situações; para Sheila Mendonça, a denominação que explicita melhor, no momento, suas atividades, “é” a de “bioarqueóloga”. Ao mesmo tempo, esses mesmos profissionais podem ser reconhecidos de diferentes formas, a depender do contexto e de quem os localiza: Jô Soares inquire se Walter Neves seria um arqueólogo ou um paleontólogo; visto como “biólogo” pelos antropólogos socioculturais, Ricardo Santos é reconhecido como um “antropólogo” pelos geneticistas. Ao menos para um dos entrevistados (Ricardo Santos), conforme exposto no próximo capítulo, o fortalecimento de uma identidade específica, a de bioantropólogo, ou mais precisamente a execução de um empreendimento identitário (Agier, 2001), o que envolveria uma política acadêmica por parte da ABA e das agências de fomento, como a Capes e o CNPq, seria um passo importante para permitir que a Antropologia Biológica ganhasse abrigo e reconhecimento no contexto institucional da Antropologia brasileira<sup>105</sup>.

---

<sup>105</sup> Tão plural quanto a identidade do “bioantropólogo brasileiro” é o conjunto de teorias, em Antropologia Sociocultural e Sociologia, que versam sobre o tema da “identidade”. Para o caso em

Esse reconhecimento, aliás, é um tema recorrente em várias falas. Depreende-se, por um lado que, de certa forma, a Bioantropologia brasileira “vai bem”, quer dizer, mesmo fora dos departamentos e programas de pós-graduação em Antropologia, os profissionais que se apresentam como nela atuantes encontram-se institucionalizados, publicando, participando de congressos e captando recursos para a realização de pesquisas. Por outro lado esse não reconhecimento, ou essa “marginalidade” dentro do campo da Antropologia brasileira, aparece como uma questão para esses profissionais. O que parece estar em jogo, mais do que a dimensão prática do exercício profissional, é a extensão do termo “Antropologia” (enquanto capital simbólico) aos estudos biológicos em um contexto no qual a Antropologia Sociocultural se apresenta e é reconhecida como sua detentora. É que os “dominantes” operam com uma definição de ciência, ou de uma área científica específica, à imagem do capital que possuem, do que eles são e das suas práticas (Bourdieu, 1975/1976). Ainda assim, as definições operadas no plano do simbólico podem ter reflexos na dimensão prática, algo relatado em várias falas.

Como toda e qualquer área científica, a Antropologia Biológica brasileira encontra-se imersa em uma série de relações concorrenciais intra e interdisciplinares. No caso dessas últimas, o destaque acaba recaindo por sobre a Antropologia Sociocultural, um pouco em função do exposto nos parágrafos predecessores. Contudo, para efeitos de uma interpretação o mais cautelosa possível, parece razoável tomar as falas nas quais as relações entre essas duas frentes são mencionadas também como descrições, posicionadas, é verdade, da assimetria que define o *status* de cada uma delas dentro do “campo da Antropologia brasileira”. E é aqui que reside a importância da natureza etnográfica do trabalho, pautado por incursões analíticas pontuais sem o apelo a abstrações totalizantes. Tanto para uma Sociologia da ciência interessada nas disputas que animam o campo científico (Bourdieu, 1975, 1976, 2004), quanto para uma Antropologia da ciência interessada nas controvérsias (Latour, 2000), *strictu sensu*, faz-se necessária a audição de todas as partes envolvidas. Para dissertar especificamente sobre uma “guerra”, mesmo não declarada, entre as Antropologias Sociocultural e Biológica brasileiras, o que os antropólogos socioculturais teriam a dizer sobre a

---

questão, algumas proposições teóricas até poderiam ser evocadas para situá-lo em termos conceituais mais precisos, como a ideia de “identidade líquida” (Bauman, 2005), em consonância com a menção a uma “fluidez do campo da Antropologia Biológica brasileira”, registrada em algumas falas. Não sendo, contudo, o propósito desta tese um estudo exaustivo do tema da identidade, cumpre assinalar apenas que a identidade profissional, a exemplo do que ocorre com outras dimensões identitárias, é entendida neste trabalho sob uma perspectiva construtivista, quer dizer, como algo relacional, negociável e contextual.

Antropologia Biológica, e sobre o que os “antropólogos biológicos” dizem sobre a Antropologia sociocultural, deveria ser tomado em conta, o que não foi feito.

Em resumo, as páginas desse capítulo foram dedicadas à exposição das considerações de quatro pesquisadores seniores atuantes em Antropologia Biológica sobre a situação da área no país. Em suas falas foram contemplados diversos pontos relacionados a essa situação, uma disciplina que se desenvolveu fora das instâncias de reprodução do campo antropológico brasileiro, dotada de baixa visibilidade junto a comunidade antropológica nacional, mas que, paradoxalmente, é possuidora de uma relativa visibilidade internacional. Nessas falas, foram contemplados presente e passado. Mas e o futuro?

Acontecimento inédito na história recente da Antropologia brasileira, no ano de 2010 entrou em funcionamento o primeiro programa de pós-graduação em Antropologia com uma área de concentração dedicada exclusivamente à Bioantropologia, o PPGA/UFPA. Pela primeira vez no país um título de doutor em Antropologia seria concedido àqueles que quisessem se enveredar pela contraparte biológica da “ciência do homem”. A propósito desta ocorrência e de outras dimensões, cada um dos interlocutores expressou suas expectativas sobre o futuro da Bioantropologia no país, e é a isso que se atém o próximo e último capítulo.

## EXPECTATIVAS E POSSIBILIDADES DE DIÁLOGO

Este último capítulo encontra-se dividido em cinco partes. Dando continuidade ao exercício histórico do primeiro capítulo, nas duas primeiras partes é narrada, de forma sintetizada, a gênese do PPGA/UFPA, primeiro programa de Antropologia a contemplar, no país, a Bioantropologia, e oferecida uma descrição dos seus principais elementos constitutivos. Como será mostrado, o referido programa tem como inspiração a estrutura institucional da Antropologia norte-americana, em que diferentes disciplinas tidas como antropológicas são contempladas dentro de um mesmo departamento ou programa, o chamado *four-fields anthropology*. A fim de relativizar a “naturalização” do modelo norte-americano como ideal para a execução de um projeto interdisciplinar em Antropologia, na terceira parte são expostos alguns dos dilemas que permeiam as discussões em torno dele, em que prós e contras permanecem em constante tensão. Na quarta parte o tema da institucionalização da Antropologia no Brasil é retomado, mas desta vez, a partir da ótica dos quatro pesquisadores entrevistados. Em suas falas eles expõem suas expectativas com relação ao futuro da área a partir de várias frentes e, ao fazê-lo, tangenciam a iniciativa da UFPA, dado ser ela um evento importante dentro da história da Antropologia brasileira. Além disso, durante toda a realização investigativa foi possível que os temas da estrutura institucional da Antropologia no Brasil e da interdisciplinaridade entre as “Antropologias” invariavelmente dialogam entre si. Dessa forma, o capítulo é finalizado abordando esta intersecção e, para tanto, são reproduzidas as proposições de alguns autores sobre um possível diálogo epistemológico entre as contrapartes Biológica e Sociocultural da Antropologia, ao mesmo tempo em que esta discussão é relacionada à questão institucional.

## **Brasil, 2008**

Entre os dias 25 e 26 de setembro de 2008 sucedia-se em Belém do Pará, na UFPA, o simpósio internacional “Antropologia em Foco: Abordagens Inter(sub)disciplinares para o Estudo do Outro”<sup>106</sup>. Neste evento, organizado pelos pesquisadores Denise Pahl Schaan, Jane Felipe Beltrão e Hilton Pereira da Silva, conforme subentendido em seu título, propunha-se

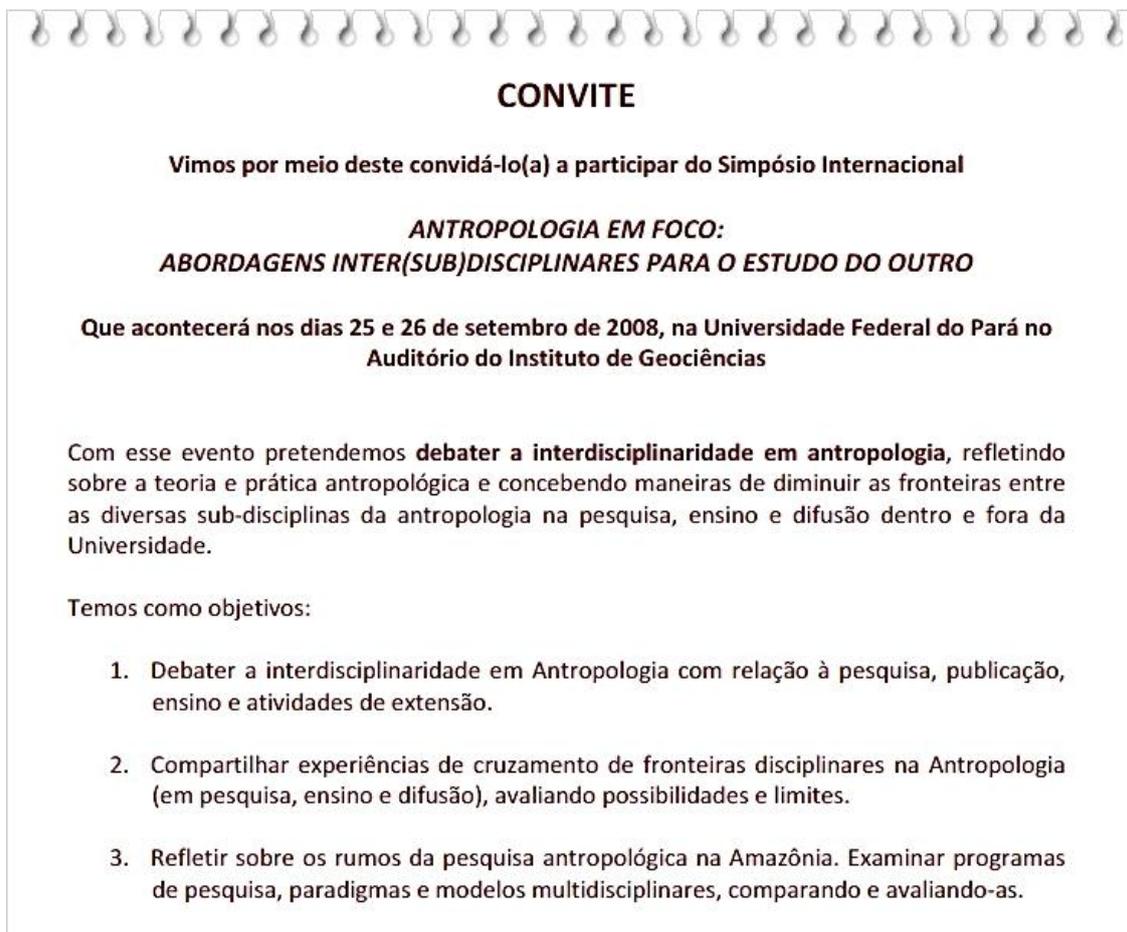
(...) **debater a interdisciplinaridade em antropologia**, refletindo sobre a teoria e prática antropológica e concebendo maneiras de diminuir as fronteiras entre as diversas sub-disciplinas da antropologia na pesquisa, ensino, e difusão dentro e fora da Universidade (Schaan, Beltrão e Silva, 2008 – grifo no original).

O ponto de partida para esta discussão repousava numa comparação entre os arranjos institucionais da Antropologia nos Estados Unidos, com o seu modelo dos quatro campos (Antropologia Sociocultural, Antropologia Biológica, Arqueologia e Linguística Antropológica) e no Brasil, fortemente influenciado pela tradição européia, com as disciplinas antropológicas alocadas separadamente em distintos nichos institucionais, conforme se observa nas duas seguintes passagens do projeto:

A antropologia de tradição norte-americana encontra-se dividida em quatro sub-disciplinas, que são a arqueologia antropológica, a antropologia física ou biológica, a etnologia (ou antropologia sociocultural) e a linguística antropológica. Nessa tradição as sub-disciplinas fazem parte de um mesmo curso de antropologia, onde o aluno é encorajado a cursar disciplinas de todas as áreas antes de especializar-se em uma delas. Essa maneira holística de conceber a disciplina, que possui sua origem no evolucionismo do século XIX, quando uma compreensão da evolução humana em todos os aspectos era desejada, desfaz-se por razões históricas durante o século XX, quando passamos a assistir a uma fragmentação cada vez maior da disciplina, com uma emergência de fronteiras, ou até mesmo barreiras, entre as sub-disciplinas.

---

<sup>106</sup> Este é o subtítulo disposto no convite estendido aos palestrantes e à comunidade acadêmica em geral, um tanto quanto diferente da versão original proposta no projeto, onde se lê “campos interdisciplinares para o estudo do outro”. O convite pode ser conferido no Anexo B, e a Figura 5.1 é uma reprodução de parte dele.



**FIGURA 5.1** Convite do simpósio internacional “Antropologia em Foco” (Fonte: Schaan, Beltrão e Silva)

Atualmente sentimos a necessidade de estudos interdisciplinares em todas as ciências, justamente uma reação contrária à extrema fragmentação do conhecimento em todas as áreas. No Brasil, as sub-disciplinas da antropologia, seguindo a tradição européia (e especialmente francesa), evoluíram separadamente e constituíram-se em campos do conhecimento abrigados em diferentes institutos e faculdades nas universidades, começando com a antropologia social basicamente francesa na Universidade de São Paulo nos anos 1930. (...) A antropologia biológica, por sua vez, permaneceu em departamentos de biologia e genética (por exemplo, na Universidade Federal do Pará, Universidade de São Paulo e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mas com exceção do Museu Nacional do Rio de Janeiro), sem que se desenvolvessem cursos de formação específica para futuros profissionais. (Schaan, Beltrão e Silva, 2008: 3).

Esta comparação seria o tema de uma das mesas de discussões, “A Realidade da Antropologia nos EUA e no Brasil – Reflexões sobre a História das Quatro Sub-Disciplinas e a Situação Atual”, que contou com as conferências de William Balée (Tulane University, Estados Unidos), “A Antropologia nos EUA: problemas e

potencialidades atuais”, e de Francisco Mauro Salzano (UFRGS, Brasil), “A Antropologia no Brasil”<sup>107</sup>.

Sob o prisma das possibilidades de diálogo entre os quatro campos seria discutida, também, a formação profissional em Antropologia no país, na mesa de debates “Diminuindo Fronteiras entre as Sub-Disciplinas Antropológicas: a Formação de Antropólogos no Brasil”, que contou com as presenças de Otávio Cardoso Alves Velho (MN/UFRJ), Ricardo Ventura Santos (ENSP/Fiocruz e MN/UFRJ) e Carlos Caroso (UFBA). A questão da interdisciplinaridade ainda seria contemplada em duas outras mesas, essas mais específicas, relacionadas à prática antropológica na região amazônica. Este simpósio trazia para a zona de debate, a princípio, as perspectivas de um conjunto de pesquisadores atuantes em diversas frentes antropológicas e afins na Amazônia, vinculados à UFPA, que viam na aproximação entre as suas especialidades um caminho interessante para o fortalecimento da Antropologia na região.

Na Universidade Federal do Pará temos um grupo de professores que têm atuado de forma bastante ativa no estudo das diversas dimensões e variabilidade da experiência humana na Amazônia e suas mudanças através do tempo e no espaço. Entendemos que nossos estudos poderiam se beneficiar grandemente de uma maior interação entre os profissionais especializados em cada uma das sub-disciplinas antropológicas, contribuindo significativamente para o aprimoramento de abordagens teóricas e metodológicas utilizadas, assim como uma melhor compreensão dos processos de mudança bio-cultural na região (Schaan, Beltrão e Silva, 2008: 4).

Para além de perspectivas epistemológicas embaladas pelo senso de uma interdisciplinaridade, este simpósio significava, também, um passo importante dentro das rodadas de discussão em direção à criação de um programa de pós-graduação em Antropologia inspirado na tradição norte-americana, ou seja, que abarcasse, em um mesmo nicho institucional, aquelas que, nos Estados Unidos, são consideradas subáreas de uma área maior, a Antropologia. Não por menos, algumas justificativas já se encontravam dispostas no projeto do simpósio. Nestas, vislumbram-se referências a um movimento acadêmico, no Brasil e no exterior, proposto a “repensar o lugar dos quatro campos da Antropologia”, mas não como uma simples reprodução do que fora na

---

<sup>107</sup> Essas duas conferências se reverteram, posteriormente, em dois artigos publicados no primeiro número de *Amazônica – Revista de Antropologia*, Balée (2009) e Salzano (2009).

passagem do século XIX para o século XX, e sim, em sintonia com as características do século XXI<sup>108</sup>.

Outra justificativa, mas em uma escala mais regional, estaria na importância da integração de áreas como a Antropologia Biológica e a Arqueologia, ou entre a Antropologia Sociocultural e a Linguística, para uma melhor compreensão de fenômenos bioculturais na Amazônia.

Na Amazônia, entendemos que é preciso uma nova visão vinculando as áreas tradicionais ao redor de temas e problemas específicos da região. Não basta que os profissionais das diferentes sub-disciplinas trabalhem juntos em projetos multidisciplinares. É necessário que falem a mesma língua, que compartilhem pressupostos teóricos e utilizem ferramentas metodológicas afins. Percebemos que, enquanto as quatro sub-disciplinas maiores parecem ser bem definidas, ainda outras disciplinas valem-se de abordagens que cruzam essas fronteiras. Por exemplo, a antropologia forense precisa das técnicas e teorias interpretativas arqueológicas para realizar a escavação de restos humanos, assim como do conhecimento da antropologia física para estudar esses achados. Uma aproximação entre arqueologia e antropologia biológica é também desejável para o estudo da evolução dos problemas relativos à saúde e doença de seres humanos através do tempo. Questões lingüísticas e etnológicas, relativas à construção de significados simbólicos que resultam em determinados comportamentos sociais e relações com o meio ambiente claramente também dizem respeito a estudos sobre a saúde de populações humanas e a emergência de novas doenças da contemporaneidade. Logo, como podemos estudar a trajetória humana na Amazônia prescindindo de uma abordagem integrada de todos esses campos (Schaan, Beltrão e Silva, 2008: 5)?

E continuam, mencionando a incompletude dos estudos desenvolvidos isoladamente na região amazônica, posto cada uma das quatro grandes divisões disciplinares oferecer pistas sobre problemas comuns umas às outras. Da mesma forma, de acordo com os propositores, a compreensão do passado na região, a partir de uma leitura macro-integrada, seria possuidora, também, de um componente pragmático, qual seja o de concorrer para a criação de ferramentas capazes de lidar com os desafios contemporâneos concernentes ao futuro da sua diversidade biológica e cultural. Em suma, para os propositores a proposta era ao mesmo tempo urgente e inovadora e, felizmente, o Laboratório de Antropologia da UFPA (Laboratório de Antropologia

---

<sup>108</sup> Alusão similar encontra-se em ABA (2010), conforme mencionado no capítulo anterior. Uma questão interessante com relação ao modelo *four-fields* norte-americano é que, segundo Balée (2009), Franz Boas, a quem é atribuída a paternidade desse arranjo institucional nos Estados Unidos, a ponto de ele ser reconhecido também como o modelo boasiano, não teria criado algo inédito, ao menos em termos de história da Antropologia como um todo. Na verdade, segundo este autor, a perspectiva dos quatro campos já estava em curso em diversos países da Europa desde o final do século XIX, e o que Boas fez foi levar para os Estados Unidos o que ele havia vivenciado na Alemanha.

Arthur Napoleão Figueiredo) contava com profissionais dispostos a trabalhar de forma integrada.

Claramente, o estudo da ocupação humana da Amazônia necessita urgentemente de uma abordagem antropológica mais abrangente. Propomos iniciar esta abordagem nova no contexto desse simpósio. O Laboratório de Antropologia Arthur Napoleão Figueiredo, da UFPA possui em seus quadros um grupo de profissionais que se propõe a trabalhar a antropologia da Amazônia de maneira integrada. Esse evento que agora propomos busca debater a antropologia que temos realizado e a que queremos realizar. Será um momento de reflexão entre profissionais e estudantes de todas as sub-disciplinas, com convidados de diversas regiões do Brasil e do exterior (Schaan, Beltrão e Silva, 2008: 5-6).

Como se pode notar, para Schaan, Beltrão e Silva (2008), a realização do simpósio estava embasada em formulações acerca da necessidade premente de uma postura interdisciplinar para lidar com um conjunto de questões referentes à região amazônica, de interesse antropológico, cujo logro não poderia ser obtido mediante a continuidade de empreendimentos investigativos apartados uns dos outros. Mas há algo mais ousado nas entrelinhas dessas justificativas. A interdisciplinaridade vindicada não pressupunha uma correlata interinstitucionalidade. A julgar pelo título do evento, pretendia-se mais. A interdisciplinaridade almejada passava por uma reunião física, ou seja, sob o mesmo teto, da Antropologia Sociocultural, da Bioantropologia, da Linguística e da Arqueologia. Partia-se de uma “necessidade epistemológica” para outra, derivada desta, institucional. Estava dado, ali, um passo decisivo em direção a este objetivo. 556 dias depois estariam abertas as inscrições para “o primeiro curso de **Mestrado e Doutorado com um foco específico em BIOANTROPOLOGIA do Brasil**” (PPGA/UFPA, 2010a. grifo nos originais) (Figura 5.2).

### **Brasil, 2010 - 2012**

No dia 25 de março de 2010 foi publicado o primeiro edital para o preenchimento de vagas nos cursos de mestrado e doutorado do PPGA/UFPA. Fato inédito na história mais recente da Antropologia brasileira, este é hoje o único programa na área de Antropologia / Arqueologia em que mais de duas áreas de concentração são



**FIGURA 5.2 Chamada para o segundo edital do PPGA/UFPA (2010) (Fonte: PPGA:UFPA)**

conjugadas, Antropologia Sociocultural, Arqueologia e Bioantropologia<sup>109</sup>. Nesse primeiro edital (PPGA/UFPA, 2010b) eram apresentadas as especificidades de cada uma das áreas de concentração, e para a Bioantropologia temos o seguinte:

**Bioantropologia:** Visa qualificar profissionais para que sejam capazes de atuar nas diversas interfaces entre Arqueologia, Antropologia Social e outras áreas teóricas e práticas, como na escavação e investigação de sítios arqueológicos onde existam restos esqueléticos humanos, na interação com pesquisadores interessados nos mecanismos biosociais que originam doenças entre populações tradicionais e grupos vulnerabilizados, em questões relacionadas à ética e bioética das pesquisas envolvendo seres humanos do presente ou do passado, em estudos sobre as relações entre biodiversidade e sociodiversidade, contribuindo, também, nas perícias na área de Antropologia genética e forense<sup>110</sup>.

Desde a criação do programa, já foram lançados quatro editais (PPGA/UFPA 2010b, 2010c, 2011 e 2012), num total de 48 vagas ofertadas para o curso de mestrado e

<sup>109</sup> O intuito inicial dos proponentes do PPGA/UFPA era o de se criar um programa no qual estivesse incluída, também, a Linguística, ou mais especificamente, a Linguística Antropológica, mas isso não acabou acontecendo. De todo modo, o quadro docente do programa conta hoje com um lingüista.

<sup>110</sup> Estas especificações não se alteraram ao longo dos anos.

**TABELA 5.1 Oferta de vagas para o PPGA/UFPA (2010 – 2013)**

EDITAL	TURMA	VAGAS		TOTAL / ANO
		M	D	
001/2010	2010	11	16	27
002/2010	2011	11	16	27
001/2011	2012	11	16	27
001/2012	2013	15	21	36
<b>TOTAL (2010-2012)</b>		48	69	117

69 para o de doutorado (Tabela 5.1). De acordo com o último edital (PPGA/UFPA, 2012), o programa conta com seis linhas de pesquisa distribuídas pelas três áreas de concentração, e algumas destas denotam, claramente, interfaces entre duas ou mais áreas.<sup>111</sup>

Esta mesma “pluralidade disciplinar” é observada na bibliografia exigida para as provas de conteúdo específico, com textos e autores associados à Arqueologia, à Antropologia Sociocultural, à Bioantropologia e mesmo à Linguística (Anexo C).

As cargas disciplinares dos cursos de mestrado e doutorado do PPGA/UFPA encontram-se estruturadas da seguinte maneira. Os pós-graduandos de cada modalidade devem cursar ao todo seis disciplinas, três obrigatórias e comuns a todas as áreas de concentração (“História do Pensamento Antropológico”, “Métodos e técnicas de investigação em Antropologia”, e “Seminário de Dissertação e Tese”), uma obrigatória da área, uma optativa da área e uma optativa comum. No caso da Bioantropologia, a obrigatória é “Fundamentos da Bioantropologia”, e as optativas são: “Crescimento e Desenvolvimento Humano”; “Antropologia Fisiológica”; “Evolução Humana”; “Genética Antropológica / Antropologia Molecular”; “Métodos e Técnicas de Pesquisa em Bioantropologia”; “Paleopatologia”.

Algo curioso ocorre com as optativas comuns, ou seja, independentemente da área de concentração escolhida, é possível cursar disciplinas associadas a cada uma das três. Até que ponto, contudo, mestrandos concentrados em Antropologia Sociocultural optam por disciplinas da Bioantropologia, ou concentrados em Antropologia Biológica

---

<sup>111</sup> As linhas são: “Povos indígenas e populações tradicionais”; “Paisagem, Memória e Gênero”, “Arqueologia Amazônica: Mudança Cultural e Significados”; “Patrimônio Cultural/Biológico e Arqueologia Pública”; “Socioecologia da Saúde e da Doença”; “Antropologia Genética e Forense”. Para maiores detalhes sobre as linhas de pesquisa, acessar o endereço eletrônico do programa: <http://www.ppga-ufpa.com.br/> (Acessado em 10 de junho de 2012). No decorrer deste capítulo, na ausência de especificação bibliográfica, as informações referentes ao PPGA/UFPA são provenientes da página eletrônica do programa.

cursam disciplinas da Arqueologia, e assim por diante, permanece uma questão inacessível a uma investigação como esta, baseada no levantamento de informações mais evidentes, disponíveis na página eletrônica do programa. Deste contingente percebe-se, claramente, que vários títulos aludem à área de Antropologia Biológica “sozinha”, como “Evolução Humana”, ou em interface com a Arqueologia (“Bioarqueologia”) e a Antropologia Sociocultural (“Antropologia Médica”), entre outros<sup>112</sup>.

O programa em apreço conta com três grupos de pesquisa específicos de Bioantropologia<sup>113</sup>, e seu corpo docente contabiliza 17 professores / pesquisadores distribuídos por um contingente de disciplinas para além das três áreas de concentração: Antropologia Social (4), Arqueologia (4), Bioantropologia (4), Filosofia (1), História (2), Linguística (1) e Sociologia (1).

Por fim, temos o corpo discente. Até a última data de acesso à página eletrônica do PPGA/UFPA, eram mencionados 43 estudantes ao todo, distribuídos pelas três áreas e pelas duas modalidades (mestrado e doutorado) (Tabela 5.2). Algo saliente nessa distribuição é a procura pela área de Bioantropologia, muito inferior à das demais. Do total, apenas dois haviam se enveredado pela área, um no mestrado e outro no doutorado<sup>114</sup>. Esta disparidade pode ser devida a uma série de fatores, a começar pelo ineditismo da oferta de formação em uma área caracterizada, até então, pela pouca visibilidade dentro do cenário antropológico nacional e a margem do sistema formativo universitário. Nesse sentido, talvez ainda fosse necessário algum tempo até que, no país, a palavra Antropologia volte a ser identificada, também, com estudos biológicos, como foi até meados do século passado, e não apenas com estudos de ordem sociocultural.

---

<sup>112</sup> As disciplinas optativas comuns a todas as áreas são: “Arqueologia e Representação do Passado”; “Tópicos Especiais em Antropologia”; “Antropologia da Paisagem”; “Antropologia e História - Fronteiras Impertinentes”; “Antropologia Forense”; “Antropologia Médica”; “Bioarqueologia”; “Cultura Material”; “Ecologia Humana”; “Estudos de Gênero e Sexualidade”; “Genética de Populações”; “Genética Forense”; “Leituras em Antropologia”; “Memória e Patrimônio Cultural”; “Objetos e Coleções Etnográficas”; “Paleopatologia”. Geralmente, disciplinas nominadas “Tópicos Especiais” ou “Leituras” em Antropologia dizem respeito a temáticas específicas desenvolvidas por um determinado professor/pesquisador, não sendo, portanto, necessariamente títulos associados a esta/estas ou aquela/aquelas área/áreas.

<sup>113</sup> “Laboratório de Estudos Bioantropológicos em Saúde e Meio Ambiente”, liderado por Hilton Pereira da Silva; “Genética Forense” e “Genética Humana e Médica”, ambos liderados por Sidney Emanuel Batista dos Santos. Já a lista com os nomes de cada um dos professores / pesquisadores, com seus respectivos currículos, pode ser consultada na página eletrônica do programa.

<sup>114</sup> Ainda não havia informações sobre os egressos (áreas de concentração e dissertações de mestrado).

Relacionado a este ponto, tem-se que, tradicionalmente no Brasil, sobretudo no período anterior à criação das graduações em Antropologia, sempre houve uma ponte “natural” entre a formação básica em Ciências Sociais e a pós-graduação em Antropologia (o mesmo ocorrendo com a Sociologia e a Ciência Política). Evidentemente, graduados oriundos de outras áreas podem acorrer para os cursos de pós-graduação em Antropologia, mas se pensarmos em termos de dois grandes conjuntos disciplinares, “Ciências Humanas” e “Ciências Naturais”, a contribuição das primeiras tem sido muito mais significativa.

O ponto ao qual se quer chegar com esta menção é que a inserção na Antropologia Biológica depende, também, de uma formação mínima em Ciências Biológicas que, por motivos óbvios, não pode e não é oferecida nos cursos de Ciências Humanas, muito menos no Ensino Médio. Castro Faria (2000a), aliás, já havia tocado nesse ponto ao tratar do ensino de Antropologia Biológica [Física] nas graduações de Ciências Sociais, História e Geografia dos anos 1940/1950. Havia uma deficiência do alunado desses cursos, egressos do antigo Segundo Grau (científico ou não), com relação a tópicos básicos da Biologia, especialmente da biologia humana. Para além de temas como “evolução humana” ou de uma informação teórica geral acerca do evolucionismo (especialmente para as proposições da síntese neodarwinista), os temas abordados pela Bioantropologia, especialmente se em interface com a Arqueologia e a Genética, exigem conhecimentos de, por exemplo, estrutura e fisiologia celular, aspectos básicos de genética, anatomia humana, taxionomia, biologia molecular, processos tafonômicos, estratigrafia, Zoologia comparada, modelos matemático-estatísticos etc. Não se trata de afirmar que esses e outros tópicos não possam ser contemplados de modo satisfatório ao longo de um curso de pós-graduação em Antropologia Biológica, mas a não familiaridade prévia com eles pode ser um fator de desestímulo precoce ao ingresso em um curso que, certamente, os exigirá.

Para além dos egressos dos cursos de Ciências Humanas, uma pós-graduação em Antropologia com concentração em Bioantropologia poderia atrair alunos provenientes, por exemplo, dos cursos de Ciências Biológicas. Mas entra aqui um terceiro aspecto que pode estar associado a essa baixa procura pela Bioantropologia dentro do PPGA/UFGA, independentemente da formação na graduação: o futuro. Haveria um mercado de trabalho para profissionais formados em uma área até então “inexistente?”. Questões desse tipo, e que guardam relações com o tópico do ineditismo, mencionado anteriormente, à medida que vinculada a incertezas quanto ao futuro profissional, pode

**TABELA 5.2 Distribuição do corpo discente do PPGA/UFPA por área e modalidade (2010-2012)**

<b>ÁREA</b>	<b>M</b>	<b>D</b>	<b>TOTAL</b>
Antropologia social	10	16	26
Arqueologia	12	3	15
Bioantropologia	1	1	2
<b>TOTAL</b>	23	20	43

incidir sobre as escolhas daqueles que optam pelo PPGA/UFPA. Em paralelo, é preciso mencionar, também, que a UFPA conta com um Programa de Pós-Graduação em Genética e Biologia Molecular (PPGBM/UFPA), que, possivelmente, pode “disputar” com o PPGA o interesse dos alunos. Inclusive, ambos os programas partilham alguns docentes. De qualquer forma, trata-se apenas de pressuposições acerca de um dado que, certamente, mereceria investigações mais aprofundadas.

Voltando à criação do PPGA/UFPA em si, como disposto em capítulos predecessores, o primeiro programa de pós-graduação em Antropologia do Brasil remonta ao final dos anos 1960, que é o do Museu Nacional (PPGAS/MN/UFRJ), criado em 1968, o qual contempla, apenas, a Antropologia Sociocultural. Esse quadro se repete em mais 14 programas espalhados pelo país. Já a Arqueologia, inicialmente inserida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP (PPGAS/USP), criado em 1972, encontra-se hoje contemplada de forma exclusiva em quatro programas e de forma conjugada com a Antropologia Sociocultural em outros três, além do PPGA/UFPA (ver Apêndice 2). A Linguística, por seu turno, aparece contemplada em pelo menos 32 programas dentro da grande área “Linguística, Letras e Artes” de acordo com a Capes.

Até 2010, portanto, a Bioantropologia encontrava-se, de fato, à margem do sistema de pós-graduação no país, e a formação dos profissionais a ela dedicada vinha sendo essencialmente feita ou por outras entradas, ou no exterior (raríssimos casos), conforme demonstrado, especialmente, no capítulo 2. Se este quadro irá se transformar de forma significativa daqui para frente, esta é ainda uma incógnita, porque, conforme discutido há pouco, a princípio a oferta de formação específica na área não necessariamente significa resposta a algum tipo de demanda reprimida ou mesmo abertura por parte do mercado de trabalho, mormente no âmbito acadêmico. Ainda mais porque, de certa maneira, e este foi o ponto de partida deste trabalho, a Bioantropologia permanece sendo, dentro do cenário antropológico nacional, algo pouco conhecido. Sob

pena de prover previsões que certamente esbarrariam em contingências da ordem da indeterminação, são contemplados apenas aos aspectos presentes.

### **Enquanto isso, nos Estados Unidos...**

**Anthropology a science? Statement deepens a rift:** Anthropologists have been thrown into turmoil about the nature and future of their profession after a decision by the American Anthropological Association at its recent annual meeting to strip the word “science” from a statement of its long-range plan. The decision has reopened a long-simmering tension between researchers in science-based anthropological disciplines – including archaeologists, physical anthropologists and some cultural anthropologists – and members of the profession who study race, ethnicity and gender and see themselves as advocates for native peoples on human rights (Nicholas Wade, 9 de dezembro de 2010).

**Antropologia é ciência? Parte de seus membros diz que não:** Decisão da Associação Americana de Antropologia de retirar a palavra “ciência” de seu plano de atuação de longo prazo acentua divisões internas da disciplina (Veja, 11 de dezembro de 2010).

As citações acima são apenas dois exemplos de como um evento ocorrido no âmbito da Antropologia norte-americana causou furor entre os antropólogos membros da AAA e tomou de assalto a imprensa internacional no final de 2010. A querela em questão é a “simples” substituição, dentro de um importante documento oficial da associação, o plano de atuação de longo prazo, da palavra “ciência” pela expressão “compreensão pública” ao designar o papel da Antropologia no escrutínio da humanidade em todas as suas dimensões. Até aquele momento, segundo a imprensa, estabelecia-se, nos documentos da associação, que o seu papel era o de “to advance anthropology as the science that studies humankind in all its aspects” (Wade, 2010). Na nova versão do documento, lia-se que “the purposes of the Association shall be to advance public understanding of humankind in its all aspects” (AAA, 2010). De acordo com uma nota explicativa anexada ao documento, a atualização tinha ocorrido de modo a facilitar a incorporação, dentro do quadro da associação, de uma variedade de profissionais que vinham se dedicando a temas de interesse antropológico. Essa nota era, também, uma resposta à avalanche de comentários e discussões que vinha circulando na internet, em torno do tema. Afinal, seria a Antropologia uma ciência? Ou

mais que isso, a quem interessaria uma desvinculação entre os substantivos “Antropologia” e “ciência”?

De modo sintético, depreendia-se dos comentários dispostos em *blogs* e *websites* que a discussão sobre se a Antropologia é ou não ciência nos Estados Unidos assentava-se num racha entre dois conjuntos de antropólogos com perspectivas radicalmente distintas dentro da AAA. De um lado estariam aqueles com uma orientação “mais científica” e simpática aos modelos teóricos e metodológicos das *hard sciences*, e, portanto, acusados de positivistas. De outro estariam os antropólogos com uma orientação mais interpretativa e “anticientífica”, acusados de centrarem sua atuação mais na militância política do que na prática profissional. Mas quem seriam os antropólogos cientistas e quem seriam os antropólogos anticiência? Nos comentários era mencionado que, se nem todos os antropólogos socioculturais poderiam ser alocados na ala anticiência, esta era composta, em sua quase totalidade, pelos representantes da Antropologia Sociocultural. Em certo plano, portanto, a discussão não era apenas em torno do “*status científico*” da Antropologia de um modo geral. Ela trazia a reboque o que Segal e Yanagisako (2005) apontam como sendo um “segredo de família” dentro do modelo institucional norte-americano, materializado na AAA e na estrutura dos departamentos de Antropologia: as constantes rugas entre as quatro maiores áreas, mais notadamente entre a Antropologia Sociocultural e certos setores da Arqueologia e da Linguística de um lado, e a Antropologia Biológica de outro.

A discussão sobre a cientificidade ou não cientificidade da Antropologia foi comentada, no Brasil, pelo antropólogo Luiz Fernando Dias Duarte, em sua coluna mensal na página eletrônica do Instituto Ciência Hoje, da SBPC, “Sentidos do Mundo”. Ao dissertar sobre o assunto, Duarte alocava a polêmica em torno da nova proposta da AAA dentro de uma tensão entre duas tradições filosóficas, o ideal iluminista de conhecimento objetivo (século XVIII), e o romantismo do século XIX, que pressupunha a subjetividade como condição inescapável da experiência humana. Para o autor, a Antropologia teria nascido no seio dessa tensão, e essa tensão teria se mantido viva dentro da Antropologia ao longo de todo o seu desenvolvimento histórico, estando presente em diferentes tradições e nas obras de distintos antropólogos, de Malinowski a Sahlins. Nesse sentido, segundo ele, não havia com o que se preocupar. A nova proposição da AAA expressava, ela mesma, essa tensão. Explicava ele:

A locução é muito interessante. O verbo em inglês é “*to advance*”, absolutamente característico do projeto iluminista – e, portanto, científico. Seu objeto é “*undertanding*”, que traduz normalmente em inglês a grande categoria da ‘compreensão’ (Weber é particularmente conhecido pelo seu ‘método compreensivo’ – o *Verstehen* alemão). E os complementos retornam ao argumento iluminista, sublinhando que deve ser algo “público”, a serviço de uma ‘humanidade’ – categorias igualmente constituídas no horizonte de afirmação da racionalidade moderna. **Não há, portanto, muito com o que se preocupar. A antropologia continuará a ser uma ‘ciência’ e um ‘saber’, estratégia de conhecimento e meio de compreensão. Manter essa tensão nunca foi fácil e não continuará sendo; como um grave desafio para cada antropólogo e para toda a comunidade dos que assim se consideram** (Duarte, 2011 – grifos meus)<sup>115</sup>.

Nesta saída salomônica para a aporia, contudo, apenas os dilemas entre “objetivistas” e “interpretativistas” dentro da Antropologia Sociocultural foram contemplados por Duarte. Caberia a um leitor comentarista chamar sua atenção para o fato de que as discussões geradas dentro da AAA iam muito além das diferentes posturas entre os antropólogos socioculturais. Não se tratava de um embate circunscrito à Antropologia enquanto uma ciência humana, mas à Antropologia, igualmente, como uma ciência natural e/ou biológica, ou mais especificamente, situada entre esses dois domínios, algo com o qual o autor prontamente concordou, acrescentando, inclusive, que, no Brasil, também existiria Bioantropologia, mais especificamente no MN/UFRJ.

**Inxpositivo:** Olá, boa noite. Parabéns pelo texto e pela coluna. Apenas uma pequena colocação, pois me parece ter faltado mencionar algo a respeito dessa discussão na antropologia norte-americana. Para quem teve acesso aos e-mails trocados, sabe-se que o debate envolve não apenas os “interpretativistas” e os “objetivistas” da antropologia cultural. O debate reflete também o que pensam e querem os antropólogos biológicos (sem contar os arqueólogos e os linguistas), pois, como se sabe, diferentemente do que ocorre no Brasil, a antropologia em outros países, sobretudo nos Estados Unidos, é reconhecida não só como antropologia social e/ou cultural. Lá antropologia também é biologia. Ora, sendo a antropologia também biologia, a questão do estatuto científico ou não da disciplina se apresenta muito mais complexa do que aquela envolvendo os movimentos internos às humanidades. Por que não discutir, também, a dimensão biológica da disciplina e de que modo ela está relacionada a este debate sobre o estatuto da Associação? Rememoro aqui, mais uma vez que, diferentemente do que se pensa no Brasil, em outras partes do mundo o antropólogo é tanto aquele que descreve e analisa um ritual religioso e qualquer outro fenômeno cultural/social quanto aquele que manipula moléculas de DNA no laboratório ou realiza trabalho de campo junto de primatas não humanos. Eis, portanto, uma pimenta das mais fortes a temperar o ânimo de cada partidário.

---

<sup>115</sup> Esta e todas as demais citações referentes ao texto de Luiz Fernando Dias Duarte encontram-se disponíveis em <http://cienciahoje.uol.com.br/colunas/sentidos-do-mundo/antropologia-e-ciencia> (Acessado em 12 de fevereiro de 2011).

**Luiz Fernando Dias Duarte:** Você tem toda razão quanto à questão da "antropologia biológica". Mas não é apenas nos EUA que ela existe: também no Brasil. Foi muito forte historicamente, até a II Grande Guerra, e hoje retoma fôlego em bases muito diferentes do evolucionismo morfológico (e eugenista !) daquela época. Na minha instituição, o Museu Nacional, estamos no mesmo departamento, os "sociais" e os "biológicos" – e nos damos muito bem, trabalhando juntos, por exemplo, no apoio à arqueologia. Mas o "objetivismo" não é privilégio dos antropólogos biológicos; há uma antropologia social evolucionista (ou evolucionária) para a qual a questão é também crucial.

Em resumo, a celeuma dentro da AAA parecia girar unicamente em torno da questão do *status* científico da Antropologia (sua visibilidade pública, principalmente), cujo tema, como bem apontado por Duarte, especialmente para o caso da Antropologia Sociocultural, remonta a uma tensão entre duas posturas diferentes sobre as possibilidades do conhecimento científico a partir de correntes filosóficas distintas. Só que ela trazia à tona, do mesmo modo, as tensões, desavenças e insatisfações acerca do modelo institucional norte-americano.

Toda esta digressão é para chamar a atenção para algo interessante. Mais ou menos no mesmo momento que a UFPA anuncia a criação do seu novo programa de pós-graduação em Antropologia, em que a junção institucional aparece como condição senão imperativa, ao menos importante para a interdisciplinaridade, o modelo no qual seus propositores se inspiraram, o norte-americano, com o seu *four-fields anthropology*, aparece publicamente como algo bastante fragmentado e posto sob intensa discussão. Ricardo Santos, que se formou nos Estados Unidos, mencionou esta faceta da Antropologia norte-americana em seu testemunho:

Nos Estados Unidos você tem congressos tanto de Primatologia como de Evolução Humana, da associação Human Biology, da American Association of Physical Anthropology, congressos que são da área de Antropologia Biológica. E você tem os outros congressos grandes, de Antropologia geral, da American Anthropological Association, que reúnem tudo. Isso falando idealmente, porque, na verdade, tem uma segmentação muito grande, e uma grande quantidade de antropólogos biológicos nem participa do congresso de Antropologia geral. E há disputas internas, nas revistas etc. Há tensões. Não é à toa que os departamentos estão se dividindo, se fundindo... É complicado. Essa coisa do *four-fields* existe nos Estados Unidos, mas é muito tenso. E, de certa maneira, não parece haver muito compartilhamento teórico na prática. Em algumas áreas talvez haja alguma coisa (RVS).

De acordo com Segal e Yanagisako (2005), a forma oficializada pela qual a Antropologia é apresentada nos Estados Unidos, quase como um “holismo estratégico”, não corresponde ao que se observa na prática. Esse holismo (Antropologia Sociocultural

+ Antropologia Biológica + Arqueologia + Lingüística) é defendido publicamente como algo “naturalizado”, que deve ser mantido como forma de resistência à fragmentação. Mas nos bastidores as coisas não funcionariam dessa forma, inclusive em termos de uma cooperação entre as diferentes subáreas. Sobre esse assunto, o levantamento feito por Borofsky (2002) parece revelador.

Robert Borofsky analisou todos os artigos publicados em *American Anthropologist*, entre 1899 e 1998, ou seja, em um século. *American Anthropologist* é a principal publicação da AAA (ver Capítulo 1), e como veicula artigos provenientes das quatro subáreas, é apresentada pela entidade como um símbolo da interdisciplinaridade dentro da Antropologia norte-americana. Publicamente seria vendida a ideia de que, desde os tempos de Boas, as páginas do periódico conteriam trabalhos marcados por uma extrema colaboração entre os diferentes campos. O levantamento, não obstante, mostrava haver uma distância entre a retórica e a prática, ou mais provocativamente, que isso não passava de um mito criado e reproduzido pelos antropólogos norte-americanos de geração a geração.

Borofsky analisou, em ordem cronológica inversa, 3.264 artigos publicados em *American Anthropologist*. Desse total, em apenas 311 (9,5%) aparecia alguma interconexão relevante entre duas ou mais áreas da Antropologia. E, detalhe, a maior quantidade de artigos com algum tipo de interconexão disciplinar relevante concentrava-se no período posterior aos anos 1970, o que significava a derrubada de um mito mais poderoso ainda, o de que, nos tempos de Boas e seus seguidores (final do século XIX – anos 1940), a colaboração entre as áreas era algo corriqueiro. Este período, caracterizado pela existência de antropólogos com um domínio titânico sobre os conteúdos da Antropologia Sociocultural, da Arqueologia, da Linguística e da Antropologia Biológica [Física], seria chamado “Era de Ouro” da Antropologia. O que Borofski percebeu em seu levantamento analítico é que, se por um lado, de fato, personagens como Franz Boas e Alfred Kroeber, e mesmo Alš Hrdlička, possuíam um vasto domínio sobre os conteúdos de pelo menos mais de uma área, por outro eles pouco faziam uso integrado desse domínio. Na verdade, cada um deles publicava diversos artigos em *American Anthropologist*, mas, em cada um desses artigos, contemplavam apenas uma especialidade.

Para Segal e Yanagisako (2005), o holismo defendido nos Estados Unidos tem suas bases na perspectiva evolucionária que guiou a Antropologia nos seus primórdios institucionais, em meados do século XIX, com a junção de três tópicos primários de

interesse: povos não-europeus (sociedades, culturas e línguas), relíquias humanas (artefatos e remanescentes ósseos) e primatas não-humanos. Para Clifford (2005), a persistência desse modelo por mais de um século foi possível graças a algumas concordâncias, articulações, rupturas e rearranjos desenvolvidos, na prática, por e entre cada uma das subáreas na constituição de suas fronteiras, o que ele chama de um “processo de disciplinarização”. Nesse sentido, a Antropologia norte-americana se caracterizaria menos pelo consenso do que pela administração das diferenças, o que, aparentemente, não seria um problema maior sob a ótica de Lederman (2005), mesmo porque, para esta autora, as fendas na Antropologia norte-americana não estão circunscritas ao nível interdisciplinar. Elas se encontram presentes dentro de cada subárea também, o que nos leva de volta às discussões em torno da proposição da AAA.

Decerto, a avaliação que Lederman faz do modelo institucional norte-americano difere daquela feita por Segal e Yanagisako (2005). Estes dois últimos veem os quatro-campos como uma imposição, uma espécie de atavismo ao evolucionismo que marcou o nascimento da Antropologia, com pouco ou nenhum benefício prático para cada uma das subáreas antropológicas. Em verdade, em suas ilações a dupla parece querer “defender” a Antropologia Sociocultural de uma constante ameaça, mormente da Bioantropologia. Não por menos, eles erigem uma provocativa questão aos seus colegas, antropólogos socioculturais:

We thus are brought to ask the following question of our colleagues in cultural-social anthropology who argue for holding on to holism: when was the last time that research on hominid evolution or primates was helpful to you to thinking about your ethnographic data (Segal e Yanagisako, 2005: 11)?

Eles mesmos respondem negativamente, asseverando, conforme mostrado na introdução deste trabalho, que a perspectiva holística na Antropologia serve apenas para constranger, limitar, a Antropologia Sociocultural. E esse constrangimento se faz de dois modos. Primeiro, a tão propalada síntese biocultural funcionaria, na verdade, como uma redução do cultural ao biológico.

(...) in this sense, such supposed syntheses operate to reinforce the Conteam model, which cultural and social phenomena are reducible to biology, which, in turn, is reducible to the laws governing inanimate matter (as studied by chemistry and physics), which, finally, are reducible to mathematics (Segal e Yanagisako, 2005: 11).

Segundo, o holismo é uma maneira de atacar o construtivismo e o interpretativismo da Antropologia Sociocultural. Em suma, para Segal e Yanagisako, dentro do modelo institucional norte-americano, a Antropologia Sociocultural estaria reduzida a travar uma batalha constante com um positivismo antropológico que não demonstra sinal de cansaço. Lederman (2005), por seu turno, até reconhece uma fundamentação histórica para o modelo *four-fields* nos Estados Unidos, mas não vê nisso uma camisa de força. Para ela, de fato, existem causas relacionadas à origem da Antropologia que respondem pela reafirmação contínua de que ela seria uma ciência dotada de quatro subáreas integradas em um mesmo arranjo institucional, e a mais significativa dessas causas é o engajamento da “ciência do homem” com a questão da “raça”.

Lederman está convencida de que foram os estudos em Antropologia Biológica [Física] que possibilitaram a Boas estabelecer o seu moderno conceito de cultura em desafio aos corolários que associavam “raça” e aptidões mentais na Antropologia, na passagem do século XIX para o século XX. Sua postura se aproxima das proposições de Stocking Junior (1968), para quem a crítica ao essencialismo racial no pensamento de Boas se estabelece, também, a partir dos seus estudos em Antropologia Física, ou seja, suas formulações teóricas, técnicas e metodológicas para os estudos físicos de Antropologia auxiliaram-no a desenvolver o seu moderno conceito de cultura da Etnologia [Antropologia Sociocultural] naquele momento. Portanto, de acordo com esse autor, para estabelecer o seu conceito de cultura na Antropologia Sociocultural, Boas teve que, antes ou concomitantemente, desvendar os mistérios biológicos em torno da “raça” por intermédio da Bioantropologia de seu tempo.

Para Lederman (2005), a crítica ao racismo na Antropologia só ganharia um *status* maior após a II Guerra Mundial, quando, segundo ela, finalmente, antropólogos biológicos e socioculturais chegariam a alguns acordos sobre a questão, e a Antropologia Biológica finalmente se renovaria. Em sua ótica, a proposição integrada de Boas acerca do assunto chegava a termo, então, com meio século de atraso, algo também mencionado por Stocking Junior. Mas para a autora, ainda hoje, embora os argumentos críticos sobre “raça” e racismo em Bioantropologia e Antropologia sociocultural possam ser articulados, esta articulação permanece de todo não realizada à medida que há, por parte de cada uma das vertentes, uma mútua simplificação dos argumentos de uma e outra nos planos público e acadêmico.

Em acréscimo, no artigo sob apreço, Lederman dá um testemunho da sua trajetória pessoal enquanto antropóloga sociocultural dentro da Antropologia norte-americana no contexto dos anos 1970. Ela procura mostrar que a circulação entre as diferentes subáreas esteve, durante um razoável período de tempo, muito mais associada a interesses particulares voltados para questões / objetos específicos do que a imposições institucionais, justo porque determinados temas demandariam conhecimentos produzidos para além das especialidades e, cientes disso, alguns antropólogos operaram esse trânsito. Sobre o assunto, Balée (2009) cita como exemplo os trabalhos do bioantropólogo Frank Livingstone, responsável pela elucidação das intrincadas relações entre mecanismos biológicos e culturais no que tange à anemia falciforme e à malária<sup>116</sup>.

Só que algo mudou nas últimas décadas. Para Lederman (2005), se antes esse trânsito era motivado por questões “criadas” dentro da própria Antropologia e pelos próprios antropólogos, agora muitos dilemas são colocados de fora para dentro, ou seja, eles provem de outros domínios, de outras frentes. Essa mudança no estatuto dos limites e alcances da interdisciplinaridade em Antropologia vem obrigando, cada vez mais, os antropólogos, não importando sua especialidade, a participar de interlocuções nem sempre bem vindas e bem vistas por eles, exigindo, inclusive, uma maior circulação por áreas para além dos quatro-campos. Ela cita como exemplo as proposições da Sociobiologia, de Edward O. Wilson, contra o que ele considerava ser o “caos” das Humanidades. Combater os reducionismos da Sociobiologia implicou e continua implicando, para os antropólogos socioculturais, uma incursão a áreas e temas que eles nem sempre viram com bons olhos<sup>117</sup>.

Posto isto, tanto para Balée (2009), como para Lederman (2005), ao contrário do que defendem Segal e Yanagisako (2005), o holismo na Antropologia norte-americana não se reduz à naturalização de um modelo institucional pura e simplesmente. Trata-se, também, de uma perspectiva que se abre para articulações as mais inesperadas e, das quais, inclusive, alguns bons frutos podem ser gerados.

O propósito principal com a invocação dessa discussão com relação ao modelo institucional vigente nos Estados Unidos é o de, através de uma postura comparativa,

---

<sup>116</sup> Mais sobre o assunto, ver Stanford, Allen e Antón (2009).

<sup>117</sup> O combate à Sociobiologia não se restringe à Antropologia Sociocultural. Em Stanford, Allen e Antón (2009) vemos como, para a geração de bioantropólogos treinados sob o espectro da “Nova Antropologia Física”, foi e continua sendo importante distinguir a postura e os interesses da Bioantropologia daqueles dos sociobiólogos.

relativizar os argumentos subjacentes à criação do PPGA/UFPA, em que um determinado arranjo institucional aparece como condição necessária para a interdisciplinaridade dentro da Antropologia. Contudo, é preciso salientar que o exercício comparativo aqui empreendido não pretende uma crítica gratuita ao modelo e à iniciativa em si. Ele procura mostrar que o modelo institucional dos quatro-campos, além de construído dentro de uma trajetória histórica específica, a dos Estados Unidos, não é visto da mesma forma por todos os profissionais que nele atuam. No Brasil, esse mesmo tipo de relativização tem sido aplicado à realidade dos cursos de Ciências Sociais, em que posicionamentos contrários e a favor a esse modelo de graduação são postos em diálogo, como na coletânea organizada por Grossi, Tassinari e Rial (2006), por vezes com implicações práticas e objetivas, como a criação dos cursos de Antropologia em separado. Particularmente, é possível asseverar que essas discussões expressam dinâmicas entre o que se espera e o que se pratica em torno de temas como a cientificidade da Antropologia, a validade do modelo institucional norte-americano e a interdisciplinaridade em Antropologia. Discussões essas que tangenciam as proposições que subjazem a criação do PPGA/UFPA, ou os recentes cursos de graduação em Antropologia no Brasil.

Voltando à Bioantropologia em si, no próximo tópico são expostas as expectativas dos quatro pesquisadores entrevistados com relação ao futuro da área. Será possível observar que, ao fazê-lo, a criação do PPGA/UFPA é mencionada em suas falas justo por se tratar de um acontecimento importante dentro da história da Antropologia Biológica em particular, e da Antropologia em geral, no Brasil, pelas diversas razões já mencionadas em diferentes momentos ao longo deste trabalho.

### **De volta ao Brasil - expectativas**

As considerações de Maria Cátira Bortolini, Ricardo Santos, Sheila Mendonça e Walter Neves sobre a situação atual da Antropologia biológica no Brasil foram expostas no capítulo anterior. Naquele, temas como a identidade do profissional atuante em Bioantropologia, contornos institucionais, possibilidades de interface, entre outros, foram comentados por esses quatro pesquisadores. A partir de agora, são reproduzidas aqui as falas referentes às suas expectativas com relação ao futuro da área no país. Estaria ela crescendo, mesmo fora dos *loci* associados à Antropologia de um modo

geral? Se sim ou se não, o que mais poderia ser feito e de que forma? Como a criação do PPGA/UFGA se insere no cenário atual da Antropologia (Biológica) brasileira e o que isso pode significar para a área a médio e longo prazos? Estas e outras questões foram tangenciadas pelos quatro pesquisadores, uns mais e outros menos, é verdade, e revelam um pouco das dinâmicas que estão em curso no momento, e que podem ter reflexos no futuro.

A começar pelo crescimento da área. Para Sheila Mendonça a Bioantropologia estaria experimentando uma expansão, mesmo fora dos departamentos e programas de pós-graduação em Antropologia.

Nós estamos crescendo em número. De um jeito ou de outro nós temos os multiplicadores (eu, o Walter...), essa geração que fixou o campo e retomou o seu crescimento, com uma geração formada. E a terceira geração já está a caminho, porque as pessoas que nós formamos estão formando pessoas, umas mais especializadas, outras mais generalistas. Eu vejo isso, uma expansão do campo. Vejo uma inserção lenta em diferentes lugares. Se não estão nos cursos de Antropologia, estão nos cursos de Arqueologia. E esse processo está se dando. Há um processo de expansão da produção. Coisas impensáveis há 30 anos. E isso é muito bom (SMFMS).

Para a pesquisadora da Fiocruz, um exemplo dessa expansão, mas dentro de um departamento de Antropologia, estaria na renovação do quadro profissional do Setor de Antropologia Biológica do MN/UFRJ (ver Capítulo 2). De acordo com ela, que fora orientanda de Marília Alvim e que, portanto, assistiu de perto todo o declínio pelo qual a Bioantropologia passou pelo MN/UFRJ até o ingresso de Ricardo Santos, nos anos 1990, as “expectativas não poderiam ser melhores” com relação ao futuro da área no Brasil. Um otimismo não experimentado pela sua orientadora. Mas, se por um lado ela nutre expectativas positivas sobre isso, por outro tais expectativas não a deixam “ansiosa”, “porque os processos transformativos”, e isso a história mostrou para ela, “são lentos e graduais”.

Então, para mim a perspectiva de futuro sempre foi muito mais forte e positiva. Eu não fico ansiosa se você me disser: “Hoje nós não temos uma formação de antropólogo biológico no Brasil”. Eu gostaria que tivesse, seria muito bom ter essas coisas estabelecidas. Mas uma coisa que eu aprendi é que é assim mesmo. A gente tinha nada e a gente tem hoje muito mais do que tinha. Eu sou positiva e terminei aquele artigo daquela forma, dialogando com a Marília, dizendo “não, Marília”. Passados quase vinte anos da posição pessimista dela, o quadro

se reverteu<sup>118</sup>. Reverteu, porque cada uma dessas pessoas que de, um jeito ou de outro, parecidas comigo ou não, ou se afastando, pegando o seu próprio rumo, está trabalhando na área. E quantas pessoas hoje nós temos, se não trabalhando exclusivamente com Bioarqueologia, ao menos fortemente capacitadas? É um número impressionante para a realidade que nós vivemos. Então, eu considero que está super bem-sucedido. E considero que uma consequência imediata disso vai ser uma estrutura de pós-graduação. Mais ano menos ano vai surgir uma estrutura de graduação, eventualmente. Quem sabe a gente não chegue mais rápido do que se imagina, de que é na graduação que esse negócio todo vai começar a se concretizar? Enfim, eu estou acompanhando e a coisa está acontecendo. O tempo dessas coisas não é um tempo muito curto e nem pode ser. Eu vi pessoas como o Castro [Faria]. Você pode fazer um esforço enorme, você acha que tem a oportunidade, você acha que tem o momento. Você tem aquele cargo e diz “vou criar isso”! Pode dar certo ou não. A gente volta atrás das coisas que a gente cria uma quantidade de vezes incontável. Você planta. Se a terra não está pronta, não vai nascer. E se você planta uma instituição e as pessoas não estão prontas, elas não vão levar aquilo adiante. Eu, pessoalmente, não tenho nenhum problema em deixar morrer o que eu plantei. Se não for para frente é porque não tinha água, a terra não estava boa. É porque as pessoas não queriam cuidar, é porque aquele jardim não tinha que estar ali. Eu acho que tem que ter o contexto, a circunstância, o momento histórico. Foi isso o que eu vivi a vida inteira (SMFMS).

Para Ricardo Santos, esta renovação do Setor de Antropologia Biológica do MN/UFRJ, contudo, do ponto de vista mais amplo do que é e concentra a Bioantropologia, é relativa, porque nem todas as especialidades estão ali representadas, o que ocorre em outras instituições.

O Setor de Antropologia Biológica se renovou, mas ele não se renovou em termos de uma Antropologia Biológica mais ampliada. Idealmente, ou em um modelo mais amplo, você deveria ter pessoas que atuem em Primatologia, em Evolução Humana, que trabalhem com populações contemporâneas e materiais ósseos contemporâneos, e que façam Paleoantropologia. Isso é o que você vê nas grandes instituições que possuem um programa mais consolidado de Antropologia Biológica (RVS).

Ricardo Santos, a exemplo da fala de Sheila Mendonça, também reconhece ter havido e continuar ocorrendo um crescimento da área no país. E como esse crescimento, com exceção do MN/UFRJ, sempre se deu fora dos departamentos e programas de Antropologia, assim como sua colega, ele também nutre o desejo de “ver esse

---

<sup>118</sup> O texto em questão é Souza SMFM (2011), em que se pode ler a seguinte passagem ao final (p. 65): “Mais atividade interdisciplinar faz pensar que talvez estejamos mais próximos daquilo que Castro Faria gostaria de ter testemunhado, quando do primeiro esforço para introduzir a antropologia física no ensino das humanidades. Novos desafios se apresentam continuamente aos que pesquisam, ensinam e estudam remanescentes humanos, mas decerto a condição neste início do século XXI é promissora, e o crescimento do campo já permite rejeitar o que Marília Alvim, em sua fase mais pessimista, manifestou: os antropólogos que estudam os corpos humanos são uma espécie em extinção no Brasil. // Não é verdade, Marília! Mesmo que por caminhos inesperados, a bioarqueologia e a paleopatologia estão firmes no Brasil.

movimento acontecendo no âmbito institucional da Antropologia”, como forma, inclusive, de “proporcionar um maior diálogo entre as especialidades”, algo que deveria ser pensado daqui para frente.

Eu acho que a minha experiência pessoal tem sido a de uma conversa muito intensa com os antropólogos sociais, os historiadores etc., particularmente de uns 15 anos para cá. Eu acho que esse diálogo é possível e pode ser muito produtivo. E depois que você supera algumas barreiras, essa interlocução pode gerar coisas muito interessantes. O que poderia ser pensado melhor é que, se se quer desenvolver áreas como a Arqueologia e a Antropologia Biológica dentro da Antropologia no Brasil, então isso vai ser daqui pra frente (RVS).

Em seu ponto de vista, esta inserção exigiria certas “transformações na estrutura institucional, curricular e teórica atual da Antropologia brasileira”.

Muitas coisas precisariam ser mudadas. Primeiro, eu acho que a formação de antropólogos biológicos e arqueólogos dentro de programas de Antropologia seria muito importante, e isso levanta uma série de questões em termos de uma formação teórica. Eu não sou especialista em Arqueologia, mas sempre ouvi dizer que uma Arqueologia de orientação antropológica é muito melhor do que uma Arqueologia que está fora da Antropologia. Eu sempre ouvi isso, desde a época de Bloomington. Ouço isso aqui também, no Museu Nacional. Eu acho que uma Antropologia Biológica mais antropológicamente informada, no sentido da ênfase nos contextos, inserida nos trabalhos etnográficos (e muitos antropólogos biológicos têm interesse nisso), de modo a pensar certos conceitos muito importantes para ela (classificação, “raça” etc.), pode ser bem interessante. Agora, para que isso aconteça dentro dos programas de Antropologia deveria haver processos seletivos que atraíssem essas pessoas (como me atraiu e atraiu outras pessoas). Deveria ter, também, uma diversidade de grades curriculares que permitissem esse tipo de formação e interação. Mas é a construção disso daqui para frente, e eu acho que seria muito importante se isso realmente acontecesse (RVS).

Mas como fazer isso, quer dizer, como “institucionalizar” a Bioantropologia no Brasil dentro do campo geral da Antropologia, a ponto de ela ser reconhecida como “uma dimensão da Antropologia”, e os seus profissionais reconhecidos como antropólogos? Para Sheila Mendonça e Ricardo Santos, um passo importante diz respeito a iniciativas que fomentem a “valorização da identidade do bioantropólogo”. Poderia haver, por exemplo, a oferta de “uma formação que permita aos seus praticantes”, porque muitos temas bioantropológicos no país são desenvolvidos por pesquisadores que não se entendem como bioantropólogos, “perceberem a dimensão institucional do seu trabalho”. Em suma, para ambos trata-se de oferecer ferramentas que permitam a essas pessoas e as gerações futuras “realizar uma ponte” entre a sua

identidade profissional e a sua prática de ensino e pesquisa, porque, em última instância, “as instituições e as disciplinas são as pessoas”.

A Antropologia Biológica está sendo institucionalizada. Se eu te disser “vamos criar um departamento de Antropologia Biológica separado”, você pode fazer isso. Isso delimita um espaço, um momento, uma coisa de poder. Como institucionalizar? Formar bem pessoas que, de fato, percebam a dimensão institucional do seu trabalho. Porque essas pessoas vão institucionalizar sim, a área. Eu estou aqui e outros colegas estão no Museu [Nacional da UFRJ], em outros lugares. Então, eu acho que formar pessoas que, de fato, gostam, queiram, são comprometidas, e são competentes, é o que abre o espaço nas instituições. Por exemplo, eu posso criar no organograma uma coisa que nunca funcione. As instituições são as pessoas (SMFMS) <sup>119</sup>.

A institucionalização da Antropologia Biológica deveria ser discutida no âmbito da ABA. E eu acho que seria muito interessante e importante reforçar, através de diversas iniciativas, essa identidade do antropólogo biológico. É algo que aconteceu no México e nos Estados Unidos, lugares onde você tem isso muito claro, porque isso dá visibilidade para a área. A construção de uma identidade, de um campo específico da Antropologia Biológica, no Brasil, não está se dando, não está acontecendo. Talvez porque os grupos estejam bem estabelecidos em suas áreas e se reproduzindo. No fundo é isso o que está acontecendo, ou seja, não é uma área que, absolutamente, está em crise. Pelo contrário. Agora, ao mesmo tempo, ela não se institucionaliza com contornos específicos (RVS).

Aliás, o papel da ABA em um processo como esse é destacado por Ricardo Santos mais de uma vez. De acordo com ele, para que a Antropologia Biológica no Brasil tivesse uma “expansão vinculada ao campo geral da Antropologia”, deveria haver, ao menos, um movimento encabeçado pela Associação, envolvendo outras instâncias da política educacional e científica do país, “de modo a se chegar ao cotidiano dos programas de pós-graduação”, algo que, para ele, certamente levaria muito tempo.

Para ser muito sincero, eu não vejo no horizonte a Antropologia Biológica ganhando espaço dentro do campo da Antropologia no Brasil. Para isso acontecer deveria haver, digamos, uma política científica da ABA. Eu não vejo a ABA pensando nessa questão como uma estratégia importante. Para funcionar, deveria haver uma série de acordos em determinados níveis, envolvendo o CNPq, a Capes, sociedades científicas... Enfim, intercâmbios políticos num determinado plano até chegar ao cotidiano dos programas de pós-graduação. Fazer com que os programas se movimentem para incluir coisas novas é complicado. Agora, uma mudança dessas não pode ser induzida numa escala temporal de três, quatro, cinco anos. Leva mais tempo. E há tantas áreas na Antropologia Biológica que poderiam ser expandidas... Por exemplo, a área

---

<sup>119</sup> A pesquisadora não está falando propriamente de si ou de uma pessoa em particular.

de Bioarqueologia no Brasil. Eu acho que ela é muito pouco desenvolvida ainda, e isso é Antropologia Biológica mesmo (RVS)!

E é no âmbito das iniciativas que o PPGA/UFGA aparece como um evento significativo dentro da história e do quadro institucional atual dos estudos bioantropológicos no país. Em termos gerais, a sua criação foi mencionada pelos quatro interlocutores sob uma perspectiva bastante positiva, embora cada um deles tenha feito ressalvas a aspectos pontuais. Essas ressalvas não necessariamente questionam a iniciativa, apenas discutem-na, por vezes a partir de experiências particulares, por vezes em uma perspectiva mais ampla, de modo a avaliar seus limites e alcances práticos dentro da estrutura institucional da Antropologia brasileira.

De acordo com Sheila Mendonça, o programa da UFGA seria fruto das experiências que Hilton Silva trouxe dos EUA, e que ele não pode introduzir no MN/UFRJ, uma instituição já “cristalizada”. Para ela, as “barreiras disciplinares” não são apenas de ordem científica, são de ordem política também e, por isso, a implantação desse modelo de programa no Pará talvez tenha sido possível por tratar-se de um grupo relativamente novo. Na fala da pesquisadora, observam-se certas consonâncias com as proposições de Bourdieu (1975, 1976, 2004) acerca das forças de mudança e permanência nas relações entre os agentes do campo científico.

Voltamos à questão do Castro [Faria]. Uma pessoa que teve uma experiência de formação, como o Hilton, fora do Brasil, volta com uma proposta que eu acho louvável, que eu acho fantástica! Acho que ele tentou um pouco aqui, mas como aqui você tem uma estrutura muito mais cristalizada... O Museu Nacional é uma estrutura em que a mudança é muito lenta. É como em qualquer instituição madura. As barreiras interdisciplinares são de ordem política, administrativa e acadêmica. Elas não são de ordem científica. Mas ao ir para a Federal do Pará ele entendeu que o espaço era um espaço (talvez sendo mais novo) mais aberto a esse tipo de inovação. Ao menos em termos de discurso, as pessoas concordaram. Havia uma necessidade de um programa de pós-graduação que trouxesse alguma coisa nova. Então eu acho que a tentativa dele foi válida (SMFMS).

Entusiasta do programa implantado no Pará, Walter Neves acha difícil o seu modelo se reproduzir em outras partes do país, especialmente em instituições mais “centrais e tradicionais”. Se isso ocorrer, em suas palavras, será nas “universidades periféricas”, ou com uma história mais recente, inclusive porque, assim como apontado por Sheila Mendonça, existem instituições em que os limites estão mais bem

cristalizados e, para ele, nos locais onde os antropólogos socioculturais são maioria, geralmente as possibilidades de interface são “praticamente inexistentes”.

Esse programa de pós-graduação lá no Pará é o primeiro que, pelo menos, é *Three-Fields Anthropology*. Acho remota a possibilidade de que isso se repita em outra instituição. Porque ali houve uma conjunção, vamos dizer assim, astrológica favorável, onde se juntaram antropólogos, arqueólogos e o Hilton, que foi meu aluno. O Hilton foi o meu primeiro aluno quando eu fui para Belém, em 86. Para você ver como as coisas demoram. Eu acho a iniciativa excepcional, mas eu acho muito difícil que ela se repita. Porque, como eu te disse, a Antropologia brasileira está cada vez mais ensimesmada. Eu não estou vendo um movimento no sentido de ampliar as interfaces. Com esse exagero do interpretativismo, dos estudos de forma de representação, isso virou um universo em si mesmo. Por isso eu acho muito difícil que isso se repita em outras instituições. E se isso acontecer, será em instituições na periferia, não em São Paulo, no Rio, em Minas. Se ocorrer, vai ocorrer em universidades “periféricas”. Nas centrais, onde você já tem uma demografia grande de antropólogos socioculturais, eu acho que é quase impossível que isso venha a acontecer (WAN)

Maria Cátira Bortolini também avalia como “positiva” a iniciativa da UFPA de criar um programa que contemple a Bioantropologia. Ao se colocar de uma posição confortável em termos institucionais, para ela o movimento empreendido por seus colegas geneticistas que aderiram ao programa só seria feito por ela à medida que “se sentisse desfavorecida” no seu núcleo de origem. Assim sendo, pessoalmente, ela continuaria fazendo Antropologia Biológica dentro do Departamento de Genética da UFRGS. Além disso, ela não saberia precisar se o empreendimento obteria logro a médio e longo prazo.

Faz tempo que eu não falo com eles [Sidney Santos e Andrea Kelly Santos, geneticistas incorporados como professores / pesquisadores ao PPGA/UFPA], mas eu acho uma iniciativa legal. Para mudar uma situação institucional... Por exemplo, eu estou muito confortável dentro da Genética Humana. Eu acho que se eles fizeram isso, de alguma forma eles estavam num momento em que eles achavam que iam conseguir construir algo em que eles se sentiriam mais confortáveis, institucionalmente, para executar o trabalho deles, que é parecido com o que eu executo. Eu não sei como é a situação lá no Pará, porque existe muita política departamental. Eu faria um movimento como esse só se eu não estivesse me sentindo confortável dentro do Departamento de Genética da UFRGS. Mas como eu estou, vou continuar trabalhando, sempre que possível buscando uma interface com colegas que trabalham o mesmo tema. Se a iniciativa do Sidney e da Andrea vai resultar em sucesso, eu não sei, pois só o tempo vai dizer também (MCB).

De qualquer forma, outro aspecto positivo relacionado à iniciativa da UFPA, para ela, estaria na possibilidade de se oferecer aos estudantes de Antropologia, no Brasil, aulas sobre evolução humana, algo sobre o qual ela e alguns outros interlocutores já haviam feito algum tipo de menção.

Eu acho interessante, porque parece que são pessoas de mente aberta para falar de biologia. E provavelmente haverá alunos que terão aulas de evolução biológica humana, o que eu acho que, na maioria dos cursos de Antropologia, não é oferecido. Eu acho bastante positivo. Agora, eu, do ponto de vista institucional, estou muito confortável, e à medida que tu estás confortável numa determinada situação institucional, o que eu vou continuar fazendo são essas interfaces com os colegas. Já escrevi trabalhos junto com o Ricardo [Ventura Santos] e o Marcos Chor [Maio], já participei de congressos da ABA também... (MCB)

Para Ricardo Santos, a iniciativa da Federal do Pará é bem vinda, e ela expressa mesmo o crescimento da área no país. Não obstante, certo cuidado deveria ser tomado: como titular pessoas se as instituições, especialmente de Antropologia, não estão contratando antropólogos biológicos?

Eu acho que há um esforço recente, da Universidade Federal do Pará, de criar um programa de Antropologia Biológica. É claro que eu acho importante o crescimento do campo da Antropologia Biológica, e eu acho que ele está crescendo. Isso aconteceu aqui dentro deste departamento [Departamento de Antropologia do MN/UFRJ] e está acontecendo em outros locais. As pesquisas em Antropologia Biológica no Brasil estão crescendo. Agora, eu acho que seria importante haver mais diálogo, nos mais diversos níveis, entre os geneticistas e os antropólogos sociais, entre os arqueólogos e os bioantropólogos... Quanto mais, melhor. Mas eu sou um tanto quanto cético com relação ao Brasil. Eu acho que nós temos que ser muito cuidadosos com a criação de cursos de Antropologia Biológica e com a titulação de pessoas como antropólogos biológicos em um contexto em que as instituições, principalmente em Antropologia, não estão contratando antropólogos biológicos. Eu acho que nós temos que tomar muito cuidado com isso (RVS).

Em suma, para Ricardo Santos “a oferta de formação não pode estar dissociada da questão da inserção institucional dos profissionais formados”. Esse tipo de preocupação é partilhado por Sheila Mendonça, para quem a questão do crescimento da área não se resume à “oferta de formação por intermédio de currículos disciplinares específicos”. Para além do PPGA/UFPA, ela deveria ser pensada a partir de uma lógica pragmática que leve em conta as expectativas do futuro profissional e a abertura do mercado para ele.

A gente tem uma tradição muito escolar, que é a tradição européia, de juntar e colar as coisas, mas, na verdade, a gente não trabalhou o processo pedagógico e o processo de formação a partir de uma visão pragmática do que é o público, do que é a realidade do campo de trabalho, de modo a definir as coisas. Utopicamente... É a situação do Hilton lá em Belém: “Idealmente eu queria o *four-fields*, mas...” O que é isso, na realidade? Então, esse é o ponto (SMFMS).

Ela vê ainda, com ressalvas, a possibilidade de se formar pessoas com habilidades reais de transitar em duas ou mais subáreas antropológicas dentro do Brasil, especialmente em termos de mestrado. Isso não quer dizer que o problema esteja em iniciativas similares a da UFPA. Pelo contrário. Para ela, o problema se insere em um domínio mais amplo, que é o da própria estrutura da pós-graduação no Brasil, em que se exige cada vez mais em prazos cada vez menores. Dessa forma, esse tipo de experiência talvez pudesse ser feito em níveis nos quais as possibilidades de trânsito disciplinar e os prazos fossem maiores, como nos cursos de graduação desacoplados da formação em Ciências Sociais e, eventualmente, de doutorado, porque, segundo Sheila Mendonça, “quanto maior o prazo, melhor pode se tornar a qualidade da formação”.

É como o Castro [Faria] pensou: a possibilidade de tentar. Estruturar um curso que não é de Ciências Sociais, que não é de Arqueologia. Um curso em que, de fato, se desse uma formação generalista de antropólogo, contemplando os campos, é até factível. Mas em quatro anos. Não em dois anos. Um ano com dez disciplinas de 45 ou 60 horas com uma pessoa pressionada para escrever um trabalho de dissertação. Então, eu acho que, idealmente, se oferece uma disciplina aqui, uma disciplina ali, mas formar a pessoa... Se a gente tivesse, talvez, doutorados, em que a carga disciplinar fosse alta (o que não ocorre), em que as pessoas tivessem, de fato, uma quantidade muito maior de aprendizagem de várias formas, pode ser. Mas em um mestrado isso é pouco provável. Então, eu acho que é voltando para a base. Agora, numa outra estrutura, em que o menino vai para a High School, vai para uma universidade onde ele tem uma permeabilidade muito maior em termos de estrutura curricular, onde ele faz a opção de correr de lá pra cá, de fazer disciplinas, onde ele compõe currículos... É outra estrutura (SMFMS).

Em resumo, para Sheila Mendonça, se iniciativas pontuais são muito bem vindas, um projeto mais amplo visando o desenvolvimento institucional da Antropologia Biológica no país deve contemplar “as suas especificidades históricas”. Isso porque, para além de conteúdos disciplinares, métodos, técnicas, existem as relações de poder que permeiam as políticas acadêmicas, inclusive no que se refere às chances reais de haver interdisciplinaridade. Para ela, mudanças são possíveis, é verdade, mas essas dependem de várias coisas.

Eu acho que a gente tem a nossa história, e é de dentro da nossa história que a gente vai criando ou construindo. A inserção institucional tem componentes que não são técnicos. Imagine! Já brinquei de fazer currículo de tudo o que é jeito, e não é esse o problema. O problema é que existe uma dimensão de política, uma dimensão de poder. Está publicado desde a década de 70 que a questão da interdisciplinaridade é uma questão de poder, não é uma questão técnica. Ninguém abre mão dos seus nichos de poder. É claro que as coisas mudam, não são imutáveis, mas é uma mudança que depende de uma série de circunstâncias (SMFMS).

### **Entre antropologias: é a interdisciplinaridade possível?**

Fico duplamente honrada de estar nesta mesa com ícones da antropologia brasileira, o professor Sílvio Coelho dos Santos (...), o professor Schmitz (...); o professor Salzano que, para mim, dá esperança para encontrar o elo perdido entre a dimensão social e as dimensões física e genética de nossa disciplina; e, finalmente, nosso querido professor Bernardo [Lewgoy] (Fonseca, 2006: 235)

Em sua retrospectiva histórica da Antropologia no Brasil, Salzano (2009) propõe uma questão que se encontra já exposta no título do artigo: “A Antropologia no Brasil: é a interdisciplinaridade possível”? Seu ponto de partida é uma pequena reflexão acerca da amplitude que pode ser atribuída ao termo “Antropologia”. Segundo ele, se em um nível mais abrangente “Antropologia” pode designar um conjunto mais ou menos amplo de disciplinas ou especialidades, abarcando, por exemplo, a Antropologia Sociocultural, a Arqueologia, a Linguística e a Bioantropologia, tal qual no modelo institucional norte-americano, em um âmbito mais restrito ela designa única e exclusivamente a história natural da espécie humana. Contudo, constata ele, essa história natural, ou o que poderíamos chamar de dimensão biológica do homem, não é contemplada nos cursos de Antropologia brasileiros, o que expressa certo desnível interdisciplinar. De acordo com sua exposição, reflexos desse desnível dentro da estrutura acadêmica brasileira podem ser vislumbrados na história da ABA e no desenvolvimento particular da Antropologia Biológica.

Com relação à ABA, em sua retrospectiva histórica, Salzano aponta para algo interessante. Dos 24 presidentes que a Associação teve entre 1955 e 2009, apenas quatro personagens não guardam uma associação estrita com a Antropologia Sociocultural. Estes, segundo ele, seriam Luiz de Castro Faria e Loureiro Fernandes (que podem ser parcialmente associados à Antropologia Biológica e à Arqueologia), Thales de Azevedo

(que desenvolveu alguns estudos bioantropológicos) e Yonne Leite (associada à Linguística)<sup>120</sup>. E no que tange à Antropologia Biológica, com exceção do MN/UFRJ, essa teria se desenvolvido, no último meio século, fora dos departamentos de Antropologia.

Inspirado em um texto de Roberto Cardoso de Oliveira acerca da interdisciplinaridade na Antropologia (Cardoso de Oliveira, 2006), Salzano faz uma proposição ao mesmo tempo em que marca uma posição para o caso brasileiro. Cardoso de Oliveira, ao falar da sua experiência como professor da Unicamp, com especial destaque aos seus esforços destinados à criação e consolidação do doutorado interdisciplinar em Ciências Sociais, explicita uma diferença que ele julga crucial entre duas perspectivas nominalmente similares, mas com contornos práticos diferentes: a multidisciplinaridade e a interdisciplinaridade. De acordo com ele, a primeira não passaria de uma mera associação de disciplinas organizadas conjuntamente em uma mesma estrutura institucional ou curricular. A segunda seria característica de espaços onde diferentes disciplinas convivem em diálogo permanente, experimentando certa tensão epistêmica. Ainda segundo ele, essa seria a melhor forma de se engendrar pesquisas científicas de ponta, postura essa defendida e experimentada há muito pelas *hard sciences*, mas pouco trabalhada no âmbito das ciências humanas. Assim sendo, ele afirma:

Para mim esta última alternativa [interdisciplinaridade] significava – e ainda significa – trabalhar verdadeiramente em pesquisas de ponta, seja aqui, seja nos mais competentes e afamados centros de pesquisa e ensino. Tal interdisciplinaridade talvez seja a única contribuição que as ciências rígidas ou *hard sciences* podem oferecer às ciências humanas, posto que não é segredo para ninguém que elas já atingiram um tal grau de cooperação interdisciplinar que se torna muito difícil admitir que a interdisciplinaridade decorrente não prevaleça na esfera da pesquisa e do ensino avançado (Cardoso de Oliveira, 2006: 56).

E é aqui que entram a posição e a proposição de Salzano para a Antropologia brasileira. Para ele, se há um tema em Antropologia em que a interdisciplinaridade é imprescindível é o da evolução humana, posto ser este um fenômeno não redutível a aspectos puramente biológicos. Em suas palavras,

---

<sup>120</sup> Embora Salzano não mencione, é importante lembrar que na primeira Reunião Brasileira de Antropologia, ocorrida no Rio de Janeiro, em 1953, Edgard Roquette-Pinto, antropólogo biológico [físico] do MN/UFRJ, foi condecorado com o título de seu presidente honorário. De todo modo, a ABA só viria a ser fundada, realmente, em 1955, por ocasião da II RBA. Para um panorama dessas reuniões, ver Corrêa (2003).

Se existe estudo no qual a interdisciplinaridade é considerada essencial, este é o da evolução biológica, e mais especificamente o da evolução humana. Devido ao seu caráter essencialmente sintetizador de fatos diversos, essas investigações se contrapõem à tendência reducionista que predomina na biologia hoje. Especialmente na nossa espécie as influências de fatores sócio-culturais, médico-epidemiológicos e de estrutura demográfica necessariamente devem ser consideradas em qualquer interpretação do nosso processo genético-evolucionário (Salzano, 2009: 24)

. De certa forma, Salzano está chamando a atenção da comunidade antropológica brasileira para algo que ele julga importante: o homem como espécie biológica enquanto objeto da Antropologia. E sendo o homem uma espécie cuja evolução não se reduz aos mecanismos biológicos, mas que também não está completamente dissociada destes últimos, essa mesma evolução não pode ser apreciada sem que se leve em conta as interconexões entre fatores biológicos e fatores socioculturais. Mas, ele questiona, estariam os antropólogos socioculturais dispostos a se enveredar por essa seara, ou reconhecer que o objeto da disciplina a qual se vincularam, e que atende pelo nome de Antropologia, não se reduz a qualquer uma de suas dimensões?

Salzano parece radicalizar a proposta de Roberto Cardoso de Oliveira para uma interdisciplinaridade na Antropologia ao dialogar com os antropólogos socioculturais brasileiros por meio do texto deste último. E o faz ao propor um diálogo que ultrapassa os seus limites internos (entre a Bioantropologia e a Antropologia Sociocultural) e externos, porque, segundo ele, para tratar da evolução humana, os diálogos entabulados pela Antropologia não podem se circunscrever ao leque de disciplinas das Ciências Humanas. Além disso, a interdisciplinaridade preconizada por Cardoso de Oliveira, como no caso do curso de Ciências Sociais, prevê a alocação de diferentes disciplinas dentro de um mesmo espaço. Por isso, falar de interdisciplinaridade em Antropologia no Brasil pressupõe, segundo ele, um questionamento da forma pela qual a disciplina encontra-se hoje estruturada no país.

A Antropologia, em seus primórdios, foi basicamente interdisciplinar e integradora. // Com o acúmulo de novas informações, de caráter diverso, tem havido uma tendência cada vez maior para a especialização em determinada sub-área. No caso do Brasil, os Programas de Pós-Graduação em Antropologia estão muito mais voltados à Antropologia Social ou Cultural do que às outras subdisciplinas. Não está na hora de revertermos esta tendência (Salzano, 2009: 24)?

Se, por um lado, as discussões em torno do modelo institucional dos Estados Unidos, o levantamento de Borofski (2002) e a história da Antropologia no Brasil não apontam para uma “ciência do homem” completamente integrada em seus primórdios, embora desejada, por outro o questionamento de Salzano procura desnaturalizar o caso brasileiro. De toda sorte, seria realmente possível estabelecer-se um diálogo entre a Antropologia Biológica e a Antropologia Sociocultural, independentemente, inclusive, de recortes e arranjos institucionais?

Ao longo deste trabalho procurou-se evidenciar várias das especificidades relacionadas ao desenvolvimento histórico e à situação atual da Bioantropologia no Brasil. Nesse intento, a questão do diálogo interno dentro da própria Antropologia como um todo, ou mais precisamente, entre os estudos de ordem biológica e sociocultural, proposta por alguns autores e, igualmente, pelos interlocutores, meio que se impôs. Como salientado na introdução, o intuito não é o de prover qualquer tipo de prescrição, mas pôr em evidência alguns posicionamentos sobre a questão do diálogo dentro da Antropologia pode enriquecer um pouco mais este trabalho.

Embora a questão do diálogo assuma certas peculiaridades dentro do caso brasileiro, porque guarda relações com o modelo institucional de ensino e pesquisa de Antropologia que se consolidou no país ao longo do tempo, ela ultrapassa limites espaço-temporais porque inserida em um longo e mais amplo debate em torno dos limites entre natureza e cultura (ver Capítulo 1). Em suma, a questão do diálogo, ou das tensões entre diferentes frentes disciplinares, não é um privilégio desta ou daquela tradição antropológica (no sentido de uma Antropologia brasileira, norte-americana etc.), e nem deste ou daquele modelo institucional. Ela é uma das bases sobre as quais aquilo que hoje reconhecemos como Antropologia se estabeleceu. Primeiro como uma ciência estritamente natural e, logo em seguida, como uma ciência natural e sociocultural à medida que o termo “Antropologia” passou a designar, também, os estudos desenvolvidos no âmbito da Etnologia.

Para um período mais recente, exemplos outros de propostas de diálogo entre a Antropologia Biológica e a Antropologia Sociocultural podem ser vistas nas reflexões de autores como Pálsson (2012) e Vérán (2012), mas sem que o aspecto institucional seja contemplado. Tais discussões tem se dado especialmente em função dos impactos sociopolíticos decorrentes do crescente prestígio e poderio adquirido pelas Ciências Biológicas de um modo geral, e da Genética, humana e não humana, em particular.

Em uma revisitação das discussões dispostas em Ribeiro e Escobar (2006), em que a Antropologia Sociocultural aparece desafiada e reformulada pelas transformações operadas nos sistemas de poder em escala global, Jean-François V éran (2012) propõe uma reformulação desse corolário ao mesmo tempo em que estende o debate para a Bioantropologia. Ele propõe que se reconheça o quanto, na verdade, a Antropologia (Biológica e Sociocultural), queira-se ou não, desempenha um papel importante nas redefinições atuais dos sistemas de poder que a desafiam. Em suma, antigas e novas categorias empregadas pelos antropólogos, como cultura, “raça”, grupo étnico e população, entre outras, estariam sendo, hoje, apropriadas pelos grupos tradicionalmente estudados por esses especialistas, com finalidades reivindicativas que não necessariamente se coadunam a novas perspectivas teóricas dentro da disciplina. Em sua ótica, o mundo nunca esteve tão embebido nas formulações dos antropólogos como atualmente, porque estes, mesmo não querendo, têm sido convidados a dar pareceres de autenticidade para esses grupos, garantindo-lhes, portanto, legitimidade frente a demandas políticas.

No caso específico da Antropologia Biológica, de acordo com V éran (2012), essa realidade assume características mais dramáticas porque ela tem o “poder” de oferecer evidências materiais para determinados assuntos políticos. Assim como no passado (ossos), no presente (DNA) a materialidade trabalhada pela Bioantropologia continua servindo de suporte para posturas por vezes antagônicas, podendo ser usadas contra ou a favor de determinadas reivindicações.

The power of biological anthropology relies on its capacity to provide hard evidence in key contemporary political issues such as origins, ancestry, anteriority, restitution claims, objective biological differentiations, or the impact of racism on human growth. This power is all the stronger in that it is reversible. It can potentially play against the native’s narratives or claims for anteriority and restitution (V éran, 2012: S252)<sup>121</sup>.

---

<sup>121</sup> O poder atribuído à materialidade das evidências estudadas pela Antropologia Biológica também pode ser estendido à das evidências arqueológicas. Na história da Arqueologia não são incomuns menções ao papel desempenhado por arqueólogos em projetos nacionalistas e imperialistas. Siân Jones (1997), por exemplo, discute como durante quase todo o século XX a identidade étnica se constituiu como um tema central para a Arqueologia, e na coletânea organizada por Funari, Orser Junior e Sciavetto (2005), são debatidas as relações entre prática arqueológica, política e poder em diferentes contextos. Um resumo crítico desta coletânea pode ser visto em Gaspar Neto (2004). Para um caso brasileiro envolvendo reconhecimento étnico e laudos antropológicos, mas que também perpassa pela cultura material, ver Oliveira Filho e Santos (2003).

Para o autor, em conjunto, o que o tema do poder no mundo contemporâneo traz para ambas as vertentes é que o “positivismo” da Bioantropologia, ancorado no aprimoramento teórico e metodológico experimentado a partir da “Nova Antropologia Física” de Washburn, e o “excesso de culturalismo” da Antropologia Sociocultural, ambos uma espécie de medo de cometer no presente os mesmos erros dos tempos imperialistas e nacionalistas, devem ser revistos. Em sua visão, trata-se mesmo de uma irresolução epistemológica dentro da “ciência do homem”. Qual o papel da Antropologia em um mundo caracterizado por tantas disputas ideológicas e políticas? O que ela explica? E se explica, como fazê-lo? Essa irresolução não só precisa ser encarada como deve sê-lo a partir de um diálogo.

The irresolution needs to be faced. But for that to happen, the two branches of the field need to face each other in a more systematic and integrative way. “Useless intellectualism” on one side, “heresy” on the other: it is not true that images of reciprocal representation are not always flattering? Getting rid of clichés, we might find that cultural anthropology can deal with its issues by actively helping biological anthropology resolve its own. For example, social anthropology as a discipline can undertake the work of showing, even in the “new” scientific order, that a bone is not exactly just a bone. It can participate in the work of remembering that classifications and categories are “moods” and “tones” (in the words of the nineteenth-century semiotician Charles S. Peirce) rather than the products of objective observation alone. It can play an active role in guiding political interpretation and social uses of technical data and making it clear that DNA ancestry does not “prove” any identity and does not account for human cultural diversity. Symmetrically, biological anthropology can help mitigate the excesses of culturalism and relativism by demonstrating what Pálsson (2012) called the “biosocial relations of production” and holding tight to the irreducibility of human evolution to cultural revolutions. Human biology is a fundamental resource for the demonstration that the political ideology of race and all sorts of social essentialisms produce real biological consequences on human growth and health, as in Noel Cameron’s project in South Africa. Finally, biological anthropologists can become a part of dissolving the obsession of ontology in the biological reality on global dissemination (Véran, 2012: S254).

Por sua vez, Pálsson (2012), ao tratar das redefinições que vem sendo operadas em torno da variabilidade biológica humana a partir da Antropologia Biológica, ou mais precisamente, da Antropologia Genômica, chama a atenção para a importância de uma interlocução entre essa última e a Antropologia Sociocultural na busca por uma compreensão mais integrada e, portanto, mais satisfatória do momento atual. Segundo ele, como bem demonstram os estudos sobre ancestralidade genômica, predisposições a determinadas doenças, caracterização de populações biologicamente “isoladas” ou “miscigenadas”, seja para fins acadêmicos ou para propósitos comerciais, domínios

tradicionalmente concebidos como dissociados, o social e o biológico encontram-se em franca, crescente e contínua integração. E essa integração põe sob desafio uma Antropologia compartimentada em duas vertentes que não dialogam entre si.

The big challenge for anthropology now is to realign the biological and the social on new terms in a nonreductionist fashion. We can continue to craft our professional selves on two different tracks and to practice the study of *anthropos* as if it involved the investigation of two radically separated domains, defending the subdisciplinary boundaries as if they were engraved in our subjects, but it would be both ethnocentric and out of time. It is time to rethink the field on the assumption that *Homo sapiens* is an undivided being and that decoding it – to the extent that the language of “decoding” is the appropriate one – requires integrative perspectives that in the absence of a better nondualistic language resonate with our biosocial natureculture. This will not be easy, but it is the only meaningful way to go (Pálsson, 2012: S194).

Conforme afirmado anteriormente, ambas as propostas discutem a questão do diálogo sem mencionar a operacionalidade disso no plano concreto dos arranjos institucionais, a exemplo do que faz Hodder (2005) com a Arqueologia em sua relação com a Antropologia Sociocultural dentro do modelo norte-americano, negando a esta última o papel de meta-ciência da primeira, e clamando por uma interlocução disciplinar para além dos departamentos quatro-campos. Contudo, elas parecem propositivas, também, para uma revisão da estrutura institucional da Antropologia em diferentes contextos. Se, como Pálsson (2012) e Véran (2012) apontam, os dilemas contemporâneos envolvendo biologia, cultura e sociedade não podem ser encarados satisfatoriamente sem que haja uma articulação entre os dois domínios da Antropologia, como esse diálogo poderia se concretizar dentro de uma estrutura acadêmica onde uma dessas dimensões (Biológica) não encontra abrigo, com raríssimas exceções, nos espaços em que a outra (Sociocultural) predomina ou se apresenta como única possibilidade em termos de formação e desenvolvimento de pesquisas?

Esse, talvez, seja um dos maiores desafios apontados pelos interlocutores durante o trabalho de campo, posto que, para eles, grosso modo, as possibilidades da Antropologia Biológica no Brasil se estruturam sob a rubrica de “Antropologia” nos espaços em que se ensina e se faz “Antropologia”, vai muito além de redefinições teóricas e epistemológicas, ou de uma mudança na postura para com determinados temas – no caso, os que envolvem as proposições da Bioantropologia e áreas afins sobre “um objeto” que ela partilha com a Antropologia Sociocultural e outras Ciências Humanas, o homem. Para os entrevistados, ela esbarra em um conjunto de questões

práticas em diferentes níveis, o que exige a mobilização de atores os mais diversos (ver parte final do Capítulo 4). Dessa forma, se para Sheila Mendonça a estrutura geral do ensino superior no país não pode ser ignorada, posto ser ela específica à nossa trajetória histórica, para Ricardo Santos, o incentivo à Antropologia Biológica no Brasil deve envolver macroinstâncias científicas e políticas, como a ABA e as agências de fomento, inclusive em função do tema mercado de trabalho. Em uma escala mais micro, Maria Cátira Bortolini faz alusão à importância da receptividade, no cotidiano dos departamentos e programas de Antropologia, para que possa haver uma migração dos “bioantropólogos” para o seu interior, enquanto Walter Neves menciona a resistência, dentro das instituições mais tradicionais, a determinadas mudanças e temas.

Em meio a tantas questões, e dado todos os aspectos discutidos neste trabalho deste a sua introdução, não é de todo surpreendente que a criação do PPGA/UFPA desponte para essas pessoas como uma pauta importante nas discussões sobre o futuro da Antropologia Biológica no país. E aqui cabe uma pequena interpretação do que pode estar em jogo. Tal iniciativa, inédita, mobiliza dois planos concomitantemente, o epistemológico e o prático (Bourdieu, 1975, 1976). Aparentemente, ela pressupõe uma formação teórica (e talvez prática) em Antropologia que, se não capacita o profissional formado por ela a atuar com a mesma desenvoltura em três áreas distintas, ao menos o sensibiliza (ou procura sensibilizar) para as proposições feitas sobre determinados temas, afins ou não, por aquelas especialidades nas quais ele não se especializou. Além disso, para que a oferta de uma formação como esta pudesse se concretizar, certamente interesses, partilhados ou não, tiveram que ser ajustados, recursos materiais tiveram que ser obtidos, políticas acadêmicas foram vistas e revistas, apoios das mais diversas ordens tiveram que ser conquistados etc.

Se a iniciativa obterá logro, se ela precisa ou não de ajustes, se ela terá um impacto maior ou menor a ponto de, talvez, iniciar um processo de abertura para a Bioantropologia dentro de outros departamentos e programas de Antropologia brasileiros, o que implicaria uma redefinição do modelo institucional atual, isso só o futuro dirá e não cabe especulá-lo, ao menos no âmbito deste trabalho e no que compete às suas ambições.

Em verdade, parece não haver fórmulas prontas para uma real integração entre a Antropologia Biológica e a Antropologia Sociocultural, ou entre cada uma delas e outras disciplinas, ou ainda entre ambas e outras especialidades. Em reflexões como as de Salzano (2009), Pálsson (2012) e Véran (2012), o que vemos são propostas de

superação. Algo presente na proposição de Ian Hodder (2005) a esse respeito para a Arqueologia e a Antropologia Sociocultural nos Estados Unidos, por exemplo, parece ressoar nas falas de alguns dos interlocutores. Para Hodder, o problema não se resume às tensões entre Arqueologia e Antropologia Sociocultural especificamente. A questão está na limitação a um número “X” de interlocutores previstos pelo modelo dos quatro-campos nos Estados Unidos, de modo que ele questiona: o que há para além dessa fronteira, ou melhor, por que apenas quatro-campos e não quantos campos forem possíveis, com base em alianças as mais variadas em torno de determinados temas, para a Antropologia?

Como observado neste e no capítulo anterior, de modo similar a Ian Hodder, os entrevistados não advogam um diálogo a todo e qualquer custo entre a Antropologia Biológica e a Antropologia Sociocultural, e sim, a partir de determinados temas cujo tratamento poderia se beneficiar de uma contribuição conjunta de ambas as partes. Mas como viabilizar isso nos dois planos, epistemológico e institucional, permanece ainda uma discussão em aberto.

Dentro deste quadro de discussões, o PPGA/UFGA pode ser interpretado, de certa forma, como uma espécie de movimento em direção à superação dessas barreiras e, ao mesmo tempo, ao lado de outras iniciativas, como os programas integrados de Arqueologia e Antropologia, de reavaliação do modelo institucional de ensino e pesquisa em Antropologia vigente no país. E em termos de conjunto, o que iniciativas e discussões como as consideradas aqui parecem mostrar é que, para uma interdisciplinaridade em Antropologia nos moldes propostos por Cardoso de Oliveira (2006), ou uma resposta ao questionamento feito por Salzano (2009), talvez redefinições epistemológicas e institucionais não possam estar dissociadas, inclusive como forma de (re) estabelecer os elos aparentemente perdidos entre as duas faces de uma mesma moeda chamada Antropologia. Mas essa questão permanece em aberto e, certamente, demandaria outra tese.

## CONCLUSÃO

### A OUTRA FACE DO CRÂNIO

Eu abri este trabalho com o relato de uma experiência particular ocorrida há quase uma década, expondo como o meu primeiro contato com a vertente biológica da Antropologia se deu fora do contexto da minha formação acadêmica no curso de Ciências Sociais. Acresci a esse relato uma série de argumentos, dispostos não só na introdução, mas em várias outras partes da tese, inclusive de modo exemplificado, como, grosso modo, a palavra “Antropologia” praticamente se tornou sinônimo para Antropologia Sociocultural no Brasil. Ainda no início eu falava de um desconhecimento, total ou parcial, entre as gerações mais recentes de estudantes e pesquisadores brasileiros em Antropologia e Ciências Sociais, da existência de estudos biológicos executados por antropólogos. Na oportunidade eu mencionei que esse desconhecimento exteriorizava-se em pelo menos dois tipos de reações quando eu expunha publicamente o meu “objeto de estudo”, e que essas, assim como a equação Antropologia = Antropologia Sociocultural, eram um reflexo da forma pela qual a disciplina se desenvolveu e se institucionalizou no país, especialmente nos últimos 50, 60 anos.

Alguém poderia asseverar ser um exagero supor haver um desconhecimento quase completo, por parte da comunidade antropológica brasileira, da existência de uma dimensão biológica na Antropologia, e que a minha experiência, assim como as reações por mim observadas, são contextuais. Não de todo, e estou convencido de que, mesmo assim, entre “saber que existe” e “conhecer” há uma diferença significativa, e que se o contrário fosse verdade, mais de meio século não teria se passado entre os balanços feitos por Luiz de Castro Faria, nos anos 1950, e este trabalho, no alvorecer da década de 2010, no Brasil. E aqui cabe uma comparação entre as duas produções, não para atribuir valores a cada uma delas, e sim para chamar a atenção para um ponto em comum entre elas: ambas partem de uma perspectiva histórica para chegar, aqui parafraseando o próprio Castro Faria (2000a), ao “estado atual da Antropologia Física / Biológica no Brasil”. Se realmente é possível encontrarmos uma “abundante” literatura sobre a Bioantropologia brasileira para o período que se estende do final do século XIX à primeira metade do século passado, o mesmo não se aplica ao período posterior aos anos 1950/1960 – aqui a literatura é, literalmente, exígua. Além disso, como bem

lembrou Lima (2000: 9) ao prefaciar a (re) publicação de parte da obra de Castro Faria nas áreas de Etnologia, Arqueologia e Antropologia Biológica,

Os textos coligidos neste segundo volume de *Antropologia – escritos exumados* reapresentam ao público acadêmico estudos que hoje estão distantes da formação comum do antropólogo no Brasil: aqueles voltados para um momento da trajetória histórica de nossa disciplina em que mensurar ossos, escavar sítios, descrever e desenhar peças de coleções científicas eram parte da rotina diária do pesquisador em nossa disciplina.

Como se vê, há tempos pouco se sabe, entre os antropólogos formados na estrutura institucional vigente, do que se ocupa a Antropologia Biológica e menos ainda do que tem se ocupado aqueles que atuam nesta dimensão da Antropologia, inclusive no Brasil. No máximo, por vezes atualiza-se para o presente uma realidade do passado. E tanto o é que nesse mesmo prefácio Lima faz (2000: 9-10) uma espécie de alerta:

Se considerarmos que os estudos de cultura material vêm sendo retomados em outras bases, que as interações entre a biologia humana, o meio ambiente e as formas culturais são matéria de vertentes contemporâneas da disciplina Antropologia, preocupada com os problemas de desenvolvimento sustentável de populações humanas, para citar apenas algumas interseções que encontram longos ecos no passado, esta reedição é mais que bem-vinda. Oxalá se passe, então, a ministrar a “história da antropologia no Brasil” como parte dos *curricula* acadêmicos rotineiros.

Constatado este distanciamento de que nos fala Lima, propus-me, então, a mostrar que passados mais de século e meio desde os primeiros movimentos de institucionalização da Antropologia em diferentes partes do mundo, ela jamais passou da condição de uma ciência biológica para uma ciência social, como defende Laraia (2005). Ela permanece sendo uma ciência associada à dimensão biológica e (também) sociocultural do *Homo sapiens*, algo constatável quando olhamos para diversas associações e sociedades antropológicas distribuídas em vários países, ou, por exemplo, para determinados eventos internacionais, inclusive aqueles recentemente indicados pela ABA, como o “XII Congresso da ALAB”, o “17º Congresso Mundial da IUAES” e o “54º Congresso Internacional de Americanistas”<sup>122</sup>.

---

<sup>122</sup> As respectivas páginas eletrônicas desses eventos são as seguintes: <http://xii-congreso-alab-2012.org/>; <http://www.iuaes2013.org/>; <http://ica2012.univie.ac.at/index.php?id=68477&L=20>.

De um plano global voltei-me para o Brasil a fim de mostrar que, também aqui, os estudos biológicos em Antropologia não são uma coisa inexistente, “do outro mundo” ou, ainda, circunscrita a um passado remoto. Pelo contrário. A Antropologia Biológica jamais deixou de ser praticada no país. O que ocorre é que, em função de desdobramentos ao longo de sua trajetória histórica, essa área acabou se desenvolvendo institucionalmente de uma maneira *sui generis*, ou mais precisamente, em espaços que não os departamentos e programas de pós-graduação em Antropologia, com raríssimas exceções, como o MN/UFRJ e o recém-criado PPGA/UFPA. Ao proceder esta evidenciação, procurei destacar como, a partir dos anos 1950/1960, a história da Bioantropologia brasileira tomou um curso duplamente qualificado, posto que as novas orientações teóricas e metodológicas da então chamada “Nova Antropologia Física” se fizeram sentir primeiramente nos estudos genéticos, e só muito posteriormente haveria uma reconfiguração dos estudos morfológicos.

Se compreender determinados aspectos do presente a luz do passado era um passo inicial necessário, este movimento por si só não seria suficiente para prover um quadro mais ou menos amplo do estado atual da Antropologia Biológica no país. Lancei-me então ao levantamento de um conjunto robusto de dados, associado a uma interlocução com quatro pesquisadores seniores da área, para prover este quadro. Foi possível constatar, então, que a Bioantropologia brasileira, embora praticada por uma quantidade diminuta de pesquisadores, em sua quase totalidade sem formação específica na área, e pouco percebida dentro do país, possui uma relativa inserção internacional, dada, principalmente, em função da publicação de trabalhos, muitos deles em língua inglesa, em periódicos estrangeiros devotados à Antropologia Biológica. Além disso, detive-me em parte da produção desses quatro pesquisadores de modo a fornecer exemplos de temas e pesquisas biológicas em Antropologia desenvolvidas no país nos últimos 20, 30 anos, dentro de quatro frentes - Genética de Populações Humanas, Bioarqueologia, Antropologia Biomédica e Paleoantropologia.

Outras questões, como a identidade do “bioantropólogo” brasileiro, as possibilidades de captação de recursos para a execução de estudos biológicos em Antropologia no Brasil, as expectativas com relação ao futuro, entre outras, foram tangenciadas, e creio não ser o caso aqui de revisitá-las todas, mesmo porque, encontram-se já expostas ao longo de todo o trabalho. Gostaria apenas de fazer mais um pequeno apontamento com relação ao que encontrei neste meu empreendimento.

Embora esta tese não tenha se ocupado extensivamente do debate natureza *versus* cultura, parece prevalecer entre os cientistas sociais em geral, e os antropólogos socioculturais em particular, conforma salienta Wade (2002), a ideia de que qualquer proposição e/ou investigação biológica acerca do homem não ultrapassa vincula-se a um determinismo biológico. Propostas de uma interlocução mais ousada entre Antropologia Sociocultural e Biologia como, por exemplo, aquelas de Tim Ingold (1990, 1990, 2006a e 2006b), são ainda poucas, talvez porque abordagens desse tipo proponham uma dupla revisão de postulados e princípios: da Biologia a partir das Ciências Sociais e das Ciências Sociais a partir da Biologia. No Brasil, mesmo um desconhecimento parcial, e não absoluto, da contraparte biológica da Antropologia, responde por certas posturas que advogam ser ela algo do passado e, se de alguma forma chegou ao presente, provavelmente permaneceu a mesma. Neste imaginário, o antropólogo biológico pode ser representado como aquele tipo de profissional dedicado à mensuração de ossos humanos para o estabelecimento de veredictos comportamentais embasados pela crença na existência de “raças”, ou como alguém que olha para o mundo através de um crânio racialmente essencializado. Ora, este quadro, relativamente verdadeiro para o período que se estende da segunda metade do século XIX à primeira metade do século passado, parece não se aplicar à realidade contemporânea da Antropologia Biológica como um todo<sup>123</sup>.

Ora, ao me lançar ao escrutínio da Antropologia Biológica brasileira me deparei com uma área que reinventou se reinventou teórica, técnica e metodologicamente a partir de esforços particulares em diferentes frentes. Os crânios e ossos permanecem, mas ao seu lado, por vezes em disputa, passeiam moléculas como as proteínas e os ácidos nucléicos. E mais interessante, de modo inverso ao que se observava nos primórdios da área, na maioria dos casos é a dimensão sociocultural que responde e auxilia na elucidação de determinados fenômenos biológicos, seja em populações vivas ou do pretérito, o que pode ser visto em vários dos exemplos dispostos por todo o terceiro capítulo, ou nos exemplos utilizados por Salzano (2012) para o tema da evolução humana. Nesse ponto e em termos gerais, mais do que se beneficiar do alinhamento a alguns dos princípios do neodarwinismo, a Antropologia biológica incorporou contribuições advindas de frentes disciplinares as mais diversas, da Etologia

---

<sup>123</sup> Importa destacar que mesmo dentro do espírito de uma época predominantemente descritiva e raciaalista, a Antropologia Biológica [Física] da virada do século XIX para o século XX contou com personagens discrepantes, como Franz Boas, nos Estados Unidos, e Edgard Roquette-Pinto, no Brasil.

à Psicologia, da Química à Matemática, da Medicina à Arqueologia, passando, inclusive, pela Antropologia Sociocultural. É a tudo isto que estou metaforicamente chamando de “a outra face do crânio”.

Eis, então, o que eu considero ser outra possível contribuição deste trabalho para além de prover um mapeamento da situação institucional da Bioantropologia contemporânea no Brasil. Ribeiro e Escobar (2006) falam da necessidade de se pensar o tema da diversidade das Antropologias em um nível global, e advogam que o projeto “Antropologias mundiais” (*World Anthropologies*) pressupõe a abertura de espaço para diferentes epistemes antropológicas. Trata-se de uma iniciativa política e intelectual que não se coloca de modo contrário à unidade internacional do campo, apenas pretende que essa unificação não se dê a partir de hegemonias. Tal postura, segundo eles, certamente incidiria sobre a formação dos antropólogos ao redor do mundo. Em suas palavras,

This process would apply whether one believed in the unity of the Field or whether, alternatively, one favored the Idea of multiplicity; indeed, both perspectives are represented in this volume. If the former, we are talking about anthropology as unified field, but in a nonhegemonic ways, an open-ended unity that admits of diversity. If the latter, we might see world anthropologies as fostering diversatily – understood as giving up of classical notions of universality and seeing in diversity the main principle of creativity. We suggest that we must keep these two visions in tension (Ribeiro e Escobar, 2006: 24).

Assim como Véran (2012) estendo essa discussão, originalmente restrita à Antropologia Sociocultural, à Antropologia Biológica, mas em uma perspectiva um pouco diferente, fazendo com o que o meu trabalho se alinhe à proposta de Ribeiro e Escobar em dois níveis: local e internacional. Internacional porque estou de acordo com Lindee e Santos (2012). Há ainda muita coisa a ser feita para um mapeamento mais diversificado das trajetórias e práticas das Antropologias Biológicas para além dos casos norte-americano e europeu, e a ação da Wenner-Gren Foundation de promover um seminário e lançar uma edição especial de *Current Anthrology* (número 53, suplemento 5) sobre o assunto pode ser considerada ainda um primeiro passo. Dentro desse movimento, espero então que o mapeamento aqui disposto, mesmo em suas limitações, contribua de alguma forma para uma exibição internacional do caso brasileiro.

Ribeiro e Escobar (2006) defendem que o início do século XXI marca um novo momento de reinvenção para a Antropologia em um orbe globalizado, em que as distâncias parecem cada vez menores e a troca de conhecimento a nível mundial tende a

aumentar. Nesse horizonte, segundo eles, a criação de novos termos e condições de diálogo para o fortalecimento de uma comunidade antropológica mais heteroglósica, democrática e internacional se torna imperativa. Por que, então, não aplicarmos alguns dos princípios norteadores do projeto “Antropologias mundiais” a um contexto local e intradisciplinar, de modo a se repensar, conforme sugere Salzano (2009), o modelo institucional atual da Antropologia brasileira? Acredito que, de alguma forma, este trabalho, desprovido de pretensões prescritivas, embora não menos questionador, dá um primeiro passo nessa direção ao tentar conhecer e dar a conhecer, por meio de uma etnografia, a contraparte biológica da Antropologia no Brasil, contraparte esta não contemplada pelos mesmos propositores de uma comunidade antropológica mais plural. Para os que se interessarem, portanto, encontra-se já, em exposição, parte da outra face do crânio.

Juiz de Fora – Rio de Janeiro, inverno de 2012.

## REFERÊNCIAS

### Bibliográficas (físicas e eletrônicas)

AGIER, Michel.

2001. Distúrbios identitários em tempos de globalização. **Mana**, 7 (2), p. 7-33.

ARANTES, Antonio A.

2006. Origens do departamento de antropologia da Unicamp. In: ECKERT, Cornelia; GODOI, Emília Pietrafesa de (Orgs.). **Homenagens**: Associação Brasileira de Antropologia – 50 anos. Blumenau: Nova Letra, p. 37-50.

BALÉE, William.

2009. The four-field model of anthropology in the United States. **Amazônica – Revista de Antropologia**, 1 (1), p. 28-53.

BARBOSA, Livia Neves de Holanda.

1986. Antropologia cultural. In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Dicionário de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, p. 61-62.

BARNARD, Alan.

2002 [2000]. **History and theory in anthropology**. Cambridge: Cambridge University Press.

BASTOS, Murilo Quintans Ribeiro; SOUZA, Sheila Maria Ferraz Mendonça de; SANTOS, Ricardo Ventura *et al.*

2011. Da África ao Cemitério dos Pretos Novos, Rio de Janeiro: um estudo sobre as origens de escravos a partir da análise de isótopos de estrôncio no esmalte dentário. **Revista de Arqueologia**, 24 (1), p. 66-81.

BAUMAN, Sygmunt.

2005. **Identidade**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar.

BOAS, Franz.

2004 [1999]. **A formação da antropologia americana (1883-1911)** – Antologia. Organização e introdução de George W. Stocking Jr. Tradução de Rosaura Maria Cirne Lima Eichenberg. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora da UFRJ.

BOHANAN, Paul.

1980. Progresso da antropologia. In: GUIMARÃES, Alba Zaluar. **Desvendando máscaras sociais**. Trad. Olga Lopes da Cruz. Rio de Janeiro: Francisco Alves, p. 245-57.

BONATTO, Sandro L; BORTOLINI, Maria Cátira; CALLEGARI-JACQUES, Sidia Maria *et al.*

1995. Evolutionary relationships between Black South American and African populations. **Human Biology**, 67 (4), p. 547.

1997. Evolutionary and anthropological implications of mitochondrial DNA variation in African Brazilian populations. **Human Biology**, 69 (2), p. 141.

BOROFSKY, Robert.

2002. The four subfields: anthropologists as mythmakers. **American Anthropologist**, 104 (2), p. 463-480.

BORTOLINI, Maria Cátira *et al.*

1997a. Genetic structure of two urban Afro-Brazilian populations. **International Journal of Physical Anthropology**, 12 (1), p. 5-16.

1997b. Genetic variability in two Brazilian groups: a comparison of mitochondrial and protein data. **American Journal of Physical Anthropology**, 103, p. 147-156.

1998. Protein and hypervariable tandem repeat diversity in eight African-derived South American populations: inferred relationships do not coincide. **Human Biology**, 70 (3), p. 443.

1999. African-derived South American populations: a history of symmetrical and asymmetrical matings according to sex revealed by bi- and uni-parental genetic markers. **American Journal of Human Biology**, 11, p. 551-563.

BOURDIEU, Pierre.

1968 [1966]. Campo intelectual e projeto criador. In : POUILLON, Jean (Org.). **Problemas do estruturalismo**. Tradução de Rosa Maria Ribeiro da Silva. Rio de Janeiro : Zahar, p. 105-145.

1975. La spécificité du champ scientifique et les conditions sociales du progrès de la raison. **Sociologie et Sociétés**, VII (1), p. 91-118.

1976. Le champ scientifique. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, 2(3), p. 88-104.

2004. **Os usos sociais da ciência** : por uma sociologia clínica do campo científico. Tradução de Denice Barbara Catani. São Paulo: Editora UNESP.

BRANDÃO, Carlos Roberto F.

2010. A sociobiologia 30 anos depois. **Com Ciência** – SBPC/Lajor, 80.

CALLON, Michel; LATOUR, Bruno.

1991. Introduction. In: CALLON, Michel; LATOUR, Bruno (Dir.). **La science telle qu'elle se fait**: anthologie de la sociologie des sciences de langue anglaise. Paris: Éditions la Découverte. pp. 7-36.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto.

1988. O que é isso que chamamos de antropologia brasileira? In: **Sobre o pensamento antropológico**. Brasília: Tempo Universitário, p. 109-128.

2006. Antropologia e interdisciplinaridade. In: ECKERT, Cornelia; GODOI, Emília Pietrafesa de (Orgs.). **Homenagens**: Associação Brasileira de Antropologia – 50 anos. Blumenau: Nova Letra, p. 51-56.

CASTRO, Celso (Org.).

2005. **Evolucionismo cultural**: textos de Morgan, Tylor e Frazer. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 7-40.

CASTRO FARIA, Luiz de.

1993. Egon Schaden (1913-1991). **Anuário Antropológico/91**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 41-55.

1998 [1963]. Dez anos após a primeira reunião brasileira de antropologia. In: **Antropologia**: escritos exumados. Espaço circunscrito: tempos soltos - 1. Niterói: EdUFF (Coleção Antropologia e Ciência Política; 13), p. 27-54.

2000a [s/d]. O estado atual da antropologia física no Brasil. In: **Antropologia** – escritos exumados 2. Dimensões do conhecimento antropológico. Niterói: EdUFF, p. 123-132 (Coleção Antropologia e Ciência Política, 19).

2000b [1952]. Pesquisas de antropologia física no Brasil. In: **Antropologia** – escritos exumados 2. Dimensões do conhecimento antropológico. Niterói: EdUFF, p. 17-122 (Coleção Antropologia e Ciência Política, 19).

2000c [1959]. O trabalho interdisciplinar em antropologia. In: **Antropologia** – escritos exumados 2. Dimensões do conhecimento antropológico. Niterói: EdUFF, p. 133-153 (Coleção Antropologia e Ciência Política, 19).

CLIFFORD, James.

2005. Rearticulating anthropology. In: SEGAL, Daniel A; YANAGISAKO, Sylvia J (Ed.). **Unwrapping the sacred bundle**: reflections on the disciplining of anthropology. Durham, London: Duke University Press, p. 24-48.

COIMBRA JUNIOR, Carlos Everaldo Álvares; SANTOS, Ricardo Ventura; ESCOBAR, Ana Lúcia (Orgs.).

2005. **Epidemiologia e saúde dos povos indígenas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, ABRASCO.

COIMBRA JUNIOR, Carlos Everaldo Álvares; SANTOS, Ricardo Ventura; YOSHIDA, Márcia L. Baptista *et al.*

1996. Hepatitis B epidemiology and cultural practices in Amerindian populations of Amazonia: the Tupí-Mondé and the Xavánte from Brazil. **Social Science and Medicine**, 42 (12), p. 1738-1743.

COIMBRA JUNIOR, Carlos Everaldo Álvares; FLOWERS, Nancy M.; SALZANO; Francisco Mauro *et al.*

2004 [2002]. **The Xavánte in transition: health, ecology, and bioanthropology in Central Brazil**. Ann Arbor: University of Michigan Press.

CORRÊA, Mariza.

2003. **As reuniões brasileiras de antropologia: cinquenta anos (1953-2003)**. Brasília, DF: ABA.

COSTA-JUNQUEIRA, María Antonietta; NEVES, Walter Alves; BARROS, Ana María de *et al.*

1999. Trauma y estrés em poblaciones prehistóricas de San Pedro de Atacama, Norte de Chile. **Chungará**, 30 (1), p. 65-74.

DAMATTA, Roberto.

1978. O ofício de etnólogo ou como ter “anthropological blues”. In: NUNES, E. de O (org.). **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, p. 23-35.

1986a. Você tem cultura? In: **Ensaio de Antropologia interpretativa**. Rio de Janeiro: Rocco, p. 121-128.

1986b. Antropologia. In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Dicionário de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, p. 58-60.

1987. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. Rio de Janeiro: Rocco.

DORNELLES, Rodrigo Ciconet.

2010. **Sequenciando a genética de populações:** por uma etnografia a partir do laboratório. Trabalho de conclusão de curso apresentado no curso de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre - RS).

DURHAN, Eunice Ribeiro.

2003. Chimpanzés também amam: a linguagem das emoções na ordem dos primatas. **Revista de Antropologia**, 46 (1), p. 85-154.

ECKERT, Cornelia; GODOI, Emília Pietrafesa de (Orgs.).

2006. **Homenagens:** Associação Brasileira de Antropologia – 50 anos. Blumenau: Nova Letra.

FERNANDES, Florestan.

1969. Nota da editora. In: MUSSOLINI, Gioconda (org.). **Evolução, raça e cultura.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, Editorada Universidade de São Paulo, p. XI-XVIII.

FERNANDES, Francisco; LUFT, Celso Pedro; GUIMARÃES, F. Marques.

1999. **Superdicionário da língua portuguesa.** 52 ed. São Paulo: Globo.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda.

2008. **Aurélio:** o dicionário da língua portuguesa. 2 ed. Curitiba: Positivo.

FERREIRA, Luiz Fernando; REINHARD, Karl Jan; ARAÚJO, Adauto.

2008. **Paleoparasitologia.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

FISCHER, John L.

1986. Antropologia social. In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Dicionário de Ciências Sociais.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, p. 67-68.

FOLEY, Robert A.

1996. Antropologia. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (Editores). **Dicionário do pensamento social do século XX**. Tradução de Eduardo Francisco Alves e Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, p. 22-27.

FONSECA, Cláudia L. W.

2006. Em honra do 50º aniversário da Associação Brasileira de Antropologia: forjando a identidade de antropóloga. In: ECKERT, Cornelia; GODOI, Emília Pietrafesa de (Orgs.). **Homenagens: Associação Brasileira de Antropologia – 50 anos**. Blumenau: Nova Letra, p. 235-244.

FROTA, Wander Nunes; PASSIANI, Enio.

2009. Entre caminhos e fronteiras: a gênese do conceito de “campo literário” em Pierre Bourdieu e sua recepção no Brasil. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, 34, p. 11-41.

FRY, Peter H; MONTEIRO, Simone; MAIO, Marcos Chor *et al.*

2007. AIDS tem cor ou raça? Interpretação de dados e formação de políticas de saúde no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, 23 (3), p. 497-523.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; ORSER JR, Charles E.; SCIAVETTO; Solange Nunes de Oliveira (Orgs.).

2005. **Identidades, discurso e poder: estudos da arqueologia contemporânea**. São Paulo: Annablume; Fapesp.

GASPAR NETO, Verlan Valle.

2004. Identidades, discurso e poder: estudos da arqueologia contemporânea. Resenha do livro homônimo publicado por Pedro Paulo A. Funari, Charles E. Orser Junior e Solange Nunes de O. Sciavetto. **Revista de Arqueologia**, 17, p. 128-132.

GASPAR NETO, Verlan Valle; SANTOS, Ricardo Ventura.

2009. A cor dos ossos: narrativas científicas e apropriações culturais sobre “Luzia”, um crânio pré-histórico do Brasil. **Mana**, 15 (2), p. 449-480.

2011. Biorrevelações: testes de ancestralidade genética em perspectiva antropológica comparada. **Horizontes Antropológicos**, 17 (35), p. 227-255.

GEERTZ, Clifford.

1989. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC.

2005 [1988]. **Obras e vidas: o antropólogo como autor**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.

GIBSON, Kathleen R; INGOLD, Tim (Eds.).

1993. **Tools, language and cognition in human evolution**. Cambridge: Cambridge University Press.

GOMES, Mércio Pereira.

2008. **Antropologia: ciência do homem, filosofia da cultura**. São Paulo: Contexto.

GONÇALVES, Assis da Silva.

2011. **José Bastos de Ávila e as pesquisas em Antropologia física no Museu Nacional (1928-1938)**. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Instituto Oswaldo Cruz (Rio de Janeiro – RJ).

GONZÁLES-JOSÉ, Rolando; BORTOLINI, Maria Cátira.

2011. Integrating different biological evidence around some microevolutionary processes: bottlenecks and Asian-American Arctic gene flow in the New World settlement. **Evolution: Education and Outreach**, 4, p. 232-243.

GONZALÉS-JOSÉ, Rolando *et al.*

2008a. The peopling of America: craniofacial shape variation on the continental scale and its interpretation from an interdisciplinary view. **American Journal of Physical Anthropology**, 137, p. 175-187.

2008b. Cladistic analysis of continuous modularized traits provides phylogenetic signals in *Homo* evolution. **Nature**, 453 (5), p. 775-779.

GOULD, Stephen Jay.

2003 [1981]. **A falsa medida do homem**. São Paulo: Martins Fontes.

GREENBERG, J.H.; TURNER II, C.G; ZEGURA, S.L.

1986. The settlement of the Americas: a comparison of the linguistics, dental and genetic evidence. **Current Anthropology**, 27, p. 477-495.

GRILLO, Sheila Vieira de Camargo.

2005. A noção de campo nas obras de Bourdieu e do Círculo de Bakhtin: suas implicações para a teorização dos gêneros do discurso. **Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística**, 19, p. 151-184.

GROSSI, Miriam Pilar; TASSINARI, Antonella; RIAL, Carmen (Orgs.).

2006. **Ensino de antropologia no Brasil: formação, práticas disciplinares e além fronteiras**. Blumenal: Nova Letra.

GUERREIRO JUNIOR, Vanderlei; BISSO-MACHADO, Rafael; MARRERO, Andrea *et al.*

2009. Genetic signatures of parentals contribution in black and white populations. **Genetics and molecular biology**, 32 (1), p. 1-11.

HASELHUHN, Michael P.; WONG, Elaine M.

2011. Bad to the bone: facial structure predicts unethical behavior. **Proceedings of the Royal Society**, 279, p. 571-576.

HODDER, Ian.

1994 [1988]. **Interpretación en arqueología: corrientes actuales**. Trad. Maria José Aubet y J. A. Barceló. Barcelona: Crítica.

2005. An archaeology of the four-field approach in anthropology in United States. In: SEGAL, Daniel; Yanagisago, Sylvia J (Ed.). **Unwrapping the sacred bundle: reflections on the disciplining of anthropology**. Durhan, London: Duke University Press, p. 126-140.

HUA, Chen.

2012. **One hundred years of physical anthropology in china**. Comunicação pessoal, 11p.

HUBBE, Mark; NEVES, Walter Alves; HARVATI, Katerina.

2010. Testing evolutionary and dispersion scenarios for the settlement of the New World. **PLos ONE**, 5 (6), e11105.

HÜNEMEIER, Tábita; AMORIM, Carlos Eduardo Guerra; AZEVEDO, Soledad *et al.*

2012. Evolutionary response to a constructed niche: ancient Mesoamericans as a model of gene-culture coevolution. **Plos ONE**, 7 (6), e38862.

INGOLD, Tim.

1990. An anthropologist looks at biology. **Man**, 25 (2), p. 208-229.

1999. Humanidade e animalidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 28, p. 39-53.

2006a [1991]. Becoming persons: consciousness and sociality in human evolution. In: MOORE, Henrietta L.; SANDERS, Todd (Eds.). **Anthropology in theory: issues in epistemology**. Malden, Oxford, Carlton: Blackwell Publishing, p. 180-192.

2006b [1999]. Sobre a distinção entre evolução e história. **Antropolítica**, 20, p. 17-36.

2007. Introdução a “O que é um animal”. **Antropolítica**, 22, p. 129-150.

JOHNSON, Matthew.

2000. **Teoría arqueológica: una introducción**. Barcelona: Ariel.

JONES, Siân.

1997. **The archaeology of ethnicity: constructing identities in the past and present**. London and New York: Routledge.

KENT, Michael; SANTOS, Ricardo Ventura.

2012. “Os Charruas vivem” nos gaúchos: a vida social de uma pesquisa de “resgate” genético de uma etnia indígena extinta no Sul do Brasil. **Horizontes Antropológicos**, 18 (37), p. 341-372.

KLEIN, H. S.

2002. As origens africanas dos escravos brasileiros. In: PENA, Sérgio Danilo (Org.). **Homo brasilis**. Ribeirão Preto: FUNPEC, p. 93-112.

KEULLER, Adriana Tavares do Amaral Martins.

2008. **Os estudos físicos de antropologia no Museu Nacional do Rio de Janeiro: cientistas objetos, idéias e instrumentos**. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo (São Paulo – SP).

KRIEGER, H; MORTON, N. E.; MI, M. P *et al.*

1965. Racial admixture in northeastern Brazil. **Annals of Human Genetics**, 29, p. 113-125.

KYLLINGSTAD, Jon Røyne.

2012. Norwegian physical anthropology and the idea of a Nordic master race. **Current Anthropology**, 53 (S5), p. S46-56.

LAPLANTINE, François.

2005 [1988]. **Aprender antropologia**. 17 reimpr. Tradução de Marie-Àgnes Chauvel. São Paulo: Brasiliense.

LARAIA, Roque de Barros.

2005. Da ciência biológica à social: a trajetória da antropologia no século XX. **Habitus**, 3 (2), p. 321-345.

LARSEN, Clarck Spencer; WILLIAMS, Leslie Lea.

2012. Internationalizing physical anthropology: a view of the study of living human variation from the pages of the *American Journal of Physical Anthropology*. **Current Anthropology**, 53, (S5), p. S139-S151.

LATOUR, Bruno.

1994 [1991]. **Jamais fomos modernos**. Ensaio de Antropologia Simétrica. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio: Editora 34 (Coleção Trans).

2000. **Ciência em ação**. Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. Tradução de Ivone C. Benedetti. São Paulo: Editora UNESP.

2002 [1996]. **Reflexões sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches**. Tradução de Sandra Moreira. Bauru, SP: EDUSC.

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve.

1997 [1979]. **Vida de laboratório**: a produção dos fatos científicos. Tradução de Angela Ramalho Viana. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

LEAF, Murray.

1981 [1979]. **Uma história da Antropologia**. Tradução de Waltensir Dutra e Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão. Rio de Janeiro: Zahar; São Paulo: Edusp.

LEDERMAN, Rena.

2005. Unchosen grounds: cultivating cross-subfield accents for a public voice. In: SEGAL, Daniel A; YANAGISAKO, Sylvia J (Eds.). **Unwrapping the sacred bundle**: reflections on the disciplining of anthropology. Durhan, London: Duke University Press, p. 49-77.

LESSA, Andrea.

2010. Perícias forenses e justiça criminal sob a ótica da antropologia forense no Brasil. **Segurança, Justiça e Cidadania**, 44, p. 153-172.

LESSA, Andrea; SOUZA, Sheila Mendonça de.

2003/2004. Paleoepidemiologia dos traumatismos cotidianos em Solcor 3, San Pedro de Atacama, Chile: riscos diferenciados no período Tiwanaku? **Antropologia Portuguesa**, 20/21, p. 183-207.

2004. Violence in the Atacama Desert during the Tiwanaku period: social tension? **International Journal of Osteoarchaeology**, 14, p. 374-388.

2006. Broken noses for the gods: ritual battles in the Atacama Desert during the Tiwanaku period. **Memórias do Instituto Oswaldo Cruz**, 101 (SII), p. 133-138.

LÉVI-STRAUSS, Claude.

2008 [1952]. **Raça e história**. 9 ed. Tradução de Inácia Canelas. Lisboa: Editorial Presença.

LIMA, Antonio Carlos de Souza.

2000. Prefácio. In: O estado atual da antropologia física no Brasil. In: **Antropologia – escritos exumados 2**. Dimensões do conhecimento antropológico. Niterói: EdUff, p. 9-10.

LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de (Orgs.).

2008. **Antropologia brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

LINDEE, Susan; SANTOS, Ricardo Ventura.

2012. The biological anthropology of living human populations: world histories, national styles and international networks. **Current Anthropology**, 53 (S5), p. S3-S16.

LINTON, Ralph.

1969 [1945]. Campo e divisões da antropologia. In: MUSSOLINI, Gioconda (Org.). **Evolução, raça e cultura**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Editora da Universidade de São Paulo, p. 3-18.

LITTLE, Michael A.

2012. Human population biology in the second half of the twentieth century. **Current Anthropology**, 53 (S5), p. S126-S138.

LITTLE, Michael A; SUSSMAN, Robert W.

2010. History of biological anthropology. In: LARSEN, Clark Spencer (Ed.). **A companion to biological anthropology**. West Sussex: Wiley-Blackwell, p. 13-38.

LOURENÇO, Ana Eliza Port; SANTOS, Ricardo Ventura; ORELLANA, Jesem D. Y. *et al.*

2008. Nutrition transition in Amazonia: obesity and socioeconomic change in the Suruí Indians from Brazil. **American Journal of Human Biology**, 20, p. 564-571.

LOW, Morris.

2012. Physical anthropology in Japan. **Current Anthropology**, 53 (S5), p. S57-S68.

LYNN, Richard.

2010. In Italy, north-south differences in IQ predict differences in income, education, infant mortality, stature, and literacy. **Intelligence**, 38, p. 93-100.

MAGGIE, Yvonne.

2006. Por que gostamos tanto do curso de ciências sociais? In: GROSSI, Miriam Pilar; TASSINARI, Antonella; RIAL, Carmen (Orgs.). **Ensino de antropologia no Brasil: formação, práticas disciplinares e além fronteiras**. Blumenau: Nova Letra, p. 259-280.

MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura Santos.

2005. Política de cotas raciais, os “olhos da sociedade” e os usos da antropologia: o caso do vestibular da Universidade de Brasília (UNB). **Horizontes Antropológicos**, 11 (23), p. 181-214.

MALINOWSKI, Bronislaw.

1970 [1922]. **Uma teoria científica da cultura**. Trad. José Auto. Rio de Janeiro: Zahar.

1982 [1929]. **A vida sexual dos selvagens**. Tradução de Carlos Sussekind. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

MALONE, Nicholas.

2009. The state of biological anthropology in 2008: is our discipline strong and our cause just? **American Anthropologist**, 111 (2), p. 146-152.

MARKS, Jonathan.

2012. The origins of anthropological genetics. **Current Anthropology**, 53 (S5), p. S161-S172.

MARRERO, Andrea Rita *et al.*

2005. Heterogeneity of the genome ancestry of individuals classified as white in the state of Rio Grande do Sul, Brazil. **American Journal of Human Biology**, 17, p. 496-506.

2007a. Pre- and post-Columbian gene and cultural continuity: the case of the gaucho from southern Brazil. **Human Heredity**, 64. p. 160-171.

2007b. Demographic and evolutionary trajectories of the Guarani and Kaingang natives of Brazil. **American Journal of Physical Anthropology**, 132. p. 301-310.

MELATTI, Julio Cezar.

2007. A antropologia no Brasil: um roteiro. **Série Antropologia**, 38. Brasília: UNB.

MELLO, Luiz Gonzaga de.

2003. **Antropologia cultural: iniciação, teoria e temas**. 10 ed. Petrópolis: Vozes.

MESSIAS, Tarcísio Torres.

1986. Antropologia física. In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Dicionário de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, p. 63-64.

MEYER, Diogo; EL-HANI, Charbel Niño.

2005. **Evolução: o sentido da biologia**. São Paulo: Editora UNESP. (Coleção Paradidáticos – Série Evolução)

MORÁN, Emilio F.

1990. Da ecologia cultural à Ecologia Humana. In: **A ecologia humana das populações da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, p. 56-79. (Coleção Ecologia & Ecosofia)

1994. Da ecologia cultural à antropologia ecológica. In: **Adaptabilidade humana: uma introdução à antropologia ecológica**. Tradução de Carlos E. A. Coimbra Junior e Marcelo Soares Brandão. São Paulo: Edusp, p. 65-91. (Ponta, vol. 10).

MORRIS, Alan G.

2012. Biological anthropology at Southern tip of Africa. **Current Anthropology**, 53 (S5), p. S152-S160.

MUSSOLINI, Gioconda (Org.).

1969 [1953] **Evolução, raça e cultura**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Editorada Universidade de São Paulo.

NANTA, Arnaud.

2008. Physical anthropology and the reconstruction of Japanese identity in postcolonial Japan. **Social Science Japan Journal**, 2 (1), p. 29-47.

NEEL, J. V; SALZANO, Francisco Mauro.

1966. A prospectus for genetic studies on the American indian. In: BAKER, P. T; WEINER, J. S (Eds.). **The biology of human adaptability**. Oxford: Claredon Press, p. 245-274.

NEVES, Walter Alves.

1984. O meio ambiente e a definição de padrões de estabelecimento e subsistência de grupos caçadores-coletores: o caso da Bacia do Alto Guareí, SP. **Revista de Pré-História**, 6, p. 175-180.

1996. **Antropologia ecológica**: um olhar materialista sobre as sociedades humanas. São Paulo: Cortez. (Questões da nossa época, v. 59).

NEVES, Walter Alves; ATUI, João Paulo V.

2004. O mito da homogeneidade biológica na população paleoíndia de Lagoa Santa: implicações antropológicas. **Revista de Antropologia**, 47 (1), p. 159-206.

NEVES, Walter Alves; COSTA, Maria Antonieta.

1998. Adult stature and standard of living in the prehistoric Atacama Desert. **Current Anthropology**, 39 (2), p. 278-281.

NEVES, Walter Alves; HUBBE, Mark.

2005. Cranial morphology of early Americans from Lagoa Santa, Brazil: implications for the settlement of the New World. **PNAS**, 102 (51), p. 18309-18314.

NEVES, Walter; PILÓ, Luís.

2008. **O povo de Luzia**: em busca dos primeiros americanos. São Paulo: Globo.

NEVES, Walter Alves; PUCCIARELLI, Hector M.

1989. Extra-continental biological relationships of Early South American human remains: a multivariate analysis. **Ciência e Cultura**, 41, p. 566-575.

1991. Morphological affinities of the first Americans: an exploratory analysis based on early South American human remains. **Journal of Human Evolution**, 21, p. 261-273.

NEVES, Walter Alves; BARROS, A. M.; COSTA, Maria Antonieta.

1999. Incidence and distribution of postcranial fractures in the prehistoric population of San Pedro de Atacama, North Chile. **American Journal of Physical Anthropology**, 109, p. 253-258.

NEVES, Walter Alves; BERNARDO, Danilo; OKUMURA, Maria Mercedes M.

2007. A origem do homem americano vista a partir da América do Sul: uma ou duas migrações? **Revista de Antropologia**, 50 (1), p. 9-44.

NEVES, Walter Alves; HUBBE, Mark; PILÓ, Luís Beethoven.

2007. Early Holocene human skeletal remains from Sumidouro Cave, Lagoa Santa, Brazil: history of discoveries, geological and chronological context, and comparative cranial morphology. **Journal of Human Evolution**, 52, p. 16-30.

NEVES, Walter Alves; POWELL, Joseph F.; OZOLINS, Erik G.

1999. Modern human origins as seen from the peripheries. **Journal of Human Evolution**, 37, p. 129-133.

NEVES, Walter Alves *et al.*

1999. Lapa Vermelha IV Hominid 1: morphological affinities of the earliest known American. **Genetics and Molecular Biology**, 22 (4), p. 461-469.

2003. Early holocene human skeletal remains from Santana do Riacho, Brazil: implications for the settlement of the New World. **Journal of Human Evolution**, 45, p. 19-42.

2007. O projeto “origens e microevolução do homem na América”: uma abordagem paleoantropológica. In: LOURES OLIVEIRA, Ana Paula de Paula (Org.). **Arqueologia e patrimônio de Minas Gerais**. Juiz de Fora: Editar, p. 73-90.

NICHOLAS, Ralph W.

2012. Anthropology. In: **Britannica Online Encyclopedia**: academic edition. Disponível em <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/27505/anthropology>. (Acessado em 10 de junho de 2012).

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de; SANTOS, Ana Flávia Moreira.

2003. **Reconhecimento étnico em exame**: dois estudos sobre os Caxixó. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.

PAGLIARO, Heloísa; AZEVEDO, Marta; SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.).

2005. **Demografia dos povos indígenas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz e Associação Brasileira de Estudos Populacionais/ ABEP.

PÁLSSON, Gisli.

2007. **Anthropology and the new genetics**. New York: Cambridge University Press.

2008. Genomic anthropology: coming in from the cold? **Current Anthropology**, 49 (4), p. 545-568.

2012. Decode me: genomic anthropology and personal genomics. **Current Anthropology**, 53 (S5), p. S185-S195.

PEDROSO JUNIOR, Nelson Novaes *et al.*

2008. A casa e a roça: socioeconomia, demografia e agricultura em populações quilombolas do Vale do Ribeira, São Paulo, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, 3 (2), p. 227-252.

PEIRANO, Mariza G. S.

1999. **A alteridade em contexto**: a antropologia como ciência social no Brasil. *Série Antropologia* – 255. Brasília.

PENA, Sérgio Danilo.

2008. **Humanidade sem raças?** São Paulo: Publifolha (Série 21).

PENA, Sérgio Danilo; SANTOS, Fabrício R.

2000. Retrato molecular do Brasil. **Ciência Hoje**, 27 (159), p. 16-25.

PENA, Sérgio Danilo *et al.*

2011. The genomic ancestry of individuals from different geographical regions of Brazil is more uniform than expected. **Plos ONE**, 6 (2), e17063.

PEREIRA, Tiago V. *et al.*

2006. Natural selection and molecular evolution in primate *PAX9*, a major determinant of tooth development. **PNAS**, 103 (15), p. 5676-5681.

PIAZZA, Pierre (Dir.).

2011. **Aux origines de la police scientifique** : Alphonse Bertillon, précurseur de la science du crime. [s/l] : Karthala.

PINKER, Steven.

2004 [2002]. **Tábula rasa**: a negação contemporânea da natureza humana. São Paulo: Companhia das Letras.

POWELL, Joseph F.; NEVES, Walter Alves.

1999. Craniofacial morphology of the first Americans: patterns and process in the peopling of the New World. **Yearbook of Physical Anthropology**, 42, p. 153-188.

PROUS, André.

1992. **Arqueologia brasileira**. Brasília: Editora de Brasília.

RADIN, Joanna; CAMERON, Noel.

2012. Studying Mandela's children: human biology in post-apartheid South Africa: an interview with Noel Cameron. **Current Anthropology**, 53 (Supplement 5), p. 256-266

RAPCHAN, Eliane Sebeika.

2005. Chimpanzés possuem cultura? Questões para a antropologia sobre um tema “bom para pensar”. **Revista de Antropologia**, 48 (1), p. 227-280

RAPCHAN, Eliane Sebeika; NEVES, Walter Alves.

2005. Chimpanzés não amam! Em defesa do significado. **Revista de Antropologia**, 48 (2), p. 649-698.

REVISTA DE ANTROPOLOGIA.

1963. **Noticiário**: relatório da VII Reunião Brasileira de Antropologia, 11 (1 e 2), p. 100-105.

RIBEIRO, Gustavo Lins; ESCOBAR, Arturo.

2006. World anthropologies: disciplinary transformations within systems of power. In: \_\_\_\_\_ (Orgs.). Oxford: Berger Publishers, p. 1-25.

RODRIGUES-CARVALHO, Claudia; SOUZA, Sheila Mendonça de.

1998. Uso de adornos labiais pelos construtores do sambaqui de cabeçuda, Santa Catarina, Brasil: uma hipótese baseada no perfil dento-patológico. **Revista de Arqueologia**, 11, p. 33-46.

RUSHTON, J. Phillippe; TEMPLER, Donald I.

2012. Do pigmentation and the melanocortin system modulate aggression and sexuality in humans as they do in other animals? **Personality and Individual Differences**, 53, p. 4-8.

RUTSCH, Mechthild.

2007. **Entre el campo y el gabinete:** nacionales y extranjeros em la profesionalización de la antropología mexicana (1877-1920). Cidade del México: Instituto Nacional de Antropología e Historia, Universidad Nacional Autónoma de México.

SÁ, Guilherme José da Silva e.

2006. **No mesmo galho:** ciência, natureza e cultura nas relações entre primatólogos e primatas. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro – RJ).

SÁ, Guilherme José da Silva e *et al.*

2008. Crânios, corpos e medidas: a constituição do acervo de instrumentos antropométricos do Museu Nacional na passagem do século XIX para o XX. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, 15 (1), p.197-208.

SALZANO, Francisco Mauro.

1997. Brazil. In: SPENCER, Frank (Ed.) **History of physical anthropology – Vol. 1, A-L.** New York and London: Garland Publishing, Inc. p. 207-213.

2006. ABA – 50 anos – depoimento. In: ECKERT, Cornelia; GODOI, Emília Pietrafesa de (Orgs.). **Homenagens: Associação Brasileira de Antropologia – 50 anos**. Blumenau: Nova Letra, p. 231-233.

2009. A antropologia no Brasil: é a interdisciplinaridade possível? **Amazônica**, 1 (1), p. 12-27.

2010. **Francisco Mauro Salzano (Depoimento, 1977)**. Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas.

2011. The prehistoric colonization of the Americas: evidence and models. **Evolution: Education and Outreach**, 4, p. 199-204.

2012. Estamos mudando? Biologia, cultura e evolução. **Ciência Hoje**, 50 (297), p. 20-25.

SALZANO, Francisco Mauro; FREIRE-MAIA, Newton.

1967. **Populações brasileiras: aspectos demográficos, genéticos e antropológicos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Editora da Universidade de São Paulo.

SANTOS, Gonçalo.

2012. The birth of physical anthropology in late imperial Portugal. **Current Anthropology**, 53 (S5), p. S33-S45.

SANTOS, Ricardo Ventura.

1993. Crescimento físico e estado nutricional de populações indígenas brasileiras. **Cadernos de Saúde Pública**, 9 (S1), p. 46-57.

1996. Da morfologia às moléculas, de raça à população: trajetórias conceituais em antropologia física no século XX. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.). **Raça, ciências e sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, p. 125-137.

1998. A obra de Euclides da Cunha e os debates sobre mestiçagem no Brasil do início do século XX: *Os sertões* e a medicina-antropologia do Museu Nacional. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 5 (S), p. 237-254.

2002. Indigenous peoples, postcolonial contexts and genomic research in the late 20<sup>th</sup> century: a view from Amazonia (1960-2000). **Critique of Anthropology**, 22 (1), 81-104.

2011. Intelectualmente “impuros e maculados”: reflexões sobre a formação em antropologia biológica no diálogo com outros campos da antropologia. **Amazônica**, 3 (1), p. 10-31.

2012. Guardian angel on a nation’s path contexts and trajectories of physical anthropology in Brazil in the late nineteenth and early twentieth centuries. **Current Anthropology**, 53 (S5), p. S17-S32.

SANTOS, Ricardo Ventura; COIMBRA JUNIOR, Carlos Everaldo Álvares.

1999. Hardships of contact: enamel hypoplasias in Tupí-Mondé Amerindians from the Brazilian Amazonia. **American Journal of Physical Anthropology**, 109, p. 111-127.

SANTOS, Ricardo Ventura; MAIO, Marcos Chor.

2004a. Qual “retrato do Brasil”? Raça, biologia, identidades e política na era da genômica. **Mana**, 10 (1), p. 61-95.

2004b. Race, genomics, identities and politics in contemporary Brasil. **Critique of Anthropology**, 24 (4), p. 347-378.

2005. Antropologia, raça e os dilemas das identidades na era da genômica. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, 12 (2), p. 447-468.

SANTOS, Ricardo Ventura; BORTOLINI, Maria Cátira; MAIO, Marcos Chor.

2005/2006. No fio da navalha: raça, genética e identidades. **Revista USP**, 68, p. 22-35.

SANTOS, Ricardo Ventura; KENT, Michael, GASPAR NETO, Verlan Valle.

2011. **From deterioration to meeting point: multiple views on race, miscegenation and the biological diversity of the Brazilian population.** Trabalho apresentado no simpósio final do projeto “Race, genomics and mestizaje (mixture) in Latin America: a comparative approach”, coordenado por Peter Wade, na Universidade de Manchester, nos dias 7 e 8 de julho (Manchester – UK).

SANTOS, Ricardo Ventura *et al.*

1997. Tapirs, tractors, and tapes: the changing economy and ecology of the Xavánte Indians of Central Brazil. **Human Ecology**, 25 (4), p. 545-566.

2009. Color, race and genomic ancestry in Brazil: dialogues between Anthropology and Genetics. **Current Anthropology**, 50 (6), p. 787-819.

SCHADEN, Egon.

1954 [1953]. Problemas do ensino de Antropologia. **Revista de Antropologia**, 2 (1), p. 1-10.

SCHWARCZ, L. M.

1993. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras.

SEGAL, Daniel A; YANAGISAKO, Sylvia J.

2005. Introduction. In: \_\_\_\_\_ (Ed.). **Unwrapping the sacred bundle: reflections on the disciplining of anthropology.** Durham and London: Duke University Press, p. 1-23.

SIBEUD, Emmanuelle.

2012. A useless colonial science? Practicing anthropology in the French colonial empire. **Current Anthropology**, 53 (Supl. 5), p. S83-S94.

SILVA, Gláucia Oliveira da.

1993. **O que é sociobiologia.** São Paulo: Brasiliense. (Coleção primeiros passos)

2006. A sociobiologia e a crítica dos antropólogos. **Com Ciência – SBPC/Lajor**, 80.

2012. “Agressividade” e “violência”: a difícil tarefa de conceituar no diálogo entre geneticistas e cientistas sociais. In: SANTOS, Ricardo Ventura; GIBBON, Sahra; BELTRÃO, Jane Felipe (Orgs.). **Identidades emergentes, genética e saúde: perspectivas antropológicas**. Rio de Janeiro: Garamond, p. 53-70.

SILVA JUNIOR, Wilson Araújo da *et al.*

1999. Genetic diversity of two African and sixteen South American populations determined on the basis of six hypervariable loci. **American Journal of Physical Anthropology**, 109, p. 425-437.

2006. mtDNA haplogroup analysis of Black Brazilian and Sub-Saharan populations: implications for the Atlantic slave trade. **Human Biology**, 78 (1), p. 29-41.

SMOCOVITS, Vassiliki Betty.

2012. Humanizing evolution: anthropology, the evolutionary synthesis, and the prehistory of biological anthropology, 1927-1962. **Current Anthropology**, 53 (S5), p. S108-S125.

SOUZA, Alfredo Mendonça de.

1991. História da arqueologia brasileira. **Pesquisas, Antropologia**, 46.

SOUZA, Sheila Maria Ferraz Mendonça de.

1977. Análise paleopatológica de um cemitério indígena. **Nheengatu – Cadernos Brasileiros de Arqueologia e Indigenismo**, 1 (2), p. 7-38.

1986. A urna cinerária da Maloca da Perdiz II: correlação etnoarqueológica. **Revista do CEPA**, 13 (16), p. 6-31.

1992/1993. Paleopatologia humana de Santana do Riacho. **Arquivos do Museu de História Natural da UFMG**, XIII, p. 129-160.

2003. Arqueologia de funerais: quando os mortos esclarecem os (arqueólogos) vivos. **XII Congresso da SAB.**

2009. Bioarqueologia e antropologia forense. Trabalho apresentado no **I Encontro de Arqueologia de Mato Grosso do Sul**, Campo Grande, 18 a 22 de maio, p. 89-113.

2010. Brasil/Brazil. In: GRANT, Nicholas Marquez; FIBIGER, Linda. **The routledge handbook of archaeological human remains and legislation: an international guide to laws and practice in the excavation and treatment of archaeological human remains.** London: Routledge, p. 587-593.

2011. A paleopatologia no Brasil: crânios, parasitos e doenças do passado. In: FERREIRA, L. F; REINHARD, K. J; ARAÚJO, A (Orgs.). **Fundamentos da paleoparasitologia.** Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz, p. 53-67.

SOUZA, Sheila Maria Ferraz Mendonça de; MELLO E ALVIM, Marília C.

1992. A população pré-histórica da fuma do estago: adaptação humana ao agreste Pernambucano. **Symposium**, 34 (2,), p. 122-144.

SOUZA, Sheila Mendonça de; SOUZA, Alfredo Mendonça de.

1994. O cemitério da praia de Manguinhos: notícias sobre um grupo histórico de Guaxindiba, RJ. **Historical Archaeology in Latin America**, 5. Stanley South, p. 5-57.

SOUZA, Sheila Maria Ferraz Mendonça de; CARVALHO, Diana Maul de; LESSA, Andrea.

2003. Paleopidemiology: is there a case to answer? **Memórias do Instituto Oswaldo Cruz**, 8 (SI), p. 21-27.

SOUZA, Sheila Maria Ferraz Mendonça de; CODINHA, Sonia; CUNHA, Eugénia.

2006. The girl from the Church of the Sacrament: a case of congenital syphilis in XVIII century Lisbon. **Memórias do Instituto Oswaldo Cruz**, 101 (SII), p. 119-128.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de.

2011. **Em busca do Brasil:** Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935). Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Instituto Oswaldo Cruz.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de *et al.*

2009. Arquivos de antropologia física do Museu Nacional: fontes para a história da eugenia no Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, 16 (3), p. 763-777.

SPENCER, Frank (Ed.).

1997. Preface. In: **History of physical anthropology** – Vol. 1, A-L. New York and London: Garland Publishing, Inc. p. IX.

STANFORD, Craig; ALLEN, John S; ANTÓN, Susan C.

2009. **Biological anthropology**. 2 ed. New Jersey: Pearson Education.

STOCKING JR, George W.

1968. **Race, culture and evolution:** Essays in the history of anthropology. New York: The Free Press.

TAVARES, Fátima; GUEDES, Simoni Lahud; CAROSO, Carlos (Orgs.).

2010. **Experiências de ensino e prática em antropologia no Brasil**. Brasília – DF: Ícone Gráfica e Editora.

TRAJANO FILHO, Wilson; RIBEIRO, Gustavo (Org.).

2004. **O campo da Antropologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Contracapa, Associação Brasileira de Antropologia.

TRIGGER, B. G.

2004. **História do pensamento arqueológico**. São Paulo: Odysseus Editora.

VÉRAN, Jean-Fraçois.

2012. Old bones, new powers. **Current Anthropology**, 53 (S5), p. S246-S255.

VERCHUER, Otmar Frhr. V.

1953. Resultados da genética para a antropologia física. **Revista de Antropologia**, 1 (1), p. 5-17.

WADE, Peter.

2002. **Race, nature and culture: an anthropological perspective**. London: Pluto Press.

WANG, Sijia *et al.*

2008. Geographic patterns of genome admixture in Latin American mestizos. **Plos Genetics**, 4 (3), e1000037.

WASHBURN, S. L.

1969 [1953]. A antropologia física e a sua estratégia atual. In: MUSSOLINI, Gioconda (Org.). **Evolução, raça e cultura**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Editorada Universidade de São Paulo, p. 452-471.

WELCH, James R. *et al.*

2009. Nutrition transition, socioeconomic differentiation, and gender among adult Xavante Indians, Brazilian Amazon. **Human Ecology**, 37, p. 13-26.

WESOLOWSKI, Verônica *et al.*

2007. Grânulos de amido e fitólitos em cálculos dentários humanos: contribuição ao estudo do modo de vida e subsistência de grupos sambaquianos do litoral sul do Brasil. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, 17, p. 191-210.

2010. Evaluating microfossil content of dental calculus from Brazilian sambaquis. **Journal of Archaeological Science**, 37, p. 1-13.

WINSTON, Robert.

2006 [2002]. **Instinto humano: como os nossos impulsos primitivos moldaram o que somos hoje**. São Paulo: Globo.

## **Documentos (físicos e eletrônicos)**

AMERICAN ANTHROPOLOGICAL ASSOCIATION.

2011. **Long-range plan 2010**. Disponível em <http://www.aaanet.org/> (Acessado em 15.12.2010).

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA.

2010. **Documento da área de antropologia para a 4ª CNCTI**. Brasília, DF.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE ENSINO SUPERIOR.

2009. **Documento de área: antropologia / arqueologia**. Disponível em <http://capes.gov.br/avaliacao/tabela-de-areas-de-conhecimento> (Acessado em 10.06. 2010).

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO / COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE ENSINO SUPERIOR.

2009. **Tabela de áreas do conhecimento**. Disponível em <http://capes.gov.br/avaliacao/tabela-de-areas-de-conhecimento>. (Acessado em 10/06/2012).

EMENTÁRIO DO PPGAS/MN/UFRJ.

2010. Disponível em <http://www.ppgasmuseu.etc.br/> (Acessado em 10.05.2012)

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA.

2010. **Censo da Educação Superior** (Sinopses Estatísticas da Educação Superior, ano base 2009)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.

2011. **Cadastro da educação superior**. Disponível em [www.emec.mec.gov.br](http://www.emec.mec.gov.br) (Acessado em 20.02.2011).

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ.

2010a. **Mestrado e doutorado em Bioantropologia na UFPA:** inscrições abertas. Belém: UFPA.

2010b. **Edital n. 001/2010.** Belém: UFPA.

2010c. **Edital n. 002/2010.** Belém: UFPA.

2011. **Edital n. 001/2011.** Belém: UFPA.

2012. **Edital n. 001/2012.** Belém: UFPA.

RIETH, Flávia Maria Silva *et al.*

2011. **Projeto pedagógico do curso de bacharelado em antropologia.** Pelotas: Universidade Federal de Pelotas.

SCHAAN, Denise Pahl; BELTRÃO, Jane Felipe; SILVA, Hilton Pereira da (Ogs.).

2008. **Simpósio “Antropologia em foco: campos interdisciplinares para o estudo do outro”.** Universidade Federal do Pará.

VARGAS, Eduardo Viana; QUEIROZ, Ruben Caixeta de; ZARANKIN, Andrés.

2009. **Projeto pedagógico de criação do curso de antropologia.** Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais.

### **Notícias**

ANTROPOLOGIA É CIÊNCIA? PARTE DE SEUS MEMBROS DIZ QUE NÃO.

**Veja.** 11 de dezembro de 2010. Disponível em <http://veja.abril.com.br/noticia/ciencia/antropologia-e-ciencia-especialistas-discordam>

(Acessado em 12 de dezembro de 2010).

ANTROPÓLOGO DESMENTE TEORIA SOBRE O FIM DO MUNDO EM 2012. **Diário Digital**. 30 de março de 2011. Disponível em [http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?id\\_news=502628](http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?id_news=502628) (Acessado em 30.03.2011).

COMEÇA EM CUBA CONGRESSO DE ANTROPOLOGIA. **Prensa Latina – Agencia Informativa Latinoamericana**. 14 de março de 2010. Disponível em: <http://www.outroladodanoticia.com.br/inicial/9766-comeca-em-cuba-congresso-de-antropologia.html> (Acessado em 14. 04.2012).

PEQUENO PRIMATA É CAPAZ DE EMITIR BERRO ULTRASSÔNICO. **Último Segundo**. 08 de fevereiro de 2012. Disponível em <http://ultimosegundo.ig.com.br/ciencia/pequeno-primata-e-capaz-de-emitir-berro-ultrassonico/n1597619176800.html> (Acessado em 08.02.2012).

PERITOS VÃO CRIAR RETRATO-FALADO A PARTIR DO DNA E DOS OSSOS. **Terra**. 22 de junho de 2012. Disponível em <http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI5852592-EI5030,00-Peritos+vao+criar+retratofalado+a+partir+do+DNA+de+ossos.html> (Acesso em 22.06.2012).

PRIMEIRA FASE DA INVESTIGAÇÃO SOBRE A MORTE DE ALLENDE LEVARÁ ATÉ UMA SEMANA. **Correio do Brasil**. 23 de março de 2011. Disponível em <http://correiodobrasil.com.br/primeira-fase-da-investigacao-sobre-morte-de-allende-levara-de-cinco-a-seis-dias/243565/> (Acessado em 23.05.2011).

WADE, Nicholas.

2010. Anthropology a science? Statement deepens a rift. **The New York Times**. 9 de dezembro de 2010. Disponível em [http://www.nytimes.com/2010/12/10/science/10anthropology.html?\\_r=1](http://www.nytimes.com/2010/12/10/science/10anthropology.html?_r=1) (Acessado em 10.12.2010).

## BASES DE CONSULTA

### **Universidades que oferecem cursos de graduação em Antropologia no Brasil**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. <http://portal.ufam.edu.br/> (Acessado em 10.05.2012)

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. <http://www.uff.br/> (Acessado em 10.05.2012)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. <https://www.ufmg.br/> (Acessado em 10.05.2012)

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. <http://www.ufpb.br/> (Acessado em 10.05.2012)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. <http://www.ufpel.edu.br/> (Acessado em 10.05.2012)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. <http://ufsc.br/> (Acessado em 10.05.2012)

### **Programas de pós-graduação em Antropologia e Arqueologia no Brasil**

NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ANTROPOLOGIA DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. <http://200.17.141.110/pos/antropologia/index.php> (Acessado em 20.02.2011).

PRGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE.

[http://www.sigaa.ufrn.br/sigaa/public/programa/portal.jsf?lc=pt\\_BR&id=1442](http://www.sigaa.ufrn.br/sigaa/public/programa/portal.jsf?lc=pt_BR&id=1442)

(Acessado em 20.02.2011).

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. <http://www.ppga-ufpa.com.br/> (Acessado em 10.06.2012).

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. <http://www.antropologia.ufba.br/pos-graduacao/> (Acessado em 20.02.2011).

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. <http://www.cchla.ufpb.br/ppga/> (Acessado em 20.02.2011).

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. <http://www.ppga.ufpe.br/> (Acessado em 20.02.2011).

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. <http://www.ufgd.edu.br/fch/mestrado-antropologia> (Acessado em 20.02.2011).

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. <http://www.fafich.ufmg.br/antro-pos/> (Acessado em 20.02.2011).

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. <http://www.proppi.uff.br/ppga/> (Acessado em 20.02.2011).

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. <http://www.ufscar.br/ppgas/> (Acessado em 20.02.2011).

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. <http://www.antropologia.ufsc.br/ppgas/> (Acessado em 20.02.2011).

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. <http://www.ufpi.br/ppgaarq/> (Acessado em 20.02.2011).

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. <http://www.ppgas.ufam.edu.br/> (Acessado em 10.02.2011).

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. <http://www.dan.unb.br/> (Acessado em 20.02.2011).

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. <http://pos-antropologia.cienciassociais.ufg.br/pages/28872> (Acessado em 20.02.2011).

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. <http://www.ifch.unicamp.br/pos/antropologia/> (Acessado em 20.02.2011).

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. <http://www.fflch.usp.br/da/ppgas/index.php> (Acessado em 20.02.2011).

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. <http://www.humanas.ufpr.br/portal/antropologiasocial/> (Acessado em 20.02.2011).

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. <http://www.ufrgs.br/ppgas/> (Acessado em 20.02.2011).

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL DO MUSEU NACIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. <http://www.ppgasmuseu.etc.br/> (Acessado em 20.02.2011).

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. <http://www.posgraduacao.ufs.br/proarq> (Acessado em 20.02.2011).

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. <http://www.capes.mae.usp.br/home.php#> (Acessado em 20.02.2011).

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. <http://www.ufpe.br/ppgarqueologia/> (Acessado em 20.02.2011).

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA DO MUSEU NACIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. <http://www.arqueologia.mn.ufrj.br/> (Acessado em 20.02.2011).

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. <http://www.ppgsa.ifcs.ufrj.br/> (Acessado em 20.02.2011).

#### **Associações e sociedades antropológicas ao redor do mundo**

AMERICAN ANTHROPOLOGICAL ASSOCIATION. <http://www.aaanet.org/> (Acessado em 05.02.2012).

AMERICAN ASSOCIATION OF PHYSICAL ANTHROPOLOGISTS. <http://physanth.org/> (Acessado em 05.02.2012).

ANTHROPOLOGICAL ASSOCIATION OF IRELAND. <http://www.anthropologyireland.org/> (Acessado em 05.02.2012).

ASOCIACIÓN DE ANTROPOLOGÍA BIOLÓGICA ARGENTINA. <http://www.fcnym.unlp.edu.ar/aabra/> (Acessado em 05.05.2012).

ASOCIACIÓN DE ANTROPOLOGÍA DE CASTILLA Y LÉON.  
<http://www.antropologiacastillayleon.org/> (Acessado em 05.02.2012).

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. <http://www.abant.org.br/>  
(Acessado em 05.02.2012).

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA.  
<http://www.apantropologia.net/> (Acessado em 05.02.2012).

ASSOCIATION FRANÇAISE D'ETHNOLOGIE ET D'ANTHROPOLOGIE.  
<http://www.asso-afea.fr/> (Acessado em 05.02.2012).

ASSOCIATION FRANÇAISE DES ANTHROPOLOGUES. <http://www.afa.msh-paris.fr/> (Acessado em 05.02.2012).

AUSTRALIAN ANTHROPOLOGICAL SOCIETY. <http://www.aas.asn.au/> (Acessado em 05.02.2012).

BRITISH ASSOCIATION FOR BIOLOGICAL ANTHROPOLOGY AND  
OSTEOARCHAEOLOGY. <http://www.babao.org.uk/> (Acessado em 05.02.2012).

CANADIAN ANTHROPOLOGY SOCIETY. <http://www.cas-sca.ca/casca/> (Acessado em 05.02.2012).

CANADIAN ASSOCIATION FOR PHYSICAL ANTHROPOLOGY.  
<http://capa.fenali.net/> (Acessado em 05.02.2012).

COLEGIO DE ANTROPÓLOGOS DE CHILE.  
<http://www.colegioantropologos.cl/web/> (Acessado em 05.02.2012).

COLEGIO DE GRADUADOS EN ANTROPOLOGÍA DE LA REPÚBLICA  
ARGENTINA. <http://cga.org.ar/> (Acessado em 05.05.2012).

EVOLUTIONARY ANTHROPOLOGY SOCIETY. <http://www.evanthsoc.org/>  
(Acessado em 05.02.2012).

HONG KONG ANTHROPOLOGICAL SOCIETY. <http://www.cuhk.edu.hk/ant/hkas/>  
(Acessado em 05.02.2012).

INDIAN ANTHROPOLOGICAL ASSOCIATION.  
<http://www.indiananthropology.org/> (Acessado em 05.02.2012).

INSTITUT CATALÀ D'ANTROPOLOGIA. <http://www.antropologia.cat/> (Acessado em 05.02.2012).

ISTITUTO ITALIANO DI ANTROPOLOGIA. <http://www.isita.org.com/isita/index.htm> (Acessado em 05.02.2012).

INTERNATIONAL ASSOCIATION OF SOUTHEAST EUROPEAN ANTHROPOLOGY. <http://www-gewi.uni-graz.at/inasea/> (Acessado em 05.02.2012).

JAPANESE SOCIETY OF CULTURAL ANTHROPOLOGY.  
<http://wwwsoc.nii.ac.jp/jasca/> (Acessado em 05.02.2012).

ROYAL ANTHROPOLOGICAL INSTITUTE. <http://www.therai.org.uk/> (Acessado em 05.02.2012).

SOCIEDAD ESPAÑOLA DE ANTROPOLOGÍA FÍSICA. <http://www.seaf.net/>  
(Acessado em 05.02.2012).

TAIWAN SOCIETY FOR ANTHROPOLOGY AND ETHNOLOGY.  
<http://www.taiwananthro.org.tw/> (Acessado em 05.02.2012).

THE ANTHROPOLOGICAL SOCIETY OF NIPPON.  
<http://anthropology.jp/english/index.html> (Acessado em 05.02.2012).

THE INTERNATIONAL UNION OF ANTHROPOLOGICAL AND ETHNOLOGICAL SCIENCES. <http://www.iaaes.org/> (Acessado em 05.05.2012).

THE WENNER-GREN FOUNDATION FOR ANTHROPOLOGICAL RESEARCH. <http://www.wennergren.org/> (Acessado em 05.05.2012).

TUNISIAN ASSOCIATION OF ANTHROPOLOGY. <http://www.ata.org.tn/> (Acessado em 05.05.2012).

WORLD COUNCIL OF ANTHROPOLOGICAL ASSOCIATIONS. <http://www.wcaanet.org/> (Acessado em 05.05.2012).

### **Currículos acadêmicos**

AGUIAR, Gilberto Ferreira de Souza.

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4783154Y1> (Acessado em 10.06.2012)

BASTOS, Murilo Quintans Ribeiro.

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4125226E2> (Acessado em 25.06.2012)

BORTOLINI, Maria Cátira.

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4784272U6> (Acessado em 25.06.2012)

BRAZ, Valéria Silva.

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4701082H6> (Acessado em 25.06.2012)

CARVALHO, Claudia Rodrigues Ferreira de.

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4701576Z1> (Acessado em 25.06.2012)

CARVALHO, Olívia Alexandre de.

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4790945H8> (Acessado em 25.06.2012)

NEVES, Walter Alves.

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4781226P1> (Acessado em 25.06.2012)

NUNES, Tatiana Leite.

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4736866J5> (Acessado em 25.06.2012)

OKUMURA, Maria Mercedes Martinez.

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4769373E7> (Acessado em 25.06.2012)

OLIVEIRA, Nanci Vieira de.

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4787520P3> (Acessado em 25.06.2012)

PINTO, Andrea de Lessa.

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4799052U7> (Acessado em 25.06.2012)

REIS, Silvia Barreiros dos.

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4746325H9> (Acessado em 25.06.2012)

SANTOS, Andrea Kely Campos Ribeiro dos.

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4784582T1> (Acessado em 25.06.2012)

SANTOS, Ricardo Ventura.

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4781895Z3> (Acessado em 25.06.2012)

SENE, Glaucia Aparecida Malerba.

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4782409J6> (Acessado em 25.06.2012)

SILVA, Andersen Liryo da.

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4761573A2> (Acessado em 25.06.2012)

SILVA, Elizabeth Christina da.

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4768505P7> (Acessado em 25.06.2012)

SILVA, Hilton Pereira da.

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4782390J9> (Acessado em 25.06.2012)

SOUZA, Sheila Maria Ferraz Mendonça de.

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4727625Z5> (Acessado em 25.06.2012)

VALLINOTO, Izaura Maria Vieira Cayres.

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4721864H6> (Acessado em 25.06.2012)

### **Outras fontes eletrônicas**

DUARTE, Luiz Fernando Dias. 2011. Antropologia é ciência? **Coluna Sentidos do Mundo / Instituto Ciência Hoje**. Publicado em 11 de fevereiro de 2011. Disponível em

<http://cienciahoje.uol.com.br/colunas/sentidos-do-mundo/antropologia-e-ciencia>

(Acessado em 12.02.2011).

GRUPO DE PESQUISA SAÚDE, EPIDEMIOLOGIA E ANTROPOLOGIA DOS  
POVOS INDÍGENAS.

<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0039406DY218TF>

(Acessado em 10.06.2012)

GRUPO DE PESQUISA GENÉTICA DE POPULAÇÕES HUMANAS E DE  
OUTROS ORGANISMOS.

<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0192202JDC3IUI>

(Acessado em 10.06.2012)

GRUPO DE PESQUISA LABORATÓRIO DE ESTUDOS EVOLUTIVOS  
HUMANOS.

<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0067703Q66GBAY>

(Acessado em 10.06.2012)

GRUPO DE PESQUISA PALEOPARASITOLOGIA E PALEOEPIDEMIOLOGIA.

<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhepesq.jsp?pesq=9981356658414577>

(Acessado em 10.06.2012)

JÔ SOARES ENTREVISTA WALTER NEVES. 2012. Disponível em

<http://www.youtube.com/watch?v=LOa9ZWrmYk4> (Acessado em 17.03.2012).

## APÊNDICE 1

### CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA NO BRASIL

O presente levantamento foi realizado com o intuito de mapear a presença da Bioantropologia, por meio da oferta de disciplinas específicas, nos cursos de graduação em Antropologia criados no país nos últimos anos. Os cursos foram inicialmente identificados a partir de uma consulta ao Censo da Educação Superior (Sinopses Estatísticas da Educação Superior, ano base 2009), fornecido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira-INEP, e, também ao Cadastro da Educação Superior (sistema e-mec: [www.emec.mec.gov.br](http://www.emec.mec.gov.br))<sup>124</sup>, do Ministério da Educação. Posteriormente foram visitadas as páginas eletrônicas de alguns desses cursos e, na inexistência destas, ou de informações suficientes para montar o quadro a seguir, suas secretarias ou coordenações foram contatadas, o que possibilitou o acesso a documentos como grades curriculares e projetos pedagógicos.

Os cursos de graduação específicos em Antropologia começaram a surgir a menos de uma década, no geral como desmembramentos dos cursos de Ciências Sociais, ainda que a Antropologia (Social e Cultural) permaneça como um dos três pilares nesses últimos, ao lado da Sociologia e da Ciência Política. Embora a profissão de antropólogo não seja regulamentada no país, uma das alegações mais recorrentes para a criação desses cursos, tanto nos documentos oficiais, quanto nas páginas eletrônicas, é a de que tem havido uma expansão considerável do mercado de trabalho, tanto para antropólogos quanto para arqueólogos (o que, entre outras coisas, justificaria a criação de cursos contemplando as duas áreas).

Dos seis cursos para os quais pude obter alguma informação a respeito, apenas dois contemplam em sua grade curricular a Antropologia Biológica, um em caráter obrigatório e optativo, outro só em caráter optativo. E esta oferta se dá justamente naqueles cursos comprometidos com uma habilitação em Antropologia Social/Cultural e Arqueologia (UFMG / UFPEL). Desses, o curso da UFMG apresenta como proposta oferecer uma formação antropológica que permita aos seus graduandos “o entendimento mais amplo do fenômeno humano”, numa clara alusão ao modelo institucional vigente nos Estados Unidos, conforme se depreende na passagem a seguir:

---

<sup>124</sup> Os dados iniciais foram coletados no dia 20/02/2011.

Pretende-se que o curso de graduação em Antropologia da UFMG possibilite o entendimento mais amplo do fenômeno humano considerando-o a partir das perspectivas da antropologia social ou cultural e da arqueologia tratadas de modo específico e conjuntamente, com aportes das áreas de lingüística e de bioantropologia, além da sociologia, da filosofia e da história. Ou seja, o curso pretende resgatar no Brasil o ensino de antropologia numa perspectiva interdisciplinar que congrega antropologia social/cultural, arqueologia, lingüística e antropologia biológica, sem perder de vista as interfaces com outras disciplinas, sobretudo as das humanidades (Vargas; Queiroz; Zarankin, 2009: 7).

As disciplinas oferecidas são: UFMG: ATP 060 – Antropologia Biológica (optativa) <sup>125</sup>; UFPEL: Pré-História I (obrigatória), Antropologia Biológica (optativa) <sup>126</sup>.

É possível que a Antropologia Biológica seja contemplada em outras disciplinas que não nominalmente a ela associada, mas isso demandaria uma investigação cujo esforço escapa aos propósitos deste trabalho.

**QUADRO AP. 1.1 Presença de Bioantropologia em bacharelados em Antropologia no Brasil**

<b>Nº</b>	<b>UNIVERSIDADE</b>	<b>CURSO</b>	<b>INÍCIO</b>	<b>HABILITAÇÃO</b>	<b>BIOANT.</b> <sup>127</sup>
<b>01</b>	UFAM	Bacharelado em Antropologia	2006	Antropologia Social e Cultural	
<b>02</b>	UFF	Bacharelado em Antropologia	2011	Antropologia Social e Cultural	
<b>03</b>	UFMG	Bacharelado em Antropologia	2010	Antropologia Social e Arqueologia	<b>X</b>
<b>04</b>	UFPB	Bacharelado em Antropologia	2007		
<b>05</b>	UFPEL	Bacharelado em Antropologia	2008	Antropologia Social e Cultural; Arqueologia	<b>X</b>
<b>06</b>	UFSC	Bacharelado em Antropologia	2010	Antropologia Social e Cultural	

<sup>125</sup> Disponível em <https://www2.ufmg.br/antropologia/antropologia/Home/O-Curso/Matriz-Curricular-e-Ementas> (Acesso em 10 de maio de 2012). Nem todos os cursos de graduação possuem uma página eletrônica assim sendo, nas referências foram indicados apenas os endereços das universidades onde esses cursos são oferecidos. No caso da UNILA, infelizmente não foi possível obter quaisquer informações a respeito, de modo que seu curso de Antropologia não aparece aqui mencionado.

<sup>126</sup> Disponível em Rieth *et al* (2011).

<sup>127</sup> Presença ou não de disciplinas em Antropologia Física/ Biológica na grade curricular do curso.

**APÊNDICE 2**  
**PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA E**  
**ARQUEOLOGIA NO BRASIL**

O presente levantamento foi realizado com base na Relação de Cursos Recomendados e Reconhecidos, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior do Ministério da Educação – CAPES/MEC (ano base 2010) e, também, nas páginas eletrônicas dos respectivos programas. A primeira coleta de informações ocorreu entre os dias 10/02/2011 e 20/02/2011. A ideia era mapear a presença da Antropologia Biológica nos programas de pós-graduação em Antropologia e Arqueologia em duas frentes: oferta de disciplinas e áreas de atuação.

Na Capes os cursos avaliados estão divididos por “grandes áreas” e “áreas”. No caso dos cursos de interesse para a tese, constam aqui aqueles agrupados nas áreas de Antropologia (Antropologia / Arqueologia: 21), Arqueologia (Antropologia / Arqueologia: 3) e Sociologia (50 no total, mas com apenas uma consideração, o Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ – PPGSA/UFRJ).

Os programas foram agrupados regionalmente (Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul), e do total de cursos de pós-graduação em Antropologia, Arqueologia e/ou Antropologia e Arqueologia existentes no país (25), hoje, apenas pouquíssimos oferecem disciplinas que contemplam diretamente a Antropologia Biológica, notadamente, a exemplo do que observamos no âmbito da graduação (Apêndice 1), aqueles de Arqueologia. As exceções, dentro dos programas de Antropologia, são o PPGAS/MN/UFRJ, com uma disciplina optativa, e o PPGA/UFGA, que tem como uma de suas áreas de concentração a Bioantropologia (ver Capítulo 5), ao lado da Antropologia Social e da Arqueologia.

**QUADRO AP. 2.1 Programas de pós-graduação em Antropologia e/ou Arqueologia no Brasil – Região Norte**

<b>N</b>	<b>UNIV.</b>	<b>PROGRAMA</b>	<b>NÍVEL<sup>128</sup></b>	<b>INÍCIO</b>	<b>ÁREAS<sup>129</sup></b>	<b>BIOANT.<sup>130</sup></b>
1	UFPA	Programa de Pós-Graduação em Antropologia	M/D	2010/2010	Antropologia Social; Bioantropologia; Arqueologia	X
2	UFAM	Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social	M/D	2008/2008	Antropologia Social	

**QUADRO AP. 2.2 Programas de pós-graduação em Antropologia e/ou Arqueologia no Brasil – Região Nordeste**

	<b>UNIV.</b>	<b>PROGRAMA</b>	<b>NÍVEL</b>	<b>INÍCIO</b>	<b>ÁREAS</b>	<b>BIOANT.</b>
1	UFBA	Programa de Pós-Graduação em Antropologia	M/D	2007/2007	Antropologia Social e Cultural; Arqueologia Histórica e Pré-Histórica	
2	UFPB	Pós-Graduação em Antropologia	M	2003		
3	UFPE	Programa de Pós-Graduação em Antropologia	M/D	1977/2001	Antropologia Cultural e Social	
4	FUFSE	Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Antropologia – Mestrado em Antropologia	M	2009	Antropologia Social	
5	UFPI	Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia	M	2009	Antropologia; Arqueologia	
6	UFRN	Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social	M	2005	Antropologia	
7	UFPE	Programa de Pós-Graduação em Arqueologia	M/D	2003/2003	Arqueologia e conservação do patrimônio	X
8	FUFSE	Programa de Pós-Graduação em Arqueologia	M	2010	Arqueologia Histórica; Arqueologia Pré-Histórica	X

<sup>128</sup> M: Mestrado; D: Doutorado.

<sup>129</sup> Áreas de concentração.

<sup>130</sup> Presença ou não de disciplinas em Antropologia Física/ Biológica na grade curricular do programa.

**QUADRO AP. 2.3 Programas de pós-graduação em Antropologia e/ou Arqueologia no Brasil – Região Centro-Oeste**

<b>Nº</b>	<b>UNIV.</b>	<b>PROGRAMA</b>	<b>NÍVEL</b>	<b>INÍCIO</b>	<b>ÁREAS</b>	<b>BIOANT.</b>
1	UNB	Pós-Graduação em Antropologia	M/D	1972/1981	Antropologia Social	
2	UFGD	Programa de Pós-Graduação em Antropologia	M	2010	Antropologia Sociocultural	
3	UFG	Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social	M	2003	Antropologia Social	

**QUADRO AP. 2.4 Programas de pós-graduação em Antropologia e/ou Arqueologia no Brasil – Região Sudeste**

<b>Nº</b>	<b>UNIV.</b>	<b>PROGRAMA</b>	<b>NÍVEL</b>	<b>INÍCIO</b>	<b>ÁREAS</b>	<b>BIOANT.</b>
1	UFMG	Programa de Pós-Graduação em Antropologia	M	2006	Antropologia Social; Arqueologia	
2	UFF	Programa de Pós-Graduação em Antropologia	M/D	1994/2002	Antropologia Social	
3	UFRJ	Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social	M/D	1968/1977	Antropologia Social	X
4	UFSCAR	Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social	M/D	2007/2009	Antropologia Social	
5	UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social	M/D	1971/2004	Antropologia Social	
6	USP	Programa de Pós-Graduação em Arqueologia	M/D	1989/1989	Arqueologia	
7	USP	Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social	M/D	1972/1972	Antropologia Social	
8	UFRJ	Programa de Pós-Graduação em Arqueologia	M/D	2006/2010	Arqueologia	X
9	UFRJ	Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia	M/D	1980/1993	Sociologia; Antropologia	

**QUADRO AP. 2.5 Programas de pós-graduação em Antropologia e/ou Arqueologia no Brasil – Região Sul**

<b>Nº</b>	<b>UNIV.</b>	<b>PROGRAMA</b>	<b>NÍVEL</b>	<b>INÍCIO</b>	<b>ÁREAS</b>	<b>BIOANT.</b>
1	UFPR	Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social	M	1991	Antropologia Social	
2	UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social	M/D	1979/2001	Antropologia Social	
3	UFSC	Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social	M/D	1985/2009	Antropologia Social	

### APÊNDICE 3

## ASSOCIAÇÕES E SOCIEDADES ANTROPOLÓGICAS AO REDOR DO MUNDO

Durante o desenvolvimento deste trabalho procurei fazer um rastreamento complementar acerca da difusão da Antropologia ao redor do mundo, tendo por base associações, sociedades e entidades representativas desta ciência. O intuito era verificar as formas pelas quais a Antropologia era concebida ou apresentada publicamente por essas entidades, independentemente de elas serem congregações de profissionais pertencentes a ambas ou a cada uma das suas duas grandes contrapartes, Biológica e Sociocultural. As informações que compõem os quadros dispostos neste anexo foram obtidas a partir de visitas às páginas eletrônicas dessas entidades, e de contato via correio eletrônico, com seus respectivos representantes (presidentes ou secretários) quando havia ausência de informações sobre o assunto ou mesmo inexistência de sítios eletrônicos.

Em algumas dessas trocas de e-mail, fui orientado a olhar mais cuidadosamente para aspectos que teriam passado despercebidos por mim nas páginas eletrônicas dessas entidades. É que muitas vezes uma associação ou sociedade se diz representativa desta ou daquela vertente antropológica sem especificar o que é ou do que se ocupa, necessariamente, a Antropologia. Mesmo assim, é possível vislumbrar em que medida um assunto ou problema específico é considerado por elas como de interesse para a Antropologia por meio de, entre outros, publicações oficiais, apoios a eventos e pesquisas, reprodução de documentos e notícias envolvendo pesquisas antropológicas, oportunidades de estudo e trabalho, e assim por diante. É o que se pode observar, por exemplo, nas páginas da Anthropological Association of Ireland – AAI, na seção “Anthropology in the news”, em que são reproduzidas, especialmente, notícias relacionadas à Bioantropologia; ou da Hong Kong Anthropological Society – HKAS, cuja consulta aos arquivos relacionados aos seus eventos revela seu apoio a congressos, palestras e seminários voltados tanto para a Antropologia Sociocultural quanto para a Antropologia Biológica.

Evidentemente, a uma associação ou sociedade antropológica, embora representativa de uma dada comunidade científica, ao menos oficialmente, podem não corresponder arranjos e políticas institucionais específicas, especialmente no âmbito universitário. Em outras palavras, pode haver ou não um ajuste entre os planos ideal (defesa ou apresentação pública de uma determinada ideia da disciplina) e real (arranjos, disputas internas, demografia profissional, reprodução institucional etc.). Uma associação afeita a uma perspectiva geral de Antropologia pode, ao mesmo tempo, passar esse tipo de imagem e apresentar certo desnível interno quanto à força e representatividade de cada subdivisão. Portanto, ao lado de diferenças teóricas e conceituais, podem ser encontradas disputas políticas e pessoais orientando redes de colaboração e interferindo diretamente sobre arranjos institucionais. Stocking Jr. (1968) e Rutsch (2007), por exemplo, mostram os percalços políticos pelos quais Franz Boas passou durante seus investimentos na criação de um campo de Antropologia nos Estados Unidos e no México, respectivamente<sup>131</sup>. De qualquer forma, somente com estudos caso a caso, ou mais especificamente, a partir de investigações sincrônicas e diacrônicas, poderíamos ter uma real dimensão desses arranjos.

Para os propósitos deste trabalho o mapeamento nos mostra que, ao menos ideal e “oficialmente”, a Antropologia é por vezes apresentada, ou conceituada, por um razoável número de associações e sociedades a ela dedicadas, como uma ciência situada entre as ciências humanas e as ciências naturais. Além disso, associações de associações (como o World Council of Anthropological Associations – WCAA)<sup>132</sup> englobam tanto entidades exclusivamente ligadas à Bioantropologia quanto à Antropologia Sociocultural.

---

<sup>131</sup> Para o caso norte-americano, ver também Boas (2004).

<sup>132</sup> A gênese do WCAA enquanto um projeto político pode ser vista em Ribeiro e Escobar (2006). Dentre as suas principais propostas está a de criar um ambiente internacional em que antropólogos e tradições antropológicas de diferentes partes do mundo possam entabular discussões num plano mais horizontal.

**QUADRO AP. 3.1 Associações e sociedades antropológicas de alcance mundial**

<b>Entidade</b>	<b>Fundação</b>	<b>Especialidades que representa<sup>133</sup></b>
The International Union of Anthropological and Ethnological Sciences – IUAES (*) <sup>134</sup>	1948	Todas
The Wenner-Gren Foundation for Anthropological Research (*)	1941	Todas
The World Council of Anthropological Associations – WCAA	2004	Todas

**QUADRO AP. 3.2 Associações e sociedades antropológicas no continente africano**

<b>País</b>	<b>Entidade</b>	<b>Fundação</b>	<b>Especialidades que representa</b>
	Pan African Anthropology Association – PAAA (*)	1989	ASC / AB
Tunísia	Tunisian Association of Anthropology (*) – TAA	2001	Todas

<sup>133</sup> Várias entidades afirmam incentivar “todas” as especialidades ou subdisciplinas englobadas pela Antropologia, mas o que compõe esse “todo” pode variar de uma para outra. Algumas associações / sociedades incluirão nesse “todo”, por exemplo, a Arqueologia e o Folclore, outras apenas o Folclore, e assim por diante. No geral, contudo, pelo menos a Antropologia Sociocultural e a Antropologia Biológica encontram-se contempladas conjunta ou separadamente, na maioria dos casos. Nos quadros seguintes temos: ASC = Antropologia sociocultural e /ou Etnologia; AB = Antropologia biológica; ARQ = Arqueologia; LING = Linguística; FOL = Folclore.

<sup>134</sup> (\*) Indica que a entidade é membro do WCAA.

**QUADRO AP. 3.3 Associações e sociedades antropológicas no continente americano**

<b>País</b>	<b>Entidade</b>	<b>Fundação</b>	<b>Especialidades que representa</b>
Argentina	Colegio de Graduados en Antropología de la República Argentina – CGA (*)	1972	Todas
Argentina	Asociación de Antropología Biológica Argentina – AABA	1993	AB
Brasil	Associação Brasileira de Antropologia – ABA (*)	1955	Todas
Canadá	Canadian Anthropology Society - CASCA (*)	1974	Todas
Canadá	Canadian Association for Physical Anthropology – CAPA	1972	AB
Chile	Colegio de Antropólogos de Chile – CAC (*)	1984	ASC / ARQ
E.U.A.	American Anthropological Association – AAA	1902	Todas
E.U.A.	American Association of Physical Anthropologists - AAPA	1930	AB
E.U.A.	Evolutionary Anthropology Society - EAS	? <sup>135</sup>	Todas

**QUADRO AP. 3.4 Associações e sociedades antropológicas no continente asiático**

<b>País</b>	<b>Entidade</b>	<b>Fundação</b>	<b>Especialidades que representa</b>
China	Hong Kong Anthropological Society - HKAS (*)	1978	Todas
Índia	Indian Anthropological Association – IAA (*)	1969	Todas
Japão	Japanese Society of Cultural Anthropology - JASCA (*)	1934	ASC
Japão	The Anthropological Society of Nippon – ASN	1884	Todas
Taiwán	Taiwan Society for Anthropology and Ethnology – TSAE (*)	2000	Todas

<sup>135</sup> Indica ausência de informação

**QUADRO AP. 3.5 Associações e sociedades antropológicas no continente europeu**

<b>País</b>	<b>Entidade</b>	<b>Fundação</b>	<b>Especialidades que representa</b>
	International Association of Southeast European Anthropology – InASEA (*)	2000	ASC / FOL
Espanha	Institut Catalá d'Antropologia – ICA (*)	1978	ASC
Espanha	Asociación de Antropología de Castilla Y León (*) – AAC / LMK	1989	ASC
Espanha	Sociedad Española de Antropología Física – SEAF	2003	AB
França	Association Française d'Ethnologie et d'Anthropologie – AFEA (*)	2009	todas
França	Association Française des Anthropologues - AFA (*)	1979	?
Itália	Instituto Italiano di Antropologia – IstIA (*)	1893	Todas
Irlanda	Anthropological Association of Ireland – AAI (*)	1987	ASC
Portugal	Associação Portuguesa de Antropologia – APA (*)	1989	Todas
Reino Unido	Royal Anthropological Institute – RAI (*)	Séc. XIX	Todas
Reino Unido	British Association for Biological Anthropology and Osteoarchaeology – BABAO	?	AB

**QUADRO AP. 3.6 Associações e sociedades antropológicas na Oceania**

<b>País</b>	<b>Entidade</b>	<b>Fundação</b>	<b>Especialidades que representa</b>
Austrália	Australian Anthropological Society – AAS (*)	1973	ASC

## **APÊNDICE 4**

### **ALGUNS NOMES ASSOCIADOS A PESQUISAS BIOANTROPOLÓGICAS NO BRASIL**

Em suas reconstituições do desenvolvimento histórico da Antropologia Biológica no Brasil, Castro Faria (2000b) e Salzano (1997, 2009) fazem alusão a personagens e linhas de pesquisa para os períodos estabelecidos por cada um deles. A título de complementação ao resgate histórico realizado no primeiro capítulo, apresento a seguir um quadro no qual é possível encontrar algumas dessas indicações. Evidentemente, a menção a dois ou três nomes não esgota o universo de personagens associados à trajetória da Antropologia Biológica brasileira em cada um dos períodos aludidos. Acredito que tanto aqui, como nas apresentações originais, ela serve mais como um guia preliminar e ilustrativo, desprovido de proposições totalizantes. Da mesma forma, situar este ou aquele personagem num dado período não significa que alguns deles não possam ter uma trajetória situada entre dois ou mesmo mais períodos, residindo aí a funcionalidade da periodização proposta por Salzano, composta por lastros temporais mais extensos. O principal aspecto considerado aqui, portanto, foram os momentos nos quais estes personagens começam a atuar na área dentro de uma dada conjuntura institucional, sendo que o último momento foi desconsiderado. De qualquer maneira, uma lista mais completa dos nomes vinculados à história da Antropologia Biológica brasileira, inclusive contemplando pesquisadores estrangeiros que por aqui passaram, pode ser vislumbrada nas fontes originais das quais o presente quadro deriva.

**QUADRO AP. 4.1 Alguns pesquisadores e linhas investigativas em Bioantropologia no Brasil (1835-2010)**

<b>Personagem</b>	<b>Instituição</b>	<b>Áreas / interesses de atuação</b>
<b>Primeiro momento (1835-1910)</b>		
Peter Wilhelm Lund		Povoamento da América
João Batista de Lacerda	Museu Nacional/UFRJ	Povoamento da América
João Batista de Sá Oliveira	Faculdade de Medicina da Bahia	Aspectos craniométricos da população baiana
José Rodrigues Peixoto	Museu Nacional/UFRJ	Povoamento da América; aspectos craniométricos das populações indígenas
<b>Segundo momento (1910-1950)</b>		
Alfonso Bovero	Faculdade de Medicina de São Paulo	Anatomia humana voltada para os tipos raciais
Álvaro Fróes da Fonseca	Museu Nacional/UFRJ	Desenvolvimento físico de escolares; anatomia comparada de cadáveres
Edgard-Roquette Pinto	Museu Nacional/UFRJ/UFRJ	Diversidade biológica da população brasileira (tipos raciais)
José Bastos de Ávila	Museu Nacional/UFRJ	Desenvolvimento físico de escolares
Maria Julia Pourchet	Instituto de Pesquisas Educacionais do Rio de Janeiro	Desenvolvimento físico de escolares
Renato Locchi	Faculdade de Medicina de São Paulo	Anatomia humana comparada (tipos raciais)
<b>Terceiro momento (1950-1980)</b>		
Francisco Mauro Salzano	UFRGS	Estrutura genética das populações indígenas e da sociedade nacional
Marília C. de Mello e Alvim	Museu Nacional/UFRJ	Osteologia pré-histórica
Newton Freire-Maia	UFPR	Estrutura genética das populações indígenas e da sociedade nacional
Oswaldo Frota-Pessoa	USP	Estrutura genética das populações indígenas e da sociedade nacional
Tarcísio Torres Messias	Museu Nacional/UFRJ	Osteologia pré-histórica e aspectos somatológicos de populações contemporâneas
<b>Quarto momento (1980-2010)<sup>136</sup></b>		
Adauto Araújo	Fiocruz	Parasitologia de grupos pré-históricos
Cláudia Rodrigues F. Carvalho	Museu Nacional/UFRJ	Marcadores de saúde e doença em remanescentes pré-históricos
Hilton Pereira da Silva	UFPA	Saúde e doença dos povos da Amazônia
Sérgio Danilo Pena	UFMG	Estrutura genética da população brasileira

<sup>136</sup> Neste período encontram-se os quatro pesquisadores sobre os quais se detém este trabalho, de modo que, para o presente quadro, opto por reproduzir outros nomes.

## **APÊNDICE 5**

### **PROJETOS DE PESQUISA ENVOLVENDO PROFISSIONAIS ATUANTES EM BIOANTROPOLOGIA NO BRASIL**

Neste apêndice encontra-se disponível uma lista com os projetos de pesquisa envolvendo 20 profissionais que se apresentam como atuantes em Antropologia Biológica no Brasil. As informações foram recolhidas nos Currículos Lattes de cada um deles, e foram considerados apenas os projetos que estivessem em curso (ativos) até junho de 2012, quando os currículos foram acessados pela última vez. Para evitar sobreposições, são mencionados, também, apenas os projetos nos quais cada um dos pesquisadores em questão aparece como responsável. Informações mais detalhadas, como número de participantes, resumo e produção científica associada, podem ser obtidas a partir de consulta aos respectivos currículos. Para tanto, basta efetuar uma busca na Plataforma Lattes a partir do nome do pesquisador de interesse.

**QUADRO AP. 5.1 Projetos de pesquisa coordenados por profissionais atuantes em Antropologia biológica no Brasil**

<b>Nº</b>	<b>PESQUISADOR</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>NATUREZA</b>	<b>PERÍODO</b>	<b>FOMENTO</b>	<b>SITUAÇÃO</b>
<b>01</b>	Andersen Liryo da Silva	Antropologia física e coleções de referência: estudo e recuperação de séries esqueléticas históricas oriundas de exumações de cemitérios urbanos.	Pesquisa	2010 - 2011	Faperj	ATIVO
<b>02</b>	Andrea de Lessa Pinto	Conservação preventiva do acervo osteológico do Setor de Antropologia Biológica do Museu Nacional/UFRJ	Outra	2010 - Atual	-	ATIVO
		Estresse biomecânico e atividades cotidianas: espondilólises e nódulos de Schmorl em séries arqueológicas litorâneas.	Pesquisa	2010 - Atual	-	ATIVO
		Novos aportes metodológicos para o diagnóstico e interpretação de osteoartroses em séries esqueléticas arqueológicas.	Pesquisa	2010 - Atual	CNPq	ATIVO
<b>03</b>	Andrea Kely Campos Ribeiro dos Santos	Análise do DNA humano pré-colombiano: significado evolutivo e aplicações em casos forenses.	Pesquisa	1999 – Atual	CNPq Wenner Foundation UFPA	Gren ATIVO
		Farmacogenômica em populações com altos níveis de mistura gênica: desenvolvimento e validação de marcadores de ancestralidade e sua aplicação como controles genômicos na individualização da terapêutica com medicamentos	Pesquisa	2004 – Atual	CNPq	ATIVO
		Modulação genética na resposta ao tratamento da AIDS	Pesquisa	2004 - Atual	Governo Estadual do Pará	ATIVO

**QUADRO AP. 5.1 Continuação**

<b>Nº</b>	<b>PESQUISADOR</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>NATUREZA</b>	<b>PERÍODO</b>	<b>FOMENTO</b>	<b>SITUAÇÃO</b>
<b>03</b>	Andrea Kely Campos Ribeiro dos Santos	Paleogenética e paleoepidemiologia em populações pré-históricas da Amazônia, paleogênese	Pesquisa	2004 - Atual	Finep	ATIVO
		Ancestralidade genômica e identidade nacional - implicações biomédicas e forenses	Pesquisa	2005 - Atual	CNPq MCT	ATIVO
		Biomarcadores de suscetibilidade à periodontite crônica.	Pesquisa	2009 - 2011	CNPq	ATIVO
		PROCAD – Cooperação acadêmica entre as IES UFPA e USP para o desenvolvimento de uma rede de bioinformática para a análise genômica e proteômica do câncer gástrico (CG).	Pesquisa	2009 - 2013	Capes	ATIVO
<b>04</b>	Claudia Rodrigues Ferreira de Carvalho	Saúde e estilos de vida em populações pré-históricas litorâneas do estado do Rio de Janeiro	Pesquisa	2005 - Atual	CNPq Fundação Universitária José Bonifácio	ATIVO
		Mobilidade e dinâmica social na pré-história: perspectivas bioantropológicas e bioarqueológicas sobre o sambaqui do forte Marechal Luz (Santa Catarina) a partir da análise de marcadores isotópicos	Pesquisa	2006 - Atual	CNPq	ATIVO
		Revisitando a coleção osteológica humana do Sambaqui de Cabeçuda, SC: recuperação de informações, produção de novos dados e reconstrução de seu potencial informativo	Pesquisa	2009 - Atual	Faperj	ATIVO
		Ciência até os ossos: divulgação e estímulo à ciência a partir dos estudos bioantropológicos/bioarqueológicos	Extensão	2009 - Atual	Faperj	ATIVO

**QUADRO AP. 5.1 Continuação**

<b>Nº</b>	<b>PESQUISADOR</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>NATUREZA</b>	<b>PERÍODO</b>	<b>FOMENTO</b>	<b>SITUAÇÃO</b>
<b>05</b>	Elizabeth Christina da Silva					
<b>06</b>	Gilberto Ferreira de Souza Aguiar					
<b>07</b>	Glaucia Aparecida Malerba Sene	As crianças da pré-história brasileira: um estudo de arqueologia da infância, gênero e cultura material.	Pesquisa	2009 - Atual	Faperj	ATIVO
		Projeto de monitoramento arqueológico na obra de revitalização do porto do Rio do Janeiro - Etapa 1	Pesquisa	2011 - Atual	Consórcio Saúde-Gamboa Prefeitura da Rio de Janeiro	ATIVO
<b>08</b>	Hilton Pereira da Silva	Conhecer para preservar: aspectos sociológicos e ecológicos da comunidade de uma área protegida de mata atlântica no ES como instrumentos para a Educação em Meio Ambiente e Saúde	Pesquisa	2005 - Atual	Fapes UFRJ	ATIVO
		Determinantes sócio-ecológicos das doenças crônico-degenerativas em populações tradicionais da Amazônia: compreendendo a ontogenia destas epidemias em populações vulneráveis	Pesquisa	2007 - Atual	CNPq UFPA	ATIVO

**QUADRO AP. 5.1 Continuação**

<b>Nº</b>	<b>PESQUISADOR</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>NATUREZA</b>	<b>PERÍODO</b>	<b>FOMENTO</b>	<b>SITUAÇÃO</b>
<b>09</b>	Izaura Maria Vieira Cayres Vallinoto	Instrumentalizando o acadêmico de Medicina ao olhar antropológico e à visão humanística	Extensão	2004 - Atual	UFPA	ATIVO
		A inserção do acadêmico de Medicina na comunidade da Pratinha, Belém, Pará	Extensão	2004 - Atual	UFPA Associação Clube de Mães da Sagrada Família	ATIVO
		Programa de Extensão Parceria entre a Universidade Federal do Pará e a comunidade não acadêmica para aferição e acompanhamento do estado de saúde de moradores da área metropolitana de Belém	Extensão	2006 - Atual	UFPA	ATIVO
<b>10</b>	Maria Cátira Bortolini					
<b>11</b>	Maria Mercedes Martinez Okumura	Métodos estatísticos aplicados à questão da caracterização das pontas bifaciais no Sudeste e Sul do Brasil	Pesquisa	2011 - Atual	CNPq	ATIVO
<b>12</b>	Murilo Quintans Ribeiro Bastos					

**QUADRO AP. 5.1 Continuação**

<b>Nº</b>	<b>PESQUISADOR</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>NATUREZA</b>	<b>PERÍODO</b>	<b>FOMENTO</b>	<b>SITUAÇÃO</b>
<b>13</b>	Nanci Vieira de Oliveira	Preservação e conservação de sítios arqueológicos do Estado do Rio de Janeiro	Pesquisa	2001 - Atual	UERJ Faperj Eletronuclear	ATIVO
		História e Arqueologia da Zona Oeste do município do Rio de Janeiro, RJ	Pesquisa	2002 - Atual	Faperj	ATIVO
		Estratégias de ocupação e defesa da baía de Ilha Grande - parceria entre LAB/UERJ e NEE/UNICAMP	Pesquisa	2004 - Atual	UERJ	ATIVO
		Projeto História, Arqueologia e Geoprocessamento: um estudo interdisciplinar da ocupação e defesa do litoral Sul Fluminense	Pesquisa	2011 - 2014	UERJ	ATIVO
<b>14</b>	Olivia Alexandre de Carvalho	Antropologia Biológica e Paleopatologia em acervos arqueológicos	Pesquisa	2008 - Atual		ATIVO
<b>15</b>	Ricardo Ventura Santos	Demografia e antropologia dos povos indígenas no Brasil: Os Xavante e os censos demográficos nacionais	Pesquisa	2007 - 2011	CNPq	ATIVO
		Mudanças sócio-ambientais, saúde e nutrição entre o povo indígena Xavante do Brasil Central	Pesquisa	2010 - Atual	Fiocruz	ATIVO
<b>16</b>	Sheila Maria Ferraz Mendonça de Souza	Paleoparasitologia: suas possibilidades em Doença de Chagas	Pesquisa	2002 - Atual	CNPq Capes	ATIVO

**QUADRO AP. 5.1 Continuação**

<b>Nº</b>	<b>PESQUISADOR</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>NATUREZA</b>	<b>PERÍODO</b>	<b>FOMENTO</b>	<b>SITUAÇÃO</b>
17	Silvia Barreiros dos Reis	Sambaqui e Kaizuka: análise comparada da trajetória de conceituação de shell mounds entre discursos de identidade e legitimação através da história da Arqueologia no Brasil e no Japão (séculos XIX a XXI) Revista online de divulgação científica em Antropologia Biológica	Pesquisa	2011 - Atual	-	ATIVO
18	Tatiana Nunes	Leite				
19	Valéria Braz	Silva				
20	Walter Neves	Alves	Origens e microevolução do homem na América: uma abordagem paleontológica	Pesquisa	1994 - Atual	Fapesp ATIVO

## APÊNDICE 6

### LISTA DE PERIÓDICOS NACIONAIS E ESTRANGEIROS

A seguir encontra-se a relação completa dos periódicos nacionais e estrangeiros nos quais os profissionais que se dizem atuantes em Antropologia Biológica no Brasil, contemplados no levantamento desta tese, publicaram em um período de cinco anos (2008-2012). Note-se que a diversidade de periódicos reflete a diversidade de temas e áreas de atuação nos quais esses profissionais encontram-se envolvidos.

Os dados estão dispostos da seguinte forma: nome do periódico, área de avaliação e Qualis (classificação), segundo a Capes. A quase totalidade dos periódicos é avaliada em mais de uma área, por isso, nessa coluna aparecem indicadas as áreas para as quais o periódico detém a maior classificação, seguidas do símbolo de adição (+) e da quantidade de outras áreas em que o periódico é avaliado. Para a classificação (Qualis), além da máxima, aparece aquela referente à área de Antropologia / Arqueologia quando considerada pela Capes. Colunas em branco indicam inexistência de avaliação<sup>137</sup>.

Há uma grande diferença entre os dois conjuntos de dados (periódicos nacionais e estrangeiros). Se dentro do primeiro a quantidade de periódicos avaliada para a área de Antropologia / Arqueologia é significativa (13 em 38), no segundo apenas cinco em 53 o são, qual seja aqueles cujos títulos evocam explicitamente a Arqueologia ou a Antropologia Sociocultural. Mesmo o *American Journal of Physical Anthropology*, que tem a palavra “Antropologia” em seu título, não é avaliado dentro da área de Antropologia / Arqueologia. Outros periódicos claramente associados à Antropologia Biológica no contexto internacional, como o *Human Biology*, o *American Journal of Human Biology* e o *Journal of Human Evolution*, incluem-se nessa condição, assim como a *Nature*, que invariavelmente tem seções dedicadas à Antropologia (Biológica e Sociocultural). No caso dos periódicos nacionais, os títulos avaliados para Antropologia / Arqueologia são aqueles de alguma forma vinculados às ciências humanas e sociais. As razões para essas discrepâncias foram descritas no corpo textual (Capítulo 2).

---

<sup>137</sup> Todas as informações concernentes às avaliações por áreas foram extraídas do sítio eletrônico da Capes entre os dias 10 e 15 de julho de 2012.

**QUADRO AP. 6.1 Periódicos nacionais com publicações de profissionais que atuam em Bioantropologia no Brasil (2008-2012)**

Nº.	PERIÓDICO	ÁREA	QUALIS	
			MÁX.	ANT.
01	<i>Amazônica – Revista de Antropologia</i>	Sociologia +4	B3	-
02	<i>Anais da Academia Brasileira de Ciências</i>	Engenharias III +32	A1	-
03	<i>Áreas Protegidas e Inclusão Social</i>	Biodiversidade	C	-
04	<i>Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG</i>			
05	<i>Arquivos do Museu Nacional</i>	Antropologia/Arqueologia +7	B2	B2
05	<i>Boletim do Museu de Biologia Mello Leitão</i>	Biodiversidade +4	B3	-
07	<i>Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi - Ciência Humanas</i>	História +15	A2	B5
08	<i>Brazilian Journal of Medical and Biological Research</i>	Ciências Biológicas II	A2	-
09	<i>Caderno CRH</i>	Sociologia +17	A2	B3
10	<i>Cadernos de Saúde Pública</i>	Antropologia / Arqueologia +50	A1	A1
11	<i>Canindé</i>	Antropologia / Arqueologia +7	A2	A2
12	<i>Ciência e Ambiente</i>			
13	<i>Ciência e Educação</i>	Educação +14	A1	-
14	<i>Ciência e Saúde Coletiva</i>	Direito +36	A1	B3
15	<i>Ciência Hoje</i>	Antropologia / Arqueologia +45	B2	B2
16	<i>Ciências &amp; Cognição</i>	Administração +23	B2	-
17	<i>FUNDHAMentos</i>			
18	<i>Genetics and Molecular Biology</i>	Ciências Agrárias +23	A2	-
19	<i>História, Ciências, Saúde – Manguinhos</i>	Educação +35	A1	B1
20	<i>Horizontes Antropológicos</i>	Antropologia / Arqueologia +16	A1	A1
21	<i>Human Organization</i>	Interdisciplinar +1	B1	-
22	<i>Jornal de Pediatria</i>	Biodiversidade +30	B1	-
23	<i>Mana</i>	Antropologia / Arqueologia +12	A1	A1
24	<i>Maracanan</i>	História +2	B2	-
25	<i>Memórias do Instituto Oswaldo Cruz</i>	Geografia +44	A1	B1

QUADRO AP. 6.1 Continuação

Nº.	PERIÓDICO	ÁREA	QUALIS	
			MÁX.	ANT.
26	<i>Neurociências</i>	Artes / Música +13	B4	-
27	<i>Papéis Avulsos de Zoologia</i>	Ciências Biológicas I +8	C	-
28	<i>Pesquisa Veterinária Brasileira</i>	Geografia +25	A2	-
29	<i>Revista Antropológicas</i>			
30	<i>Revista Brasileira de Ciências Morfológicas</i>	Interdisciplinar + 15	B3	-
31	<i>Revista Brasileira de Epidemiologia</i>	Geografia +27	A1	-
32	<i>Revista Brasileira de Estudos de População</i>	Geografia +19	A2	-
33	<i>Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil</i>	Enfermagem +20	B1	-
34	<i>Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical</i>	Interdisciplinar +26	A2	-
35	<i>Revista de Arqueologia</i>	Antropologia / Arqueologia +5	B2	B2
36	<i>Revista de Arqueologia Pública</i>			
37	<i>Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia</i>	Antropologia / Arqueologia +10	B1	B1
38	<i>Segurança Justiça e Cidadania</i>	Educação +3	B3	-

**QUADRO AP. 6.2 Periódicos estrangeiros com publicações de profissionais que atuam em Bioantropologia no Brasil (2008-2012)**

Nº.	PERIÓDICO	ÁREA	QUALIS	
			MÁX.	ANT.
01	<i>Acta Tropica</i>	Ciências Agrárias I +21	A1	-
02	<i>American Journal of Human Biology</i>	Interdisciplinar +2	A2	-
03	<i>American Journal of Human Genetics</i>	Interdisciplinar +8	A1	-
04	<i>American Journal of Physical Anthropology</i>	Interdisciplinar +8	A1	-
05	<i>Animal Genetics</i>	Biodiversidade +10	A2	-
06	<i>Annals of Human Biology</i>	Interdisciplinar +12	B1	-
07	<i>Annals of Human Genetics</i>	Biodiversidade +5	A2	-
08	<i>Applied Physics</i>	Engenharias IV	B5	-
09	<i>Archives of Oral Biology</i>	Interdisciplinar +15	A2	-
10	<i>Basic &amp; Clinical Pharmacology &amp; Toxicology</i>	Interdisciplinar +14	A2	-
11	<i>Biodiversity and Conservation</i>	Interdisciplinar +11	A1	-
12	<i>Cell Biology and Toxicology</i>	Ciências Biológicas I +11	B1	-
13	<i>Chungará</i>	Antropologia / Arqueologia +3	A2	A2
14	<i>Current Anthropology</i>	Antropologia / Arqueologia + 7	A1	A1
15	<i>Current Research in the Pleistocene</i>	Antropologia / Arqueologia +2	A2	A2
16	<i>Ecotoxicology and Environmental Safety</i>	Interdisciplinar +19	A1	-
17	<i>Evolution: Education and Outreach</i>			
18	<i>Forensic Science International</i>	Interdisciplinar +15	A1	-
19	<i>Human Biology</i>	Enfermagem +6	A2	-
20	<i>Human Ecology</i>	Engenharias I +11	B3	-
21	<i>Human Evolution and Environment BAR International Series</i>			
22	<i>Human Heredity</i>	Ciências Biológicas I +4	B1	-
23	<i>Human Immunology</i>	Medicina II +10	A2	-
24	<i>Human Molecular Genetics</i>	Biodiversidade +8	A1	-
25	<i>Human Mutation</i>	Biotecnologia +3	A1	-

QUADRO AP. 6.2 Continuação

Nº.	PERIÓDICO	ÁREA	QUALIS	
			MÁX.	ANT.
26	<i>International Dental Journal</i>	Odontologia +3	B1	-
27	<i>International Journal of Health Geographics</i>	Geografia +5	A1	-
28	<i>International Journal of Legal Medicine</i>	Medicina I +4	A2	-
29	<i>International Journal of Osteoarchaeology</i>	Saúde Coletiva	B2	-
30	<i>International Journal of South American Archaeology</i>			
31	<i>Investigative Genetics</i>			
32	<i>Journal of Archaeological Science</i>	Antropologia / Arqueologia +10	A1	A1
33	<i>Journal of Biosocial Science</i>	Interdisciplinar +8	B1	-
35	<i>Journal of Human Evolution</i>	Antropologia / Arqueologia +2	A1	-
35	<i>Journal of Pediatric Endocrinology &amp; Metabolism</i>	Enfermagem +5	A2	-
36	<i>Journal of Psychiatric Research</i>	Medicina II +8	A1	-
37	<i>Latin American Antiquity</i>	Antropologia / Arqueologia +2	A1	A1
38	<i>Libyan Studies</i>			
39	<i>Medical Mycology</i>	Interdisciplinar +16	A1	-
40	<i>Nature</i>	Interdisciplinar +14	A1	-
41	<i>Nutrition Journal</i>	Ciência de Alimentos +9	A2	-
42	<i>Pharmacogenomics</i>	Farmácia +7	A1	-
43	<i>Pharmacogenomics Journal</i>	Ciências Biológicas I +8	A1	-
44	<i>Plos Genetics</i>	Ciências Biológicas I +8	A1	-
45	<i>Plos ONE</i>	Biodiversidade +22	A1	-
46	<i>Praxis Archaeologica</i>	História	B5	-
47	<i>Proceedings of the National Academy of Sciences</i>	Interdisciplinar +34	A1	-
48	<i>Quaternary International</i>	Geografia +9	A1	-
49	<i>Revista Panamericana de Salud Publica</i>	Administração +23	A1	-
50	<i>The Latin American Journal of Aquatic Mammals</i>	Biodiversidade +7	B5	-
51	<i>Transplant Infectious Disease</i>	Medicina I +4	B1	-
52	<i>Tuberculosis</i>	Medicina Veterinária +9	A2	-
53	<i>Virus Research</i>	Ciências Agrárias +12	A1	-

## APÊNDICE 7

### DOCUMENTO INFORMATIVO PARA PARTICIPANTES DO ESTUDO

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

### ANTROPOLOGIA BIOLÓGICA NO BRASIL HOJE: ESBOÇO PARA UM RETRATO

#### **Documento informativo para participantes do estudo – Entrevistados**

*Você está sendo convidado (a) a tomar parte em um estudo. Nas próximas páginas encontram-se informações sobre a natureza da pesquisa – o que ela envolve e quais seus objetivos. Por favor, reserve um tempo para ler as seguintes informações de modo a avaliar as suas possibilidades de tomar parte neste estudo. Se houver qualquer aspecto que não esteja claro ou se você necessitar de informações adicionais, por favor, faça-nos saber.*

#### **1. Resumo do projeto:**

Diferentemente do que ocorre em outros países, no Brasil, em se considerando a Antropologia como grande área do conhecimento, constata-se uma diminuta visibilidade da sua contraparte biológica. Em virtude de desdobramentos históricos, políticos, epistemológicos e institucionais, estudos empreendidos por antropólogos biológicos e outros cientistas, os quais poderiam ser reconhecidos como antropológicos em outros contextos, dificilmente são reconhecidos como tais no país, haja vista que, para o caso brasileiro, Antropologia quase sempre aparece como sinônimo de Antropologia Cultural ou Social. Tomando por base tal cenário, este projeto apresenta como proposta analisar o estado atual da Antropologia Biológica no Brasil a partir de um recorte etnográfico estratégico. A análise se deterá sobre a produção de um conjunto de pesquisadores proeminentes no âmbito da Antropologia Biológica brasileira nos últimos anos.

Para além da revisão bibliográfica propriamente dita, cujo intuito é um aprofundamento no estado da arte sobre as pesquisas bioantropológicas concernentes a alguns temas discutidos em Bioantropologia, a pesquisa prevê, também, a realização de entrevistas com pesquisadores atuantes na área. Pretende-se, assim, captar suas impressões sobre os contornos institucionais da Antropologia Biológica brasileira, suas relações com outras áreas do conhecimento, a expressividade da área nos cenários nacional e internacional e, ainda, sobre sua atuação profissional.

## **2. Quem está conduzindo a pesquisa?**

O projeto está sendo realizado por Verlan Valle Gaspar Neto, no âmbito de seu doutoramento pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense – PPGA/UFF, sob orientação da Dra. Gláucia Oliveira da Silva. O aluno conta com financiamento, através de bolsa de estudo, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior, do Ministério da Educação, CAPES/MEC.

## **3. Qual é o objetivo da pesquisa?**

O projeto visa introduzir no cenário das discussões sobre a história e a situação atual da Antropologia Biológica no Brasil. Em boa medida, trata-se de um estudo voltado para o mapeamento geral da situação institucional da Antropologia Biológica, ao mesmo tempo em que pretende abordar a produção relacionada a algumas temáticas específicas a partir de autores centrais para cada uma delas.

## **4. Por que eu fui escolhido?**

Você foi abordado (a) para participar deste estudo em virtude de sua relevância para o campo da Antropologia Biológica nacional.

### **5. O que isso envolve para mim?**

O projeto envolve apenas conversar com você e realizar perguntas na forma de entrevista, a qual poderá ser gravada mediante sua permissão. Se você concordar em participar, será convidado a assinar um termo de consentimento.

### **6. O que acontece com os dados coletados?**

Se você consentir, os registros de áudio digital obtidos nas entrevistas serão utilizados na composição da tese de doutorado, a qual, posteriormente, será submetida à avaliação de uma banca examinadora. Eventualmente, a tese ou partes dela poderá ser integral ou parcialmente publicada na forma de livro e/ou artigos. Todas as informações coletadas serão utilizadas apenas para propósitos de pesquisa acadêmica.

### **7. Quem eu devo contatar caso haja algum problema?**

Você deverá contatar o pesquisador ou, ainda, sua respectiva orientadora, Dra. Gláucia Silva, através dos seguintes endereços eletrônicos:

Verlan Valle Gaspar Neto: [verlan02@yahoo.com.br](mailto:verlan02@yahoo.com.br)

Gláucia Oliveira da Silva: [glaucia.o.silva@gmail.com](mailto:glaucia.o.silva@gmail.com)

**APÊNDICE 8**  
**TERMO DE CONSENTIMENTO**

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

**ANTROPOLOGIA BIOLÓGICA NO BRASIL HOJE: ESBOÇO PARA**  
**UM RETRATO**

**Termo de consentimento**

Se você está de acordo em participar, por favor, preencha e assine o termo de consentimento abaixo.

Por favor,  
rubrique os  
campos  
abaixo

1. Eu confirmo que li o documento informativo para participantes do projeto acima e que tive oportunidade para considerar as informações e fazer perguntas, e que estas foram satisfatoriamente respondidas.

2. Eu compreendo que a minha participação no estudo é voluntária.

3. Eu compreendo que as entrevistas serão registradas em áudio.

4. Eu concordo com o uso de citações.

5. Estou ciente de que as informações coletadas na entrevistas poderão ser transcritas e utilizadas em canais de divulgação acadêmica, como artigos, livros, teses, entre outros.



Eu concordo em tomar parte no projeto acima

---

**Nome do participante**

**Data**

**Assinatura**

---

**Nome da pessoa que tomou o consentimento**

**Data**

**Assinatura**

**ANEXO A**  
**CARTA DA IUAES À OECD**

**Faculty of Social and Behavioral Sciences**  
**Institute of Cultural Anthropology and**  
**Development Sociology**

Mr. Secretary General  
Organisation de Coopération et de Développement Economiques  
Organisation for Economic Co-operation and Development  
Directorate for Science, Technology and Industry  
Committee for Scientific and Technological Policy  
2, rue André Pascal  
75775 Paris Cedex 16  
France  
[sti.contact@oecd.org](mailto:sti.contact@oecd.org)

<i>Number</i>	<i>Date</i>	April 9, 2010
<i>Your</i>	<i>Telephone</i>	
<i>Subject</i>	<b><i>“Fields of Science and Technology” Contact</i></b> <b><i>(FOS) classification: Anthropology</i></b>	

Dear Mr. Secretary-General,

As President of the International Union on Anthropological and Ethnological Sciences (IUAES), I would like to bring to your attention the misclassification of Anthropology in the “Revised classification of Fields of Science and Technology”.

Conducted under auspices of the OECD by the Working Party of National Experts on Science and Technology (see the revised version of the Frascati Manual, 2006: <http://www.oecd.org/dataoecd/36/44/38235147.pdf>), this classification wrongly categorises Anthropology (and Ethnology) as a sub-field of Sociology (see point 5.4).

It is an inaccurate definition of this field of knowledge, which misrepresents both the history and the current standing of Anthropology as a Social Science in itself. Such a status has long had worldwide institutional expression in university departments and research centres throughout the world. Anthropology is the study of humankind (the human species) in its cultural, social and biological/physical aspects. Therefore, it deserves a separate category with the attendant major sub-divisions (e.g., social, cultural, biological).

I would like to express my concern over the possible negative implications of such a mis-categorisation for the measurement and organization of Research and Development activities of this social science, both at the national and international level.

Since the revised classification document itself states that “the current FOS classification is not necessarily a final one but will need to be revised regularly”, I therefore would ask that its update take into account the proper correction and thus classifies “**Anthropology, ethnology**” as a separate social science.

Yours faithfully,

Prof. Dr. Peter J.M. Nas  
President IUAES

Pieter de la Courtbuilding  
Wassenaarseweg 52  
P.O. Box 9555  
2300 RB Leiden,  
The Netherlands

## **ANEXO B**

### **CONVITE PARA O SEMINÁRIO ANTROPOLOGIA EM FOCO**

## **CONVITE**

Vimos por meio deste convidá-lo(a) a participar do Simpósio Internacional

### **ANTROPOLOGIA EM FOCO: ABORDAGENS INTER(SUB)DISCIPLINARES PARA O ESTUDO DO OUTRO**

Que acontecerá nos dias 25 e 26 de setembro de 2008, na Universidade Federal do Pará no Auditório do Instituto de Geociências

Com esse evento pretendemos debater a interdisciplinaridade em antropologia, refletindo sobre a teoria e prática antropológica e concebendo maneiras de diminuir as fronteiras entre as diversas sub-disciplinas da antropologia na pesquisa, ensino e difusão dentro e fora da Universidade.

Temos como objetivos:

1. Debater a interdisciplinaridade em Antropologia com relação à pesquisa, publicação, ensino e atividades de extensão.
2. Compartilhar experiências de cruzamento de fronteiras disciplinares na Antropologia (em pesquisa, ensino e difusão), avaliando possibilidades e limites.
3. Refletir sobre os rumos da pesquisa antropológica na Amazônia. Examinar programas de pesquisa, paradigmas e modelos multidisciplinares, comparando e avaliando-as.

O evento acontecerá na forma de um Simpósio, reunindo profissionais brasileiros e estrangeiros, com dois dias de duração. O evento abrirá com conferências de dois profissionais, um norte-americano e outro brasileiro, que falarão sobre a trajetória da Antropologia nos seus respectivos países a partir de uma perspectiva histórica, enfatizando a discussão havida sobre a fragmentação e especialização da disciplina. Outros antropólogos, com atuação em mais de uma disciplina antropológica contribuirão com suas experiências e visões sobre as maneiras de integrar teórica e metodologicamente as sub-disciplinas. Todas as palestras serão seguidas por debates com o público.

### **PROGRAMAÇÃO PRELIMINAR**

#### **Dia 25 de setembro**

**9 às 12h - A Realidade da Antropologia nos EUA e no Brasil - Reflexões sobre a História das Quatro Sub-Disciplinas e a Situação Atual**

**Moderador: Dr. Hilton Pereira da Silva**

**9h – Conferência: “A Antropologia nos EUA: Problemas e Potencialidades Atuais” - Dr. William Balée- Tulane University, New Orleans, EUA.**

**10h – Conferência: “A Antropologia no Brasil” (título provisório) - Dr. Francisco Mauro Salzano – Universidade Federal do Rio Grande do Sul**

**11h – Debate**

**12 às 14h – Intervalo para Almoço**

**14 às 17h – Diminuindo Fronteiras entre as Sub-Disciplinas Antropológicas: a Formação de Antropólogos no Brasil**

**Moderador: Dr. Ernani Pinheiro Chaves - Universidade Federal do Pará**

**Palestrantes:**

**Dr. Otávio Cardoso Alves Velho - Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Dr. Ricardo Ventura Santos - Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz  
Dr. Carlos Caroso – Universidade Federal da Bahia**

**Dia 26 de setembro**

**9 às 12h - Debate: Fazendo Antropologia na Amazônia: questões inter(sub)disciplinares I**

**Moderadora: Dra. Denise Pahl Schaan**

**Palestrantes:**

**Dr. Carlos Fausto – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Rio de Janeiro.  
Dra. Fabíola Silva – Museu de Arqueologia e Etnologia-Universidade de São Paulo, São Paulo.  
Dr. William Balée –Tulane University, New Orleans, EUA.  
Dr. Michael Heckenberger – University of Florida, Gainesville, EUA.**

**14 às 17h - Debate: Fazendo Antropologia na Amazônia: questões inter(sub)disciplinares II**

**Moderador: Dra. Ândrea Kely Campos Ribeiro dos Santos**

**Palestrantes:**

**Dra. Sheila Ferraz Mendonça de Sousa – Fundação Osvaldo Cruz, Rio de Janeiro.  
Dr. Hilton Pereira da Silva – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Rio de Janeiro / Professor Visitante Universidade Federal do Pará, Belém.  
Dr. Denny Moore – Museu Paraense Emílio Goeldi  
Dra. Jane Felipe Beltrão - Universidade Federal do Pará, Belém.**

## ANEXO C

### BIBLIOGRAFIAS PARA INGRESSO NO PPGA/UFPA (2010-2013)

#### **Edital 001/2010 (Turma 2010)** <sup>138</sup>

CARDOSO de OLIVEIRA, Roberto. Ação indigenista, etnicidade e o diálogo interétnico. In: **Estudos Avançados USP**. 2000, vol.14, no. 40, São Paulo, pp. 213-230.

CSORDAS, T. Modulações da corporeidade. In: **Corpo/Significado/Cura**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2008, pp. 193-213.

GASPAR NETO, Verlan Valle; SANTOS, Ricardo Ventura. A cor dos ossos: narrativas científicas e apropriações culturais sobre “Luzia”, um crânio pré-histórico do Brasil. In: **Mana** [online]. 2009, vol. 15, no. 2, pp. 449-480.

GONCALVES, José Reginaldo Santos. “Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios” In: **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, 2005: v. 11, no. 23, pp. 15-36.

HILBERT, Klaus. Qual o compromisso social do arqueólogo? In: **Revista de Arqueologia**. 2006, no. 19: pp. 89-101.

INGLÓD, Tim. “Sobre a distinção entre evolução e história” In: **Antropolítica**. 2006, no. 20, pp. 17-36.

LEACH, Edmund. “Aspectos antropológicos da linguagem: categorias animais e insultos verbais” In: DaMATTIA (org). **LEACH** Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo, Ática, 1983, pp. 170-198.

---

<sup>138</sup> Fonte: PPGA/UFPA (2010b)

LITTLE, Paul E. “Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade” In: **Anuário Antropológico/2002-2003**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2004, pp. 251-290. Ou ainda em: **Série Antropológica 322**. Brasília, 2002, UnB.

NEVES, W. A. “E no princípio... era o macaco!” In: **Estudos Avançados USP**. 2006, vol. 20, no. 58, pp. 249-285.

SILVA, F. A. “Mito e Arqueologia: A Interpretação dos Asurini do Xingu sobre os vestígios Arqueológicos encontrados no Parque Indígena Kuatinemu-Pará” In: **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, 2002, ano 8, no. 18, pp. 175-187.

**Edital 002/2010 (Turma 2011)** <sup>139</sup>

### **Mestrado**

FAUSTO, Carlos. “Banquete de gente: comensalidade e canibalismo na Amazônia” **Mana** [online]. vol.8, n.2, 2002, pp. 7-44.

FOUCAULT, Michel. “O corpo dos condenados” In: **Vigiar e Punir**. Petrópolis, Vozes, 1997, pp. 9-33.

FRANCHETTO, Bruna. “A guerra dos alfabetos: os povos indígenas na fronteira entre o oral e o escrito” **Mana** [online]. vol.14, n.1, 2008, pp. 31-59.

GASPAR NETO, Verlan Valle; SANTOS, Ricardo Ventura. “A cor dos ossos: narrativas científicas e apropriações culturais sobre “Luzia”, um crânio pré-histórico do Brasil” **Mana** [online]. vol. 15, no. 2, 2009, pp. 449-480.

HECKENBERGER, Michael J. “O enigma das grandes cidades. Corpo privado e Estado na Amazônia” In: **A outra margem do Ocidente** (Brasil 500 anos:experiência e

---

<sup>139</sup> Fonte: PPGA/UFPA (2010c)

destino). Editado por A. Novaes. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, pp. 125-152.

LUNA, Naara. “A personalização do embrião humano: da transcendência na biologia” **Mana** [online]. vol.13, n.2, 2007: pp. 411-440.

MAUSS, Marcel. “As técnicas do corpo” In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003, pp.399-422.

TURNER, Terence. “The Social Skin” In: **Not Work Alone**. Editado por J. Chermans. Londres: Temple Smith, 1980, Pp. 112-140.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. “A fabricação do corpo na sociedade Xinguana” In: **Sociedades Indígenas e Indigenismo no Brasil**. Editado por O. Filho. Rio: Marco Zero, 1987, pp. 31-41.

### **Doutorado**

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. “Identidade Étnica, Identificação e Manipulação” In: **Identidade, Etnia e Estrutura Social**. São Paulo : Pioneira, 1976: pp. 1-31.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. “Um Conceito Antropológico da Identidade” In: **Identidade, Etnia e Estrutura Social**. São Paulo : Pioneira, 1976: pp. 33-52.

LÉVI-STRAUSS, Claude. “A ciência do concreto” In: **O Pensamento Selvagem**. São Paulo, Ed. Nacional/EdUSP, 1970: pp. 19-55.

LEWIN, Roger. “8. The human Milieu” In: **Human Evolution: An Illustrated Introduction**. Oxford, Blackwell Scientific Publications, 2005: pp. 217-336.

LEWIN, Roger. “9. New Words” In: **Human Evolution: An Illustrated Introduction**. Oxford, Blackwell Scientific Publications, 2005: pp.237-252.

LIMA, Tania Andrade. “O povoamento inicial do continente americano: migrações, contextos, datações” In: SILVA, Hilton Pereira & RODRIGUES-CARVALHO, Claudia. (Orgs). **Nossa origem: o povoamento das Américas: visões multidisciplinares**. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2006: pp. 77-103.

MENDONÇA DE SOUZA, Sheila M. F.; RODRIGUES-CARVALHO, Claudia; SILVA, Hilton Pereira & LOCKS, Martha. “Revisitando a discussão sobre o Quaternário de Lagoa Santa e os Povos das Américas: 160 anos de debates científicos” In: SILVA, Hilton Pereira & RODRIGUES-CARVALHO, Claudia. (Orgs). **Nossa origem: o povoamento das Américas: visões multidisciplinares**. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2006: pp. 19-43.

STORTO, Luciana & FRANCHETTO, Bruna. “Hipóteses lingüísticas sobre o povoamento das Américas: é o Amerídeo a língua original do continente sul-americano?” In: SILVA, Hilton Pereira & RODRIGUES-CARVALHO, Claudia. (Orgs). **Nossa origem: o povoamento das Américas: visões multidisciplinares**. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2006: pp. 77-103.

SUTTON, M.Q. & ANDERSON, E.N. “4. Cultural Ecology ” In: **Introduction to Cultural Ecology**. Lanham, Altamira Press, 2010: pp. 91-132.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. “Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio” **Mana**. [online]. vol. 2 (2). 1996 pp. 115-144.

**Edital 001/2011 (Turma 2012)** <sup>140</sup>

BALÉE, William. 2008. Sobre a indigeneidade das paisagens. **Revista de Arqueologia**, 21(2): 09-23.

BARTH, Frederick. 2000. “A identidade Pathan e sua manutenção”. In: **O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa.

---

<sup>140</sup> Fonte: PPGA/UFPA (2011).

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 2006. Os (des)caminhos da identidade (Etnicidade e multiculturalismo). In: **Caminhos da Identidade**. Ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo. São Paulo, Unesp, pp.87-115.

FUENTES, Agustin. 2010. The New Biological Anthropology: Bringing Washburn's New Physical Anthropology Into 2010 and Beyond. **YEARBOOK OF PHYSICAL ANTHROPOLOGY**, 53:2-12.

MILLER, Daniel. 2007. Consumo como cultura material. **Horizontes Antropológicos**: 13(28): 33-63, jul/dez.

SAHLINS, Marshal. 2003. La Pensée bourgeoise. In: **Cultura e Razão Prática**. Rio, Zahar, Pp. 166-203.

SILVA, Vagner Gonçalves da. 2008. Religião e Etnicidade. Religião e relações raciais na formação da antropologia do Brasil. In: **Raça**. Novas Perspectivas Antropológicas. Organizado por Osmundo Pinho e Livio Sansone. Salvador, Edufba/ABA. Pp. 285-313.

SANTOS-GRANERO, Fernando. 2004. Arawakan sacred landscapes. Emplaced Myths, Place Rituals, and the Production of Locality in Western Amazonia. In: Ernst Halbmayer & Elke Mader (eds). **Kultur, Landschaft**. Zur Bedeutung des Raumes in Zeiten der Globalität, pp. 93-122. Frankfurt am Main: Brandes & Apsel Verlag.

VIVEIROS DE CASTRO, E. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. *Mana* 2(2): 115-44.

**Edital 001/2012 (Turma 2013)** <sup>141</sup>

CUCHE, Denys. 2002. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Cap. 1. Gênese social da palavra e da ideia de cultura, pp. 17-32. Bauru: Edusc.

---

<sup>141</sup> Fonte: PPGA/UFPA (2012).

BOAS, Franz [1889] 2004. Sobre sons alternantes, pp. 98-104. In: **A formação da Antropologia Americana 1883-1911**. Antologia. Organizado por G. Stocking, Rio de Janeiro: Contraponto/ Editora UFRJ.

LÉVI-STRAUSS, Claude. 1986. **Raça e Cultura**. In: O Olhar Distanciado, pp. 21-65. Viseu, Portugal: Edições 70.

SALZANO, Francisco M. 2008. O velho e o novo: antropologia física e história indígena. In: **História dos Índios no Brasil**. Organizado por Manuela Carneiro da Cunha, pp. 27-36. São Paulo: Fapesp.

TODOROV, Tzvetan. 1993. **A Conquista da América**. A questão do Outro. São Paulo, Martins Fontes. Introdução, Caps. I e II.

TRIGGER, Bruce. 2004. **História do Pensamento Arqueológico**. Capítulo 10. A Arqueologia em seu Contexto Social, pp. 360-400. São Paulo: Odysseus.